

 EDUFES

Valeschka Martins Guerra  
Cynthia Perovano Camargo  
(organizadoras)

PESQUISAS E  
ESTUDOS EM  
**GÊNERO**  
E

**SEXUALIDADE**



Vitória, 2024

**Valeschka Martins Guerra  
Cynthia Perovano Camargo  
(organizadoras)**

**PESQUISAS E  
ESTUDOS EM  
GÊNERO  
E  
SEXUALIDADE**



**Universidade Federal  
do Espírito Santo**



**EDUFES**  
EDITORA

**Editora Universitária – Edufes**

Filiada à Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514  
Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES · Brasil  
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852  
edufes@ufes.br  
www.edufes.ufes.br

**Reitor**

Paulo Sergio de Paula Vargas

**Vice-reitor**

Roney Pignaton da Silva

**Chefe de Gabinete**

Aureo Banhos dos Santos

**Diretor da Edufes**

Wilberth Salgueiro

**Conselho Editorial**

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana  
Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça,  
Fabricia Benda de Oliveira, Fátima Maria  
Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista  
Vidaurre, José André Lourenço, Marcelo  
Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht Góes,  
Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi  
Tokumar, Sandra Soares Della Fonte

**Secretaria do Conselho Editorial**

Douglas Salomão

**Administrativo**

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

**Seção de Edição e Revisão de Textos**

Fernanda Scopel, George Vianna,  
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

**Seção de Design**

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,  
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

**Seção de Livraria e Comercialização**

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,  
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,  
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**Revisão de texto**

Carla Mello (Graúna Digital)

**Projeto gráfico**

Edufes

**Diagramação**

Bruno Ferreira Nascimento (Graúna Digital)

**Capa**

Juliana Braga

**Imagem de capa**

Foto de Pawel Czerwinski na Unsplash

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P472      Pesquisas e estudos em gênero e sexualidade [recurso eletrônico] / Valescka Martins Guerra, Cynthia Perovano Camargo (organizadoras). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2024.  
220 p. : il ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-561-8

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Gênero. 2. Sexo. 3. Psicologia. 4. Bem-estar. 5.  
Preconceitos. I. Guerra, Valeschka Martins. II. Camargo, Cynthia Perovano.

CDU: 159.922.1

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

# Sumário

<b>Prefácio. . . . .</b>	<b>.9</b>
--------------------------	-----------

Maria Cristina Smith Menandro

<b>Apresentação . . . . .</b>	<b>13</b>
-------------------------------	-----------

Valeschka Martins Guerra

Cynthia Perovano Camargo

<b>Bem-estar subjetivo de pessoas transexuais. . . . .</b>	<b>19</b>
--	-----------

Gustavo Tassis Baptista

Sâmella Maria Pereira Germano

Valeschka Martins Guerra

<b>Gestalt-terapia e o atendimento online de homens trans: relato de experiência de estágio durante a pandemia da covid-19. . . . .</b>	<b>41</b>
---	-----------

Andrea dos Santos Nascimento

Ana Luiza Magalhães Gonçalves

Marcela Fernandes Fulgêncio

**A importância dos valores e do preconceito sexual para compreender as atitudes em relação à homoparentalidade . . . . . 67**

Valeschka Martins Guerra

Leogildo Alves Freires

Carolina Monteiro Biasutti

Jorge Júlio de Carvalho Valadas Gato

Láís Sudré Campos

**Apoio social familiar percebido por lésbicas/gays: evidências psicométricas iniciais de um instrumento . . . . . 91**

Láís Sudré Campos

Valeschka Martins Guerra

Mylena Leite Bortolozzo

**Representações sociais de mulher, (des)honra feminina e estupro para estudantes de direito: implicações no atendimento de vítimas de violência sexual . . . . . 105**

Arielle Sagrillo Scarpati

Camila Nogueira Bonfim Duarte

Júlia Duarte Firmino Salviano

Valeschka Martins Guerra

**Percepção de jovens sobre as fantasias sexuais nos relacionamentos amorosos . 127**

Cynthia Perovano Camargo

Carolina Monteiro Biasutti

Ana Maria Justo

**Sexo e traição: percepções e crenças sobre a infidelidade . . . . . 149**

Valeschka Martins Guerra

Raíza Mota Santos

Luciana Noia

**Percepção da infidelidade virtual em relacionamentos amorosos . . . . . 167**

Sandra Elisa de Assis Freire

Ravena Alvarenga Gomes

**Escala de culpa sexual: evidências de validade de uma versão brasileira . . . . . 183**

Sergio Werner Baumel

Cynthia Perovano Camargo

Valeschka Martins Guerra

**Índice de satisfação sexual: adaptação e evidências psicométricas de uma versão brasileira . . . . . 197**

Cynthia Perovano Camargo

Valeschka Martins Guerra

Gabriella Sampaio Santos Almeida

**Sobre os autores . . . . . 211**

**Índice remissivo . . . . . 217**



# Prefácio

É sempre uma honra ser convidada para fazer a apresentação de uma nova obra acadêmica. Organizar um livro é tarefa meticulosa e, eventualmente, desgastante, uma vez que, além de envolver atuação crítica, exige diversas modalidades de cobranças aos colaboradores. Por outro lado, é grande a satisfação de acompanhar o aparecimento de surpresas positivas no decorrer do processo. A maior delas é, ao final, o surgimento do objeto chamado livro pronto, com cara, com cheiro, com peso, com volume, fazendo com que os autores, em seus momentos de privacidade, gastem bastante tempo com contemplação, cheirinhos e folheios.

Além dessas características listadas que são próprias de todos os livros, há a parte substancial que poderá assegurar o interesse e a ampla utilização desta obra. A tarefa de apresentar o livro é simplificada quando diz respeito a textos que apresentam conteúdos relevantes discutidos e referenciados com propriedade. É o caso deste livro quase pronto sobre o qual escrevo, intitulado *Pesquisas e estudos em gênero e sexualidade*, constituído por dados, informações e interpretações de interesse para a(s) área(s) de estudos em que está situado, reunidos, em quase todos os capítulos, em forma de relatos de pesquisas. Esses dados, informações e interpretações aparecem acompanhados de reflexões críticas relacionadas à sua natureza, de propostas de intervenção a eles pertinentes quando cabível, e de discussão sobre as possibilidades de mensuração de alguns de seus aspectos.

O livro reúne produtos relacionados à atuação da professora doutora Valeschka Martins Guerra, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como orientadora, pesquisadora e participante de grupo de pesquisa, com a colaboração da coorganizadora Cynthia Perovano Camargo, também doutora e pesquisadora com atuação na Ufes. Em todos os relatos é nítida a preocupação com a descrição de informações de

interesse metodológico, como a caracterização de participantes, as condições de obtenção dos dados e as técnicas de interpretação adotadas em cada caso. Uma característica a ser ressaltada, em várias das pesquisas relatadas, é o grande volume de participantes, predominantemente mulheres, com que foi possível contar, o que importa, em certas modalidades investigativas, para a consistência na interpretação dos resultados.

O título do livro inclui as palavras gênero e sexualidade. Ao lê-lo constata-se a surpreendente multiplicidade temática que tais palavras podem abranger. De início verifica-se que o tempo todo está presente nos textos o tema do relacionamento afetivo, em suas inúmeras facetas possíveis, o que pode ser esclarecido com maior propriedade ao se falar de diversidade de relacionamentos, diversidade de pessoas em relacionamentos, diversidade de concepções da população geral sobre tais relacionamentos e sobre tais pessoas. São estudos que buscam compreender e valorizar a diversidade de relacionamentos, identidades de gênero e sexualidade.

É importante informar ao leitor que este livro voltado para questões de gênero e de sexualidade, às quais está agregado o tema do relacionamento afetivo (inclusive em seus aspectos tangentes ao universo da virtualidade), é também sobre muitos outros assuntos de fundamental importância social. O livro em, todos os seus capítulos, também é, como não deveria deixar de ser, sobre saúde e suas propriedades, sobre direitos e suas especificidades, e sobre o medo e suas singularidades. Constata-se a partir dos textos que esses temas estão entrelaçados de forma peculiar em cada recorte temático investigado pelas autoras e autores dos capítulos.

Em relação à saúde são relatadas por diversos participantes, nas várias situações enfocadas, as dificuldades de lidarem com a presença da ansiedade, da depressão, da culpa, da desaprovação social que exclui, das consequências físicas e psicológicas da violência conjugal, do medo da violência associada ao preconceito que pode surgir em qualquer situação banal, do medo de contaminação por infecções sexualmente transmissíveis, contrapostos à pretensão tão simples de viver a condição de bem-estar. Apesar de a saúde ser um direito, também são mencionados, em situações específicas, o despreparo e a intransigência das próprias instituições e profissionais de saúde, quando necessita atendimento alguém cuja sexualidade não é aceita ou compreendida pelos responsáveis pelo atendimento. Fica evidente, portanto, que ao falar de saúde não se pode desfazer o seu mencionado entrelaçamento com direitos da pessoa e com o medo.

Quando os textos identificam situações de exposição à violência e ao preconceito, inclusive envolvendo condições de formação vividas nas esferas da família e da religião, é evidente que estão em questão direitos não respeitados e, certamente, não assegurados. Ao dizer não assegurados, está claro que muitas pessoas agem impunemente como discriminadores violentos, apoiados em suas convicções e em suas características pessoais e de formação social e cultural. Como não pensar em medo em tais situações? Como não pensar em prejuízo à saúde em tais situações? Como não perceber, na história da sociedade e no cotidiano atual, a continuidade do aparentemente inquebrantável hífen que forma associações que parecem naturais e culturalmente engessadas: sexualidade-heteronormatividade, sexualidade-medo, sexualidade-punição, sexualidade-enfermidade?

Não é impossível que algum dia se torne realidade a compreensão de que sexualidade não precisa estar associada às muitas espécies de dificuldades abordadas nos parágrafos anteriores, entre as quais podem ser arroladas: desrespeito aos direitos de cada indivíduo, violências, desonras, submissão conjugal, culpa, prejuízos à saúde, preconceito, adesão a concepções dogmáticas no âmbito da família e da religião. Relacionado a todos esses aspectos está o viver com medo, ou com medos difusos mencionados pelas e pelos participantes dos estudos: de julgamento social, de violência, de arrependimento futuro, de decepcionar a mãe, de não ser aceito(a), de perder o(a) companheiro(a). São medos que retratam a condição de muitas e muitos dos participantes das investigações que o livro encerra. Reproduzindo as palavras de um participante: medo de viver a vida como quero.

Por enquanto, os estudos não autorizam afirmar que os hífen que constroem as expressões sexualidade-medo, sexualidade-punição e sexualidade-enfermidade estejam enfraquecidos e que sua abolição esteja próxima. O livro “Pesquisas e Estudos em Gênero e Sexualidade” é um passo importante para que tal situação se altere. Nesse mesmo sentido, leitoras e leitores que se dispuserem a conhecer e a refletir sobre os textos que integram a presente obra correm o saudável risco de tornarem-se abolicionistas esclarecidos. Vale a pena correr tal risco e ampliar os próprios conhecimentos em relação a diversos temas sobre os quais as informações mais amplamente difundidas estão marcadas por simplificações, falsificações e hipocrisia.

**Maria Cristina Smith Menandro**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/Ufes)



# Apresentação

A sexualidade humana é o resultado de milhões de anos de evolução que, baseada em uma herança antiga da evolução dos mamíferos, tornou-se um fenômeno humano singular, com várias formas e expressões que variam histórica e culturalmente. A maneira como cada indivíduo a experiencia é única, construída no contexto social, cultural, histórico e econômico no qual está imerso. Sentimentos, crenças, valores e expectativas determinam a forma como homens e mulheres amam e praticam suas atividades sexuais.

Falar de sexo ainda não é como conversar sobre qualquer outro assunto. Vergonha, risos nervosos, repreensões e gozações geralmente se fazem presentes quando tentamos abordar tal questão. Ao mesmo tempo, vivemos uma época de muito trânsito de informações, graças à internet e às redes sociais, com maior possibilidade de interações e trocas do que em toda história humana. Nesse contexto, coexistem diferentes formas de ver o mundo, algumas mais conservadoras e outras mais expansivas, com os valores e normas sociais previamente dominantes colocados em xeque, deixando a todos nós atentos e atentas para o que podemos construir nesse processo. Nossa sexualidade, como senti-la ou expressá-la, também é influenciada por esse turbilhão contemporâneo. Somos convidados(as) a aprender, questionar, trocar, experimentar e, nesse intercâmbio de informações, tomar nossas decisões, não mais baseadas em meras imposições.

A presente obra – intitulada *Pesquisas e estudos em gênero e sexualidade* – surgiu do encontro de diferentes olhares e abordagens acerca de aspectos diversos do gênero e da sexualidade humana. A centralidade destes na formação e vivência da nossa identidade, bem como sua expressão em nossos pensamentos, emoções e comportamentos, é de grande impacto sobre o bem-estar e a saúde mental de cada indivíduo.

A temática da sexualidade atravessa a experiência humana, apesar de todas as limitações e tabus que a cercam. Abrir espaços para conversar sobre esse tema, ouvindo populações diversas sem preconceitos, pode colaborar para uma ampliação do nosso arcabouço teórico e prático como pessoas e profissionais, contribuindo para vivências mais saudáveis.

Nesse sentido, esta obra é uma coletânea de estudos que utilizam diferentes abordagens teórico-metodológicas para contribuir na construção do conhecimento sobre a sexualidade humana e sua multiplicidade de dimensões. Para tanto, seus coautores e coautoras irão apresentar e dialogar com temas como a identidade de gênero, a homoparentalidade, o bem-estar, fantasias sexuais, satisfação e culpa sexual, infidelidade, violência sexual e apoio social.

Nesta apresentação, tentaremos introduzir termos utilizados e seus significados. Ao longo dos capítulos, utilizaremos o termo *sexo* para nos referirmos às características biológicas de um indivíduo, que o localizam enquanto fêmea ou macho de uma espécie. Embora muitas vezes, em linguagem coloquial, utilizemos esse mesmo termo – sexo – para nos referir às atividades sexuais, no presente livro *ato sexual* ou *atividade sexual* serão os termos utilizados. A atividade ou ato sexual é uma ação, solitária ou acompanhada, que objetiva a excitação sexual (como carícias, masturbação, penetração, entre outras).

O termo *gênero*, por sua vez, se refere às características socialmente construídas de mulheres e homens – como normas, papéis e relações existentes entre eles. As expectativas de gênero variam de uma cultura para outra e podem mudar ao longo do tempo. É importante, nesse sentido, reconhecer e visibilizar identidades que não se encaixam nas categorias binárias de sexo masculino ou feminino.

Para a OMS (WHO, 2006), a *sexualidade* é um aspecto central do ser humano vivenciado ao longo de toda a sua vida e um dos indicadores de qualidade de vida. A sexualidade é compreendida como parte da personalidade de cada um, não podendo ser separada de outros aspectos da vida. Ela é bem mais abrangente do que apenas sexo ou ato sexual, não se limitando à presença ou não de orgasmo, e está presente no ser humano desde o nascimento até a morte. Compreende-se que a sexualidade compõe as necessidades humanas básicas, como o desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, ternura e amor. Ela se constrói por meio da interação entre as estruturas individuais e sociais, sendo essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social.

Assim, embora todos os temas e capítulos apresentem-se centrados em aspectos e dimensões individuais de análise (como bem-estar subjetivo, apoio familiar, infidelidade, culpa etc.), estão invariavelmente conectados a aspectos e dimensões psicossociais em níveis micro e macro. Os impactos de preconceitos e de estruturas sociais adoecidas e adoecedoras podem ser observados em diferentes momentos ao longo dos capítulos, como, por exemplo, no primeiro capítulo, onde percebemos esse impacto na compreensão do bem-estar subjetivo de transexuais, em que um dos preditores significativos foi o nível percebido de acesso à educação (BAPTISTA *et al.*, 2022). Ou seja, o acesso a um direito humano básico garantido na Constituição impacta diretamente no bem-estar subjetivo de uma população que é minorizada por questão de gênero. Outro exemplo é identificado no segundo capítulo, onde esse impacto torna-se visível nas falas apontadas dos participantes acerca da atuação do profissional da psicologia como reprodutor de preconceitos (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

Então, quando falamos sobre sexualidade, estamos falando sobre sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução, mas não apenas isso. Se considerarmos que a sexualidade se experimenta e se expressa por pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos, ela impulsiona a conexão e influencia a forma como pensamos e (inter)agimos – permeando *todos* os nossos relacionamentos. É influenciada pela interação de aspectos biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. Essa compreensão mais ampla da sexualidade irá impactar diretamente na forma como a percebemos e nos relacionamos com ela e suas expressões.

Ainda em termos de definições relevantes, a *saúde sexual*<sup>1</sup> é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não é meramente a ausência de doença, disfunção ou enfermidade (WHO, 2006). A saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa da sexualidade e das relações sexuais. Possibilita desfrutar e controlar o comportamento sexual e reprodutivo sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros fatores que inibem a resposta sexual e prejudicam as

---

1 WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health**, 2002. Disponível em: [https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2009/defining\\_sexual\\_health.pdf](https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2009/defining_sexual_health.pdf)

relações sexuais. Para que a saúde sexual seja alcançada e mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e cumpridos.

Os *direitos sexuais*<sup>2</sup>, por sua vez, abrangem os direitos humanos que já são reconhecidos em leis nacionais, documentos internacionais de direitos humanos e outros documentos de consenso. Esses incluem o direito à saúde sexual e reprodutiva; a busca e recebimento de informações e educação sobre sexualidade; ao respeito à sua integridade corporal; à escolha de parceiros(as); à decisão sobre ser sexualmente ativo(a) ou não; a ter relações sexuais e relacionamentos amorosos consensuais; à decisão sobre ter ou não filhos, quando e quantos; e à busca de uma vida sexual satisfatória, segura e prazerosa, livre de coerção, discriminação e violência (WAS, 2014).

A forma como entendemos e vivemos a sexualidade influencia no bem-estar e na satisfação nos relacionamentos. O desconhecimento sobre a influência e abrangência da sexualidade em nossas vidas e a errônea concepção de que se limita ao ato sexual faz com que o tratamento desse tema seja constantemente alvo de debates morais e perpassado por mitos e tabus existentes, ainda hoje, em relação ao sexo, assim como os preconceitos que sustentam a discriminação sobre as questões de gênero e de orientação sexual. Esses mitos e tabus atravessaram gerações e se cristalizaram como verdadeiros em nossa sociedade atual, embora seja perceptível um movimento de questionamentos e mudanças.

O primeiro capítulo – intitulado “Bem-estar subjetivo de pessoas transexuais” – apresenta um levantamento realizado de forma remota com essa população de minoria sexual no Brasil. Considerando que o país está na primeira posição do *ranking* de assassinatos e violências contra a população LGBTI+, compreender quais os aspectos que contribuem para o bem-estar e a saúde mental dessa população é essencial para a proposição de intervenções e políticas públicas baseadas em evidências científicas.

O segundo capítulo – intitulado “Gestalt-terapia e o atendimento online de homens trans: relato de estágio durante a pandemia da covid-19” – introduz a abordagem da Gestalt-terapia, com seus conceitos e posicionamentos propostos para a postura do psicoterapeuta, e busca aplicá-los às vivências da população LGBTI+.

---

2 WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH (WAS). **Declaration of sexual rights**. 2014. Recuperado de: <https://worldsexualhealth.net/wp-content/uploads/2013/08/Declaration-of-Sexual-Rights-2014-plain-text.pdf>

profundamente afetada pela pandemia da covid-19. Aqui, especificamente, é descrito o atendimento online a homens trans em um serviço gratuito prestado por integrantes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

No terceiro capítulo – intitulado “A importância dos valores e do preconceito sexual para compreender as atitudes em relação à homoparentalidade” – pesquisadores(as) de diferentes universidades apresentam dois estudos que buscam contribuir para a compreensão de atitudes positivas ou negativas em relação à homoparentalidade. Para tanto, são utilizadas teorias de valores humanos, motivação interna e externa para responder sem preconceito, homofobia e preconceito sexual, em estudos com métodos estatísticos diversos.

O quarto capítulo – intitulado “Apoio social familiar percebido por lésbicas/gays: evidências psicométricas iniciais de um instrumento” – apresenta a adaptação para o contexto brasileiro de uma escala que busca avaliar o apoio social familiar recebido por lésbicas e gays. Tal instrumento pode ser utilizado para fins de pesquisa de forma a avaliar a percepção de integrantes desses minorizados sexualmente com relação ao apoio recebido de seus familiares.

O quinto capítulo – intitulado “Representações sociais de mulher, (des)honra feminina e estupro para estudantes de direito: implicações no atendimento de vítimas de violência sexual” – busca discutir as implicações que as percepções dos(as) estudantes e futuros(as) profissionais da área do direito podem vir a ter no atendimento as vítimas de violência sexual. Tais resultados contribuem para a discussão acerca da “imparcialidade” do discurso jurídico e do processo de culpabilização das vítimas por parte dos(as) operadores(as) do direito.

Após os capítulos iniciais, que discutem questões de gênero e preconceitos sexuais diversos, a segunda parte do livro diz respeito a pesquisas sobre a sexualidade, de forma geral, e mais especificamente como expressa nas diversas possibilidades de relacionamentos afetivo-sexuais. O sexto capítulo – intitulado “Percepção de jovens sobre as fantasias sexuais nos relacionamentos amorosos” – traz dados de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens adultos(as) com relação às fantasias sexuais, tema muito pouco estudado na literatura científica.

O sétimo capítulo, intitulado “Sexo e traição: percepções e crenças sobre a infidelidade”, também apresenta uma pesquisa qualitativa realizada de modo virtual que buscou compreender as razões, vantagens e desvantagens da infidelidade. Com as

mudanças da concepção de infidelidade, decorrentes das variadas formas de se relacionar na atualidade, a investigação de como as pessoas compreendem esses aspectos pode contribuir para a construção do conhecimento no tema.

O oitavo capítulo, de tema correlato, intitula-se “Percepção da infidelidade virtual em relacionamentos amorosos”. Esse capítulo retoma a questão das novas modalidades de relacionamentos estabelecidas socialmente e que merecem atenção da literatura científica para a sua compreensão. Nesse sentido, tomando como base a concepção de infidelidade como uma quebra do contrato estabelecido entre as partes envolvidas no relacionamento, a inserção da dimensão virtual nos relacionamentos traz novos aspectos e questões a serem investigadas.

Os dois capítulos finais envolvem a adaptação de instrumentos acerca de aspectos da sexualidade para o contexto brasileiro. Utilizando métodos estatísticos atualizados, o nono – acerca da “Escala de culpa sexual” – e o décimo capítulos – sobre o “Inventário de satisfação sexual” – buscam apresentar evidências psicométricas iniciais desses instrumentos, que poderão contribuir para pesquisas sobre o tema da sexualidade no Brasil.

Convidamos, assim, à leitura desta obra, na qual serão apresentadas pesquisas com métodos e temáticas diferentes partilhando um mesmo objetivo: ampliar nossos horizontes sobre sexualidade e gênero.

**Valeschka Martins Guerra e Cynthia Perovano Camargo**

# Bem-estar subjetivo de pessoas transexuais

Gustavo Tassis Baptista

Sâmella Maria Pereira Germano

Valeschka Martins Guerra

Quando as ciências começaram a se interessar pelo estudo das identidades transgênero, estas foram inclusas no campo da patologia, principalmente devido à pesquisa de Harry Benjamin, de 1966, com mulheres transexuais, partindo desde então de um pensamento patologizante (CARNEIRO; NOGUEIRA; RODRIGUES, 2021). De acordo com Maia e Pires (2018), esse modo de pensar, iniciado pela medicina, culminou, em 1973, na classificação das identidades transexuais como disforia de gênero, com sua inclusão alguns anos depois no Código Internacional de Doenças organizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa situação perdurou até o ano de 2019, quando a OMS anunciou, na 72ª Assembleia Mundial de Saúde, a retirada da transexualidade da categoria de transtornos mentais na 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID-11). Nela, a transexualidade passa a ser classificada como “incongruência de gênero”, sendo integrada à categoria de “condições relacionadas à saúde sexual”. A justificativa para sua permanência no CID-11, ainda que com uma nova conotação, se dá em função das demandas da população transexual em relação aos serviços de saúde, não implicando qualquer sentido patológico (VICENTE, 2021).

O Brasil é reconhecido como o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, sendo responsável por 50 % do total de mortes de pessoas transgênero e travestis de acordo com os dados coletados pelo *Transgender Europe* (TGEU, 2015). Dados mais recentes organizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021) apontam para a continuidade dos números alarmantes de crimes transfóbicos e tragédias decorrentes deles ocorridos no Brasil, indicando a incidência de oitenta assassinatos, nove suicídios, 33 tentativas de assassinato e 27 violações de direitos humanos contra a população trans no 1º semestre de 2021. Considerando a realidade cotidiana de subnotificações das violências cometidas contra pessoas transgênero e travestis, esses são dados que não podem ser ignorados, ainda que não sejam oficiais e dependam da notificação dos casos por parte de ONGs e outras instituições. Devido, principalmente, ao desamparo familiar e à expulsão das pessoas transexuais e travestis da escola, com a conseqüente exclusão do mercado formal de trabalho, um levantamento realizado pela Antra (2017) aponta que 90 % da população de travestis e transexuais são forçadas à prostituição como forma de renda, o que as insere em um contexto de violência e abuso cotidianos.

Em nota o Conselho Federal de Psicologia afirma que esse não reconhece as identidades transgênero, transexuais ou travestis como patologia e, por isso, veda aos psicólogos práticas de cura, correção, reversão ou que, de qualquer maneira, patologizem essas identidades de gênero (CFP, 2013). Com isso, a psicologia no Brasil assume então, a partir de 2013, seu compromisso com a despatologização das identidades transgênero, propondo formas de produção de conhecimento a partir de recursos voltados para o desenvolvimento saudável das pessoas transexuais e travestis.

Uma opção interessante surge, então, com o campo da psicologia positiva e seu interesse pelo bem-estar e pela qualidade de vida da população. Para Gorman e colaboradores (2020) e Lelutiu-Weinberger, English e Sandanapitchai (2020), a ciência já produziu um grande arcabouço de conhecimento a respeito das violências que a população transgênero sofre, e de suas conseqüências, mas carece de outros olhares para essa população. Por abordar temas como o bem-estar, a qualidade de vida e a resiliência, essa abordagem da psicologia surge como um campo possível para discutir a despatologização das identidades transgênero e travestis, ao lançar um olhar diferenciado à experiência humana, incluindo a diversidade sexual e de gênero.

## Psicologia positiva

Segundo Snyder e Lopez (2009), a psicologia positiva surge como uma forma de retomar a produção sobre as potencialidades humanas e sobre o desenvolvimento próspero dos indivíduos. Esses autores sugerem que a psicologia se desenvolveu e se aprofundou nas discussões em relação a traumas e transtornos, deixando de lado o estudo e o desenvolvimento de capacidades que auxiliam no desenvolvimento saudável ou excelente. Esses conhecimentos, do trauma e da patologia, foram essenciais para a elaboração de manuais de doenças e transtornos, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e o manual de Classificação Internacional de Doenças (CID-10), indispensáveis nas considerações acerca da forma como as identidades transgênero foram e ainda são abordadas e compreendidas. Apesar dos avanços já pontuados em relação à nova edição do CID, o DSM-5, edição vigente em 2013, ao manter a transexualidade classificada como disforia de gênero – o que implica a compreensão do sofrimento como inerente à *condição transexual*, desconsiderando os fatores sociais estigmatizantes e excludentes presentes no cotidiano dessa população e fundamentais no entendimento e na produção de seu sofrimento –, mantém sua conotação patologizante e centrada no indivíduo (APA, 2014; FUCHS; HINING; OMS, 1993; TONELI, 2021).

Nesse sentido, a investigação de alguns dos construtos que são abarcados dentro da abordagem guarda-chuva que é a psicologia positiva pode contribuir para outras formas de compreensão das experiências da população transgênero, transexual e travesti. Tal olhar pode contribuir com conteúdos diferenciados para a proposição de ações, intervenções e políticas públicas de atendimento a esses grupos. Assim sendo, este capítulo busca compreender e explicitar quais são os fatores positivos que podem contribuir para o desenvolvimento do bem-estar de transexuais e travestis, a partir das particularidades dessa população e da análise de diferentes construtos explorados pela psicologia positiva.

## Bem-estar subjetivo

Como um dos focos centrais da psicologia positiva, o bem-estar é um dos construtos mais bem desenvolvidos na literatura da área. Diversas teorias foram propostas

para explicar o bem-estar, considerado por muitos como sendo o construto do que se costuma chamar de felicidade, tais como as teorias do bem-estar subjetivo (DIENER, 1984), do bem-estar psicológico (KEYES; RYFF, 1995) e o modelo Perma (SELIGMAN, 2011). Todas apresentam pontos em comum, sendo o primeiro o modelo teórico mais pesquisado e divulgado, além de ser o modelo mais parcimonioso (DIENER *et al.*, 1999).

O bem-estar subjetivo (BES) pode ser definido como um conceito que abarca emoções, humor, ou simplesmente afetos positivos e negativos, a satisfação com a vida e a percepção de controle sobre a própria vida (DIENER *et al.*, 1999). É um construto que agrupa, portanto, componentes cognitivos (a satisfação com a vida) e afetivos (afetos positivos e afetos negativos) (DIENER, 1984; GIACOMONI, 2004). A satisfação com a vida avalia, então, a forma como o indivíduo percebe diversos aspectos de sua vida. Em geral, é feita uma avaliação global sobre a satisfação, de maneira integrada, porém, é possível que sejam acessados aspectos específicos da vida do indivíduo, em um período determinado, podendo variar de semanas até uma vida inteira (DIENER, 1984). Os afetos negativos e positivos são construtos independentes, não existindo uma correlação positiva ou negativa fixa entre eles. Cada indivíduo pode experimentar alto nível de afetos positivos ao mesmo tempo que percebe também altos níveis de afetos negativos ou combinações variadas deles (ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004).

O bem-estar pode ser avaliado de maneira individual ou associado a outros constructos, pois entende-se que o bem-estar percebido é multidimensional, não sendo possível identificar apenas um fator que justifique sua percepção por parte do indivíduo. A definição de bem-estar subjetivo não engloba, em geral, medidas objetivas de saúde, riqueza, conforto ou outros aspectos que potencialmente possam interferir na avaliação do BES, pois não são considerados indispensáveis ou inerentes ao conceito (DIENER, 1984).

Ampliando o conceito do bem-estar subjetivo, Su, Tay e Diener (2014) propõem que este seja avaliado juntamente de outros aspectos da vida do sujeito, como sentimentos de confiança, pertença, controle sobre a própria vida, entre outros, como forma de avaliar outros aspectos que influenciam na capacidade do sujeito de prosperar. Sendo o bem-estar subjetivo, portanto, um construto de extrema importância para o entendimento e construção da qualidade de vida, é indispensável que

nos voltemos para a compreensão dos fatores relevantes que o afetam no que se refere à população transexual.

Uma pesquisa brasileira foi realizada com mulheres transexuais e travestis por Zucchi e colaboradores (2019), objetivando compreender o impacto de variáveis como condições sociodemográficas e de saúde, boas relações interpessoais de suporte, e exposição à violência no bem-estar psicológico dessas pessoas, contribuindo para a compreensão de aspectos relevantes que afetam esse construto. Os achados indicam que boas condições de moradia e reconhecimento das atividades exercidas como trabalho, bem como maiores níveis de escolaridade, satisfação com procedimentos transexualizadores e validação social de suas identidades de gênero através do respeito ao nome social, foram importantes indicadores de bem-estar entre mulheres transexuais e travestis. Por outro lado, a insatisfação com as relações pessoais, com o suporte social disponível e com procedimentos transexualizadores, assim como a exposição a variados tipos de violência – em especial, as de cunho verbal, sexual e simbólico – foram associados a níveis baixos de bem-estar nesse grupo.

Outro estudo, dessa vez com jovens transgêneros, realizado por Alanko e Lund (2020), encontrou importantes associações entre níveis mais elevados de bem-estar em pessoas transexuais com autoestima, domínio pessoal e relações de qualidade com pais, amigos e parceiros amorosos, nas quais predominavam respeito, compreensão e aceitação. Evidenciam, assim, a importância de boas fontes de apoio social e da promoção de relações positivas na vida de pessoas trans, sendo essas essenciais para amortecer os impactos do estresse que comumente as afeta e promover uma maior percepção de bem-estar. Também foi indicado que processos de marginalização, vitimização, relações sociais em que preconceitos são reproduzidos, estigmas e assédio são fatores promotores de estresse que não podem ser ignorados ao se falar do bem-estar na população trans (ALANKO; LUND, 2020).

Ademais, em relação aos níveis de saúde física e mental associados ao bem-estar de pessoas transexuais, um estudo comparativo realizado por Rider e colaboradores (2018) apontou para uma ampla disparidade entre a saúde física e mental de jovens transexuais e seus pares cisgênero. Os indivíduos participantes que se identificavam como transexuais apresentavam níveis de saúde geral alarmantemente inferiores, bem como prolongados períodos de problemas psicológicos e baixas taxas de exames preventivos quando comparados aos participantes cisgênero. Apontaram-se como

fatores relevantes na compreensão desses resultados os elevados níveis de estresse e riscos de discriminação e vitimização aos quais a população transexual é exposta, bem como o despreparo dos profissionais de saúde para lidar com questões referentes à diversidade de gênero, o que contribui para o atraso no acesso aos cuidados de saúde e suas consequências a curto e longo prazo.

No arcabouço do movimento da psicologia positiva, outra proposta teórica buscou complementar a concepção do bem-estar subjetivo com outras dimensões que podem contribuir para o bem-estar, de forma mais ampla. Su, Tay e Diener (2014) propuseram que o funcionamento psicológico positivo (*thriving*) seria um estado físico, mental e social positivo que tem o bem-estar subjetivo como um de seus sete componentes, que abarca ainda a importância: dos relacionamentos positivos; do engajamento; do domínio das próprias habilidades; da autonomia; do sentido de vida; e do otimismo. O indivíduo apresentaria um funcionamento psicológico positivo ao apresentar escores moderados a altos nessas dimensões, que envolvem muito mais do que afetos e satisfação com a vida.

Além dos componentes citados anteriormente, que complementam a concepção de bem-estar subjetivo, um componente importante para o entendimento e construção do bem-estar é a capacidade de lidar com situações adversas e que podem representar ameaças ao desenvolvimento individual. Tendo em vista que situações adversas, que podem interferir na avaliação que é feita da satisfação com a vida e dos afetos positivos e negativos, são comumente vivenciadas por pessoas transexuais, por exemplo, através de recorrentes episódios de discriminação, é essencial que dediquemos atenção ao entendimento da capacidade desses indivíduos de lidar com situações adversas. Essa capacidade pode ser acessada na mensuração da resiliência.

## Resiliência

Resiliência, em psicologia e nas ciências humanas, tem o seu significado diferenciado daquele empregado nas ciências exatas, pois é compreendida como um processo contextual e complexo e vai para além da capacidade de um objeto que sofre um tipo de impacto de voltar ao seu estado original (YUNES, 2003). Para o termo resiliência, entre 2003 e 2014 foram compiladas nove diferentes definições na literatura. O que se percebe com isso é que esse termo tem sido construído ao longo dos anos e não

é um constructo fechado e terminado (OLIVEIRA, 2021). Esse conceito aplicado na psicologia leva em conta seu sujeito, o ser humano, e por isso extrapola um simples efeito de ação e reação. A resiliência é, portanto, definida como a capacidade de enfrentar situações adversas ao seu desenvolvimento de forma positiva, em que os efeitos dessa experiência negativa são minimizados ou propiciam sair delas fortalecido (OLIVEIRA, 2021; YUNES, 2003).

Enquanto são descritas amplamente as violências sofridas pelas pessoas transgênero, entre elas evasão escolar, expulsão de casa e rejeição do mercado formal de trabalho, pouco foi discutido e desenvolvido acerca das estratégias de resiliência dessas pessoas no enfrentamento a essas situações (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020; GORMAN *et al.*, 2020; ENGLISH; LELUTIU-WEINBERGER; SANDANA-PITCHAI, 2020). É importante compreender que a capacidade de ser resiliente está associada a fatores de proteção e fatores de risco e que não é possível estabelecer esses fatores de maneira fixa, pois cada indivíduo os identifica a partir de suas experiências. Três principais aspectos têm sido evidenciados nas pesquisas sobre resiliência: a capacidade do indivíduo de encontrar recursos pessoais para o desenvolvimento saudável e lidar com situações adversas; a capacidade do ambiente e da comunidade de oferecer recursos úteis ao sujeito; e, por último, a capacidade dialética entre o sujeito e a comunidade para compartilhar e fazer uso desses recursos (COLAÇO; GERMANO, 2012).

Uma recente revisão sistemática realizada por Tankersley e colaboradores (2021) buscou identificar potenciais fatores de risco e resiliência relacionados à saúde mental em jovens transexuais binários e não binários, sendo esses últimos compreendidos enquanto pessoas cuja identidade de gênero não se enquadra estritamente no tradicional padrão binário masculino/feminino. Os resultados encontrados nas pesquisas da área apontaram como potenciais fatores preditivos de resiliência na população transexual jovem: a) apoio social, relacionado a menores índices de sintomas depressivos e de interiorização de problemas; b) segurança escolar e sentimento de pertença, aparecendo como importantes fatores na proteção de estudantes contra tentativas de suicídio, comprometimentos na saúde mental e frequentes faltas escolares decorrentes de angústia emocional; c) validação social de sua identidade de gênero – através, por exemplo, do respeito ao nome social –, associando-se a maiores níveis de saúde mental e taxas mais baixas de depressão e

ideação e comportamento suicida; e d) apoio e ligação com os pais, relacionados à maior satisfação de vida e autoestima, bem como a níveis reduzidos de depressão, ideação e tentativa de suicídio. Além disso, o apoio e solidariedade dos pais/mães também se associaram ao reconhecimento, divulgação e busca de tratamentos relacionados ao gênero em idades mais precoces, revelando a especial importância do trabalho com a família para o desenvolvimento de resiliência e bem-estar na população transexual jovem. Por fim, possuir um forte sentido de domínio pessoal foi significativamente relacionado com menores índices de depressão e sintomas traumáticos (TANKERSLEY *et al.*, 2021).

Como dito no próprio conceito, e ilustrado nos achados da revisão sistemática que contemplou uma variedade de pesquisas da área, a resiliência depende de recursos internos e externos. Os recursos externos são disponibilizados pela comunidade em que a pessoa vive, seus familiares, amigos, conhecidos, local de trabalho, grupos de igreja, políticas públicas, entre outros. A esses grupos e a percepção que cada indivíduo tem sobre o quanto de recursos externos estão disponíveis, damos o nome de apoio social.

## Apoio social

O apoio social pode ser descrito e compreendido tanto em termos de funcionalidade, referindo-se à percepção do sujeito do apoio disponível em momentos de dificuldade ou de desafios para seu desenvolvimento, quanto em termos de estrutura, referindo-se a características como coesão, composição e tamanho do apoio recebido e as redes que o fornecem. Para compreender o nível percebido de apoio social, é possível avaliar o tipo de apoio, a qualidade do apoio e suas fontes (COLTRO; PARAVENTI; VIEIRA, 2020; GRIEP *et al.*, 2005). São destacadas como possíveis fontes de apoio social as relações amorosas, amigos, família, professores, vizinhos ou quaisquer outras pessoas com as quais o indivíduo partilhe de vínculos interpessoais, bem como a participação de grupos sociais e/ou comunitários (ALANKO; LUND, 2020; NUNES; PONTES; SILVA, 2020; ANTONI; GALELI; ROCHA, 2019). O apoio social também pode ocorrer no nível macro, na rede formal, no formato de políticas públicas que atendam demandas de uma determinada população, garantindo sua proteção social e contribuindo com seu desenvolvimento saudável a partir, por exemplo,

do acesso à saúde e à assistência social, através de programas, benefícios e serviços diversos (GOVERNO FEDERAL, 2020; XIMENES *et al.*, 2021).

Essa medida diz respeito à percepção que a pessoa tem daquilo que está à sua disposição quando enfrenta situações de necessidade, podendo esse apoio ser material, emocional, afetivo, entre outros (COLTRO; PARAVENTI; VIEIRA, 2020). São importantes fatores na avaliação e na correlação com o apoio social: o tamanho da rede relacional e sua composição, a história da relação, a intensidade do vínculo, a frequência de contatos, bem como os tipos de função de ajuda (SILVA, 2018). O apoio social, quando aliado à autoestima, também tem sido relacionado a um bom desenvolvimento da saúde mental, física, do bem-estar e da resiliência (ALANKO; LUND, 2020).

Quando se trata da população transexual e travesti, a percepção do apoio social, tanto no nível macro quanto micro, é marcada pela transfobia das principais fontes consideradas regularmente como fontes de apoio, ou seja, instituições públicas e privadas e também dos círculos familiares, do trabalho e da escola (MILNER *et al.*, 2019; GONÇALVES; TRUJILLO, 2020; GORMAN *et al.*, 2020; RAIMUNDO *et al.*, 2021). Nesse sentido, percebe-se no cenário brasileiro atual elevados índices de evasão escolar na população transexual, em decorrência das inúmeras violências perpetradas contra essa população nas escolas. Desde o não respeito ao nome social, até agressões físicas, a escola, que deveria ser uma importante fonte de apoio social, vem se mostrando um ambiente de reprodução de exclusão e preconceito, marcado pelo despreparo para lidar com a diversidade (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020; RAIMUNDO *et al.*, 2021).

Concomitantemente, a inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho formal é marcada por amplas barreiras de diferentes ordens: baixa escolaridade e falta de qualificação devido à exclusão escolar; escassez de políticas públicas e estratégias governamentais de combate à transfobia e de promoção de oportunidades de emprego e qualificação para pessoas trans; discriminação e preconceito nos processos seletivos; e, quando aprovados, no próprio cotidiano de trabalho (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Em decorrência disso, muitas pessoas transexuais se veem obrigadas a recorrer a meios informais de emprego, dentre eles, a prostituição, que foi apontada por Milner e colaboradores (2019) como sendo associada aos baixos níveis de apoio social e qualidade de vida, bem como a chances aumentadas

de discriminação, abuso e estigmatização, principalmente comparado a um grupo controle de mulheres transexuais que não tinha a prostituição como fonte de renda.

Ademais, o apoio familiar aparece como um fator essencial no desenvolvimento de resiliência em pessoas trans, sendo associado também a elevados níveis de saúde mental e bem-estar, bem como a baixos níveis de depressão, sintomas internalizantes e externalizantes e ideação e tentativa de suicídio. Gestos positivos e de aceitação familiar, como o uso do nome social, tiveram impactos significativos na autopercepção de amor e aceitação (ALANKO; LUND, 2020; GORMAN *et al.*, 2020; PUCKETT *et al.*, 2019). Os apoios de amigos e parceiros também se mostram importantes, na medida em que se associam ao bem-estar, estando a percepção de seu apoio marcada como fator protetor contra angústia psicológica, ideação suicida, ansiedade e depressão (ALANKO; LUND, 2020; PUCKETT *et al.*, 2019; SILVA, 2018).

Desse modo, o apoio às pessoas transexuais e travestis em seus diferentes níveis e categorias na adolescência, em especial, pode prevenir situações de risco futuras através da escolarização e capacitação para o mercado de trabalho, bem como do suporte familiar e relacional bem orientado e com aceitação (ALANKO; LUND, 2020; GONÇALVES; TRUJILLO, 2020). Em situações de vulnerabilidade já existentes, a rede de apoio pode auxiliar na criação de estratégias para lidar com a situação de vulnerabilidade, ao fornecer suportes variados, sejam de cunho emocional, material, entre outros (SILVA, 2018).

Com vistas a desenvolver uma análise que facilite a compreensão de quais fatores podem ajudar a explicar o bem-estar subjetivo de pessoas transexuais, tomando como base, para isso, a resiliência e o apoio social percebido, uma pesquisa foi realizada para orientar e embasar as discussões deste capítulo.

## **Método**

Esse estudo contou com a participação de 28 homens transexuais e 26 mulheres transexuais maiores de 18 anos. A média de idade foi de 29,04 anos (DP=8,40), e a média de idade do início de transição de 25,96 anos (DP=7,87).

Esses participantes foram convidados a responder um questionário fechado, formado por:

*Questões sociodemográficas.* Foram incluídas questões para caracterização da amostra, como idade, gênero, renda, escolaridade, além de perguntas fechadas acerca da vivência transexual, tais como se a família reconhece a identidade de gênero (sim ou não); quais tipos de violência já sofreu? (não se aplica, violência psicológica, agressão verbal, agressão física); como você avalia seu estado atual de saúde? (ruim, regular, boa, excelente); e a percepção do acesso à educação, mercado de trabalho e instituições de saúde.

*Escala de Bem-Estar Subjetivo.* Instrumento desenvolvido por Albuquerque e Tróccoli (2004), essa escala é composta por 69 itens, que devem ser respondidos em uma escala tipo Likert, que varia de 1 (Nem um pouco/Discordo plenamente) a 5 (Extremamente/Concordo plenamente). Os índices de consistência interna nessa amostra foram de  $\alpha=0,96$  para afetos positivos;  $\alpha=0,96$  para afetos negativos; e  $\alpha=0,92$  para satisfação com a vida.

*Escala Breve de Resiliência.* Desenvolvida por Smith e colaboradores (2008) e adaptada para o contexto brasileiro por Maroco e colaboradores (2014), essa escala avalia a capacidade dos participantes em se recuperarem de eventos negativos e estressantes e possui seis itens (ex.: eu tenho dificuldades quando preciso enfrentar eventos estressantes; eu tendo a me reerguer rapidamente após passar por dificuldades). Esses devem ser respondidos com base em uma escala tipo Likert, variando de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente). O índice de consistência interna nessa amostra foi de  $\alpha=0,70$ .

*Escala de Apoio Social.* Desenvolvida por Sherbourne e Stewart (1991) e validada no Brasil por Griep e colaboradores (2005), esse instrumento avalia cinco dimensões do apoio social: Material (ex.: para levá-lo ao médico), Afetivo (ex.: que lhe dê um abraço), Interação Social (ex.: para se divertir junto), Emocional (ex.: que compreenda seus problemas) e Informacional (ex.: para dar informações que ajudem). A escala é formada por 19 itens que devem ser respondidos em uma escala tipo Likert de cinco pontos, que varia de 1 (Nunca) a 5 (Sempre). Os índices de consistência interna (alfas de Cronbach) das dimensões nessa amostra variaram entre 0,91 (Apoio Afetivo) e 0,96 (Apoio Emocional).

*Inventário de Funcionamento Psicológico Positivo.* Desenvolvido por Su, Tay e Diener (2014) e adaptado para o contexto brasileiro por Gabardo-Martins e Ferreira (2018), esse instrumento avalia as sete dimensões (relacionamentos positivos, engajamento, domínio, autonomia, sentido, otimismo e bem-estar subjetivo) mediante 54 itens que devem ser respondidos em uma escala de cinco pontos tipo Likert variando de 1 (Discordo fortemente) a 5 (Concordo fortemente).

Foi construído um questionário *online*, divulgado a partir de um *link* compartilhado em redes sociais. A divulgação foi feita principalmente em grupos e páginas voltadas para discussões relacionadas a transexualidades e travestilidades bem como de movimentos sociais LGBTI+. Poderiam responder ao questionário pessoas que se identificassem como mulher transexual ou homem transexual com idade igual ou superior a 18 anos e que fossem residentes no Brasil à época da aplicação. Antes de responder o questionário online era apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido, contendo todas as informações sobre riscos e benefícios, além do *e-mail* para contato com o pesquisador. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (CAAE: 56900116.8.0000.5542).

As análises estatísticas foram feitas com auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 18. Além das análises descritivas do questionário sociodemográficos e dos constructos avaliados, foram realizadas análises de correlação e de regressão, com o intuito de avaliar como os construtos estudados se relacionam com o bem-estar subjetivo, entre si e com os dados sociodemográficos.

## Resultados e discussão

Dentre os resultados obtidos, alguns se destacam e serão base para as considerações que se seguirão sobre sua influência no bem-estar da população transexual, sendo necessários para a compreensão das dimensões de apoio social e fatores preditivos de bem-estar nas pessoas entrevistadas.

Do total de entrevistados, 55,6 % afirmam ter o reconhecimento familiar em relação à sua identidade de gênero, enquanto 44,4 % indicam não o ter. Ainda sobre a família, uma parte significativa da amostra (44,4 %) se considera próxima da rede familiar, enquanto 25,9 % considera-se pouco próximos, 22,2 % muito próximos e 7,4 % nada próximos. Já quanto às relações íntimas, compreendidas enquanto pessoas com quem se sentem confortáveis para falar sobre qualquer assunto, a maioria dos participantes (37 %) disse contar com uma ou duas relações íntimas.

No âmbito escolar, por sua vez, embora 68,5 % da amostra estivesse em alguma medida incluída no Ensino Superior, de modo completo ou não, na avaliação geral

que fizeram dos processos de acesso à educação ao longo da vida – desde a matrícula até o respeito de sua identidade de gênero no cotidiano –, 42,6 % classificaram o acesso à educação como pouco ou nada adequado. Na esfera trabalhista, em concomitância, o ingresso ao mercado formal de trabalho para 74 % dos participantes foi considerado uma experiência difícil ou muito difícil.

Os participantes foram perguntados sobre a avaliação que fazem sobre o processo de atendimento em instituições de saúde (considerando desde o momento da chegada e atendimento na recepção ao atendimento médico, psicológico ou de outros tipos que tenha feito). Do total, 29 participantes (53,7 %) avaliaram o processo como pouco adequado ou nada adequado. Com relação à avaliação da percepção sobre o próprio estado de saúde, do total 22 consideraram regular (40,7 %), 20 consideraram o estado de saúde no momento da pesquisa como bom (37 %), 7 participantes avaliaram como ótimo (13 %) e 5 como ruim (9,3 %).

Em relação às violências sofridas, 92,6 % dos entrevistados afirmam ter sofrido algum tipo de violência e boa parte deles (88 %) não realizou registros formais. Houve diferença significativa em relação aos tipos de violências sofridos por homens transexuais e mulheres transexuais,  $\chi^2(2) = 7,300$ ;  $p = 0,026$ . O tipo de violência mais frequente descrita pelos homens transexuais foi a agressão verbal com 16 respostas (33,3 %), enquanto a violência mais sofrida pelas mulheres transexuais foi a agressão física, somando 10 respostas (20,8 %). Ademais, a família aparece como principal fonte de perpetração das violências contra os transexuais entrevistados (24 %).

Tomados em conjunto, os resultados obtidos refletem muitos dos desafios cotidianos enfrentados pela população transexual e que impactam diretamente os níveis de bem-estar desses indivíduos.

A avaliação do bem-estar envolveu aspectos ligados tanto ao apoio social quanto à resiliência, compreendidos como fatores internos e externos que podem influenciar sua percepção (ALANKO; LUND, 2020; TANKERSLEY *et al.*, 2021). Neste estudo não foram encontradas diferenças entre os níveis de bem-estar de mulheres transexuais ( $M = 2,64$ ;  $DP = 0,87$ ) e homens transexuais ( $M = 2,77$ ;  $DP = 0,69$ ). Entretanto, as médias apresentadas pelo grupo estão abaixo da média teórica, o que indica a importância de se pensar em formas práticas de elevar a percepção de bem-estar em programas específicos ou em espaços que já existam como grupos vinculados ao processo transexualizador do SUS.

## O bem-estar

Foi realizada inicialmente uma análise de correlação para verificar se o bem-estar subjetivo estava relacionado aos outros construtos avaliados pelas escalas. No entanto, todos os fatores das escalas apresentaram correlação significativa uns com os outros. Assim, não é possível dizer que construtos são mais importantes a partir dessas análises, mas apenas que eles interferem mutuamente na percepção do indivíduo sobre todos estes aspectos. Todas as correlações foram positivas, ou seja, quanto maior a percepção do nível de um, maior a percepção dos outros.

Neste sentido, buscou-se verificar quais construtos e dados sociodemográficos podem contribuir para explicar o nível de bem-estar subjetivo dos participantes. Para isso, foi realizada uma regressão linear múltipla, utilizando o método *forward*, inserindo a média geral do bem-estar subjetivo como variável dependente e como possíveis preditores: idade, idade de transição, proximidade da família, apoio da família, número de relações íntimas, percepção do estado de saúde, percepção do acesso à saúde, percepção do acesso à educação, percepção do acesso ao mercado de trabalho formal, a média geral de apoio social, a média geral de resiliência e as médias de seis das sete dimensões do funcionamento psicológico positivo: relacionamentos, engajamento, domínio, autonomia, sentido e otimismo. A média do bem-estar subjetivo desse instrumento não foi incluída na análise por ser o mesmo construto avaliado pela variável dependente.

O modelo encontrado explicou 54 % da variância, com quatro preditores presentes e significativos no modelo,  $Z(4, 48) = 14,14$ ,  $p < 0,001$ . O bem-estar subjetivo foi explicado diretamente pela percepção dos participantes de seu estado de saúde ( $\beta = 0,27$ ;  $t = 2,24$ ;  $p = 0,030$ ), pelo nível percebido de apoio social ( $\beta = 0,26$ ;  $t = 2,26$ ;  $p = 0,028$ ), pelo nível de otimismo ( $\beta = 0,33$ ;  $t = 2,98$ ;  $p = 0,004$ ) e pela percepção que eles possuem de seu acesso à educação ( $\beta = 0,24$ ;  $t = 2,35$ ;  $p = 0,023$ ).

Tais resultados apontam para a importância do apoio social, do otimismo, da percepção do estado de saúde e da percepção do acesso à educação. Dados relativos à saúde vêm sendo utilizados para avaliar o bem-estar e a resiliência de pessoas transexuais, e algumas vezes como principal medida, substituindo instrumentos específicos desses construtos (RIDER *et al.*, 2018). Os níveis de depressão, ansiedade, acesso à saúde e outras medidas são importantes para essa avaliação, porém, é necessário que sejam

avaliadas também outras dimensões. Ainda que o estado de saúde esteja correlacionado com os níveis de bem-estar, ele sozinho não é capaz de explicá-lo, precisando ser levado em conta as relações entre afetos positivos e negativos e a satisfação com a vida.

O estudo apresentado neste capítulo corrobora a importância indicada da relação da percepção do estado de saúde ao bem-estar, sendo um dos preditores dos níveis do bem-estar subjetivo de pessoas transexuais que participaram respondendo ao questionário. Os participantes precisaram fazer uma autoavaliação sobre seu estado de saúde no momento de resposta ao questionário, evidenciando que essa relação está também ligada à própria percepção do sujeito sobre sua saúde e não apenas, ou necessariamente, a instrumentos específicos para sintomas de ansiedade ou depressão, aspecto também destacado nos achados de Rider e colaboradores (2018).

Um segundo preditor do bem-estar foi a percepção dos indivíduos acerca do apoio social disponível. Nesse quesito foram importantes fatores o reconhecimento da família sobre sua identidade de gênero, a proximidade, o apoio da família e o número de relações íntimas (que podem incluir pessoas da família). A percepção do apoio social tem sido indicada como importante nos processos de resiliência como um recurso externo ao indivíduo. Matsuno e Israel (2018) apontam importantes estratégias para o desenvolvimento de resiliência em pessoas transexuais, entre elas, intervenções comunitárias que visem alterar o ambiente social em que tais indivíduos vivem, bem como as normas sociais, leis e práticas que reproduzam estigma e transfobia, através de estratégias educativas com uma variedade imensa de possíveis alvos e de intervenções na advocacia social, visando promover seus direitos. A equipe escolar, outros alunos e profissionais da saúde ganham destaque nos programas educativos, pois são consideradas pessoas estrategicamente importantes para desenvolvimento de bem-estar, resiliência e apoio social. A intenção desse tipo de iniciativa é a de tornar a comunidade um fator de proteção oferecendo recursos externos que sejam positivos ao seu desenvolvimento.

O otimismo foi, nesse modelo, também considerado um preditor do bem-estar dos participantes. Para a psicologia positiva, esse construto extrapola a ideia simplista de ter pensamentos positivos; ele se integra ao modelo quando é compreendido como um modelo de explicação para situações adversas. Isso significa dizer que o otimismo é uma forma como as pessoas podem explicar situações ruins que acontecem em sua vida (RODRIGUES *et al.*, 2021; SELIGMAN, 2019), por exemplo, situações de

transfobia. O modelo otimista busca, então, explicar essas situações ruins como passageiras, específicas (localizadas em um determinado momento) e com causas externas, enquanto o modelo pessimista avalia situações ruins como permanentes, globais e com causas internas (RODRIGUES *et al.*, 2021; SELIGMAN, 2019).

O otimismo, enquanto modelo explicativo e enquanto crenças realistas de que coisas favoráveis ocorrerão, tem sido associado com níveis mais elevados de esperança e bem-estar a longo prazo, especialmente em relação à dimensão de satisfação com a vida, além de aparecer como um importante fator facilitador para o crescimento pós-traumático (DURSUN, 2021). Seligman (2019) também aponta para as relações do otimismo com altos níveis de saúde, bem como com desempenhos acadêmicos e laborais mais elevados. Sendo assim, o otimismo como modelo explicativo de situações adversas tem inúmeros reflexos positivos, constituindo-se como um importante fator para a explicação de bem-estar subjetivo de pessoas transexuais, destacando-se como mais uma ferramenta a ser considerada em intervenções ou ações em espaços que se proponham a desenvolver bem-estar ou direcionadas à saúde.

O acesso à educação apareceu como o quarto preditor do bem-estar quando considerado as correlações entre os diversos dados sociodemográficos e as dimensões avaliadas. Em geral a escola tem sido muito retratada como um espaço pouco acolhedor para pessoas LGBTI+ e principalmente para transexuais e travestis (RAIMUNDO *et al.*, 2021). As instituições, incluindo as de ensino, são organizadas a partir de critérios heteronormativos em que existe pouco ou nenhum espaço para a diversidade, seja no comportamento ou mesmo para a discussão (MELO, 2020). Em geral, o que se procura fazer é esconder ou criar alternativas que sejam consideradas de menor impacto sobre a vida escolar cotidiana, tais como programas educacionais sobre diversidade sexual e de gênero (GORMAN *et al.*, 2020; MATSUNO; ISRAEL, 2018; TANKERSLEY *et al.*, 2021).

Existem regulamentações específicas, federais, estaduais e municipais sobre o uso do nome social e do respeito à identidade de gênero nas instituições de ensino. Essas regulamentações, porém, só são aplicadas com a autorização dos responsáveis legais quando se trata de pessoas com menos de 18 anos, não atingindo muitas crianças e adolescentes transexuais do ensino fundamental e médio regular. Mesmo que essas medidas existam, assim, apenas uma parte da população transexual e travesti

tem conseguido se beneficiar dela (CARMO; FUMES; LIRA, 2021). Por isso, destaca-se a importância do trabalho integrado entre escola, família e comunidade em favor do desenvolvimento de redes de apoio para pessoas transexuais e travestis e que sejam positivas no desenvolvimento de resiliência e bem-estar.

Em estudo com adolescentes, sem recorte de identidade de gênero, Alves e Dell'Aglio (2015) demonstram a importância da escola e da família enquanto fontes de apoio social como fator de proteção para comportamentos de risco e situações de vulnerabilidade. Para eles, quanto maior a percepção dos adolescentes sobre o apoio percebido menor a chance do envolvimento com comportamentos de risco. Para as pessoas transexuais e travestis, a adolescência é apontada como um momento crucial, pois é nesse período da vida em que o abandono escolar pode afetar sua formação profissional e conseqüente entrada no mercado formal de trabalho (GONÇALVES; TRUJILLO, 2020; RAIMUNDO *et al.*, 2021).

## **Considerações finais**

A partir das discussões efetuadas ao longo deste capítulo, foi possível visualizar a complexidade na avaliação e explicação do construto de bem-estar subjetivo, mais especificamente, de pessoas transexuais. Sua percepção é multifatorial levando em consideração recursos internos e externos, e reforça a importância de garantir à população transexual e travesti o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, como fatores importantes para a percepção e desenvolvimento de bem-estar. Sugere-se a possibilidade de promover intervenções a nível individual e comunitário quando observamos a importância do otimismo e do apoio social para os níveis de bem-estar, ampliando a compreensão acerca de construtos tão vitais para a promoção da qualidade de vida da população transexual.

Como consideração final vale destacar a importância da proximidade da família e do apoio da família para percepção do apoio social, resiliência e bem-estar, ao mesmo tempo, lembrar que a família ainda é uma das principais relações de violência. Porém, quando há reconhecimento da família da identidade de gênero, proximidade e apoio algumas coisas no cenário da vida da pessoa transexual podem mudar, sugerindo que quanto maior esses níveis, maior a percepção desses fatores. Adicionalmente,

discussões sobre diversidade de gênero e de orientação sexual, bem como discussões sobre outros tipos de preconceito em instituições de ensino de todos os níveis são fundamentais para que esses assuntos passem a ser discutidos mais abertamente na sociedade e sejam abordados de outras formas e em outros contextos como, por exemplo, espaços de saúde e segurança.

## Referências

- ALANKO, K.; LUND, H. Transgender youth and social support: a survey study on the effects of good relationships on well-being and mental health. **Young**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 119-216, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1103308819850039>
- ALBUQUERQUE, A. S.; TRÓCCOLI, B. T. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 153-164, 2004.
- ALVES, C. F.; DELL'AGLIO, D. D. Apoio social e comportamentos de risco na adolescência. **Revista de Psicologia da PUCRS**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 165-175, 2015.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Boletim n. 002-2021**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- CARMO, B. C. M.; FUMES, N. L. F.; LIRA, W. P. Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar. **Educação**, Santa Maria, v. 46, n. 1., p. 1-26. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644440406>
- COLTRO, B. P.; PARAVENTI, L.; VIEIRA, M. L. Relações entre parentalidade e apoio social: revisão integrativa de literatura. **Contextos Clínicos**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>
- DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological bulletin**, [S. l.], v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984.
- DIENER, E. *et al.* Subjective well-being: three decades of progress. **Psychological bulletin**, [S. l.], v. 125, n. 2, p. 276-302, 1999.
- DURSUN, P. Optimism, hope and subjective well-being: a literature overview. Çatalhöyük **uluslararası turizm ve sosyal arařtırmalar dergisi**, Çatalhöyük, v. 6, p. 61-74, 2021.
- FUCHS, J. J. B.; HINING A. P. S.; TONELI, M. J. F. Psicologia e cisonormatividade. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 33, 2021.
- GABARDO-MARTINS, L. M. D.; FERREIRA, M. C. Psychometric properties of the Inventory of Thriving: brief and comprehensive versions. **Trends in psychology**, v. 26, n. 3, p. 1573-1587, 2018.
- GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. F. R. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 381-387, 2012.
- GIACOMONI, C. H. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2004.
- GONÇALVES, J. V. R.; TRUJILLO, R. A. S. De la esquina a la oficina: un análisis sobre la ausencia de mujeres transgénero en el mercado laboral formal en Goiás. **Pensamiento americano**, Barranquilla, v. 13, n. 26, p. 33-50, 2020.
- GORMAN, K. R. *et al.* Coping, resilience, and social support among transgender and gender diverse individuals experiencing gender-related stress. **Psychology of sexual orientation and gender diversity**. Advance online publication. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1037/sgd0000455>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O que é [Assistência Social]. **Gov.br**, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/o-que-e>. Acesso em: 25 jul. 2023.

- GRIEP, R. H. *et al.* Validade de construto de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 703-714, 2005.
- LELUTIU-WEINBERGER, C.; ENGLISH, D.; SANDANAPITCHAI, P. The roles of gender affirmation and discrimination in the resilience of transgender individuals in the US. **Behavioral Medicine**, [S. l.], v. 46, n. 3-4, p. 175-188, 2020.
- MAIA, G. F.; PIRES, G. As transformações no dispositivo da transexualidade a partir da luta pela despatologização. *In*: XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2018. Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Rio Grande do Sul: 2018. p. 1-18. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidsp/article/viewFile/18825/1192612086>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- MAROCO, J. *et al.* Adaptação transcultural Brasil-Portugal da Escala Brief Cope para estudantes do ensino superior. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 15, n. 2, p. 300-313, 2014.
- MATSUNO, E.; ISRAEL, T. Psychological interventions promoting resilience among transgender individuals: transgender resilience intervention model (TRIM). **The Counseling Psychologist**, [S. l.] v. 46, n. 5, p. 632-655, 2018.
- MELO, A. M. M. **Educação e religião**: entrelaçamentos e influências na vida das pessoas transexuais. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2020.
- MILNER, A. N. *et al.* Sex work, social support, and stigma: experiences of transgender women in the Dominican Republic. **International Journal of Transgenderism**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 403-412, 2019.
- NUNES, T. G. R.; PONTES, F. A. R.; SILVA, L. I. C. Juventude e apoio social: um olhar sobre as redes sociais de estudantes paraenses. **Práxis educativa**, Ponte Grossa, v. 15, p. 1-21, 2020.
- OLIVEIRA, K. S. Resiliência: definição, modelos teóricos e compreensão histórica sobre o conceito. *In*: OLIVEIRA, K. S.; NAKANO, T. C.; PALUDO, K. I. (org.). **Resiliência: teoria, avaliação e prática em psicologia**. São Paulo: Hogrefe, 2021. p. 12-25.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. 10 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- PUCKETT, J. A. *et al.* Mental health and resilience in transgender individuals: what type of support makes a difference? **Journal of Family Psychology**, [S. l.], v. 33, n. 8, p. 954-964, 2019.
- RAIMUNDO, L. H. *et al.* As travestis, transexuais e transgêneros (TTTs) e a escola: entre a (re)produção e a denúncia dos corpos abjetos. **Research, Society and Development**, [S. l.] v. 10, n. 10, 2021.
- RIDER, G. N. *et al.* Health and care utilization of transgender and gender nonconforming youth: a population-based study. **Pediatrics**, [S. l.], v. 141, n. 3, 2018.
- ROCHA, R. Z.; GALELI, P. R.; ANTONI, C. Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 12, n. 1, p. 124-152, 2019.
- RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. Histórias das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200768>. Acesso em 24 ago. 2023.
- RODRIGUES, M. *et al.* **Otimismo e positividade tóxica**. Cartilha do Curso de Extensão Psicologia da Felicidade e do Bem-estar. 2. ed. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.
- RYFF, C. D.; KEYES, L. M. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, [S. l.], v. 69, n. 4, p. 719-727, 1995.
- SELIGMAN, M. E. P. **Florescer**: uma nova e visionária interpretação da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- SELIGMAN, M. E. P. **Aprenda a ser otimista**: como mudar sua mente e sua vida. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- SHERBOURNE, C. D.; STEWART, A. L. The MOS social support survey. **Social Science & Medicine**, [S. l.], v. 32, n. 6, p. 705-714, 1991.
- SILVA, M. F. **Trajetórias trans**: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

- SMITH, B. W. *et al.* The brief resilience scale: assessing the ability to bounce back. **International Journal of Behavioral Medicine**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 194-200, 2008.
- SNYDER, C. R.; LOPEZ, S. J. **Psicologia Positiva**: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. São Paulo: Artmed, 2009.
- SU, R.; TAY, L.; DIENER, E. The development and validation of the Comprehensive Inventory of Thriving (CIT) and the Brief Inventory of Thriving (BIT). **Applied Psychology: Health and Well-Being**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 251-279, 2014.
- TANKERSLEY A. P. *et al.* Risk and resilience factors for mental health among transgender and gender nonconforming (TGNC) youth: a systematic review. **Clinic Child Family Psychological Review** [S. l.], v. 24, n. 2, p. 183-206, 2021.
- TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Transgender Europe**: IDAHOT TMM Press Release, May 8th 2015. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2015/TMM-IDAHOT2015/TMM-PR-IDAHOT2015-en.pdf>
- VICENTE, A. L. C. Contexto Brasileiro: avanços e retrocessos nas discussões de gênero, sexualidade e direitos humanos. **Revista Discente Planície Científica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2021.
- XIMENES, V. M. *et al.* Apoio social para pessoas em situação de rua: interface com saúde, direitos humanos e dimensão subjetiva. **Psicoperspectivas**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 18-29, 2021.
- YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 75-84, 2003.
- ZUCCHI, E. M. *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 35, n. 3, 2019.

# Gestalt-terapia e o atendimento online de homens trans: relato de experiência de estágio durante a pandemia da covid-19

Andrea dos Santos Nascimento

Ana Luiza Magalhães Gonçalves

Marcela Fernandes Fulgêncio

A Gestalt-terapia é uma abordagem humanista, existencial-fenomenológica, fundada em 1951 por Isadore From, Paul Goodman, Paul Weisz, Sylvester Eastman, Elliot Shapiro, Laura Perls e Fritz Perls – conhecidos como o Grupo dos Sete (FRANZÃO, 2013). Essa teoria, porém, ganha forças apenas anos depois em um contexto pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), de crise política e de opinião pública provocada pela Guerra do Vietnã (1955-1975) nos Estados Unidos e de alinhamento ao emergente movimento da Contracultura no final da década 60. Teve em seu fundamento críticas profundas à lógica positivista, que ditava a produção do conhecimento científico e desenhava os limites do que se encaixava no rigor do que era aceito como ciência ou não. Indo de encontro às doutrinas deterministas, reducionistas, mecanicistas e fatalistas e ao pensamento patologizante (algumas comuns à psicanálise e ao behaviorismo), a Gestalt-terapia se propôs a debruçar-se sobre o ser

humano, suas potencialidades, vivências, saúde, autenticidade, integralidade, suas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo (FRAZÃO, 2013; FREITAS, 2016; RIBEIRO, 2012).

Os conceitos e as ideias da Gestalt-terapia advêm de diversos autores, entre eles Reich, Smuts, Goldstein, Lewin, Freud, Husserl, Kierkegaard, Buber, Heidegger, Sartre, Köhler, Wertheimer e Koffka, além de ideias baseadas em filosofias existenciais e no zen budismo. Tendo isso em vista, esta revisão teórica abordará alguns, entre os diversos, conceitos de base para a compreensão da atuação clínica a partir da Gestalt-terapia.

Conforme afirma Ribeiro (1985), a Gestalt-terapia pode ser compreendida para além da perspectiva clínica, mas também como uma postura diante da vida, em que se busca um contato vivo com o mundo e com as pessoas considerando suas singularidades, sem julgamentos. A postura fenomenológica do psicoterapeuta questiona de modo a não se submeter a julgamentos prévios, o que coloca em suspenso interpretações, ideias e o senso comum, para assim compreender as informações a partir daquilo que se mostra, daquilo que aparece (REHFELD, 2013). Nessa lógica, a clínica em Gestalt-terapia compreende as manifestações do cliente – meio do corpo, da fala, do silêncio, do desenho, da música, dentre outras expressões – para descrever o que se passa com o sujeito. Aproveita-se somente aquilo que o discurso nos revela, de forma que não importam tanto os fatos em sua relação de causalidade, mas o sentido que a pessoa atribui à vivência de sua própria experiência (REHFELD, 2013; RIBEIRO, 1985).

A compreensão fenomenológica em Gestalt-terapia considera o organismo a partir da concepção de o todo e suas partes. Nesse sentido, o todo corresponde ao fato fenomenológico global, enquanto as partes são os modos como o todo é percebido pelo indivíduo, a partir de sua experiência (RIBEIRO, 1985). Com as partes têm-se então a configuração de uma nova estrutura, que tem íntima relação com o todo, mas que nos é apresentada de modo singular.

A compreensão do fenômeno indica que a principal ferramenta de trabalho da abordagem gestáltica é a relação dialógica. Ao contrário de outras linhas teóricas que pressupõem neutralidade e distanciamento do terapeuta em relação ao seu cliente, a Gestalt-terapia aponta em outra direção. Entende o profissional que acolhe como um ser humano dotado de singularidade, que tem uma história de vida própria e que

sente, também à sua maneira, o que acontece no *setting* terapeuta-cliente (FREITAS, 2016). Sendo assim, o sucesso terapêutico é pautado a partir da relação e da postura acolhedora, livre de julgamentos, ativa e genuína do terapeuta, que se coloca completamente disponível ao encontro com o outro, reconhecendo nele ou nela suas potencialidades e sua autenticidade (CARDOSO, 2013; FREITAS, 2016). Ribeiro (1985) ensina que a relação dialógica “significa o encontro real entre duas pessoas, numa relação partidária, em que ambos estão sob uma única luz, o fato de estar e ser no mundo numa tentativa de compreender, avaliar, fortalecer, singularizar, o que significa de fato existir” (RIBEIRO, 1985, p. 15).

É a partir dessa relação que o indivíduo vivenciará o reconhecimento de si, entrando em um estado de *awareness* – presentificando sua experiência e tomando consciência sobre o passado e futuro, no aqui e agora (CARDOSO, 2013). Para isso, é necessário que haja contato, construto que se configura pelo movimento de emergência e imergência de figuras em relação ao fundo (FRAZÃO; FUKUMITSU, 2014). Percebemos a totalidade, compreendida como o fundo, e dependendo da vivência ou experimentação de determinados afetos, algo se destaca desse fundo e passa para primeiro plano, que é denominado como figura (FRAZÃO, 2013). Portanto, entende-se que a figura existe no fundo e que sua projeção se dá em um movimento circunstancial (FRAZÃO, 2013; RIBEIRO, 1985).

O contato – com pessoas, objetos, ações, comportamentos – opera por aproximação ou afastamento e é nesse fluxo que ocorre a apreensão da realidade e a interação organismo/ambiente, promotora de mudanças, amadurecimento e crescimento. O lugar dessa inter-relação e da experiência é a fronteira de contato, em que a pessoa se compreende em um meio e com ele interage – sendo influenciada, mas também o moldando. Como o próprio nome aponta, a fronteira se concebe no “entre”, delimitador do “eu” e do “não eu”, e no que nele acontece (FRAZÃO; FUKUMITSU, 2014).

Com base na Teoria de Campo de Lewin, a Gestalt-terapia entende que a pessoa é um universo fechado que mantém relação com um universo mais amplo. Ou seja, o comportamento só se torna compreensível quando é percebido dentro do campo no qual a pessoa está em relação (RIBEIRO, 1985; RODRIGUES, 2013). Lewin enfatiza duas propriedades fundamentais à teoria de campo: a (1) diferenciação, isto é, a separação do resto do mundo por meio de um limite contínuo; e a (2) relação parte-todo, que compreende a inclusão da pessoa em um universo mais amplo (RIBEIRO, 1985).

Nesse seguimento, o campo do sujeito tem relação com o “quando” e “onde” uma situação produziu novos sentidos em sua percepção. Além disso, esse conceito é capaz de fomentar a noção de tempo como um método, para articular no aqui e agora os dados do passado e indicar possibilidades para o futuro (RODRIGUES, 2013). O campo acessado no processo de psicoterapia é o campo do cliente, em outras palavras, é a versão do cliente, é a verdade a partir de sua percepção (RIBEIRO, 1985). Perls enfatiza que, enquanto um método, a Teoria de Campo traz para o encontro entre psicoterapeuta e cliente, não somente o que o cliente pensa ou fala, mas também “do que” e “como” ele faz. O que contribui para que o cliente possa se conhecer mais profundamente, ao entrar em contato com experiências daquilo que ele já viveu (RODRIGUES, 2013).

Com a teoria organísmica, Goldstein reconhece a autorregulação organísmica como a lei que rege o funcionamento do sujeito, haja vista que essa é a primeira função do organismo no processo de interação entre campo-organismo-meio (LIMA, 2013). A autorregulação pode ser entendida como uma força que direciona o indivíduo a independência, a maturidade e a autodireção, desse modo, é um fluxo potencial de crescimento, que objetiva alcançar o desenvolvimento do organismo (RIBEIRO, 1985). Dessa forma, a terapia segundo a abordagem gestáltica preza pelo desenvolvimento do autossuporte, em que o cliente é capaz de recrutar os próprios recursos para lidar com as adversidades que se apresentam, e se orienta então pelos processos de: a) ampliação da *awareness* (consciência/percepção de si, dos outros e do mundo) e b) de integração da pessoa quanto às suas necessidades, expectativas, modos de ser e possibilidades, sempre atualizadas na relação organismo-meio (FREITAS, 2016).

Essa concepção salienta que o sujeito deve ser compreendido como um sistema biopsicossocial, em que mente/corpo e interação com o meio mantêm uma relação infinita de permuta, a fim de se alcançar a autorregulação (LIMA, 2013). Nesse sentido, o ambiente transforma o organismo, assim como, o organismo transforma o ambiente, em uma relação de cocriação. Contudo, Ribeiro (1985) salienta que o meio pode forçar a pessoa a adaptar-se a fatos estranhos à sua natureza, direcionando-o a um caminho contrário à autorrealização. Uma vez apresentados, mesmo que de forma ampla, a Abordagem Gestáltica, falaremos um pouco sobre a população LGBTI+.

Tomando as experiências da população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexo e demais pessoas sexo-gênero diversas) como exemplo, é preciso problematizar no contexto sociocultural a existência de uma cis-heteronormatividade compulsória que exclui e aniquila os modos de existência que divergem do que é considerado a norma. Destarte, tem-se uma norma social que cristaliza as experiências por meio de um conjunto de papéis sociais que determinam modos binários (homem *versus* mulher) de agir, pensar e existir – utilizando o controle e a vigilância para obrigar as pessoas a se conformarem com a ideia histórica de heterossexualidade dominante (BARROS, 2020).

Tal forma de controle exercido sobre a população afeta diretamente o grupo LGBTI+, criando e alimentando estigmas, o que limita o processo flexível de dirigir-se criativamente ao novo, fomentando ainda mais a comparação entre o normal *versus* desviante e o binarismo de gênero. À luz da Gestalt-terapia, essa forma de funcionamento social violenta, interrompe e causa adoecimento aos sujeitos LGBTI+, concebendo ajustamentos criativos neuróticos (BARROS, 2020).

Quando o organismo é negligenciado, violentado e impedido de se autorrealizar, o excitamento pode ser bloqueado, o que faz com que as necessidades permaneçam no fundo e que o fluxo de formação de figuras seja interrompido. Nesse ínterim, o fluxo de *awareness* é suspenso e emergem somente figuras fracas, débeis e inexpressivas, que não correspondem às principais demandas do fundo (BARROS, 2020). O organismo que deveria ser capaz de agir ao encontro de suas realizações, fica estagnado, impedido de viver autenticamente ou congruentemente, total ou parcialmente, consigo e com os demais, preso à sensação de inadequação ou de incompetência.

Diante desse cenário, a clínica em Gestalt-terapia se ocupa dessas questões em um movimento ético, compreendendo as interfaces históricas, sociais e culturais que se fazem presentes na experiência LGBTI+. A Psicologia, que nesse texto se posiciona criticamente, deve atuar com responsabilidade social, respeitando os seguimentos do Código de Ética Profissional da categoria, bem como as resoluções do Conselho Federal de Psicologia no que tange a essa discussão. No processo de cuidado da saúde mental da população LGBTI+, a aceitação do cliente por parte do profissional de psicologia abre caminhos para que o cliente entre em contato com seu próprio processo de autoaceitação e de *awareness*, o que também o auxilia em sua caminhada de descolonização sobre seus corpos (BARROS, 2020).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) possui um papel indispensável em seus três principais eixos de atuação: regulamentação, orientação e fiscalização do exercício profissional. Dentro disso, há a elaboração e defesa do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) que, além de trazer as regras a serem seguidas, visa também provocar reflexões acerca da prática da Psicologia e apontar os modos de conduta ideais que assegurem o reconhecimento do ofício.

O atual Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), é o terceiro já produzido pelo CFP, norteia a atuação da classe destacando a responsabilidade social e pautando-a nos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na promoção de saúde e na erradicação de violências e opressões. Ademais, deixa explicitamente proibido ao psicólogo e à psicóloga em exercício a imposição de e/ou a coação a crenças de cunho político, religioso, ideológico e de diversidade sexual, bem como a reprodução de preconceitos e uso dos conhecimentos da Psicologia como método de punição e tortura.

No que se refere mais diretamente ao atendimento à população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos, entre outras identidades e orientações marginalizadas), o CFP possui duas normativas que merecem destaque. A primeira delas é a Resolução CFP n. 001/99 (CFP, 1999), que dispõe sobre as regras para atuação do profissional em relação à orientação sexual. Essa normativa enfatiza uma postura ética voltada para o combate ao preconceito e à violência, endossando uma perspectiva não patologizante das orientações que escapam a heteronormatividade; veda aos psicólogos engajarem-se em “terapias de reversão sexual” ou “terapias de conversão” (popularmente chamadas de “cura-gay”).

A segunda regulamentação consiste na Resolução CFP n. 001/2018 (CFP, 2018), que configura as normas para psicólogos(as) em exercício com pessoas transexuais e travestis. Em consonância com a resolução apresentada anteriormente, mas voltada para a questão da identidade de gênero, também reforça o compromisso do(a) profissional com a ética e com o fim dos preconceitos, discriminações, violências e opressões contra a população transgênero a partir da visão não patologizante sobre essas identidades. Igualmente, proíbe aos psicólogos e psicólogas qualquer ação que se direcione a adequação da pessoa trans à norma cisgênera, como as “terapias de readequação de identidade de gênero”, um sinônimo das falácias anticientíficas já mencionadas e agrupadas no grande guarda-chuva da “cura-gay”.

## Pandemia e a realidade da população LGBTI+

Em março de 2020, a doença do Coronavírus (covid-19) foi classificada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para conter a disseminação do vírus no Brasil, foi decretado estado de emergência sanitária no dia 11 de março de 2020 por meio da Portaria n. 356 (BRASIL, 2020) e implementado o estágio de quarentena nos estados do país. Diversas restrições de contágio foram decretadas, como o fechamento do comércio não essencial e das instituições de ensino e aprendizagem, distanciamento social, isolamento social, uso de máscaras, higienização das mãos, das superfícies de contato e do ambiente (AQUINO *et al.*, 2020).

A pandemia do coronavírus provocou mudanças que tiveram consequências nos âmbitos coletivos e individuais. Sabe-se que o medo de ser infectado pelo vírus tem afetado o bem-estar psicológico da população – com aumento dos casos de suicídio e dos sintomas de ansiedade, depressão e estresse (SCHMIDT *et al.*, 2020). Alicerçado a isso, as experiências de isolamento físico e social se apresentam como um elemento estressor (ARMOUR *et al.*, 2020; SCHMIDT *et al.*, 2020), na medida em que podem reduzir o senso de conexão, intensificar a solidão e aumentar a prevalência de doenças mentais (ARMOUR *et al.*, 2020).

Cabe ressaltar que a pandemia não é experienciada da mesma forma por todas as pessoas no “continente” brasileiro de intensa desigualdades sociais: nesse cenário atípico, a vivência de grupos minoritários em sociedade continua atravessada por estigmas, preconceitos, violências e processos de marginalização. Diante disso, é fundamental compreender que há particularidades mais evidentes para cada um desses grupos e suas interseccionalidades – LGBTI+ (com destaque para pessoas transgênero), mulheres, pessoas negras e de classes baixas – são as mais afetadas em todos os aspectos (VOTELGBT, 2020).

Tratando-se da população LGBTI+, algumas delas foram evidenciadas na pesquisa *Diagnóstico LGBTI+ na pandemia* realizada pelo Coletivo VoteLGBT em 2020. De todos os impactos identificados os maiores foram: a) na saúde mental; b) na rede de apoio; e c) na fonte de renda. Nesse ano, 54 % dos participantes afirmaram necessitar de alguma forma de amparo psicológico. Alguns exemplos de situações que acometeram esse grupo foram o desemprego, o luto pela perda de pessoas que compunham a rede de apoio social, a falta de recursos que forçou muitos LGBTI+

a retornarem ao convívio familiar – nem sempre seguro – ou a outro contexto LGBTIfóbico, entre outros.

Ao repetir a pesquisa no ano de 2021, o Coletivo VoteLGBT constatou que houve o agravamento significativo de todos os três pontos elencados como maiores impactos de 2020. Quanto à vulnerabilidade financeira, por exemplo, observou-se que 60 % da população LGBTI+ teve sua renda afetada durante a pandemia (reduzida ou completamente extinta) e que a taxa de desemprego entre esse grupo é maior que o mesmo índice para a população geral do país. Isso traz realidades como a insegurança alimentar, a pobreza menstrual e o retorno à dependência financeira, que – para algumas pessoas LGBTI+ – pode significar a perda da liberdade para expressar sua identidade de gênero e/ou orientação sexual a fim de garantir sua sobrevivência (VOTELGBT, 2021).

No que tange à intensificação de questões de saúde mental, houve o aumento da percepção de piora nesse quesito em relação ao ano anterior e o crescimento da porcentagem de pessoas classificadas com algum tipo de transtorno de ansiedade e/ou depressão. Além disso, o isolamento social motivado pela pandemia salientou ainda mais o sentimento de solidão e falta de apoio, marcas comuns à vida de qualquer pessoa LGBTI+. Nesse ponto, destaca-se a importância da disponibilidade de profissionais de saúde propriamente capacitados para atender às demandas desse grupo e da internet como forma de conseguir acessar esses serviços de cuidado e as redes de apoio. Ademais, a elevada insatisfação com a atuação do governo atual foi um dos elementos que emergiu com quase unanimidade (VOTELGBT, 2021).

## **Atendimento Online**

A prática da Psicologia no campo do atendimento à distância vem sendo regulamentada há mais de 20 anos, com a primeira resolução do órgão sobre o tema publicada nos anos 2000 (FARIA, 2019). Contudo, inicialmente essa prática se referia exclusivamente às pesquisas. Esse formato foi adotado nos moldes de psicoterapia regular apenas recentemente no Brasil, com a Resolução CFP n. 11/2018, que autorizou a prática em meios virtuais (CFP, 2018; FARIA, 2019). Apesar da regulamentação em voga, foram poucas as pesquisas desenvolvidas sobre o tema, ínfimos cursos de

capacitação e dedicação profissional para essa prática. Assim ocorreu até o ano de 2020, momento em que todos os profissionais foram compelidos a conhecer e experienciar esse tipo de atendimento, em razão do contexto de pandemia e isolamento social. Os obstáculos apresentados diante da impossibilidade de atendimento presencial fomentaram a publicação da Resolução CFP n. 04/2020, em março de 2020. Essa prerrogativa suspendeu, durante o período de pandemia do coronavírus, os Art. 3º, 4º, 6º, 7º e 8º da Resolução CFP n. 11/2018 – autorizando, a partir de então, a oferta de atendimento online em situações de urgência e emergência; violação dos direitos humanos ou violência (CFP, 2020).

Entre as vantagens do atendimento online, Pieta e Gomes (2014) ressaltam a questão do anonimato, pois pode auxiliar a busca pelo atendimento por pessoas introvertidas, com transtornos de ansiedade, com problemas com a autoimagem, adolescentes e usuários de álcool e outras drogas. Ademais, o atendimento online tem mostrado eficácia em clientes com transtorno do pânico, depressão, pessoas em estado terminal, transtornos alimentares, estresse pós-traumático, dentre outros (FARIA, 2019). Rodrigues (2020) ainda salienta que o ambiente virtual abre novas perspectivas ao manejo clínico, na medida em que passa a incluir objetos e situações do contexto real do cliente, contribuindo assim para a ampliação de sua consciência.

Levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, apontam que em um universo de 183,296 milhões de pessoas, 34,864 milhões NÃO possuíam telefone móvel celular para uso pessoal – também o aparelho mais usado no país para comunicação na rede. Essa é uma informação relevante tendo em vista que o telefone celular é um equipamento que atende aos requisitos básicos da terapia online e do acesso à internet. Além disso, verificou-se que 143,452 milhões de pessoas conseguiram alguma forma de conexão (com destaque para a ausência de avaliação sobre qualidade) e constatou-se que 39,844 milhões de pessoas NÃO tiveram qualquer acesso à internet (IBGE, s.d.).

Pensando a internet como uma ferramenta de ampliação do acesso a direitos, cabe questionar: “Quem são as pessoas que, atualmente em nosso país, são as mais afetadas pela negação a esses direitos?”. (Des)propositadamente, a PNAD Contínua não traz marcadores étnico-raciais ou de orientação sexual e relega a identidade de gênero unicamente à cisbinaridade normativa de sexo – dividido em homens e mulheres.

Com isso, não se constroem dados que possibilitem identificar as nuances da situação e fornecer subsídios para políticas sociais equalitárias. A lógica é de que não há necessidade de se pensar soluções para problemas que não existem, invisibilizando e inviabilizando o acesso às políticas públicas e sociais de uma boa parte da população.

## **Percurso metodológico: a experiência de estágio**

Norteados pelos pressupostos da Gestalt-terapia, assim como pelas considerações éticas até aqui apontadas, este capítulo apresenta dois estudos de caso constituído como relato de experiência em atendimentos na modalidade online realizados com homens trans. Os atendimentos foram realizados por estudantes finalistas do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), ofertados como “psicoterapia de curta duração” por dois períodos letivos. Os atendimentos ocorreram semanalmente, iniciando em 1 de abril até o dia 6 de outubro de 2021 – totalizando 25 e 26 encontros realizados com os clientes.

Esse é um serviço gratuito prestado à comunidade pela Universidade, como clínica escola – um dos campos de práticas –, para a preparação dos futuros profissionais. Nessa perspectiva, essa prática introduz os discentes em experiências de atendimento clínico individual e na modalidade de grupo, a fim de propiciar o desenvolvimento de habilidades técnicas e práticas em clínica, por meio de atendimentos individuais/grupais e supervisões em grupo. As supervisões realizadas buscam orientar a postura ética e teórica dos estagiários e estagiárias, com o objetivo de prepará-los para a vivência profissional.

Em caráter de apresentação temos o João Pedro (nome fictício), um jovem adulto de 20 anos, solteiro, branco, que se encontra em processo de travessia entre a não binaridade de gênero. Estudante universitário, chegou ao Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA) com queixas relacionadas a problemas com ansiedade e questionamentos sobre sua identidade de gênero. A princípio, João Pedro se apresentava em terapia por seu nome de registro. Apesar de possuir um nome social, não se dispôs a compartilhar essa informação, pois, para ele, expor seu nome em terapia faria com que sua escolha se tornasse real. Foi somente na décima oitava sessão que ele compartilhou o seu nome social.

Apresentamos também o Rodrigo (nome fictício), um jovem adulto de 20 anos, branco, não heterossexual, que vive um relacionamento não monogâmico. Estudante universitário, chegou ao NPA visando a possibilidade de acompanhamento psicológico gratuito e trouxe em sua queixa inicial os seguintes elementos: estresse pela pandemia e pela mudança recente de cidade e estado, depressão, falta de concentração, alterações no sono (insônia), dificuldade em socializar e transtornos alimentares.

## Resultados e discussões

Para a composição deste trabalho foram analisados os prontuários psicológicos, bem como os resumos das sessões. A Análise de Conteúdo possibilitou a composição de categorias de interesse para a análise das semelhanças e divergências entre os dois casos relatados. Portanto, a partir do material coletado, foram elaboradas quatro categorias principais, são elas: *“Questões técnicas e éticas”*; *“Inseguranças”*, *“Sair do armário”* e *“Masculinidades em (des)construção?”*.

### Questões técnicas e éticas

A psicóloga me mandou ir pra igreja (Rodrigo). Esse tipo de experiência prévia de Rodrigo com uma psicóloga aponta como os(as) profissionais da Psicologia também estão inseridos nesse meio social regido pela cis-heteronormatividade e sujeitos à reprodução dos preconceitos, tornando-se também mais um dispositivo de controle. Sendo assim, destaca-se a indispensabilidade do Código de Ética Profissional (CFP, 2005) e das Resoluções CFP n. 001/99 (CFP, 1999) e n. 01/2018 (CFP, 2018b) no que tange à regulamentação do atendimento à população LGBTI+.

É obrigação do(a) psicólogo(a) se capacitar para as demandas LGBTI+ e a atuação da Psicologia, como determina o Código de Ética Profissional (CFP, 2005), deve sempre ser alinhada à promoção de saúde e bem-estar, livre de indução às ideologias, e de discriminação, preconceitos e violências. Rocon e colaboradores (2020) acrescentam que é devido à discriminação vivida nos serviços de saúde que a população trans e travesti, muitas vezes, deixa de buscar o amparo necessário para essas questões e/ou abandonam tratamentos já em andamento. O resultado disso é a piora nas condições de saúde desse grupo.

## Inseguranças

Barros (2020) ressalta que a vergonha costuma se apresentar na vida de muitos LGBTI+ introyetada pelos campos de opressão presentes em suas vidas. A vergonha como uma emoção desencadeia reações físicas como palpitações, sudorese, rubor no rosto, agitação no corpo, resultado de um processo de sofrimento que se apresenta para além de fatores físicos, mas também emocionais e sociais (TSUGAMI, 2017).

A pessoa envergonhada nutre avaliações negativas contra si próprio, o que desencadeia sentimentos de inadequação, de inferioridade, de não ser apto a ser amado ou merecedor de ser respeitado (TSUGAMI, 2017). Como consequência observa-se medo da desvalorização e de não ser aceito socialmente, e, o comportamento de evitação (CARVALHO, 2020).

Estudos descrevem a vergonha como um fator que interrompe o funcionamento saudável do organismo, na medida em que o sujeito dominado por essa emoção utiliza mecanismos de defesa para evitar vivências de exposição, que lhe são percebidas de forma extremamente desagradável e intolerável. Em razão disso, no ciclo de contato apoiado à vergonha há uma descontinuação após a fase de pré-contato, ou seja, o ciclo figura/fundo é interrompido, não havendo a continuação em fases posteriores (BARROS, 2020; CARVALHO, 2020; TSUGAMI, 2017). João Pedro assim relata: “Eu percebo que eu tenho medo de demonstrar porque eu sou tímido... tenho receio de conversar até mesmo com meus amigos... tenho medo de tá fazendo papel de bobo”.

A Gestalt-terapia trabalha a vergonha através do contato e da relação entre terapeuta-cliente. Com uma atitude autêntica e congruente, busca-se trabalhar as manifestações da vergonha no aqui e agora, facilitando que o cliente se torne consciente dos seus sentidos sensoriais, cognitivos e afetivos (TSUGAMI, 2017).

A ansiedade e a vergonha são emoções que mantêm uma relação próxima. Para Pinto (2020), a ansiedade corresponde a uma antecipação do futuro que desencadeia expectativas pessimistas, temor, sensação de incompetência e desconfortos físicos como agitação, alteração do ritmo cardíaco, pressão no peito, tensão e falta de ar. Logo, corresponde a uma defesa e impulso, que provoca uma espécie de não contato, apesar de ser vivida como contato, considerando que se baseia na antecipação. Por ser uma defesa, essa emoção é inerente ao ser humano, por isso, ela pode

ser vivida de forma saudável ou patológica, a depender da relação que o sujeito estabelece com ela (PINTO, 2020).

A ansiedade e a vergonha para João Pedro comparecem aliadas à autoestima baixa, tendo em vista que ele faz a manutenção de questionamentos e dúvidas constantes sobre as suas ações e sua capacidade de exercer determinadas atividades. Os seguintes relatos exprimem isso: “Eu não tenho controle nenhum sobre isso, não consigo controlar o meu próprio corpo”; “Tenho certeza das coisas, mas os pensamentos continuam...”; e “os pensamentos de dúvida e tomada de decisão vem pra tomar o meu dia”. Ademais, diante da dificuldade de expor-se em público, João Pedro manifesta sensações ansiogênicas, como pode ser observado nesta narrativa: “Quanto mais eu fico nervoso, mais eu começo a gaguejar e mais eu não consigo dizer o que eu quero”. O contato em psicoterapia permitiu que ele pudesse envolver-se mais profundamente com esses afetos, bem como, reconhecer potencialidade em seus movimentos de arriscar-se.

Para Rodrigo, a ansiedade emerge a partir de algumas situações. Uma delas é quando entra em um processo de autocobrança intensa, exigindo de si mesmo um alto rendimento em qualquer atividade que tente realizar – mesmo que pela primeira vez: “Tenho medo de não ficar bom o suficiente. Sei que me cobro em excesso, mas fico ansioso demais para continuar e acabo abandonado. [...] É frustrante”.

Outro exemplo de momento em que isso ressurgiu é quando Rodrigo se percebe fora do controle da situação: “Gosto de planejar tudo sempre, não gosto quando imprevistos acontecem”. A verdadeira questão, contudo, é quando o nível de ansiedade alcança um nível mais extremo ao ponto de se tornar paralisante: “Quando fico muito ansioso, não consigo fazer nada”. É como se o sujeito tivesse um autoca-rimbo, um selo de incompetência que não é realidade, mas fruto de um comportamento ansioso em algumas situações.

Ao abordar a ansiedade, Pinto (2020) focaliza a necessidade de dialogarmos com ela, pois o diálogo possibilitará a sua compreensão, assim como, a ampliação da possibilidade do cuidado. Pensando fenomenologicamente, a cura da ansiedade patológica acontece quando ela cumpre o seu objetivo, em outras palavras, quando ocorre uma mudança na pessoa, a partir de sua experiência com a sua ansiedade. Por conseguinte, a vivência da ansiedade patológica, pode ser compreendida como uma

oportunidade para o indivíduo se potencializar e atualizar a si mesmo ao entrar em contato com incômodos até então evitados.

### “Sair do armário”

A norma cisgênero e heterossexual assume que todas as pessoas se identificam com o gênero atribuído ao nascimento a partir do sexo/genital e que, invariavelmente, sentem atração romântica e sexual pelo gênero oposto (dentro da lógica binária). A partir da percepção de divergência a esses pressupostos, surge o movimento de revelar ou não aos outros sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Esse processo, inerente à vivência LGBTI+, é conhecido popularmente e pela literatura científica como “sair do armário” (CARDOSO; RODRIGUES, 2021).

O ato de reconhecer-se fora dessa norma, como apontam Rodrigues e Cardoso (2021), pode ser permeado pelo sentimento de angústia, tendo em vista que implica na ruptura com o que é esperado daquele indivíduo pela sociedade, pela família e até por si próprio: “Tinha medo de decepcionar minha mãe” (Rodrigo).

Além disso, trata-se também de se perceber inserido em um grupo marcado por estereótipos extremamente negativos (CARDOSO; RODRIGUES, 2021), construídos cuidadosamente ao longo da história para justificar o controle e a aniquilação dessas existências: patologia para a medicina; pecado e profano para a Igreja; crime para o Estado, entre outros. Isso gera questionamentos à pessoa LGBTI+ sobre o que realmente sente ou pensa sobre si, tendo potencial de promover a criação de um *falso-self*, cuja autorregulação centra-se na aceitação social e afasta-se da aceitação centrada em si (SOUZA, 2016).

O processo de saída do armário compõe uma experiência estressante, ansiogênica e ameaçadora. O suporte que o indivíduo recebe nessa trajetória é um preditor do nível de sofrimento emocional que será vivenciado, o que posiciona o suporte social, principalmente o advindo do núcleo familiar, como um importante alicerce nesse processo (CARDOSO; RODRIGUES, 2021). Estudos apontam que a ausência de suporte social pode provocar quadros de ansiedade e depressão, levando até ideação e tentativa de suicídio (CARDOSO; RODRIGUES, 2021).

Enquanto Rodrigo vivenciou seu processo de apresentação social com pouco suporte familiar João Pedro considera que receberá o suporte familiar, caso decida se

apresentar para o mundo enquanto um homem trans. A primeira rede de apoio, no caso os amigos, foi fundamental para Rodrigo e João Pedro se apropriarem de seus desejos, servindo de heterossuporte para o organismo quando esse ainda não havia desenvolvido os próprios recursos para lidar com a questão (autossuporte). “Escolhi contar pra eles primeiro, porque eu sabia que não seria julgado”, afirmou João Pedro para a estagiária em sessão.

Enquanto João Pedro possui uma dificuldade interna em relação à família, Rodrigo pontua a necessidade de poder ser quem é no momento escolhido por ele.

A indecisão sobre a conversa é mais minha do que deles... Eu sei que eles vão me aceitar, mas o problema é como abordar esses assuntos mais íntimos com eles (João Pedro).

Larguei a escola e saí de casa porque queria começar a hormonioterapia e sabia que não conseguiria morando com minha mãe. Sabia que minha mãe não daria conta [do início da hormonioterapia] naquele momento e eu não podia esperar o tempo dela. Eu queria e é o meu tempo que importa (Rodrigo).

A vivência do armário não se restringe apenas ao primeiro momento em que se compreende fora da norma cis-heterossexual e isso é revelado, mas persiste por toda a vida da pessoa LGBTI+: a cada novo conhecido e a cada novo espaço, há um novo armário. Nisso, ressurgem questionamentos e inseguranças que acreditavam ter sido superados em relação às possíveis consequências, havendo a necessidade de avaliar como essa informação será recebida naquele contexto específico por aquela pessoa ou grupo (CARDOSO; RODRIGUES, 2021; SEDGWICK, 2007).

Essa dinâmica de avaliação das consequências e de escolha de se manter o sigilo ou se expor (público *versus* privado) (SEDGWICK, 2007), contudo, nem sempre é viável para a experiência da transgeneridade. O gênero é vivido e expressado no corpo, estando, assim, sempre na esfera do público. A fuga ao padrão fica evidente e o sigilo como forma de proteção deixa de ser uma possibilidade, ficando a pessoa sujeita à discriminação e às violências. O “uso do armário” fica restrito às pessoas trans e travestis que possuem passabilidade, quase em uma condição de privilégio.

Passabilidade é o conceito que se refere às pessoas trans e travestis que possuem as principais características que expressam o gênero com o qual se identificam e, por

isso, são lidas socialmente como cis. Maior passabilidade implica em maiores chances de inserção no mercado de trabalho, por exemplo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Nessa direção, aponta para menor risco em sofrer transfobia nas diversas esferas do cotidiano. Rodrigo aponta que: “Depois que comecei a hormonioterapia, as pessoas pararam de me confundir”.

Mesmo sendo lido socialmente, na maioria das vezes, como um homem cis, Rodrigo não deixou de passar por situações de desrespeito à sua identidade de gênero. Contudo, sente-se seguro o suficiente para resistir e agir nessas situações: “Não vou mais me sentir desconfortável sozinho. A pessoa falou: — Ah, você nem parece trans! E eu respondi: — Ah, você nem parece cis!” (Rodrigo).

João Pedro e Rodrigo se apresentam em terapia vivendo momentos distintos de vida. Enquanto Rodrigo já vivenciou o seu processo de “saída do armário” e encara o mundo enquanto um homem trans, João Pedro ainda se apresenta e é percebido pelo mundo enquanto uma mulher cis lésbica. Tais diferenças os convocam a experimentarem modos de existência ainda muito distantes, que suscitam especificidades em relação aos afetos e aos processos de enfrentamento manifestados por cada um. “Tenho medo de alguma coisa... tem algo que me impede. É como se eu me acostumassem com a angústia e o desconforto. Não sei se eu teria coragem de enfrentar o mundo dessa forma” (João Pedro).

O trabalho em Gestalt-terapia busca entrar em contato com as dores que esse processo pode causar, entendendo a necessidade de se compreender o meio e as relações sociais do indivíduo, bem como, respeitar a sua autorregulação orgânica, avançando nesse processo de acordo com o tempo e o limite do cliente (SOUZA, 2016).

No trabalho realizado com João Pedro imergimos nos campos de suas vivências, respeitando seu tempo e espaço, enquanto ora suas questões relacionadas à identidade de gênero se apresentavam enquanto figuras ora enquanto fundo. Seus movimentos de pensar, sentir e agir, estavam fragmentados, o que o impedia de apropriar-se de seus desejos e de sua narrativa. A princípio João Pedro se apresentava por seu nome de registro e, apesar de já possuir nome social, não se dispôs a compartilhar essas informações, pois, conforme afirmava: “Contar isso aqui, contar isso em terapia... faz com que se torne real”.

Constantemente, João Pedro era invadido por pensamentos ruminativos relacionados ao medo de se arrepende no futuro e de ser julgado pelas pessoas, caso

decidisse voltar atrás em sua decisão. Essa decisão impedia o seu fluxo de desenvolvimento – cristalizando ajustamentos criativos neuróticos e possibilitando a sua existência autêntica apenas em seu imaginário. Os encontros em psicoterapia suscitaram a compreensão fenomenológica de tais bloqueios em seu potencial criativo, devido às violências e restrições do campo, viabilizando reflexões que fortaleceram seu movimento em direção à autorrealização.

A experiência no real tem sido difícil, me sinto angustiado e desconfortável... tenho passado cada vez mais tempo nesse mundo na minha cabeça. Esse medo me impede de viver a minha vida como eu quero (João Pedro).

Para Souza (2016) as identidades de gênero não nos são dadas no momento em que nascemos, nem são fixas, pois o processo de construção de identidades é instável, por isso sempre será passível de transformação. A autora defende que no trabalho clínico o Gestalt-terapeuta deve construir junto ao cliente a possibilidade de se manter em um lugar de trânsito, acima do binarismo de gênero. O contato autêntico entre estagiária e cliente, permitiu a construção desse espaço, que até então encontrava-se cristalizado e enrijecido pelo cliente. Por meio da apropriação da narrativa de seus desejos, medos e angústias, compreendemos os fatores que o colocavam nessa posição de rigidez, o que contribuiu para que ele pudesse se desvencilhar aos poucos de tais pensamentos.

“Eu me vejo mais como um homem” (João Pedro). A errância, descrita por Silva (2018), caracteriza o movimento de estar em trânsito desconectado das perspectivas de gênero, como uma experiência potente em possibilidades, na medida em que, o estar em trânsito rompe a rigidez sobreposta à masculinidade e feminilidade. O que concede o reconhecimento autêntico de expressões de gênero que rompem as barreiras normativas sociais. Essa concepção fornece arcabouços à construção de novos caminhos para além do binarismo de gênero – potencializando vivências de pessoas trans, a partir da apropriação de suas experiências, expressões e identidades de gênero, reconhecendo com isso, potencialidade na construção de novas trajetórias.

No décimo oitavo encontro, o cliente se apresentou na sessão, compartilhando que gostaria de ser chamado de João Pedro. A ação que anteriormente provocava medo de tornar quem ele é real, repousa agora em nossa relação eu-tu em forma de confiança e alívio. O reconhecimento e fortalecimento de seu processo de *awareness*

possibilitou o contato no aqui e agora com sua trajetória, na construção de figuras autênticas com seus desejos e demandas.

“Tento o máximo possível pensar no que eu quero agora e se eu continuar assim, são muitos “e se” e eu não vou vivendo o agora” (João Pedro). Nos encontros posteriores, João Pedro explorou mais profundamente seus desejos e, nesse movimento, iniciou o processo de pensar sobre os medos e anseios relacionados à sua apresentação ao mundo. O fluxo de tornar real no aqui e agora, sem medos da irreversibilidade, transformou o seu lugar de existência oculta, que anteriormente era compreendido enquanto sua zona de conforto e proteção, em um lugar desconfortável.

Sinto que não posso ser quem eu sou... tenho que contar várias mentiras para sustentar essa prisão... A prisão tem se tornado mais desconfortável, mais sufocante... Antes de iniciar a terapia eu tava confuso com relação à minha identidade de gênero... E agora eu aprendi a confiar no que eu quero (João Pedro).

Nesse ínterim, reconhecemos a importância de fortalecermos sua identidade, compreendendo as interfaces – das partes e do todo – implicadas no processo de abertura para o mundo. A partir do reconhecimento de sua angústia diante da sociedade, percorremos a trajetória de busca por identificação entre seus pares, por meio de vivências de pessoas trans que dialogassem de algum modo com a sua trajetória e com os seus anseios e sonhos sobre o futuro.

“Me deu um pouco de esperança... Percebi que eu posso trabalhar com o que eu quero. O medo perde um pouco de força com essa esperança e a cada dia que passa o medo de me apresentar vai perdendo mais espaço” (João Pedro). Uma vez que o contato possibilita a semelhança e a diferença, Silva (2018) enfatiza o movimento de experimentação de ser-no-mundo como itinerário para o reconhecimento de si a partir do outro. O corpo enquanto experiência e encontro com o mundo é compreendido pela Gestalt-terapia como possibilidade de contato, que concebe a experiência de alteridade, como descreve Silva (2018):

É no contato com o outro que posso me dar conta de mim, desse outro que também é um ser de experiências, que assim como eu, sente, percebe e pode junto comigo a partir do contato, do encontro no mundo, crescer, desenvolver, se atualizar (p. 15).

## Masculinidades em (des)construção?

Sob a perspectiva de Judith Butler (SILVA, 2018; ZANELLO, 2018), a *performance* de gênero compreende a integração social de formas de agir, ser, e habitar o mundo designadas aos gêneros masculino e feminino. Tal movimento socialmente imposto compreende a existência de modelos pré-estabelecidos do que é ser homem e mulher, que são continuamente reforçados pelas tecnologias sociais desde a infância (ZANELLO, 2018), concebendo scripts culturais do que é esperado de cada gênero, como algo natural, dado e cristalizado (SILVA, 2018; ZANELLO, 2018).

Tais atravessamentos entrelaçam-se às vivências manifestadas por Rodrigo e João Pedro, haja vista que ao longo de todo processo de psicoterapia, ambos os clientes demonstraram pouca disponibilidade para acessar seus afetos, bem como, para expressá-los em público. A manifestação dos afetos era compreendida por eles enquanto um sinal de vergonha, exposição, fraqueza e suscetibilidade. Os relatos a seguir exprimem isso:

Não gosto de chorar (Rodrigo).

Eu tento o máximo possível não chorar. Sinto que eu não posso demonstrar. Não me sinto confortável para demonstrar meus sentimentos pra ninguém (João Pedro).

O ser homem, a partir dessa representação, integra um conjunto de ações e habilidades relacionadas à virilidade, capacidade de prover, coragem, resistência física, controle sobre as emoções e sobre o corpo (ZANELLO, 2018), tal como afirma Rodrigo: “Não quero ficar dependendo [financeiramente] da minha família”.

O lugar da vulnerabilidade, da demonstração de afetos, da sensibilidade, do cuidado, da abnegação e da responsabilidade pelo sustento das relações pertence – a partir de uma construção sócio-histórica – ao feminino (PRIORE, 2014; ZANELLO, 2018). Por isso, a fim de ser reconhecido como homem, os corpos que se identificam enquanto tal têm de se enquadrar nesses moldes normativos, o que posiciona pessoas trans em um lugar de desencontro (SILVA, 2018), como também de tentativa de enquadrar.

“Estou tão habituado a considerar o outro como prioridade que, quando me coloco [nesse lugar] é estranho. Parece que estou sendo egoísta, me sinto culpado” (Rodrigo).

Esse movimento no sentido da adequação ao gênero masculino, em geral orientado pela aproximação ao que é viril e pelo afastamento a tudo o que é tido como feminino, sujeita a pessoa a uma série de “deverias” (normas e valores) ditada pelas cis-heteronormatividade. Essas expectativas são introjetadas pelo organismo, que deixa de atender às próprias necessidades para responder às demandas do meio. Com isso, rompe-se com a própria autenticidade e priva-se do contato consigo mesmo e da *awareness*, resultando na cristalização da fluidez e, conseqüentemente, no sofrimento (CARDOSO; RODRIGUES, 2021).

## Considerações finais

Um momento importante no Curso de Psicologia é quando nos deparamos frente a frente com nossos clientes, pacientes, grupos ou organizações nas etapas finais de nossa formação. Independente do campo e estágio, a experiência do estágio específico é quando nos sentimos mais próximas daquilo que entendemos como profissionais da Psicologia. Para nós, nesse momento pandêmico, o modelo remoto trouxe alguns pontos positivos que se apresentaram ao longo do processo, como: a) economia de recursos para deslocamento tanto por parte do cliente quanto terapeuta (tempo empreendido e gastos, por exemplo); b) mesmo com a mudança de um cliente para outro estado, a psicoterapia não precisou ser interrompida nem houve necessidade de encaminhamento; e c) apesar da ausência de qualquer contato presencial/físico, isso não pareceu causar impactos na relação e criação do vínculo cliente-terapeuta.

As limitações do atendimento online convidaram as estagiárias a construir novas formas de atuação que são mais coerentes com essa realidade. Como encontrado na literatura, no atendimento online o psicólogo e o cliente são estimulados a se distraírem, seja por propagandas ou mensagens que surgem no aparelho utilizado durante os atendimentos (FARIA, 2019) ou pela tela-espelho que reflete sua própria imagem (RODRIGUES, 2020), o que prejudica o foco do atendimento.

Quanto a algumas das desvantagens presenciadas: a) a psicoterapia fica completamente dependente de uma boa conexão de internet (do(a) cliente e terapeuta), assim como, o bom funcionamento dos dispositivos eletrônicos utilizados (às vezes, lida-se com falhas de câmera, microfone, instabilidade de rede, aparelho danificado e

inutilizável); b) o *setting* terapêutico passa a ser composto não apenas pelo ambiente preparado pela psicoterapeuta, mas assume a extensão do espaço em que o cliente também elegeu para realizar o encontro. Quando há mais pessoas compartilhando a mesma residência com o cliente, algumas intervenções ficam limitadas, há chances de interrupção por outros residentes ou animais de estimação (ainda que de forma breve) e existe o temor do cliente em ter a sua privacidade violada – mesmo que por acaso – por familiares, por exemplo; e c) a privação de acesso ao corpo do cliente.

O uso da tela, o enquadramento da câmera e a resolução da imagem – que também depende da conexão de internet – limita o acesso às informações que seriam obtidas através de aspectos relacionados à postura, gestos e troca de olhares. Alguns fenômenos, portanto, podem não ser identificados pela psicoterapeuta, como o balançar dos pés e a inquietação das mãos. Sobre isso, Faria (2019) elucida que cabe ao profissional compreender as intencionalidades e sentidos expressos pelo cliente. Desse modo, é preciso observar a escrita do cliente, a entonação da voz, o ritmo, além do modo como ele posiciona seu tórax e cabeça, suas expressões faciais e o modo como se coloca durante os encontros.

Considerando as vantagens e as possibilidades de manejo dos obstáculos, é crucial compreender que a psicoterapia online individual síncrona ainda não é algo acessível a qualquer pessoa: há custos que passam pelo próprio serviço oferecido; pela posse e manutenção de um equipamento com microfone, câmera e antivírus atualizado; pela contratação de uma internet suficientemente boa para suportar uma chamada de vídeo de – geralmente – 50 minutos de duração e de frequência semanal. É lamentável constatar que o cuidado em saúde mental proporcionado pela Psicologia não é capaz de alcançar uma parcela significativa da população, mesmo quando seu trabalho é oferecido com gratuidade.

Fundamentando-se nos conhecimentos teóricos e éticos estudados neste estágio, alicerçados a nossa prática clínica, compreendemos as produções resultantes desses, com um olhar clínico sensível – direcionado às partes e ao todo. O fortalecimento do vínculo entre terapeutas e clientes, suscitou o alcance das vivências dos clientes com um olhar fenomenológico e singular que possibilitou a compreensão da totalidade e das especificidades que permeiam a vivência de pessoas trans em nossa sociedade. O contato com suas inseguranças, indisponibilidades para acessar os afetos e para expressá-los em público tornaram-se pontos centrais trabalhados no

*setting* terapêutico, proporcionando reflexões que fortaleceram o desenvolvimento do autossuporte e o potencial de autorrealização.

É notório entre os dois clientes atendidos o desconhecimento sobre as organizações e políticas públicas voltadas para a população transgênero e, principalmente, para os homens trans. Há um sentimento de solidão (individual e coletivo) em relação aos grupos de referência, coletivos de militância que, em sessão, puderam ser problematizados e apresentados para os clientes pelas próprias terapeutas o que estimulou outros encontros, caminhos, diálogos e possibilidades. Uma postura ética, não se resume ao sigilo, é implicar-se e comprometer-se com a realidade do nosso cliente.

## Referências

- AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 1, p. 2423-2446, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>
- ARMOUR, C. *et al.* The covid-19 psychological wellbeing study: understanding the longitudinal psychosocial impact of the covid-19 pandemic in the UK; a methodological overview paper. **Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment**, v. 43, p 174-190. Advance online publication. Nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10862-020-09841-4>
- BARROS, P. H. P. de. Experiências em Gestalt-terapia diante do sofrimento LGBTI+. *In:* FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). **Enfrentando crises e fechando Gestalten**. 1. ed. São Paulo: Summus, p. 63-81, 2020.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BRASIL. Portaria n. 356, de 11 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>

- CARDOSO, C. L. A face existencial da Gestalt-terapia. *In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas.* São Paulo: Summus, 2013. p. 30-38.
- CARVALHO, L. S. A percepção da vergonha sob o viés da clínica gestáltica. *In: NASCIMENTO, L. C. S.; VALE, K. S. (org.). Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares.* Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 152-166. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3500#4a>
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 001/99**, de 22 de março de 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 010/2005**, de 12 de agosto de 2005. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 01/2018**, de 29 de janeiro de 2018. 2018a. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu %C3 %A7 %C3 %A3o-CFP-01-2018.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf)
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 11/2018**, de 11 de maio de 2018. 2018b. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-11-2018-regulamenta-a-prestacao-de-servicos-psicologicos-realizados-por-meios-de-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-11-2012?origin=instituicao&q=11/2018>
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 4/2020**, de 26 de março de 2020. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020>
- FARIA, G. M. de. Constituição do vínculo terapêutico em psicoterapia online: perspectivas gestálticas. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 11, n. 3, p. 66-92, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v11n3/a06.pdf>

- FRAZÃO, L. M. Um pouco da história... Um pouco dos bastidores. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). **Gestalt-terapia**: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013. p. 5-11.
- FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. Apresentação. *In*: FRAZÃO, L. M. **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. p. 7-12.
- FREITAS, J. D. A relação terapeuta-cliente na abordagem gestáltica. **IGT na Rede**, v. 13, n. 24, p. 85-104. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v13n24/v13n24a06.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: divulgação anual 2019 acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=30362&t=resultados>. Acesso em: 22 setembro 2021.
- LIMA, P. V. A. A Gestalt-terapia holística, organísmica e ecológica. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). **Gestalt-terapia**: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013. p. 73-78.
- PIETA, M. A. M.; GOMES, W. B. Psicoterapia pela internet: viável ou inviável? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, p. 18-31, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/K9ZtTknbWy3tTtGK5ZT9Skf/?lang=pt#>
- PINTO, E. B. Ansiedade: defesa ou defeito. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTALT-TERAPIA E ABORDAGEM GESTÁLTICA (org.). **Vozes em letras**: olhares da Gestalt-terapia para a situação de pandemia. Curitiba: CRV, 2020. p. 263-282. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/cepc/wp-content/uploads/2021/02/Livro-ABG-Vozes-em-Letras.pdf>
- PRIORE, M. del. **Histórias e conversas de mulher**: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2014.
- REHFELD, A. Fenomenologia e Gestalt-terapia. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). **Gestalt-terapia**: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013. p. 24-33.
- RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: refazendo um caminho. 1. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: refazendo um caminho. 8. ed. São Paulo: Summus, 2012.
- ROCON, P. C. *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n.

- 1, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462020000100505&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100505&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 setembro 2020.
- RODRIGUES, G. F.; CARDOSO, C. L. Suicídio, gênero e sexualidades: uma leitura gestáltica sobre o suicídio da população LGBTI+. *In: GIOVANETTI, J. P.; CARDOSO, C. L.; EVANGELISTA, P. E. R. A. (org.). **Com-textos em Gestalt-terapia e análise existencial**: estudos produzidos no curso de especialização em Psicologia Clínica Gestalt-terapia e Análise Existencial*. 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2021. p. 213-229.
- RODRIGUES, H. E. Relações entre a teoria de campo de Kurt Lewin e a Gestalt-terapia. *In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). **Gestalt-terapia**: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas*. São Paulo: Summus, 2013. p. 114-144.
- RODRIGUES, H. E. O aqui-estendido-e-agora na Gestalt-terapia online. *In: Associação Brasileira de Gestalt-terapia e Abordagem Gestáltica (org.). **Vozes em Letras**: Olhares da Gestalt-terapia para a Situação de pandemia*. Curitiba: CRV, 2020. p. 183-200. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/cepc/wp-content/uploads/2021/02/Livro-ABG-Vozes-em-Letras.pdf>
- SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (covid-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu** [online], v. 28, p. 19-54, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>
- SILVA, F. F. **[Trans]existência**: errância no corpo, gênero em trânsito. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://cdn.atenaeditora.com.br/documentos/ebook/202009/de66e62e096bf6c264fdae24ae32cd25fb1751bf.pdf>. Acesso em: 16 setembro 2021.
- SOUZA, D. da C. **O olhar da Gestalt-terapia sobre a transexualidade**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Especialização em Psicologia clínica em Gestalt-terapia) – Instituto Carioca de Gestalt-terapia, Rio de Janeiro, 2016. p. 1-28. Disponível em: [https://www.icgt.com.br/documentos/monografias/monografia\\_daniela\\_icgt.pdf](https://www.icgt.com.br/documentos/monografias/monografia_daniela_icgt.pdf)
- TSUGAMI, S. S. A vergonha sob o olhar da abordagem gestáltica. *In: Congresso Nacional de Educação*, 4, João Pessoa, 2017. **Anais eletrônicos [...]**. Campina

Grande: Realize Editora, 2017. p. 1-8 Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/35673>. Acesso em: 7 ago. 2023.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBTI+ na pandemia:** desafios da comunidade LGBTI+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2020. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+LGBTQI+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia\\_completo.pdf](https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+LGBTQI+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf)

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBTI+ na pandemia 2021:** desafios da comunidade LGBTI+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2021. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Editora Appris, 2018.

# A importância dos valores e do preconceito sexual para compreender as atitudes em relação à homoparentalidade

Valeschka Martins Guerra

Leogildo Alves Freires

Carolina Monteiro Biasutti

Jorge Júlio de Carvalho Valadas Gato

Laís Sudré Campos

Embora altamente discutida na mídia e na literatura científica, a orientação sexual homossexual ainda é considerada como uma “anormalidade”, promovendo preconceito (ARAÚJO; CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2018; BORIS; LIRA; MORAIS, 2016; FARR; VÁZQUEZ, 2020; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017). A teoria do estresse de minorias (MEYER, 2003) sugere que pessoas que pertencem a grupos minorizados, sejam eles sexuais, raciais e/ou de gênero, apresentam níveis mais altos de estresse devido à vivência diária de estressores adicionais, tais como a discriminação nas relações sociais e a exclusão de contextos considerados essenciais para um bom desenvolvimento biopsicosocial.

Nesse sentido, o conflito existente entre a identificação com seu grupo de pertença e o estigma social levam a impactos diretos na saúde mental. Considerando o

preconceito e o comportamento discriminatório como algo que está embutido nas práticas culturais, a investigação de valores e atitudes individuais pode nos ajudar a entender essas práticas e, conseqüentemente, lançar uma luz sobre como modificá-las.

De acordo com Ferreira (2007), muitas pessoas heterossexuais não aceitariam homens gays em empregos específicos, como babás ou educadores infantis, devido à crença de que o contato com eles poderia influenciar negativamente as crianças ou persuadi-las a aceitar a homossexualidade como “normal”. Essas representações conservadoras justificam condutas preconceituosas e discriminatórias perante relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero, bem como em relação à homoparentalidade adotiva (ARAÚJO; CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2018), uma vez que elas são baseadas principalmente em crenças e valores pessoais.

## Pesquisas sobre homoparentalidade

A maior parte da literatura científica sobre homoparentalidade é referente à população gay e lésbica no contexto estadunidense (BORIS; LIRA; MORAIS, 2016). Em levantamento demográfico sobre famílias homoparentais nos Estados Unidos, Gates (2013) evidenciou no último censo americano um total de 650 mil casais do mesmo gênero em situação de coabitação, enquanto dados da *American Community Survey* (UNITED STATES CENSUS, 2011) estimaram que aproximadamente 19 % dessas famílias envolvessem os cuidados parentais de crianças menores de 18 anos. Dentre elas, 27 % eram compostas por casais lésbicos e 11 % por casais gays. Quando se analisava a população geral LGBTI+ com idade menor ou igual a 50 anos, esse número era ainda maior, aumentando para 35 % filhos de pais LGBTI+ com idade menor a 18 anos (GATES, 2013).

A homoparentalidade pode ser constituída por via biológica, quando um dos membros do casal pode fazer uma inseminação ou ter uma relação com o intuito de engravidar, no caso das famílias lésbicas. Já em famílias de homens gays, o casal pode optar pela barriga de aluguel. Ainda há a possibilidade da coparentalidade entre casais homossexuais de homens gays e mulheres lésbicas. Outra maneira de constituição da homoparentalidade é um dos membros do casal homossexual ter um filho anterior ao relacionamento, configurando essa família homoparental como reconstituída. Outra opção seria a parentalidade adotiva (ARAÚJO; BIASUTTI;

NASCIMENTO, 2017; GOLDBERG; PATTERSON, 2016). Para que esta ocorra, o casal (ou um membro do casal) deve entrar com um pedido de adoção e aguardar os trâmites legais para sua conclusão.

No Brasil, as leis sobre adoção são baseadas em critérios similares ao processo público de adoção estadunidense, o *Child Welfare System* (DERMOTT; GROTEVANT, 2014), que visa levar em consideração o melhor interesse da criança (BRASIL, 1990). Quando se trata especificamente da parentalidade entre pessoas do mesmo gênero, não existem barreiras legais que impeçam a adoção (SCORSOLINI-COMIN; XIMENES, 2018). Além disso, a adoção por pais gays/mães lésbicas configuram vantagens reais para a criança, e são tidas como oportunidade de oferecer uma família a essas crianças que se encontram em uma instituição ou sob a proteção do Estado (DERMOTT; GROTEVANT, 2014; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Entretanto, as adoções homoparentais no contexto brasileiro só foram facilitadas através das lutas LGBTI+, que provocaram mudanças legais ao longo dos últimos anos. Dois marcos legais importantes para a família homoparental no Brasil foram o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo gênero pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, e a proibição dos cartórios em recusarem a oficializar o casamento civil entre pessoas homossexuais, promulgada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013. Essas possibilitaram à população LGBTI+ uma conquista de direitos familiares e, conseqüentemente, de processos conjuntos de adoção (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association [Ilga], 2020). Não obstante, desafios ainda são enfrentados por essas famílias tanto na reivindicação de direitos e na manutenção desses recém-adquiridos, quanto em mudanças de cunho social para maior aceitação de suas famílias (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017).

Nesse sentido, a menor taxa de sucesso nos processos de adoções homoparentais pode ser pautada em premissas sociais ainda existentes, e conseqüentemente, de membros do judiciário, de que ter pais gays/mães lésbicas pode ser prejudicial para as crianças (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018). Sobre essa preocupação com o desenvolvimento infantil e a influência da orientação sexual dos pais, dados atuais de revisão de literatura apontam que a orientação sexual dos pais não possui relação com o desenvolvimento infantil (PATTERSON, 2017), e que elas se desenvolvem com tanto sucesso quanto os filhos de pais heterossexuais (LAMB, 2012). Além

disso, a adoção por pais do mesmo gênero também provou ser boa para a economia: a proibição da adoção de LGBTI+ poderia levar a uma perda de 87 a 130 milhões de dólares por ano (GATES, 2013).

Dessa forma, os argumentos negativos às adoções homoparentais são comumente baseados em questões morais, com base em conceitos discriminatórios (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017; SCORSOLINI-COMIN; XIMENES, 2018). Corroboram com essa percepção os dados encontrados por Cecílio (2017) em sua pesquisa com profissionais do direito e das ciências psicossociais atuantes nos processos de adoção. Embora os profissionais reconhecessem como legítimo o desejo dos casais homossexuais pela parentalidade adotiva, essa composição familiar ainda era vista com estranhamento e algo novo, muitas vezes com dúvidas sobre como conduzir o processo.

Nesse sentido, a comunidade LGBTI+ e ativistas preocupam-se tanto com a redução da violência e do preconceito contra pessoas de grupos minorizados sexualmente (Grupo Gay da Bahia [GGB], 2019) quanto com a superação das desigualdades existentes no sistema legal (BORIS; LIRA; MORAIS, 2016; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017; GOLDBERG; PATTERSON, 2016). Para a superação de tantos desafios, faz-se necessário compreender quais são os valores pessoais e sociais envolvidos.

## O poder preditivo dos valores humanos

Considerados como princípios orientadores na vida das pessoas, os valores desempenham duas funções principais: motivam os indivíduos para objetivos gerais (pessoais, centrais ou sociais) e expressam suas necessidades básicas (materialistas ou humanitárias) (GOUVEIA; GUERRA; MILFONT, 2014). Uma vez internalizados durante a socialização, eles se tornam critérios de orientação e julgamento sobre o próprio comportamento e o comportamento de outras pessoas.

A literatura já aponta uma associação entre os valores e atitudes em relação a grupos minorizados sexualmente. Atitudes estereotipadas de pessoas heterossexuais em relação a homens gays/mulheres lésbicas estão negativamente correlacionadas com valores de harmonia e igualdade (HEAVEN; OXMAN, 1999), valores de conservação e autorrealização (DONALDSON; HANDREN; LAC, 2016) e valores

de conservação e de poder (KUNTZ *et al.*, 2015). Atitudes positivas e de aceitação de pessoas homossexuais estão associadas na literatura a valores de abertura à mudança e autotranscendência (DONALDSON; HANDREN; LAC, 2016); e abertura à mudança e universalismo em outro estudo baseado na *European Social Survey* (KUNTZ *et al.*, 2015).

Esses resultados mostram que valores culturais e pessoais têm influência nas atitudes sexuais das pessoas. Resultados semelhantes foram observados ao se utilizar a teoria funcional dos valores humanos (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014), que propõe seis subfunções ou valores básicos que derivam do cruzamento das duas principais funções (orientação de julgamento e expressão de necessidades básicas). Essas seis subfunções são: *valores de experimentação* (orientação pessoal, necessidades humanitárias), que enfatizam a busca por novas experiências, prazer e satisfação pessoal; *valores de realização* (orientação pessoal, necessidades materialistas), que acentuam o poder e a importância de ter autoridade sobre outras pessoas; *valores de existência* (orientação central, necessidades materialistas), que enfatizam a saúde e a importância da sobrevivência do corpo físico; *valores suprapessoais* (orientação central, necessidades humanitárias), que enfatizam a maturidade e a importância do conhecimento para o sentido de realização, subjetivo à pessoa; *valores interativos* (orientação social, necessidades humanitárias), que enfatizam o afeto e a importância das relações interpessoais; e, finalmente, *valores normativos* (orientação social, necessidades materialistas), que enfatizam a tradição e a manutenção do *status quo*.

Estudos conduzidos no Brasil utilizando essa teoria mostraram que atitudes liberais quanto a comportamentos homossexuais são positivamente explicados por valores de experimentação e negativamente explicados por valores normativos após controlar as tendências socialmente desejáveis em estudantes de graduação (GUERRA *et al.*, 2012). Outros estudos observaram que valores normativos estavam associados com motivação externa (positivamente) e com motivação interna (negativamente) para reações sem preconceito com relação a homens gays e mulheres lésbicas (GOUVEIA *et al.*, 2012) e frente à homoparentalidade (REZENDE *et al.*, 2019). Valores normativos e de realização apresentam-se como melhores preditores da homofobia implícita, enquanto valores normativos são preditores da homofobia explícita (GUSMÃO *et al.*, 2016).

Assim, esse trabalho tem como objetivo investigar as associações entre subfunções de valores humanos com diferentes expressões de preconceito sexual, bem como com atitudes positivas em relação à adoção de crianças por casais homoparentais. Para tanto, dois estudos foram conduzidos. Esses foram autorizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima (CAAE: 30598714.1.0000.5302).

## Estudo 1

O Estudo 1 teve como objetivo investigar se os valores humanos e a homofobia estão relacionados à concordância com a homoparentalidade, controlando pela idade, nível de religiosidade e pelas motivações interna e externa para responder sem preconceito diante de homens gays e mulheres lésbicas.

## Método

Participaram deste estudo 159 pessoas da população geral, com uma média de idade de 27,6 ( $DP = 11,53$ ). A maioria da amostra é composta por participantes do gênero feminino (69 %), solteira (74 %), estudante (64 %) e católica (39 %).

Os participantes foram convidados a responder um questionário online constituído pelos seguintes instrumentos:

*Escala de Homofobia Implícita e Explícita.* Elaborada por Castillo e colaboradores (2003), foi adaptada ao contexto brasileiro por Marinho e colaboradores (2004). Consiste em 17 itens, aos quais o respondente deve atribuir respostas variando de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente). Os itens se agrupam em dois fatores: *homofobia explícita* (ex.: “Por sua própria condição, os(as) homossexuais nunca alcançarão o mesmo nível de desenvolvimento pessoal que os heterossexuais”) e *homofobia implícita* (ex.: “Acredito que os valores religiosos e éticos dos(as) homossexuais são diferentes dos heterossexuais”). No presente estudo, os índices de consistência interna (alfa de Cronbach) foram 0,81 para homofobia explícita e 0,84 para homofobia implícita.

*Escala de Motivações Externa e Interna para Responder sem Preconceito.* Elaborada por Plant e Devine (1998), a versão utilizada nesse estudo foi adaptada por Gouveia

e colaboradores (2011), tendo homens gays e mulheres lésbicas como grupo alvo das motivações. Deve-se responder a 10 itens em uma escala tipo Likert de nove pontos, sendo 1 (Discordo totalmente) e 9 (Concordo totalmente). Os itens são igualmente distribuídos na constituição de dois fatores: motivação interna para responder sem preconceito (ex.: “segundo meus valores pessoais é errado usar estereótipos em relação aos gays”) e motivação externa (ex.: “procuro não apresentar preconceito contra gays, para evitar a desaprovação dos outros”). Os índices de consistência interna identificados foram 0,66 para motivação interna e 0,82 para motivação externa.

*Questionário de Valores Básicos.* Esse instrumento, elaborado e validado por Gouveia (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014), contém 18 itens que expressam as subfunções dos valores (ex.: “*Convivência.* Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros”; “*Tradição.* Seguir as normas sociais de seu país; respeitar as tradições da sociedade”). Os respondentes são solicitados a atribuir, de acordo com uma escala de 1 (nada importante) a 7 (totalmente importante), a importância de cada valor como princípio-guia de suas vidas. O alfa de Cronbach do instrumento completo no presente estudo é de 0,78, com as dimensões variando entre 0,51 (subfunção de existência) a 0,75 (subfunção normativa).

*Questões sociodemográficas.* Participantes também foram solicitados a responder perguntas para caracterização da amostra, tais como gênero, idade, religião e nível de religiosidade. Adicionalmente, também foram incluídas duas perguntas dicotômicas: “*Você concorda com a adoção de crianças por homens gays/mulheres lésbicas?*”, que deveriam ser respondidas como 1 (sim) ou 0 (não).

Um questionário online foi desenvolvido e hospedado no Google Docs, e seu endereço eletrônico foi divulgado em redes sociais, enviado via e-mail para contatos dos pesquisadores e estudantes. Ao acessar a primeira página do questionário, os participantes encontravam uma apresentação da pesquisa e um termo de consentimento livre e esclarecido, ao final do qual o participante era solicitado a clicar em um botão para confirmar sua concordância. Para o participante avançar para a próxima página do questionário era necessário responder a todos os itens. Os participantes foram informados que a sua participação era voluntária, anônima e que apenas os pesquisadores diretamente envolvidos no projeto teriam acesso aos dados.

## Resultados e discussão parcial

Inicialmente, foram realizadas análises de correlação para investigar a associação entre as duas dimensões da homofobia, as variáveis sociodemográficas de idade e nível de religiosidade, as motivações para responder sem preconceito e as seis subfunções dos valores. Os resultados indicaram que a homofobia implícita apresentou correlações positivas com a idade ( $r = 0,34, p < 0,01$ ), o nível de religiosidade ( $r = 0,19, p < 0,05$ ) e com a subfunção normativa dos valores ( $r = 0,27, p < 0,01$ ), além de uma correlação negativa com a motivação interna para responder sem preconceito diante de homens gays ( $r = -0,25, p < 0,01$ ). Nenhuma associação significativa foi observada com a homofobia explícita.

A motivação externa para responder sem preconceito perante homens gays apresentou uma correlação negativa com a idade ( $r = -0,17, p < 0,05$ ) e correlações positivas com o nível de religiosidade ( $r = 0,17, p < 0,05$ ), com a motivação externa diante mulheres lésbicas ( $r = 0,90, p < 0,01$ ) e com a subfunção normativa dos valores ( $r = 0,26, p < 0,01$ ). Já a motivação interna diante de homens gays também apresentou uma correlação positiva com a mesma dimensão perante mulheres lésbicas ( $r = 0,76, p < 0,01$ ), e com a subfunção suprapessoal ( $r = 0,18, p < 0,05$ ). As motivações externas e internas diante de mulheres lésbicas também apresentaram o mesmo padrão de associação com os valores que as mesmas dimensões diante de homens gays: a motivação externa correlacionou-se diretamente apenas com a subfunção normativa ( $r = 0,26, p < 0,01$ ) e a motivação interna correlacionou-se diretamente com a subfunção suprapessoal ( $r = 0,18, p < 0,01$ ).

Como proposto por Pereira e colaboradores (2011), expressões explícitas de preconceito não foram identificadas na amostra e não apresentaram associação com outras variáveis. No entanto, a homofobia implícita apresentou correlações significativas com a idade, religiosidade e valores normativos, corroborando os achados de Gusmão e colaboradores (2016). Essa subfunção dos valores apresentou-se como particularmente importante na associação com a homofobia implícita de modo geral, incluindo a motivação externa para responder sem preconceito diante de homens gays e mulheres lésbicas. Os valores suprapessoais, por outro lado, associaram-se com a motivação interna, corroborando achados anteriores (GOUVEIA *et al.*, 2012).

Duas regressões logísticas múltiplas foram realizadas com o intuito de explicar a concordância dos participantes com a homoparentalidade, incluindo idade, nível de religiosidade, homofobia implícita e explícita, motivações internas e externas e as seis subfunções de valores como possíveis preditores. Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Na primeira análise conduzida acerca da concordância com a homoparentalidade lésbica, um teste do modelo completo comparado à constante foi estatisticamente significativo, indicando que o conjunto de preditores é confiável para distinguir entre participantes que concordam e discordam da questão ( $\chi^2 = 77,91$ ;  $gl = 12$ ;  $p < 0,001$ ). O índice  $R^2$  de Nagelkerke foi 0,58, sugerindo um relacionamento moderado, apresentado por um modelo que explica 58 % da variância. O percentual de sucesso da predição geral foi de 85 %, sendo 93 % para a concordância e 61 % para a discordância. O critério de Wald demonstra que as variáveis preditoras significativas foram: a homofobia implícita; as motivações internas e externas para responder sem preconceito diante de mulheres lésbicas; e as subfunções suprapessoal e normativa dos valores. As outras variáveis não foram inseridas no modelo como significativas. Os valores do EXP(B) indicam que quando a homofobia implícita, a motivação externa e os valores normativos aumentam em uma unidade (um ponto no escore médio do construto), há cerca de duas vezes mais chance de o participante discordar com a adoção de crianças por mulheres lésbicas. A motivação interna e os valores suprapessoais também influenciam o resultado. No entanto, elas aumentam a probabilidade de o participante concordar com a adoção.

Tabela 1 – Regressão logística múltipla da homoparentalidade lésbica/gay

<b>Homoparentalidade lésbica</b>	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>p</b>	<b>Exp. (B) (IC 95 %)</b>
Idade	0,009	0,02	0,16	0,69	1,01 (0,965–1,055)
Nível de religiosidade	0,195	0,30	0,43	0,51	1,21 (0,677–2,181)
Homofobia explícita	-0,540	0,59	0,83	0,36	0,58 (0,182–1,871)
Homofobia implícita	0,986	0,42	5,43	0,02	2,68 (1,169–6,143)
Motiv. Externa / lésbicas	0,287	0,13	4,57	0,03	1,33 (1,024–1,732)
Motiv. Interna / lésbicas	-0,399	0,15	6,58	0,01	0,67 (0,49–0,910)
Subfunção de experimentação	-0,661	0,33	0,96	0,05	0,52 (0,269–0,990)
Subfunção de realização	0,148	0,28	0,28	0,60	1,16 (0,670–2,006)
Homoparentalidade lésbica	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>p</b>	<b>Exp. (B) (IC 95 %)</b>
Subfunção suprapessoal	-1,305	0,35	13,58	0,00	0,27 (0,135–0,543)
Subfunção de existência	0,234	0,42	0,31	0,57	1,26 (0,557–2,867)
Subfunção normativa	0,726	0,34	4,61	0,03	2,07 (1,066–4,007)
Subfunção interacional	0,658	0,44	2,23	0,13	0,93 (0,815–4,575)
Constante	-1,466	3,68	0,16	0,70	0,231 (N/A)
<b>Homoparentalidade gay</b>	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>p</b>	<b>Exp. (B) (IC 95 %)</b>
Idade	0,021	0,02	0,85	0,35	1,02 (0,976–1,069)
Nível de religiosidade	0,196	0,31	0,40	0,52	1,22 (0,665–2,225)
Homofobia explícita	-0,819	0,60	1,84	0,17	0,44 (0,135–1,440)
Homofobia implícita	1,111	0,45	6,13	0,01	3,04 (1,260–7,320)
Motiv. Externa / gays	0,398	0,14	7,84	0,00	1,49 (1,127–1,967)
Motiv. Interna / gays	-0,397	0,16	6,41	0,01	0,67 (0,494–0,914)
Subfunção de experimentação	-0,997	0,38	6,85	0,01	0,37 (0,175–0,779)
Subfunção de realização	0,510	0,30	2,80	0,09	1,67 (0,917–3,027)
Subfunção suprapessoal	-1,442	0,38	14,04	0,00	0,24 (0,111–0,503)
Subfunção de existência	-0,034	0,39	0,01	0,93	0,97 (0,447–2,090)
Subfunção normativa	0,664	0,34	3,71	0,05	1,94 (0,988–3,281)
Subfunção interacional	0,798	0,46	3,02	0,08	2,22 (0,903–5,462)
Constante	0,325	3,72	0,01	0,93	1,38 (N/A)

*Nota.* Graus de liberdade = 1. Método = Enter.

Fonte: Elaboração própria.

A segunda análise conduzida investigava a concordância com a adoção de crianças por parte de casais gays. O teste do modelo completo comparado à constante também foi significativo, indicando que os preditores são capazes de distinguir entre participantes que concordam e discordam da questão ( $\chi^2 = 86,15$ ;  $gl = 12$ ;  $p < 0,001$ ). Um relacionamento moderado também foi sugerido pelo índice R2 de Nagelkerke, que foi igual a 0,62, ou seja, explicando 62 % da variância da variável dependente. O percentual de sucesso da predição geral foi de 87 % (93 % para a concordância e 70 % para a discordância). Os preditores significativos identificados pelo critério de Wald foram a homofobia implícita, as motivações internas e externas para responder sem preconceito perante homens gays, e as subfunções de experimentação e suprapessoal dos valores. Os valores do EXP(B) indicam que quando a motivação externa aumenta em um ponto, participantes apresentam cerca de 1,5 vezes mais chances de discordar da questão. Adicionalmente, quando a homofobia implícita aumenta, os participantes apresentam 3 vezes mais chances de discordar da adoção por casais gays. A motivação interna e as subfunções de experimentação e suprapessoais dos valores, por outro lado, aumentam a chance dos participantes concordarem com a adoção de crianças por casais gays. As outras variáveis não foram inseridas no modelo como significativas.

Tais resultados demonstram que a aceitação da homoparentalidade não é explicada unicamente pelas diferentes expressões da homofobia, mas também pelos valores suprapessoais e normativos, para casais de lésbicas, e suprapessoais e de experimentação para casais gays, corroborando os achados de Rezende e colaboradores (2019). Esses resultados reforçam a importância de incluir os valores humanos nas pesquisas sobre o tema.

No entanto, contribuições adicionais acerca da aceitação da homoparentalidade poderiam ser alcançadas com a utilização de um instrumento de medida que avaliasse o construto de forma ordinal, com itens que expressem dimensões associadas dele. Nesse sentido, propôs-se o Estudo 2, que buscou avaliar o impacto dos valores humanos, do preconceito sexual e das atitudes diante da união homossexual nas atitudes perante homoparentalidade.

## Estudo 2

### Método

Contou-se com a participação de 339 sujeitos da população geral, com idade média de 26 anos ( $DP= 8,15$ ). A maioria identificou-se como sendo do gênero feminino (53,7 %), pessoas heterossexuais (64 %) e católicos (37 %).

Os participantes responderam um questionário sobre características sociodemográficas (como idade, gênero, orientação sexual e estado civil etc.) e a seguintes medidas:

*Escala de Atitudes diante da Homoparentalidade* (EAFH). Originalmente desenvolvido por Falcão (2004), foi adaptada por Freires (2015) em uma versão reduzida com 10 itens que descrevem atitudes positivas (ex.: “se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas, a criança se desenvolverá normalmente”) e atitudes negativas (ex.: “é melhor que a criança fique em uma instituição à espera de um casal heterossexual do que ser adotada por homossexuais”). Os itens devem ser respondidos em uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os alfas de Cronbach para este estudo foram  $\alpha = 0,90$  para atitudes positivas e  $\alpha = 0,94$  para atitudes negativas.

*Escala de Atitudes Frente à União Homossexual* (EAFUH), desenvolvida por Falcão (2004) e adaptada por Freires (2015) em uma versão reduzida com oito itens que descrevem posicionamentos favoráveis (ex.: “os políticos devem legalizar o casamento homossexual”) e atitudes negativas (ex.: “O casamento homossexual prejudica os valores familiares tradicionais”). Os participantes são solicitados a indicar sua concordância com cada item usando uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os alfas de Cronbach para este estudo foram  $\alpha = 0,88$  para atitudes positivas e  $\alpha = 0,89$  para atitudes negativas.

*Escala Multidimensional de Preconceito Sexual* (EMPS). A Escala Multidimensional de Preconceito Sexual foi desenvolvida por Massey (2009), sendo composta por 70 itens em sua versão original. Neste estudo, foi utilizada uma versão adaptada para o português brasileiro por Freires e colaboradores (2019), com 35 itens agrupados em cinco dimensões (índices de confiabilidade entre parênteses): *Heterossexismo* ( $\alpha = 0,97$ ), *Aversão a homossexuais* ( $\alpha = 0,94$ ), *Crenças positivas em relação aos homossexuais* ( $\alpha = 0,89$ ), *Resistência à Heteronormatividade* ( $\alpha = 0,91$ ) e *Negação da Discriminação* ( $\alpha = 0,49$ ).

*Questionário dos Valores Básicos (QVB)*. O mesmo instrumento do Estudo 1 foi usado aqui. Seus alfas de *Cronbach* para este estudo variaram de 0,50 (*existência*) a 0,70 (*normativos*), com um coeficiente de confiabilidade médio de 0,60.

*Procedimento de Coleta e Análise de Dados*. Foram seguidos os mesmos procedimentos de coleta do Estudo 1. Com relação à análise dos dados, estes foram tabulados e analisados no *PASW* e no *AMOS* (ambos em suas versões n. 18). O primeiro programa permitiu calcular estatísticas descritivas (média, desvio padrão, análise de frequência) e análises de correlações de Pearson. O segundo, por sua vez, permitiu realizar uma *path analysis* (análise de caminhos) para testar o modelo explicativo de predição da aceitação da homoparentalidade. Esse tipo de análise oferece alguns indicadores de ajuste do modelo teórico aos dados empíricos, sendo os seguintes mais amplamente considerados e, por isso, aqui tidos em conta (BYRNE, 2016; FIDELL; TABACHNICK, 2013): (1)  $\chi^2$  (qui-quadrado) testa a probabilidade de o modelo teórico ajustar aos dados com valores altos indicando ajuste inadequado devido à sensibilidade ao tamanho da amostra ( $N > 200$ ), deve ser interpretado com cuidado. Sugere-se o uso do  $\chi^2/gf$  (qui-quadrado dividido pelos graus de liberdade). Nesse caso, valores entre 2 e 3 sugerem ajuste adequado, com a literatura sugerindo que valores até 5 são considerados aceitáveis; (2) o *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI), Eles variam de 0 a 1, com valores de 0,90 indicando ajuste adequado dos dados; (3) o *Comparative Fit Index* (CFI), que é um índice adicional, com valores em torno de 0,90 ou superior, indicando melhor ajuste; e (4) a *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA), apresentado com intervalo de confiança de 90 %. Os valores devem ser iguais ou inferiores a 0,08 e 0,05, respectivamente, mas valores de 0,1 são considerados aceitáveis. O PClose testa a hipótese do  $RMSEA > 0,05$ , com valores superiores a 0,05, sugerindo sua rejeição.

## Resultados

### Correlatos da aceitação da homoparentalidade e união homossexual

O objetivo desta análise foi identificar a direção das correlações entre atitudes em relação à homoparentalidade e atitudes em relação ao casamento homossexual com

valores humanos, as variáveis de intenção comportamental (disposição dos pais em aceitar que seus filhos tenham contato e possam ser amigos de crianças adotadas por pais homossexuais) e nível de religiosidade. As correlações de Pearson foram calculadas e são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Correlações entre atitudes em relação à homoparentalidade e casamento homossexuais, valores humanos, preconceito sexual e variáveis comportamentais

	<b>Aceitação da Homoparentalidade</b>	<b>Aceitação da União Homossexual</b>
<b>PRECONCEITO SEXUAL</b>		
Heterossexismo	-0,55**	-0,59**
Negação da discriminação	-0,16**	-0,16**
Aversão a homossexuais	-0,50**	-0,51**
Resistência à heteronormatividade	0,28**	0,28**
Crenças positivas em relação aos homossexuais	0,14*	0,11*
<b>VALORES HUMANOS</b>		
Experimentação	0,19*	0,19**
Realização	0,05	0,05
Suprapessoal	0,11**	0,15**
Existência	0,16**	0,12**
Interativa	0,22**	0,14**
Normativa	-0,14**	-0,21**
<b>VARIÁVEIS DE INTENÇÃO COMPORTAMENTAL</b>		
Disposição de proximidade	0,46**	0,50**
Aceitação do contato	0,54**	0,57**
Nível de religiosidade	-0,06	-0,18**

Nota. \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$  (bicaudal).

Fonte: Elaboração própria.

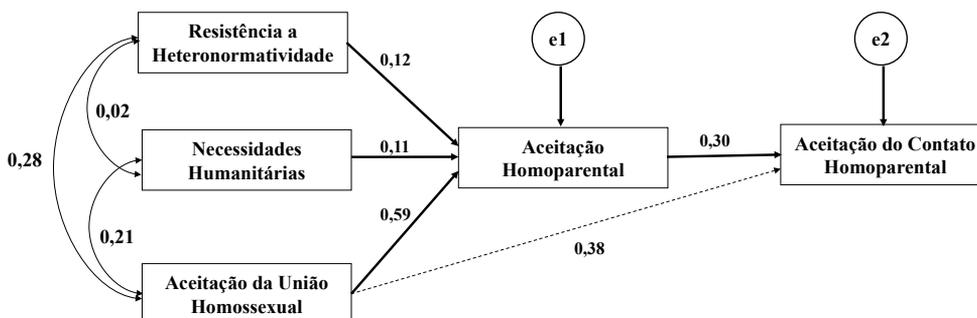
Os resultados mostram que a aceitação da homoparentalidade se correlacionou negativamente com o heterossexismo, negação da discriminação e aversão a homossexuais. Também foi correlacionada positivamente com a resistência à heteronormatividade e crenças positivas em relação aos homossexuais. Em relação às subfunções valorativas, a aceitação da homoparentalidade também apresentou correlações positivas com as subfunção interativa, de experimentação, de existência e suprapessoal; e correlações negativas com a subfunção normativa. Essa variável também apresentou correlações positivas significativas com a disposição de proximidade e a aceitação de contato homoparental.

### **Preditores da aceitação da homoparentalidade**

Considerando que não foram encontrados estudos prévios sobre o tema que possibilitem uma discussão teórica, foram realizadas análises mais robustas. Com base nas análises de correlação de ambos os estudos, que apresentaram consistentemente correlações significativas entre valores que expressam necessidades humanitárias (experimentação, suprapessoal e interativa) com a aceitação da homoparentalidade, o modelo proposto levou em consideração a resistência à heteronormatividade, valores humanitários e aceitação da união homossexual como preditores das atitudes de aceitação frente à homoparentalidade que, por sua vez, predizem a aceitação do contato homoparental (Figura 1).

Em geral, os índices de adequação do modelo podem ser considerados adequados:  $\chi^2/df = 3,77$ ,  $GFI = 0,99$ ,  $AGFI = 0,93$ ,  $CFI = 0,98$  e  $RMSEA = 0,09$  (0,023 – 0,163) (BYRNE, 2016; FIDELL; TABACHNICK, 2013). No entanto, o teste PClose ( $p = 0,12$ ) sugeriu que o valor do RMSEA é estatisticamente superior ao ponto de corte (0,05). Os coeficientes de Lambda foram todos diferentes de zero ( $\lambda \neq 0$ ;  $t > 1,96$ ,  $p < 0,05$ ), com apenas uma exceção observada na associação entre resistência à heteronormatividade e valores que expressam necessidades humanitárias. Consequentemente, o modelo é uma contribuição para o desenvolvimento teórico desse tópico, fornecendo fortes evidências sobre a relação entre essas variáveis.

Figura 1 – Modelo explicativo da aceitação do contato homoparental



Fonte: Elaboração própria.

## Discussão geral

Este capítulo teve como objetivo analisar a influência dos valores humanos e do preconceito diante de grupos minorizados sexualmente nas atitudes em relação à aceitação da homoparentalidade. Os dois estudos apresentados mostraram consistentemente a importância de incluir valores humanos em pesquisas futuras sobre o tema. Resumindo, os resultados mostraram que a aceitação da parentalidade por casais do mesmo gênero (homoparentalidade) está negativamente relacionada aos valores normativos, o que expressa a importância dos objetivos materialistas na orientação do comportamento social, com ênfase na manutenção das práticas sociais através da tradição e obediência a regras (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014). Os resultados do presente estudo corroboram aqueles previamente encontrados na literatura, apontando que indivíduos que se pautam pela subfunção normativa endossam aquilo que é tradicional em uma sociedade, sendo, portanto, menos propensos ao não convencional, procurando preservar a manutenção dos papéis sociais e representacionais da cultura vigente (REZENDE *et al.*, 2019). Desse modo, tais indivíduos se apresentam mais preconceituosos e discriminatórios no que diz respeito às políticas pró-grupos minorizados sexualmente, (ex.: a união civil, adoção por LGBTI+ etc.) utilizando julgamentos morais em relação ao contexto de vida LGBTI+ (PEREIRA *et al.*, 2013).

Tais princípios normativos apresentam duas funções principais, segundo Rezende e colaboradores (2019): servem como empecilho para que a sociedade como um todo tenha uma percepção mais aberta e positiva da parentalidade exercida no contexto da homossexualidade, e fomentam, favorecem e normalizam a manifestação de atos de violência (ex.: espancamento, assassinatos) registrados na mídia cotidianamente (GGB, 2019). Isso se dá principalmente quando se trata de pessoas fora do contexto da heterossexualidade, em razão de confrontar o modelo tradicional de família nuclear, que historicamente se relaciona às noções de família e sexualidade (CECÍLIO; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN, 2013).

Nessa direção, as necessidades humanitárias, expressas pelos valores interativos, de realização e, especialmente, suprapessoais, também desempenharam um importante papel em explicar a aceitação da homoparentalidade. Junto com a resistência à heteronormatividade e com as atitudes em relação à união entre pessoas do mesmo gênero, que compõe um modelo empírico significativo que, por sua vez, explica a disposição dos indivíduos em aceitar o contato com crianças adotadas por pais do mesmo gênero.

Tais aspectos podem ser mais bem elucidados pela ampliação trazida a partir do que tem sido debatido como matriz cisheteronormativa. Segundo Santos e Nardi (2018), as cis-heteronormas atribuem aos corpos que se adequam à norma heterossexual e ao gênero atribuído ao nascer maior validade do para aqueles que subvertem tal norma (ex.: homossexuais, transexuais, travestis, bissexuais, entre outras). Tais autores advogam que esse processo de validação objetiva estimular a heterossexualidade, de forma que as pessoas se organizem em sociedade a partir do modelo cisheteronormativo. No caso, da resistência à heteronormatividade, uma das dimensões do construto do preconceito sexual, utilizado nesse estudo, trata-se da recusa em aceitar a heterossexualidade como imperativa. Indivíduos com essa resistência mostram menor tendência em considerar relações heterossexuais como a única configuração de relacionamento padrão (HEREK; MCLEMORE, 2013; MASSEY, 2009). Ainda, a aceitação da união homossexual entre pessoas do mesmo gênero é um importante construto nesse caso devido às recentes mudanças no Brasil, onde a Suprema Corte pronunciou em 2012 que o registro de união estável entre casais do mesmo gênero é considerado uma entidade familiar, garantindo os direitos formais a casais do mesmo gênero tanto em relação à herança quanto em relação à adoção

de crianças. A aceitação legal da união entre pessoas do mesmo gênero tende a dar visibilidade a esses arranjos familiares, contribuindo para a mudança social e, conseqüentemente, para a mudança na percepção frente à homoparentalidade.

Embora todos os construtos tenham sido importantes na predição da aceitação da homoparentalidade, é importante em termos teóricos enfatizar que essa aceitação passa por uma contextualização axiológica, ou seja, são baseadas em princípios que orientam ações individuais e expressam necessidades humanitárias básicas. Valores humanitários (idealistas) são coerentes com indivíduos que têm a mente aberta, que apreciam o desenvolvimento de relações interpessoais como objetivos importantes dentro dos princípios de equidade. Esses valores, no geral, descrevem pessoas ativas que promovem mudanças sociais para gerações futuras (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014). Dessa forma, mudanças individuais possibilitam outra forma de compreensão da homossexualidade e, conseqüentemente, da homoparentalidade, reduzindo estigmas e preconceitos sociais a longo prazo (ARAÚJO; CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2018).

## **Considerações finais**

Diante do exposto, os presentes estudos apresentam-se como uma proposta incluída, tendo em vista que objetiva investigar o fenômeno tanto na perspectiva clássica, dos estudos da homofobia, quanto na perspectiva mais atual, que enfatizam o preconceito sexual de forma mais ampla. Sendo assim, tanto a visão atual quanto a visão mais tradicional baseada no termo homofobia são úteis e legítimas. Os pesquisadores das duas perspectivas objetivam entender e ajudar os grupos minorizados sexualmente, e para chegar a esse objetivo a melhor solução científica e prática é adotar ambas as perspectivas, o que é caso do presente estudo, que conta com dois estudos independentes, porém, considerando as duas perspectivas, de modo que se possa desenhar pontos de convergência e complementaridade.

Finalmente, apesar dos objetivos propostos terem sido satisfatoriamente alcançados, há algumas limitações a serem indicadas. Primeiramente, cabe destacar o caráter não probabilístico da amostra, que por sua vez, impossibilita generalizações para toda a população brasileira. Segundo, deve-se ter em conta a possível influência do

viés desejabilidade social, em função dos instrumentos utilizados serem de autorrelato, o que pode gerar distorções em direção ao que é socialmente aceitável.

Sendo assim, espera-se que estudos futuros sejam levados a cabo, a partir do que foi levantado neste capítulo, uma vez que pesquisas dessa natureza são fundamentais para preencher lacunas existentes na literatura da área, assim como são igualmente relevantes para desmistificar representações estereotipadas e do senso comum que seguem permeando o imaginário das pessoas a respeito da parentalidade exercida no contexto dos grupos minorizados sexualmente no Brasil. Nesse sentido, seria interessante contar com outros estudos com amostras mais expressivas e heterogêneas, a fim de comparar o que diferentes grupos religiosos influentes no Brasil consideram sobre o assunto. O Brasil é o maior país católico do mundo, com 65 % da população declarada católica no último censo. Denominações religiosas cristãs constituem 90 % da população, e os valores sociais e culturais tendem a refletir esse contexto religioso (IBGE, 2010).

Adicionalmente, sugere-se ainda que estudos futuros possam investigar o impacto da hipótese do contato nas atitudes diante da homoparentalidade no Brasil. A hipótese do contato enfatiza a importância do contato positivo entre pessoas heterossexuais com pessoas de grupos minorizados sexualmente e famílias homoparentais para a redução do preconceito e da discriminação a esses grupos, por serem mediadas por emoções e experiências positivas (COSTA; LEAL; PEREIRA, 2015).

## Referências

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 julho de 1990. Casa Civil. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.
- BYRNE, B. M. **Structural equation modeling with amos: basic concepts, applications, and programming**. 3. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2016.
- CASTILLO, M. *et al.* La medida de la homofobia manifiesta y sutil. **Psicothema**, v. 15, n. 2, p. 197-204, 2003. Disponível em: <http://www.psicothema.com/pdf/1045.pdf>.

- CECÍLIO, M. S. **Adoção por casais do mesmo sexo**: concepções e experiências de profissionais que atuam no judiciário. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberaba, Minas Gerais: 2017.
- CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Avaliação de pretendentes à adoção. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 3, p. 497-511, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002943143>.
- CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 507-516, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/jcrQ3qhNTNF8NNbyh3F6HQN/?lang=pt>.
- COSTA, P. A.; PEREIRA, H.; LEAL, I. “The contact hypothesis” and attitudes toward same-sex parenting. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 12, p. 125-136, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13178-014-0171-8>.
- DONALDSON, C. D.; HANDREN, L. M.; LAC, A. Applying multilevel modeling to understand individual and cross-cultural variations in attitudes toward homosexual people across 28 European countries. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 48, n. 1, p. 1-20, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022022116672488>
- FALCÃO, L. C. **Adoção de crianças por homossexuais**: crenças e formas de preconceito. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.
- FARR, R. H.; VÁZQUEZ, C. P. Stigma experiences, mental health, perceived parenting competence, and parent-child relationships among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents in the united states. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. 445, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>.
- FERREIRA, R. C. **O gay no ambiente de trabalho**: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. 2007. (Dissertação Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FREIRES, L. A. **Atitudes frente a homoparentalidade**: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

- FREIRES, L. A. *et al.* Escala multidimensional de preconceito sexual: propriedades psicométricas para o contexto brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, p. 222-235, 2019.
- GATES, G. J. **LGBTI+ parenting in the United States**. The Williams Institute. eScholarship, 2013. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/9xs6g8xx>.
- GOUVEIA, V. V. *et al.* Motivação para responder sem preconceito: evidências de um instrumento frente a gays e lésbicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 3, p. 458-466, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/SQNG7wS3ftRZ9Xh3bdzWBWj/?lang=pt>.
- GOUVEIA, V. V. *et al.* Valores e motivação para responder sem preconceito frente a homossexuais. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 215-225, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/qpbw4Bw57sCGM86tMhBb3LN/?lang=pt>.
- GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; GUERRA, V. M. Functional theory of human values: testing its content and structure hypotheses. **Personality and Individual Differences**, v. 60, p. 41-47, 2014. Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/abs/pii/S0191886913013895>.
- GROTEVANT, H. D.; MCDERMOTT, J. M. Adoption: biological and social processes linked to adaptation. **Annual Review of Psychology**, v. 65, p. 235-265, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24016275/>.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBTQI+ morta no Brasil**: Relatório GGB 2018. Bahia, Brasil: 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>.
- GUERRA, V. M. *et al.* Sexual liberalism-conservatism: the effect of human values, gender, and previous sexual experience. **Archives of Sexual Behavior**, v. 41, p. 1027-1039, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-012-9936-4>.
- GUSMÃO, E. E. S. *et al.* Valores humanos e atitudes homofóbicas flagrante e sutil. **Psico-USF**, v. 21, n. 2, p. 367-380, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/MwmWsdFdShTjWHVZbq34bfp/?lang=pt>.
- HEAVEN, P. C. L.; OXMAN, L. N. Human values, conservatism and stereotypes of homosexuals. **Personality and Individual Differences**, v. 27, n. 1, p. 109-118, 1999. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1999-13969-009>.

- HEREK, G. M.; MCLEMORE, K. A. Sexual prejudice. *In: Annual Review of Psychology*, v. 60, p. 309-333, 2013. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-psych-113011-143826>.
- INTERNATIONAL LESBIAN, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association - ILGA World. **2019 Annual Report**, Genebra, 2020. Disponível em: [https://ilga.org/downloads/ILGA\\_World\\_Annual\\_Report\\_2019.pdf](https://ilga.org/downloads/ILGA_World_Annual_Report_2019.pdf).
- KUNTZ, A. *et al.* Human values, legal regulation, and approval of homosexuality in Europe: a cross-country comparison. **European Journal of Social Psychology**, v. 45, n. 1, p. 120-134, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2068>.
- LAMB, M. E. Mothers, fathers, families and circumstances: factors affecting children's adjustment. **Applied Developmental Science**, v. 16, p. 98-111, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10888691.2012.667344>.
- LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. (In)visibilidade da vivência homo-parental feminina: entre preconceitos e superações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 20-33, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hxVj985dvHSTgn9JJYsCvrM/?lang=pt>.
- MARINHO, C. A. *et al.* Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 371-379, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/zLwDxkjrdZnfBttJV4z85tc/abstract/?lang=pt>.
- MASSEY, S. Polymorphous prejudice: liberating the measurement of heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men. **Journal of Homosexuality**, v. 56, p. 147-172, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00918360802623131>.
- MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>.
- NASCIMENTO, C. R. R.; ARAÚJO, I. C.; BIASUTTI, C. M. O direito à convivência familiar a partir da adoção: ampliando o entendimento sobre a família. *In: ROSA, E. M.; AVELLAR, L. Z. (org.). Psicologia, justiça e direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2017. p. 99-110.
- PATTERSON, C. J. Parent's sexual orientation and children's development. **Children Development Perspectives**, v. 11, n. 1, p. 45-49, 2017. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cdep.12207>.

- PATTERSON, C. J.; GOLDBERG, A. E. Lesbian and gay parents and their children. **National Council on Family Relations**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2016. Disponível em: [https://www.ncfr.org/sites/default/files/2017-01/ncfr\\_policy\\_brief\\_november\\_final.pdf](https://www.ncfr.org/sites/default/files/2017-01/ncfr_policy_brief_november_final.pdf).
- PEREIRA, C. R. *et al.* O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 79-89, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9wDV7F66tBhLXcxW77qs5jC/?lang=pt>.
- PEREIRA, C. R. *et al.* Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 73-82, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100010>.
- PLANT, E. A.; DEVINE, P. G. Internal and external motivation to respond without prejudice. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 75, p. 811-832, 1998. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/buy/1998-12057-017>.
- PONTES, M. F.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. **Revista de Psicologia da USP**, v. 28, n. 2, p. 276-286, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/jKzM9VM5W7XmrypYfjy8BHn/?lang=pt>.
- REZENDE, A. T. *et al.* Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito frente à homoparentalidade. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/vGmyh38YVgLg8vRkb7jdYhP/?lang=pt>.
- SANTOS, H. B.; NARDI, H. C. Entre o trabalhador e o vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 2299-2316, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/QgNDRs7cYhPLNT9YXtsvxJh/abstract/?lang=pt>.
- SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Conservadorismo, posicionamento político e preconceito contra casais adotivos homossexuais. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 57-66, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-294X2018000100007&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2018000100007&lng=es&nrm=iso&tlng=pt).

- TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. 6. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2013.
- UNITED STATES CENSUS. **American Community Survey (ACS)**. 2011. Disponível em: <https://www.census.gov/programs-surveys/acs>.
- XIMENES, F.; SCORSOLINI-COMIN, F. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/326595066\\_Adocao\\_por\\_casais\\_do\\_mesmo\\_sexo\\_relatos\\_de\\_psi-cologos\\_do\\_Judiciario](https://www.researchgate.net/publication/326595066_Adocao_por_casais_do_mesmo_sexo_relatos_de_psi-cologos_do_Judiciario).

# Apoio social familiar percebido por lésbicas/gays: evidências psicométricas iniciais de um instrumento

Laís Sudré Campos

Valeschka Martins Guerra

Mylena Leite Bortolozzo

O apoio social pode ser compreendido como a transação humana que possui como característica principal o provimento de recursos a outras pessoas, trazendo benefícios para os envolvidos, tendo sido relacionado à saúde física e mental, influenciando a percepção de eventos estressantes e o nível de bem-estar (GONÇALVES *et al.*, 2011). Além disso, o apoio social é um dos construtos que compõem os recursos de enfrentamento de um indivíduo diante de situações difíceis e estressantes (MACEDO *et al.*, 2018), estando, portanto, associado à resiliência (WILKERSON *et al.*, 2017). Nesse sentido, o apoio social é extremamente importante para grupos minoritários como os constituídos por pessoas que fazem parte de grupos minorizados sexualmente (MOLERO *et al.*, 2017).

Dentre as várias fontes possíveis de apoio, o apoio social familiar é considerado um dos mais relevantes no enfrentamento de situações estressantes (BAPTISTA, 2009) e no enfrentamento do preconceito, agindo como base onde a pessoa

homossexual se apoia para lidar com as adversidades (CAMPOS; GUERRA, 2016; HALL, 2017). Ao tratarmos do apoio social familiar, a percepção do nível de apoio recebido – influenciado pelo significado dado ao apoio em diferentes situações, o nível de satisfação com esse apoio e o relacionamento existente entre o receptor e o provedor do apoio (GONÇALVES *et al.*, 2011) – surge como fator chave para a definição do construto. Nas relações familiares, o apoio social pode estar presente em forma de aceitação, por parte dos pais ou responsáveis, do(a) filho(a) homossexual.

Em seus estudos de meta-análise, Bartos, Berger e Hegarty (2014) expõem que pessoas que se identificam como mulheres lésbicas ou homens gays apresentam piores índices de saúde e bem-estar do que as pessoas heterossexuais e têm mais probabilidade de sofrerem de abuso de substâncias e transtornos de humor e ansiedade. Além disso, possuem duas vezes mais chance de tentarem suicídio. Tais índices devem-se à vivência constante de preconceito e discriminação ao longo de suas vidas, em diversos contextos de exclusão. O primeiro possível contexto de exclusão, e um dos mais relevantes, é a família (ARAÚJO; CRUZ; OLIVEIRA, 2019; NASCIMENTO; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

O Modelo de Estresse de Minoria estabelece que o indivíduo que faz parte de um grupo considerado minoritário socialmente (tais como minorias raciais e/ou minorias sexuais) pode vivenciar elevados níveis de estresse pelo conflito existente entre sua identificação com esse grupo e o estigma social (MEYER, 2003). Violências sofridas, discriminações e preconceitos vivenciados ao longo da vida podem ter impactos diretos na saúde mental das pessoas que integram grupos minorizados sexualmente, que apresentam tentativas de suicídio em índices elevados, abuso de substâncias, a vivência de ansiedade, depressão e comportamentos sexuais de risco (COSTA *et al.*, 2020; BORSA; PAVELTCHUK, 2020).

A necessidade de pertencimento, de afiliação e aceitação dos indivíduos se choca com estruturas e práticas sociais excludentes que, muitas vezes, está presente nas relações familiares. A abertura e aceitação por parte da família, por sua vez, fortalece as relações (COSTA *et al.*, 2020). Chinazzo e colaboradores (2020), em uma pesquisa realizada com pessoas trans, apontam para o impacto que o apoio social percebido tem na redução dos níveis de sintomas depressivos, ideação suicida e tentativas de suicídio. Tais resultados apontam para a necessidade de promoção desse apoio social nos grupos minorizados sexualmente.

Dessa maneira, quanto maior o nível de apoio social familiar recebido pelas pessoas homossexuais, maiores os níveis de resiliência e bem-estar. O apoio familiar também tem um impacto positivo no nível de autoestima e percepção do suporte social que a pessoa recebe de outras redes (CERQUEIRA-SANTOS; SILVA, 2018). Por outro lado, quanto menor o nível de apoio, maiores são os índices de depressão, tentativas de suicídio e abuso de álcool e outras drogas (PEARSON; WILKINSON, 2013).

Carasthatis e colaboradores (2016) apontam que a rejeição da família ao membro familiar homossexual leva a menores níveis de resiliência, porém a maioria dos participantes consegue superar essa rejeição através do apoio social de amigos, professores e colegas de trabalho. Conexões estabelecidas com outras pessoas que integram o grupo minoritário LGBTI+ também atuam como um importante fator de proteção a se somar ao apoio social recebido da família (ANTEBI-GRUSZKA; MOR; SHILO, 2015). A literatura aponta que o ativismo político envolvido na defesa dos direitos das pessoas que pertencem a grupos minorizados sexualmente, na busca de reduzir estereótipos e comportamentos discriminatórios direcionados a essa população, pode contribuir como um fator de proteção da saúde mental dessas pessoas, elevando seus índices de bem-estar (DWYER *et al.*, 2019).

No entanto, para a realização de pesquisas a respeito do tema a partir de uma abordagem metodológica quantitativa, é importante enfatizar a necessidade de instrumentos de mensuração apropriados. O principal instrumento utilizado no Brasil para mensuração do apoio social familiar é o Inventário de Percepção do Suporte Familiar (IPSF), desenvolvido por Baptista (2009) e bastante utilizado tanto em pesquisas como na prática clínica. No entanto, mesmo sendo utilizado em pesquisas com diversas populações, tal instrumento não foi desenvolvido diretamente para a mensuração do apoio familiar para a população LGBTI+.

Um instrumento identificado na literatura internacional foi o *Perceived Parental Social Support – Lesbian/Gay*, desenvolvido por Clouse (2007). Esse instrumento, aqui denominado *Escala de Apoio Social Familiar Percebido – Mulheres Lésbicas/Homens Gays* (Easf-LG), tem como objetivo medir o apoio social parental a partir da perspectiva de mulheres lésbicas e homens gays. O autor indica que as pesquisas realizadas até o momento utilizavam instrumentos de avaliação generalistas que não levavam em consideração os aspectos específicos que perpassam a vivência dessa população. Os itens do instrumento foram criados baseados na incorporação de comportamentos

que demonstrassem indícios de apoio e aceitação parental às lésbicas e gays. Em seu estudo original, para a análise dos fatores da escala, foi conduzida uma análise fatorial exploratória a partir dos dados de 221 participantes, mulheres lésbicas (49,8 %) e homens gays (50,2 %), cujo resultado indicou que uma escala unifatorial composta por 22 itens era a mais adequada. O autor sugere a realização de novas pesquisas que indiquem a adequação da escala em diferentes contextos e que examinem a estabilidade dessa ao longo do tempo. Assim, o objetivo deste estudo é apresentar evidências de validade da adaptação da Escala de Apoio Social Familiar Percebido – Mulheres Lésbicas/Homens Gays para o contexto brasileiro.

## Método

A amostra deste estudo foi composta por 229 pessoas homossexuais brasileiras, sendo 58,5 % do sexo feminino, com idades entre 18 e 61 anos ( $M=24,02$ ;  $DP=5,98$ ). A maioria dos participantes cursa o ensino superior (53 %), mora com os pais (59 %), está solteira (45 %) e possui renda mensal familiar entre 5 e 10 salários mínimos (34,5 %). Com relação à religião, a maioria acredita em Deus, mas não tem religião (33 %) e apresentam nível moderado de religiosidade ( $M=3,61$ ;  $DP = 1,16$ , variando de 1 a 5). A maioria dos participantes relatou que ambos, pai e mãe, possuem conhecimento sobre sua orientação sexual (62 %).

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

*Questionário sociodemográfico.* Composto por perguntas acerca do gênero dos participantes, idade, nível de escolaridade, religião e nível de religiosidade tanto do participante quanto de sua família; renda mensal familiar; situação amorosa atual; se a família sabe sobre sua orientação sexual; e nível de apoio da mãe e do pai, pergunta à qual os participantes respondiam numa escala do tipo Likert, com opções de 1 a 5, sendo 1 “apoio nenhum” e 5 “apoio total”.

*Escala de Apoio Social Familiar Percebido – Mulheres Lésbicas/Homens Gays (Easf-LG).* Essa escala, desenvolvida por Clouse (2007), tem como objetivo mensurar a percepção de filhos(as) homossexuais sobre o apoio social advindo de seus pais. A escala é composta por 22 itens (*ex.: Meus pais nunca me incentivariam a mudar minha orientação sexual; Meus pais convidariam meu(minha) parceiro(a) para atividades e celebrações*

em família) a serem respondidos com base em uma escala tipo Likert de 5 pontos, variando entre 1 (discordo) e 5 (concordo). O estudo original reporta um índice de fidedignidade de 0,96 (CLOUSE, 2007).

*Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF)*. Essa escala, desenvolvida por Baptista (2009), tem como objetivo avaliar a percepção dos participantes acerca do suporte familiar oferecido, de forma a apresentar índices de validade convergente com a escala anteriormente apresentada. A escala é composta por 42 itens, dividida em três fatores: Afetivo-Consistente (ex.: *Minha família discute seus medos e preocupações*); Adaptação Familiar (ex.: *Eu sinto raiva da minha família*); e Autonomia Familiar (ex.: *Minha família permite que eu seja do jeito que eu quero ser*). Os itens deverão ser respondidos com base em uma escala tipo Likert de 3 pontos, sendo as opções de resposta variando de 3 (sempre ou quase sempre) a 0 (quase nunca ou nunca). Os índices de consistência interna nessa amostra variaram de  $\alpha = 0,90$  para o fator 2 (Adaptação Familiar) a  $\alpha = 0,94$  para o fator 1 (Afetivo-Consistente).

Todo o procedimento de tradução seguiu as orientações do *International Test Commission* (ITC, 2010). Inicialmente, a escala foi traduzida para o português brasileiro separadamente por duas psicólogas bilíngues, sendo essas duas versões revisadas e unificadas por uma terceira pessoa, especialista na área temática. Após a definição final dos itens, os questionários foram construídos na plataforma online Google Forms e disponibilizados através de *links* em redes sociais. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era apresentado na primeira página do sítio da pesquisa, informando acerca dos direitos dos participantes ao seu anonimato e a abandonar a pesquisa a qualquer momento que desejarem. Aqueles que concordavam em participar eram apresentados ao questionário em sua forma online.

Os dados desta pesquisa foram tabulados utilizando-se o *software* SPSS, versão 18. Além de estatísticas descritivas simples, esse *software* também foi utilizado para as análises de correlação, para o teste da validade convergente do instrumento.

A análise fatorial exploratória (AFE) foi realizada mediante o uso do *software* FACTOR, versão 10.10.03. A AFE utilizou uma matriz policórica, com método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) (ASPAROUHOV; MUTHEN, 2010). A Análise Paralela foi utilizada para a decisão acerca do melhor número de fatores a ser retido (LORENZO-SEVA; TIMMERMAN, 2011). A adequação da solução fatorial proposta foi avaliada por meio dos seguintes índices de ajuste:

*Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), com valores abaixo de 0,08 considerados adequados; *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI), com valores acima de 0,90 considerados adequados (BROWN, 2006). A estabilidade dos fatores foi avaliada por meio do índice *H* (FERRANDO; LORENZO-SEVA, 2018). Com valores que variam de 0 a 1, valores altos (> 0,80) sugerem uma variável latente bem definida. Adicionalmente, são apresentados três indicadores que sugerem a unidimensionalidade da solução fatorial: o *Unidimensional Congruence* (Unico), que indica a unidimensionalidade se for acima de 0,95; o *Explained Common Variance* (ECV), que deve ser acima de 0,85; e o *Mean of Item Residual Absolute Loadings* (Mireal), cujo valor abaixo de 0,30 indica uma solução unifatorial (FERRANDO; LORENZO-SEVA, 2018).

## Resultados

A amostra apresentou um índice KMO adequado de 0,92 e um índice de esfericidade de Bartlett significativo,  $\chi^2(231) = 2530,90$ ,  $p < 0,001$ , indicando a adequação dos dados à análise fatorial. A análise paralela sugeriu a existência de um único fator, que apresentou um percentual de variância explicada dos dados de 60,69 %. As cargas fatoriais variaram entre 0,53 (*Item 1 - Meus pais nunca me incentivariam a mudar minha orientação sexual*) a 0,92 (*Item 10 - Meus pais convidariam meu(minha) parceiro(a) para atividades e celebrações em família*) (Tabela 1). Em termos de fidedignidade, o Ômega de McDonald foi de 0,97 e o alfa de Cronbach foi igual a 0,96.

**Tabela 1 – Análise fatorial exploratória da Easf-LG**

<b>Itens</b>	<b>Fator 01</b>
1 - Meus pais nunca me incentivariam a mudar minha orientação sexual.	0,53
2 - Meus pais defenderiam minha orientação sexual perante outros membros da família.	0,88
3 - Eu acho que meus pais se sentiriam desconfortáveis com minha orientação sexual.*	0,85
4 - Meus pais mudam de assunto quando discutimos sobre minha orientação sexual.*	0,81
5 - Meus pais raramente falam sobre minha orientação sexual.*	0,71
6 - Meus pais não apoiam minha orientação sexual.*	0,82
7 - Meus pais nunca admitiriam minha orientação sexual para seus amigos.*	0,82
8 - Meus pais apoiam minha relação amorosa atual.	0,87
9 - Meus pais perguntam sobre meu(minha) parceiro(a) quando converso com eles.	0,86
10 - Meus pais convidariam meu(minha) parceiro(a) para atividades e celebrações em família.	0,92
11 - Meus pais não aceitariam meu(minha) parceiro(a) como parte da família.*	0,76
12 - Meus pais se referem ao meu(minha) parceiro(a) como colega de quarto ou amigo(a) quando fala sobre mim com outras pessoas.*	0,56
13 - Meus pais valorizam meus relacionamentos amorosos tanto quanto outros relacionamentos existentes na família.	0,89
14 - Quando interagem com outros membros da família, meus pais não se referem ao meu(minha) parceiro(a).*	0,67
15 - Eu acredito que meus pais se preocupariam genuinamente com o bem-estar do meu(minha) parceiro(a).	0,87
16 - Meus pais procurariam informações sobre assuntos relacionados a gays e lésbicas para entender melhor minha identidade.	0,70
17 - Meus pais falaria abertamente sobre suas dificuldades em entenderem o desenvolvimento da minha orientação sexual.	0,75
18 - Meus pais falaria abertamente sobre minhas experiências relacionadas à minha orientação sexual.	0,85
19 - Meus pais frequentariam regularmente um grupo de apoio voltado para pais de homossexuais.	0,59
20 - Meus pais se envolveriam ativamente em uma organização comunitária de apoio aos pais de homossexuais.	0,67
21 - Eu me sinto à vontade para conversar com meus pais sobre meus relacionamentos.	0,88
22 - Meus pais perguntam sobre meus amigos gays/lésbicas.	0,77
Índice H-observado	0,93

Ômega de McDonald	0,97
Alfa de Cronbach	0,96
<i>UniCo</i>	0,97
<i>ECV</i>	0,90
<i>Mireal</i>	0,21

Nota: \* itens invertidos. UniCo = Unidimensional Congruence; ECV = Explained Common Variance; Mireal = Mean of Item Residual Absolute Loadings.

Fonte: Elaboração própria.

Os índices de ajuste do instrumento foram adequados ( $\chi^2 = 480,47$ ,  $gl = 209$ ;  $p < 0,001$ ; RMSEA = 0,075, IC 95 % 0,047-0,085; CFI = 0,99; TLI = 0,99). O valor encontrado do índice H-observado, apresentado na Tabela 1, também estima que a estrutura unidimensional é replicável em outros estudos (*H-Index*; FERRANDO; LORENZO-SEVA, 2018). Adicionalmente, os indicadores de unidimensionalidade da solução fatorial (Unidimensional Congruence [UniCo]; Explained Common Variance [ECV]; e Mean of Item Residual Absolute Loadings [Mireal]; FERRANDO; LORENZO-SEVA, 2018) confirmaram a unidimensionalidade da escala, apresentando valores congruentes com o esperado.

Finalmente, foram realizadas análises de correlação da média geral do apoio social familiar para pessoas homossexuais, conforme medido pela Easf-LG, com os itens de percepção do grau de apoio dos pais e com os fatores do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF). A dimensão do Easf-LG demonstrou correlações positivas e fortes com o grau de apoio da mãe ( $r = 0,78$ ,  $p < 0,001$ ), o grau de apoio do pai ( $r = 0,54$ ,  $p < 0,001$ ) e com as três dimensões do IPSF: Afetivo-Consistente ( $r = 0,60$ ,  $p < .001$ ), Adaptação Familiar ( $r = 0,58$ ,  $p < .001$ ) e Autonomia Familiar ( $r = 0,61$ ,  $p < .001$ ).

## Discussão

O presente estudo teve como principal objetivo apresentar evidências psicométricas iniciais da Escala de Apoio Social Familiar Percebido – Mulheres Lésbicas/Homens Gays (Easf-LG), adaptada para o contexto brasileiro. Os resultados das análises realizadas indicam que a escala adaptada é válida para avaliar o construto proposto na amostra analisada. As evidências de validade da Easf-LG no contexto brasileiro são

reforçadas pelas correlações existentes entre seu fator único, aqui denominado “apoio social familiar a pessoas homossexuais”, e os outros fatores do apoio social familiar, provenientes, neste estudo, do instrumento IPSF (BAPTISTA, 2009). Tais resultados sugerem que o instrumento adaptado mede o apoio social familiar específico para a população homossexual de forma coerente com o IPSF, instrumento desenvolvido para avaliar o suporte familiar na população geral.

Os resultados das análises apresentadas demonstraram evidências satisfatórias de validade do instrumento, além de índices de consistência interna adequados. Sendo assim, sugere-se como válida a utilização do instrumento para avaliar o apoio social familiar às mulheres lésbicas e homens gays em pesquisas realizadas no Brasil.

Com relação às limitações da presente pesquisa, é importante enfatizar que não foi possível coletar dados de uma segunda amostra para a realização de análises fatoriais confirmatórias e/ou análises de invariância entre os gêneros da amostra. Sugere-se que futuras pesquisas investiguem tais questões, de forma a confirmar tanto a estrutura como sua invariância fatorial em diferentes grupos.

Outra limitação diz respeito ao foco do instrumento ser direcionado para pessoas homossexuais (mulheres lésbicas e homens gays), não incluindo outras pessoas integrantes de grupos minorizados sexualmente. Considerando aspectos relacionados à validade ecológica, faz-se necessária a adaptação do instrumento de forma a abranger outras populações integrantes de tais grupos, ampliando assim o escopo da compreensão sobre o impacto do apoio social familiar na população LGBTI+.

Pesquisas futuras podem utilizar tal instrumento para avaliar o impacto do apoio social familiar percebido de mulheres lésbicas e homens gays com a resiliência dessa população, seu nível de bem-estar psicológico e com indicadores de ansiedade e depressão. Em relação à população LGBTI+, Bartos, Berger e Hegarty (2014) destacam que mais pesquisas em relação ao preconceito e sua relação com o bem-estar dessa população devem ser realizadas para aprimorar o conhecimento sobre os efeitos e minimizá-los. Assim, sugere-se que pesquisas sejam conduzidas associando o apoio social familiar às pessoas homossexuais com os protocolos de avaliação do estresse de minorias (COSTA *et al.*, 2020).

O apoio social é um importante fator associado à promoção de saúde (MADEIRA; RODRIGUES, 2009), impactando em uma boa saúde mental. Oferecer e receber suporte de pessoas significativas, criando uma rede de apoio com aquelas

que são mais próximas é um fator protetivo para a saúde mental e potencializador de efeitos positivos no bem-estar e na construção da felicidade, além de contribuir para o desenvolvimento da resiliência.

## Referências

- ASPAROUHOV, T.; MUTHEN, B. **Simple second order chi-square correction**. 2010. Disponível em: [https://www.statmodel.com/download/WLSMV\\_new\\_chi21.pdf](https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.
- BAPTISTA, M. N. **Inventário de percepção do suporte familiar (IPSF)**. São Paulo: Vetor, 2009.
- BARTOS, S. E.; BERGER, I.; HEGARTY, P. Interventions to reduce sexual prejudice: a study-space analysis and meta-analytic review. **The Journal of Sex Research**, v. 51, n. 4, p. 363-382, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/00224499.2013.871625>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. New York: The Guilford Press, 2006.
- CAMPOS, L. S.; GUERRA, V. M. O ajustamento familiar: associações entre o apoio social familiar e o bem-estar de homossexuais. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 33-57, 2016.
- CARASTHATIS, G. S. *et al.* Rejected by family for being gay or lesbian: portrayals, perceptions, and resilience. **Journal of Homosexuality**, v. 64, n. 3, p. 289-320, 2016.
- CHINAZZO, I. R. *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 5045-5056, 2020. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/impacto-do-estresse-de-minoria-em-sintomas-depressivos-ideacao-suicida-e-tentativa-de-suicidio-em-pessoas-trans/17485?id=17485>. Acesso em: 1 set. 2021.
- CLOUSE, S. T. **Development and validation of the perceived parental support scale – lesbian gay (PPSS-LG)**. 2007. Dissertation (Degree Doctor in Philosophy) – University of Missouri, Columbia, 2007.

- COSTA, A. B. *et al.* Protocolo para avaliar o estresse de minorias em lésbicas, gays e bissexuais. **Psico-USF**, v. 25, n. 2, p. 207-222, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712020250201>.
- CRUZ, H. A. B.; OLIVEIRA, L. C.; ARAÚJO, R. L. M. Homossexuais e sofrimento psíquico: homofobia em contexto intrafamiliar. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 8, n. 3, p. 377-387, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v8i3.2538>.
- DWYER, P. C. *et al.* When does activism benefit well-being? Evidence from a longitudinal study of Clinton voters in the 2016 U.S. presidential election. **PLoS ONE**, v. 14, n. 9, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0221754>. Acesso em: 1 out. 2021.
- FERRANDO, P. J.; LORENZO-SEVA, U. Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. **Educational and Psychological Measurement**, v. 78, n. 5, p. 762-780, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0013164417719308>. Acesso em: 1 out. 2021.
- GONÇALVES, T. R. *et al.* Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1755-1769, 2011.
- HALL, W. J. Psychosocial risk and protective factors for depression among lesbian, gay, bisexual, and queer youth: a systematic review. **Journal of Homosexuality**, v. 65, n. 3, p. 263-316, 2017.
- INTERNATIONAL TEST COMMISSION. **Guidelines for translating and adapting tests**. 2010. Disponível em: <http://www.intestcom.org>.
- MACEDO, J. P. *et al.* A produção científica brasileira sobre apoio social: tendências e invisibilidades. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 258-278, 2018.
- MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>. Acesso em: 1 out. 2021.
- MOLERO, F. *et al.* Subtle and blatant perceived discrimination and well-being of lesbians and gay men in Spain: the role of social support. **Psicothema**, v. 29, n. 4, p. 475-481, 2017.

- NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. A revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 1527-1541, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-14Pt>. Acesso em: 1 out. 2021.
- PAVELTCHUK, F. O.; BORSA, J. C. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Revista da SPAGESP**, v. 21, n. 2, p. 41-54, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v21n2/v21n2a04.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.
- PEARSON, J.; WILKINSON, L. Family relationships and adolescent well-being: are families equally protective for same-sex attracted youth? **Journal of Youth Adolescence**, v. 42, n. 3, p. 376-393, 2013.
- RODRIGUES, V. B.; MADEIRA, M. Suporte social e saúde mental: uma revisão de literatura. **Revista da Faculdade de Ciências da Saúde**, v. 6, p. 390-399, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61007878.pdf>.
- SHILO, G.; ANTEBI-GRUSZKA, N.; MOR, Z. Individual and community resilience factors among lesbian, gay, bisexual, queer and questioning youth and adults in Israel. **American Journal of Community Psychology**, v. 55, n. 1-2, p. 215-227, 2015.
- SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileira. **Psico PUCRS**, v. 49, n. 4, p. 422-432, 2018. DOI: <http://doi.org/10.15448/1980-8623.2018.4.30029>.
- TIMMERMAN, M. E.; LORENZO-SEVA, U. Dimensionality assessment of ordered polychromous items with parallel analysis. **Psychological Methods**, v. 16, p. 209-220, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0023353>.
- WILKERSON, J. M. *et al.* Social support, depression, self-esteem, and coping among LGBTQ adolescents participating in Hatch Youth. **Health Promotion Practice**, v. 18, n. 3, p. 358-365, 2017.

## Apêndice

### Escala de apoio social familiar percebido – lésbicas/gays

**INSTRUÇÕES:** Por favor, leia atentamente as frases a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, indique com o número no espaço em branco no início de cada frase o grau em que discorda ou concorda de cada afirmação, considerando suas experiências pessoais. Responda a cada item mesmo que apenas um de seus pais/mães/responsáveis possuam conhecimento sobre sua orientação sexual.

1	2	3	4	5
Discordo	Discordo um pouco	Nem discordo nem concordo	Concordo um pouco	Concordo

- 1.\_\_\_\_ Meus pais nunca me incentivariam a mudar minha orientação sexual.
- 2.\_\_\_\_ Meus pais defenderiam minha orientação sexual frente a outros membros da família.
- 3.\_\_\_\_ Eu acho que meus pais se sentiriam desconfortáveis com minha orientação sexual.
- 4.\_\_\_\_ Meus pais mudam de assunto quando discutimos sobre minha orientação sexual.
- 5.\_\_\_\_ Meus pais raramente falam sobre minha orientação sexual.
- 6.\_\_\_\_ Meus pais não apoiam minha orientação sexual.
- 7.\_\_\_\_ Meus pais nunca admitiriam minha orientação sexual para seus amigos.
- 8.\_\_\_\_ Meus pais apoiam minha relação amorosa atual.
- 9.\_\_\_\_ Meus pais perguntam sobre meu(minha) parceiro(a) quando converso com eles.
- 10.\_\_\_\_ Meus pais convidariam meu(minha) parceiro(a) para atividades e celebrações em família.
- 11.\_\_\_\_ Meus pais não aceitariam meu(minha) parceiro(a) como parte da família.
- 12.\_\_\_\_ Meus pais se referem ao meu(minha) parceiro(a) como colega de quarto ou amigo(a) quando fala sobre mim com outras pessoas.
- 13.\_\_\_\_ Meus pais valorizam meus relacionamentos amorosos tanto quanto outros relacionamentos existentes na família.
- 14.\_\_\_\_ Quando interagem com outros membros da família, meus pais não se referem ao meu(minha) parceiro(a).

- 15.\_\_\_\_\_ Eu acredito que meus pais se preocupariam genuinamente com o bem-estar do meu(minha) parceiro(a).
- 16.\_\_\_\_\_ Meus pais procurariam informações sobre assuntos relacionados a gays e lésbicas para entender melhor minha identidade.
- 17.\_\_\_\_\_ Meus pais falaria(m) abertamente sobre suas dificuldades em entenderem o desenvolvimento da minha orientação sexual.
- 18.\_\_\_\_\_ Meus pais falaria(m) abertamente sobre minhas experiências relacionadas à minha orientação sexual.
- 19.\_\_\_\_\_ Meus pais frequentariam regularmente um grupo de apoio voltado para pais de homossexuais.
- 20.\_\_\_\_\_ Meus pais se envolveriam ativamente em uma organização comunitária de apoio aos pais de homossexuais.
- 21.\_\_\_\_\_ Eu me sinto à vontade para conversar com meus pais sobre meus relacionamentos.
- 22.\_\_\_\_\_ Meus pais perguntam sobre meus amigos gays/lésbicas.

# Representações sociais de mulher, (des)honra feminina e estupro para estudantes de direito: implicações no atendimento de vítimas de violência sexual

Arielle Sagrillo Scarpati

Camila Nogueira Bonfim Duarte

Júlia Duarte Firmino Salviano

Valeschka Martins Guerra

O conceito de gênero se fundamenta na premissa de que as diferenças percebidas entre os sexos consistem num campo de articulação de poderes (SCOTT, 1995). Não se tratando, portanto, de descartar diferenças de ordem biológica, mas de entender o gênero como uma construção cultural de classificação que regula as relações sociais (ALBUQUERQUE, 2020).

Como comentam Paulinho-Pereira e Ribeiro (2013 *apud* PAULINHO-PEREIRA; MENDES; SANTOS, 2017), no que se refere à distinção social entre os sexos, são as expectativas sociais que constroem as identidades feminina e masculina;

cabendo às mulheres uma performance de algo que outrora se definiu como “feminilidade” e aos homens, a permanente vigilância e asserção daquilo que se compreende enquanto “masculinidade”. Na prática, espera-se dos homens a repressão de suas emoções, tendo como ferramentas de comando o poder e a agressividade, e das mulheres, a submissão e a fragilidade. Falar de gênero significa, portanto, falar de uma disputa de forças, expectativas e jogos estruturados de relações de poder entre indivíduo e sociedade (ALBUQUERQUE, 2020), a partir da compreensão de que os corpos não são apenas “naturais”.

Sob essa perspectiva, novas possibilidades de análise e intervenção se tornam não apenas possíveis, mas necessárias. Afinal, apenas a partir do entendimento e crítica da lógica de um binarismo padrão (feminino e masculino) se poderá explicar e acomodar a amplitude de práticas e identidades presentes circulantes no cenário atual (SILVA *et al.*, 2019).

Gênero, portanto, é uma categoria contingente, livre de conceituação fixa e disponível para novas representações (SCOTT, 2012 *apud* ALVES, 2021). E, enquanto categoria analítica, permite que se jogue luz sobre a maneira como diferenças biológicas têm sido, ao longo da história, utilizadas como justificativa para a ocorrência de diferentes eventos sociais. Dentre eles, as mais diversas formas de violência e, mais especificamente, a violência sexual perpetrada por homens contra mulheres (CHAPLEAU; OSWALD, 2014; SCARPATI, 2018). A esse respeito, sugere-se o trabalho de Kearns, D’Inverno e Reidy (2020), que investigaram como normas tradicionais de gênero se relacionam a esse fenômeno (violência sexual).

Para nós, aqui, interessa saber como essas normas se apresentam nos discursos e representações sociais de estudantes do curso de Direito e, mais ainda, como se relacionam com outros construtos considerados pertinentes para a compreensão da ocorrência desse fenômeno. Dentre eles, a preocupação com a honra, que será apresentada na sessão que se segue.

## **A preocupação com a honra**

A preocupação com a honra fornece um link entre os padrões normativos reconhecidos como desejáveis por um dado corpo social e os ideais de reprodução e esforços

de personificação desses, por seus integrantes (MANSTEAD FISCHER; RODRIGUEZ, 2002). Nessa medida, pode-se afirmar que, enquanto sujeitos, mensuramos nossa reputação com base na opinião alheia; visto que é a partir desse olhar que se constroem as relações sociais (GUERRA *et al.*, 2015).

Falar de “honra”, portanto, significa falar, simultaneamente, de sujeitos e coletividades. Afinal, a imagem que um indivíduo leva para (e de) si é atravessada – direta e constantemente – pelas expectativas compartilhadas por seu grupo. Sendo assim, é possível afirmar que uma pessoa é, em certa medida, investida da honra de todo o seu grupo.

Em uma tentativa de organizar teoricamente esse movimento de expectativas e práticas sociais, Rodriguez, Manstead e Fischer (2002) propõem que a “preocupação com a honra” pode ser compreendida a partir de quatro dimensões: familiar, social, masculina e feminina. Tendo, cada uma delas, suas características e efeitos no contingente social.

Para esses autores, a primeira dimensão, *honra da família*, está associada à ideia de que o comportamento de um indivíduo tem relação direta com a reputação familiar. Indicando, nessa medida, o poder de um único membro na imagem desse grupo. A segunda, *honra social ou de integridade*, diz da relação existente entre o indivíduo e seu grupo social, envolvendo sua reputação em qualquer relação interpessoal que não apenas restrita ao seu núcleo familiar. Aqui, o que importa é ser visto como uma pessoa íntegra e honesta.

A terceira dimensão, *honra masculina*, por sua vez, expressa a relação existente entre reputação de um homem e questões como sua virilidade e responsabilidade na manutenção de sua autoridade perante a família. Por fim, a quarta e última dimensão (*honra feminina*), dialoga com os valores e crenças associadas às expectativas de gênero mencionados anteriormente e está associada com a ideia de que o comportamento da mulher pode ameaçar gravemente tanto a honra masculina quanto a familiar. Principalmente no que se refere às questões da esfera sexualidade – que deve ser marcada pela castidade sexual (GUERRA *et al.*, 2013).

Para Borges e Puga (2016) a noção de honra como ferramenta reguladora de comportamentos e definidora de postos socialmente aceitos parece tão enraizada nas mulheres que nem mesmo na ausência de um companheiro ou figura paterna é suficiente para que esta “medida de valor e respeito” seja ignorada. Tornando-as, pois, reféns até mesmo na ausência de um outro ou um algoz.

Importante destacar, no entanto, que essas medidas de valor, são mais ou menos relevantes a depender do contexto macro. Em algumas culturas – dentre elas, a brasileira, por exemplo – insultos, questionamentos sobre a castidade, bem como expectativas acerca do comportamento feminino ideal, estão diretamente conectados com a virilidade masculina. Seja no sentido de ameaçá-la, seja no sentido de preservá-la (GOUVEIA *et al.*, 2013; GINER-SOROLLA; GUERRA; VASILJEVIC, 2013).

Esses possíveis desfechos acarretam, invariavelmente, alguma forma de emoção. Por isso, se tornam relevantes para a compreensão de eventos tais quais a perpetração e/ou naturalização de diferentes formas de violência contra meninas e mulheres (GUERRA; GINER-SOROLLA; VASILJEVIC, 2013).

Não é incomum, por exemplo, que condutas sexuais femininas tidas como “impróprias”, sejam vistas como uma ameaça à virtude masculina, justificando, dessa forma, os comportamentos agressivos e a violência cometidas por eles contra elas (MANSTEAD FISCHER; RODRIGUEZ, 2002). Scarpati, Guerra e Duarte (2014), identificaram, por exemplo, uma correlação positiva entre a honra feminina e discursos de responsabilização da mulher em casos de estupro entre estudantes de faculdades públicas e privadas do curso de Direito. Em outros termos: há um respaldo à violência contra mulheres a partir de um discurso que transfere a responsabilidade do ocorrido do autor da violência para a vítima – que teria sido incapaz de seguir os códigos sociais e, portanto, se preservar de quaisquer riscos (GARCIA; PEDRUZZI, 2021).

## Teoria das representações sociais

Tal qual a perspectiva de gênero, a Teoria de Representações Sociais (TRS) visa compreender e explicar o comportamento humano em sociedade a partir de um olhar cauteloso sobre a relação dialética estabelecida entre o indivíduo e seus grupos sociais (ROCHA, 2014). Sem hierarquizar as percepções particulares que movimentam as práticas coletivas (ARRUDA, 2002, p. 133), a TRS nos convoca a reconhecer a importância das dimensões afetiva, cultural e subjetiva, bem como a maneira como essa forma de organização de poderes materiais e simbólicos pode se traduzir, dentre tantas coisas, em relações de violência.

Como informam Moscovici (1978) e Sousa e Souza (2021), as representações sociais são modalidades de conhecimento elaboradas de acordo com a realidade de

um grupo, que apesar de se expressarem por elementos cognitivos (tais como imagens, categorias, objetos, comportamentos, conceitos e teorias), não se reduzem a eles. Produzidas em conjunto, têm sua força na inter-relação social, já que o conhecimento gerado e compartilhado orienta indivíduos na elaboração de suas realidades; enquanto, simultaneamente, permite o estudo das suas formas de comunicação, da construção do senso comum e suas realizações (BATISTA; CARVALHO, 2020). Assim, como afirmam Silva e Souza (2010, p. 34, *apud* GUERRA; ROSA; SCARPATI, 2014) as representações sociais investigam de que forma os “grupos/indivíduos se apropriam do universo retificado e incorporam esse conhecimento ao cotidiano”.

Em uma mesma direção, Abric (1994 *apud* ESPÍNDOLA; MAIA, 2011) pontua que as representações sociais permitem a compreensão da realidade conforme o contexto que o indivíduo está inserido (SOUSA; SOUZA, 2021). Para isso, propõe, então, sua organização em um sistema duplo, composto por um núcleo central e um sistema periférico que funcionam “como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar” (p. 353).

Sobre o núcleo central, o autor ressalta sua regularidade, sua relação com o sistema de valores, as crenças, as memórias sociais do grupo em questão e, ainda, sua estabilidade e resistência às incoerências e mudanças (ABRIC, 1998; SÁ, 2003). Aqui se concentram os aspectos ligados à natureza do objeto representado, bem como os valores e normas sociais referentes àquele grupo. O sistema periférico, por sua vez, integra a representação e o contexto social imediato e é composto por elementos mais flexíveis, que permitem a incorporação das alterações que ocorrem no contexto grupal. É ele o responsável pela atualização e contextualização da representação e, por isso, comporta contradições.

Por essa perspectiva, as representações sociais formam um modelo de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado que possibilita que os sujeitos: a) reconfigurem fenômenos sociais e, assim, compreendam e expliquem a realidade que os cerca; b) protejam seus significados identitários (através do reconhecimento dos grupos sociais dentro de sua cultura e de suas características específicas); c) orientem suas práticas, comportamentos e condutas sociais. Nesse sentido, as representações atuam contribuindo na explicação e justificativa de discursos, posturas e condutas nos diversos espaços sociais (ABRIC, 1994). Demonstrando-se, assim, de grande valia para aqueles que se aplicam à tarefa de apreender as atitudes e os

comportamentos de um dado grupo frente outro grupo e uma determinada situação social (PEREIRA *et al.*, 2019).

## **Este capítulo e ao que ele se propõe**

Tendo como base o exposto, propõe-se, neste capítulo, articular as teorias supracitadas de modo que se permita refletir sobre a relação entre as representações sociais de mulher, (des)honra feminina e violência sexual na leitura de eventos de violação sexual perpetrados por homens contra mulheres. Precisamente, deseja-se compreender as implicações desse entrelace para a prática profissional de futuros operadores do Direito.

Para que isso fosse possível, foram sujeitos de pesquisa estudantes do último ano do curso de Direito de faculdades públicas e privadas do Estado do Espírito Santo e utilizou-se como referencial teórico principal as teorias de Representação Social (MOSCOVICI, 1978), Gênero (SCOTT, 1995) e Honra (MANSTEAD; FISCHER; RODRIGUEZ, 2002). Detalhes da amostra serão apresentados na sessão seguinte.

Essa escolha se alicerça na premissa de que profissionais de Direito têm em suas mãos e autos de processo o poder de criar narrativas de condenação ou absolvição de acusadores e acusados. Por isso, nos interessa saber se suas práticas estão orientadas pelos fatos ou pelas representações dos personagens do processo (ex.: vítima e agressor) (PEREIRA *et al.*, 2019). Afinal, como sugere Sousa (2017), no que tange à esfera dos julgamentos, a lógica para um crime de violência sexual – e mais precisamente, de estupro – é diferente de outros crimes contra a mulher, uma vez que se tenta responsabilizar a vítima por se colocar em “situações de risco” ao não seguir as denominadas “regras de conduta”. Ocorrendo então o que é chamado de “inversão de atores” nos processos, ou seja, vítimas acabam se transformando em réus e vice-versa (SCARPATI, 2013).

## **Método**

Participaram desta pesquisa 281 estudantes do último ano do curso de Direito de Universidades privadas (91,8 %) e públicas (8,2 %) do Estado do Espírito Santo. Tal

grupo foi escolhido na medida em que estes futuros profissionais poderão atuar diretamente com a temática. Mulheres constituíram a maioria da amostra (57,6 %), com a idade dos respondentes variando entre 20 a 46 anos ( $M = 23,6$ ;  $DP = 3,78$ ). A maioria dos respondentes declarou ser de religião católica (52,7 %), com nível de religiosidade moderado a alto ( $M = 3,09$ ;  $DP = 1,25$ ), e solteiros (89,5 %).

Os participantes foram convidados a responder um questionário formado pelos seguintes instrumentos:

*Questionário sociodemográfico:* Composto por questões como idade, sexo, estado civil, religião e nível de religiosidade; permitindo, pois, a caracterização da amostra. Com relação ao grau de religiosidade dos participantes, esses foram solicitados a responder o quanto se consideraram religiosos em uma escala, tipo Likert, de 5 pontos, em que 0 = Nada e 4 = Muito (ponto médio = 2).

*Evocações:* Foi utilizada a técnica da associação livre (ABRIC, 2001) e a partir de quatro termos indutores (mulher; mulher honrada; mulher desonrada e mulher que vivenciou situação de violência sexual) foram obtidas as evocações dos participantes.

Para análise dos quatro termos indutores (evocações) utilizou-se o *software* Evoc (JUNIQUE; SCANO; VERGES, 2002; PEREIRA, 2005; RIBEIRO, 2000). Os dados foram organizados em um quadro composto por quatro quadrantes e como critério para decisão do ponto de corte optou-se, para frequência intermediária, 50 % do *corpus* e para frequência mínima, metade desse valor, 25 % do *corpus* (WACHELKE; WOLTER, 2011).

## Resultados e discussão

### Termo indutor: mulher

Com relação ao termo indutor “Mulher”, cujos resultados podem ser observados na Tabela 1, o *corpus* para análise foi formado por 1183 palavras evocadas, agrupadas em 122 termos padronizados. A frequência variou entre 11 (referente a 25 % do *corpus*) e 31 (50 %), com a média das ordens médias de evocação igual a 2,7.

Os elementos encontrados no núcleo central da representação social de mulher são: *bonita, guerreira, maturidade, profissional, sexo e vulnerabilidade* e principalmente,

*maternidade*. Nas periferias, elementos como *protetora*, *membro da família* e *relacionamento* (isto é, enfatizando a visão da mulher como sinônimo de cuidadora, sempre percebida em relação ao outro; ora como mãe, ora como esposa, por exemplo, Viganò e Laffin (2019) também aparecem. A questão da beleza também se faz presente, através dos elementos: *bonita*, *roupas*, *vaidosa* e *consumista*. Por fim, nesse conjunto de informações ainda se observa um contraponto entre a mulher que é representada ora como forte (ex.: *guerreira*, *maturidade*, *inteligência*), ora como frágil (ex.: *vulnerabilidade*, *emotiva*, *sensibilidade*).

**Tabela 1 – Análise hierarquizada das associações livres para o termo indutor mulher**

Frequência	Média da ordem média de evocação					
	< 2,7			≥ 2,7		
≥ 31	Bonita	86	2,21	Amor	38	3,03
	Guerreira	84	2,64	Emotiva	36	3,17
	Maternidade	156	2,22	Membro da família	42	3,38
	Maturidade	38	2,37	Relacionamento	62	2,97
	Profissional	38	2,66			
	Sexo	31	2,29			
	Vulnerabilidade	38	2,34			
< 31	Amizade	13	2,54	Consumista	11	3,00
	Delicadeza	26	2,46	Dedicação	12	2,75
	Feminilidade	13	1,61	Direito	13	3,31
	Gênero	16	1,87	Discriminação	12	2,75
	Independente	30	2,50	Inteligência	12	3,83
	Responsabilidade	27	2,52	Protetora	23	3,17
	Roupas	22	2,68			
	Sensibilidade	19	2,42			
	Vaidosa	17	2,59			

Fonte: Elaboração própria.

Coletivamente, a análise das evocações corrobora que a representação social de mulher ainda está ancorada na necessidade de ser/estar bela (ANDRADE; CÉSAR; LOURES, 2019) e na maternidade, enquanto realização (isto é, reconhecimento da construção de um ideal de feminilidade alicerçado no dito “instinto materno”, na

determinação dos papéis de esposa e mãe, e em características como a pureza e submissão) (ANDRADE; CÉSAR; LOURES, 2019; CAPORAL *et al.*, 2017).

Como comenta Tubert (1991 *apud* ENUMO; TRINDADE, 2001), não se tem dúvidas de que “em toda sociedade patriarcal a mulher entra na ordem simbólica apenas como mãe” (p. 78). Da mesma forma, a representação que vincula a mulher ao cuidado é construída desde a infância nas brincadeiras em que são incentivadas a cuidar da casa, filhos e do marido, sendo um construto da prática feminina (COSTA; CÚNICO; STREY, 2019). Lemos e Kind (2017) comentam sobre isso, como o lugar de mãe é, ainda hoje, acompanhado do ideal de mãe perfeita, “faz-tudo”, dedicada e, principalmente, santa, sem quaisquer resquícios de hostilidades ou mesmo desejos individuais.

Paralelamente aos elementos que sugerem a “vocação” feminina para o cuidado, o sofrimento e abnegação, o componente est tico (belo) também se fez presente no conjunto de significantes que compõem a representação de mulher. Dessa forma, a imagem da mulher quando não   invisibilizada, vem associada aos estereótipos de “bela e burra” e/ou “bela e boa” (ALCANTARA; PEIXOTO; SILVA, 2017). Esses resultados vão ao encontro daqueles encontrados pelos autores Lopes e Dias (2018), que sugerem a existência de uma vinculação do corpo da mulher com a sensualidade, erotização e sexualidade, principalmente quando essa representação é em favor ao desejo masculino.

### **Termo indutor: mulher honrada**

Com rela o ao termo “Mulher Honrada”, o *corpus* para análise foi formado por 1108 palavras evocadas por todos os sujeitos, agrupadas em 139 termos padronizados. A frequência mínima foi de 10, a frequência intermediária foi de 36 e a média das ordens médias de evocação foi de 2,6 (ver resultados na Tabela 2).

**Tabela 2 – Análise hierarquizada das associações livres  
para o termo indutor mulher honrada**

Frequência	Média da ordem média de evocação					
	< 2,6			≥ 2,6		
≥ 36	Bem-sucedida	79	2,51	Família	37	2,92
	Fiel	45	2,40	Guerreira	41	2,61
	Honesta	67	2,34			
	Mãe	58	2,28			
	Seriedade	36	2,44			
	Socialmente admirada	75	2,48			
	Virgem	36	2,17			
	Íntegra	86	2,26			
< 36	Boa reputação	17	2,47	Amor	11	2,91
	Direitos	12	2,17	Com valores	28	2,79
	Discriminação	16	2,25	Companheira	11	2,91
	Expressão arcaica	27	2,18	Culta	18	2,75
	Mulher de respeito	11	1,90	Dedicada	11	3,83
	Raridade	17	2,23	Esposa	32	3,17
				Exemplo	11	3,18
				Prestativa	16	3,06
				Recatada	27	3,04
				Religiosa	15	3,27

Fonte: Elaboração própria.

No núcleo central, localizaram-se os elementos: *bem-sucedida*, *fiel*, *honesta*, *mãe*, *seriedade*, *socialmente-admirada*, *virgem* e *íntegra*. Aqui, tal qual se observa no termo indutor Mulher, a importância atribuída à maternidade e à relação com o outro se faz presente (ex.: *mãe*, *esposa*). Destaca-se, ainda, que a honra da mulher parece estar relacionada à forma como ela exerce sua sexualidade (ex.: *fiel*, *virgem*, *boa reputação* e *recatada*), fixando práticas de “adestramento” para que se pareçam com a imagem de Virgem Maria e, portanto, atendendo uma condição de baixa ou nenhuma expressividade sexual (BORGES; PUGA, 2016). Na zona de contraste, por sua vez, chama atenção o questionamento sobre a função e validade dessa expressão – o que pode ser percebido por termos como *discriminação* e *expressão arcaica*.

## Termo indutor: mulher desonrada

Sobre o termo indutor “Mulher Desonrada”, o *corpus* para análise foi formado por 1.013 palavras evocadas por todos os sujeitos, agrupadas em 149 termos padronizados. A frequência mínima foi igual a 9, a frequência intermediária foi de 29 e a média das ordens médias de evocação foi de 2,5.

Pode-se perceber, através da Tabela 3, que assim como a honra, a desonra de uma mulher também está correlacionada à esfera da sexualidade, o que fica evidente por termos como: *infiel, piriguete, puta, vulgar, barraqueira, mal falada e oferecida*. Também se pode observar que tanto no núcleo central como na zona de contraste se fazem presentes os elementos *preconceito* e *expressão arcaica*, respectivamente, apontando para um possível desconforto dos participantes com o termo e sua associação com visões mais tradicionais.

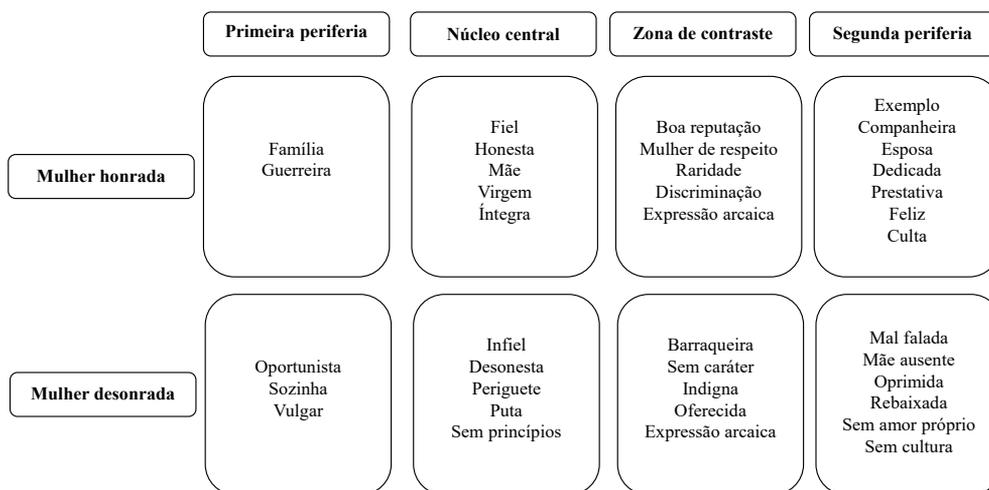
**Tabela 3 – Análise hierarquizada das associações livres para o termo indutor mulher desonrada**

Frequência	Média da ordem média de evocação					
	< 2,5			≥ 2,5		
≥ 29	Agredida	56	1,95	Leviana	35	2,63
	Desonesta	41	2,17	Oportunista	31	3,35
	Desrespeitada	59	2,34	Sozinha	29	2,72
	Infiel	63	2,11	Vulgar	48	2,81
	Piriguete	54	2,22			
	Preconceito	34	2,35			
	Puta	49	1,96			
	Sem princípios	54	2,31			
< 29	Barraqueira	10	2,20	Desempregada	16	2,75
	Desonrada	10	2,40	Mal falada	18	2,94
	Expressão arcaica	20	2,10	Mãe ausente	09	3,11
	Fraca	11	2,10	Oprimida	16	2,81
	Indigna	10	2,20	Rebaixada	15	3,07
	Oferecida	14	1,85	Sem amor próprio	09	3,67
	Personalidades	09	2,00	Sem cultura	10	2,70
	Sem caráter	24	2,17	Submissa	19	2,74
	Vergonhoso	19	2,42			

Fonte: Elaboração própria.

Para tornar ainda mais clara a organização desses termos indutores (mulher honrada e desonrada) e evidenciar as dissonâncias existentes entre eles, optou-se pela apresentação das representações encontradas através de um esquema figurativo, apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Esquema comparativo entre as representações sociais dos objetos mulher honrada e mulher desonrada a partir da análise hierarquizada das associações livres



Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, no sistema central das representações destacam-se os itens *fiel*, *honesto*, *mãe*, *virgem* e *íntegro* como elementos que aproximam a mulher de um estado de pureza. De maneira oposta, para o termo indutor mulher desonrada (*infel*, *desonesto*, *perigete*, *puto*) os elementos presentes se organizam no sentido de desqualificar e afastar a mulher daquele lugar “intocado”, onde se encontram a *virgem* e a *mãe*. A mulher desonrada é aquela que sai do espaço doméstico – tradicionalmente destinado à mulher – e passa, então, a frequentar a rua.

No que se refere às evocações de mulher honrada e desonrada, os resultados encontrados confirmam o que a literatura já apontava: a ligação entre esses construtos e o exercício da sexualidade feminina (TREVISAN, 2020). Mais precisamente, em acordo com a dimensão de *honra feminina*, elaborada anteriormente.

Interessante pensar como, apesar dos avanços conquistados ao longo da história, a representação da mulher e do universo feminino ainda se faz marcada por ambiguidades: ora elas são retratadas por um viés de amor e admiração, ora por um viés de ódio e repulsa; ora como um ser frágil, vitimizado e santo, ora como um ser forte, perigoso e pecador (OLIVEIRA; RESENDE, 2020). A depender do quanto o seu comportamento se adequa ao código de honra vigente, a perpetração da ideia de controle do corpo das mulheres faz com que violências possam ser toleradas (FDSP, 2016).

Como sugere Trevisan (2020) e outros autores (MARADEI; SANTOS, 2017), a sexualidade feminina ainda adquire contornos distintos, sendo as mulheres associadas ao binômio mãe-prostituta. Ou seja: esta mulher, a depender de seu comportamento, será vista ora como digna e respeitada, ora como promíscua, vulgar, desonrada.

Lima (2017) prossegue dizendo que esse modelo de mulher ideal (“de família”, honrada e discreta) em contraponto à rejeição à mulher “da rua” ou “de uma noite” reforça o controle (ou, pelo menos, um desejo de controle) do corpo e da existência feminina. Fazendo com que a dinâmica das relações, até mesmo entre mulheres – que internalizam essas expectativas e projetam, em si e em outras, esses valores –, se baseie e gire em torno do imaginário de como cada “tipo” de mulher se comporta e deve ser tratada.

### **Termo indutor: mulher que vivenciou violência sexual**

Para o quarto, e último, termo (“Mulher que vivenciou situação de violência sexual”) o *corpus* para análise foi formado por 1121 palavras evocadas, agrupadas em 117 termos padronizados. A frequência mínima foi de 13, a frequência intermediária foi de 29 e a média das ordens médias de evocação foi de 2,6 (ver resultados na Tabela 4).

**Tabela 4 – Análise hierarquizada das associações livres para o termo indutor mulher que vivenciou situação de violência sexual**

<b>Média da ordem média de evocação</b>						
Frequência	< 2,6			≥ 2,6		
≥ 29	Digna de pena	30	1,83	Revolta	49	3,06
	Dor	48	2,35	Vergonha	30	2,67
	Infelicidade	71	2,04	Vulnerável	33	2,88
	Machucada	49	2,41			
	Medo	45	2,58			
	Sufrimento	58	2,29			
	Trauma	142	2,24			
	Vítima	41	1,58			
< 29	Desespero	17	2,47	Angústia	20	2,80
	Rebaixada	16	2,50	Covardia	23	2,91
	Tortura	28	2,50	Desempregada	13	3,15
				Desrespeitada	26	2,73
				Enojada	17	3,70
				Impotente	14	3,21
				Necessidade de apoio	25	3,36
				Oprimida	22	2,77
				Punição ao agressor	20	3,55
				Recomeçar	14	3,79
				Solitária	15	3,60

Fonte: Elaboração própria.

Aqui, as respostas obtidas concentram-se em torno da gravidade e das consequências (ex.: *dor, infelicidade, machucada, medo, sofrimento e trauma*) desse evento para a vida da mulher. Nesse caso, classificada como vítima (ex.: *vítima, digna de pena*). Em uma mesma direção, podem ser observadas nas periferias respostas que denunciam sentimentos negativos (ex.: *revolta e indignação*) diante do fato; aparecendo a punição ao agressor como um item importante a esse grupo de participantes.

Supõe-se que esses resultados façam referência a uma figura de mulher “neutra”, desprovida de características e de história pessoal. Afinal, o cenário de estupro “típico” é aquele cometido por um homem desconhecido, com marcas de violência, e contra uma mulher de boa reputação, virgem e/ou que não estava “disponível”

sexualmente (SCARPATI, 2013). Não se sabe, pois, se tais resultados se sustentariam na presença de uma mulher com outras características. Afinal, como sugere Sousa (2017): o termo “vítima de estupro” extrapola a determinação do ocorrido ao ganhar um status social condicionado à reputação de quem sofre e quem perpetra a violência.

## Considerações finais

Ao longo de um processo judicial uma narrativa é contada. E assim, para além dos fatos apresentados, estão em jogo uma série de elementos subjetivos e simbólicos que ajudam a criar personagens e a posicionar acusados e acusadores em seus respectivos lugares. Vence, no fim, não aquele que conta a verdade, mas aquele que é capaz de contar a melhor história.

Nesse jogo, vítima e agressor são representados de maneiras específicas, a depender de qual objetivo se pretende alcançar. Em crimes sexuais, por exemplo, Coulouris (2004) e Figueiredo (2002) comentam que advogados de defesa e de acusação tentam recorrentemente enquadrar seus clientes dentro de estereótipos muito específicos: ao possível agressor cabem as categorias de “normalidade” (isto é, homens “de bem”, incapazes de estuprar uma mulher) ou de “anormalidade” (isto é, homens que apresentam algum desvio de caráter e/ou distúrbio que justifique – e, em certa medida, desculpe – o cometimento de tal ato). As vítimas, para Oliveira e Resende (2020) por sua vez, tendem a ser apresentadas ora como “honestas” (isto é, mulheres virgens, crianças ou idosas, ou mulheres que apresentam evidências de uma resistência física ao ataque), ora como “desonestas” (isto é, prostitutas, mulheres vistas como promíscuas e/ou mulheres de má reputação) a depender de como performam seu gênero e o quanto violam (ou não) as expectativas de honra vigentes. Às primeiras, caberiam o cuidado, os sentimentos de pena e a defesa sociais. Ao segundo grupo, caberia a responsabilização por sua própria vitimização.

Ou seja, para além de sofrer a violência sexual, é preciso receber o aval de inocência da sociedade. Afinal, como aponta Araújo (2020), o estupro parece ser o único crime no qual a vítima é levada a acreditar em sua culpa pelo ocorrido.

Por isso, é fundamental que se compreenda o ponto de partida desses operadores antes de se considerar, cegamente, seus argumentos; já que os discursos

jurídicos construídos sobre quem é o agressor, quem é a vítima e qual o comportamento (pregresso e atual) esperado para cada um deles está alicerçado em estereótipos tradicionais de gênero (ALMEIDA; NOJIRI, 2018). E, mais ainda, em diversas crenças acerca desse assunto.

Em nossos resultados, fica evidente, por exemplo, como – apesar dos avanços sociais realizados e de todas as conquistas femininas das últimas décadas – ainda hoje se associa o valor da mulher à sua sexualidade, maternidade e beleza. Assim como se relaciona a sua desonra à não obediência desses papéis e expectativas. Como pensar, então, que esses significantes e significados não atravessarão as narrativas construídas por esses (futuros) operadores?

Em outros termos: é preciso abandonar o ideal de imparcialidade jurídica e considerar como as representações sociais de seus operadores sobre o tema dialogam com os ideais de honra e estereótipos de gênero na construção das decisões judiciais. Pois, como apontou Scarpati (2013) em investigação sobre os argumentos utilizados na construção de defesa de autores de violência, é possível reconhecer um deslocamento do foco da culpabilização dos estupradores para as vítimas, bem como diferenças importantes na maneira como homens e mulheres lidam com o fenômeno (ex.: apenas participantes mulheres deixaram evidente, em suas respostas, seus sentimentos com relação ao agressor e suas opiniões quanto à punição que consideram justa).

Para Gravelin, Biernat e Bucher (2018) e Russel e Hand (2017), a violência sexual é, talvez, o único crime capaz de acolher aspectos tão contraditórios; sendo as vítimas de estupro particularmente vulneráveis no que se refere à responsabilização pela violência sofrida quando em comparação com outros crimes interpessoais. Desse modo, apesar da gravidade desse ato e da severidade de seus efeitos serem reconhecidos, ainda há muito que se caminhar para vítimas sejam – real e adequadamente – acolhidas. O problema maior, como aponta Coulouris (2004), reside “nos critérios de avaliação do comportamento da vítima que serão observados por promotores e juízes, no momento de justificar o arquivamento ou a absolvição” (p. 213). Tais critérios refletem a maneira como mulheres são vistas socialmente. Aqui, precisamente, reside a importância deste estudo, uma vez que (re)conhecer as representações sociais de mulher, (des)honra feminina e violência sexual para estudantes do curso de Direito nos abre espaço para pensar a importância da formação para além da doutrina. E, assim, nos possibilita advogar – ainda que não

sejamos advogados – em prol de um maior investimento nos elementos subjetivos presentes no processo jurídico.

Isso posto, reconhece-se as limitações deste trabalho no que se refere à possibilidade de oferecer outras respostas sobre o tema. Por isso, novos estudos são necessários. Sugere-se, por exemplo, a comparação entre estudantes de primeiro e último ano, verificando em que nível o ensino jurídico interferiu em suas crenças sobre o tema. Ou ainda, uma investigação mais aprofundada da associação entre variáveis como mitos de estupro e preocupação com a honra, a fim de identificar possíveis relações de causalidade. Assim, novas estratégias de ensino poderão ser pensadas, permitindo que os futuros operadores do Direito sejam muito mais que apenas aplicadores da lei, mas principalmente, agentes comprometidos com mudanças sociais.

## Referências

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. S.; OLIVEIRA, D. C. (org.). **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia, GO: Editora AB, 1998. p. 27-38.
- ABRIC, J. C. Les représentations sociales: aspects théoriques. *In*: ABRIC, J. C. (org.). **Pratique Sociales et Représentations**, Paris: PUF, 2001. p. 11-36.
- ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Press Universitaires de France, 1994.
- ALBUQUERQUE, K. K. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260485>. Acesso em: 3 set. 2021.
- ALCANTARA, P. P. T.; PEIXOTO, C. L.; SILVA, A. M. S. As relações patriarcais de gênero na família: influência da mídia televisiva. **Holos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 270-277, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5436>. Acesso em: 12 set. 2021.
- ALMEIDA, G. P.; NOJIRI, S. Como os juízes decidem os casos de estupro? Analisando sentenças sob a perspectiva de vieses e estereótipos de gênero. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v8i2.5291>. Acesso em: 8 out. 2021.

- ALVES, A. M. Ensinando gênero na universidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.764>. Acesso em: 3 set. 2021.
- ARAÚJO, A. P. **Abuso**: a cultura do estupro no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 117, p. 127-147, 2002.
- BORGES, M. S.; PUGA, V. L. Honra e probidade: sob um peso, sobre duas medidas. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v29n2-2016-10>. Acesso em: 12 set. 2021.
- CAPORAL, B. R. *et al.* Romantização da maternidade: reflexões sobre gênero. **XXII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa Extensão**. 2017.
- CARVALHO, M. E. P.; BATISTA, L. V. Diálogo entre a teoria das representações sociais e as pesquisas sobre gênero e educação no Brasil. **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**, Bahia, 2020.
- CÉSAR, R. C. B.; LOURES, A. F.; ANDRADE, B. B. S. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico Suplemento 2**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21727/rm.v10i2Sup.1956>. Acesso em: 12 set. 2021.
- CHAPLEAU, K. M.; OSWALD, D. L. A system justification view of sexual violence: legitimizing gender inequality and reduced moral outrage are connected to greater rape myth acceptance. **Journal of Trauma and Dissociation**, v. 15, n. 2, p. 204-218, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/15299732.2014.867573>
- COULOURIS, D. G. **A construção da verdade nos casos de estupro**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: [http://www.cfemea.org.br/pdf/construcaodaverdade\\_daniella\\_coulouris.pdf](http://www.cfemea.org.br/pdf/construcaodaverdade_daniella_coulouris.pdf). Acesso em: 12 jun. 2012.
- CÚNICO, S. D.; STREY, M. N.; COSTA, A. B. Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254483>. Acesso em: 12 set. 2021.
- ESPÍNDOLA, E. B. DE M.; MAIA, L. DE S. L. A profissão professor e as representações sociais dos estudantes de licenciatura em Matemática do interior e da capital de Pernambuco. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 16., 2011, Recife.

- Anais** [...]. Recife: Abrapso, 2011. Disponível em: [http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=2473](http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=2473). Acesso em: 7 ago. 2023.
- FIGUEIREDO, D. C. Vítimas e vilãs, “monstros” e “desesperados”. Como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, p. 135-155, 2002.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Percepção sobre violência sexual e atendimento às mulheres vítimas nas instituições policiais**. São Paulo: FBSP, 2016. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/a-policia-precisa-falar-sobre-estupro-percepcao-sobre-violencia-sexual-e-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-estupro-nas-instituicoes-policiais/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-policia-precisa-falar-sobre-estupro-percepcao-sobre-violencia-sexual-e-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-estupro-nas-instituicoes-policiais/). Acesso em: 2 out. 2021.
- GOUVEIA, V. V. *et al.* Preocupação com a honra no nordeste brasileiro: correlatos demográficos. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 25, n. 3, p. 581-591, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300012>. Acesso em: 7 set. 2021.
- GRAVELIN, C. R.; BIERNAT, M.; BUCHER, C. E. Blaming the victim of acquaintance rape: individual, situational, and sociocultural factors. **Frontiers in Psychology**, v. 9, p. 2422, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02422>.
- GUERRA, V. M. *et al.* Honor Scale: evidences on construct validity. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 43, p. 1273-1280, 2013.
- GUERRA, V. M.; GINER-SOROLLA, R.; VASILJEVIC, M. The importance of honor concerns across eight countries. **Group Processes & Intergroup Relations**, v. 16, p. 298-318, 2013.
- GUERRA, V. M. *et al.* Concepções da masculinidade: suas associações com valores e a honra. **Psicologia e Saber Social**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 72-88, 2015.
- KEARNS, M. C.; D’INVERNO, A. S.; REIDY, D. E. The association between gender inequality and sexual violence in the U.S. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 58, n. 1, p. 12-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2019.08.035>.
- LEMOS, R. F. S.; KIND, L. Mulheres e maternidade: faces possíveis. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 840-859, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37675>. Acesso em: 12 set. 2021.

- LIMA, L. L. G. Cultura do estupro, representações de gênero e direito. **Linguagem e Direito**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 7-18, 2017. Disponível em: <https://appuff.br/riuff/handle/1/12142>. Acesso em: 3 out. 2021.
- LOPES, F. M.; DIAS, F. C. T. Corporalidade e representação social da mulher contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência da Vida**, Minas Gerais, v. 6, n. 2, 2018.
- MARADEI, A.; SANTOS, M. Violência contra as mulheres: o caso do estupro coletivo na esfera pública digital. **Revista Brasileira de Ciência Comunitária**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 143-168, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201729>. Acesso em: 8 out. 2021.
- MOSCOVICI, S. A. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- OLIVEIRA, H. K. S.; RESENDE, G. S. L. Violência sexual: uma análise social da cultura do estupro. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 81-110, 2020. Acesso em: 8 out. 2021.
- PAULINHO-PEREIRA, F. C.; SANTOS, L. G. A.; MENDES, S. C. C. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, Goiás, v. 29, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i2013>. Acesso em: 3 set. 2021.
- PEDRUZZI, P. F.; GARCIA, A. Violência contra a mulher por parceiro íntimo: contextos online e off-line. **Integração em Psicologia**, Curitiba, v. 25, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/riep.v25i2.72061>. Acesso em: 12 set. 2021.
- PEREIRA, C. A. *et al.* Social representations of child and adolescent sexual abuse: a study of juridical professionals. **Estudos de Psicologia**, v. 36, [s. p.], 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275201936e180085>.
- PEREIRA, F. J. C. Análise de dados aplicados às representações. *In*: MOREIRA, A. P.; CAMARGO, B. V.; JESUINO, J. C.; NÓBREGA, S. M. (org.). **Perspectivas Teórico-metodológicas em Representações Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. p. 25-60.
- RIBEIRO, A. S. M. **Macho, adulto, branco sempre no comando?** Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- ROCHA, L. F. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>. Acesso em: 7 set. 2021.

- RODRIGUEZ, P. M. M.; MANSTEAD, A. S. R.; FISCHER, A. H. Honor in the Mediterranean and Northern Europe. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 33, p. 16-36, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0022022102033001002>.
- RUSSELL, K. J.; HAND, C. J. Rape myth acceptance, victim blame attribution and just world beliefs: a rapid evidence assessment. **Aggression and Violent Behavior**, v. 37, p. 153-160, 2017. DOI: 10.1016/j.avb.2017.10.008.
- SÁ, C. P. **O núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SCARPATI, A. S. **Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica**: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3071>. Acesso em: 8 set. 2021.
- SCARPATI, A. S. **The role of culture and morality on men's acceptance of sexual aggression myths and perpetration of rape in Brazil and the United Kingdom**. Thesis (PhD in Philosophy) – Faculty of Social Sciences, University of Kent, Canterbury, 2018. Disponível em: <https://kar.kent.ac.uk/id/eprint/66698>.
- SCARPATI, A. S.; GUERRA, V. M.; DUARTE, C. N. B. Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade para estudantes de direito. **Avaliação Psicológica** [Online], v. 13, p. 57-65, 2014.
- SCARPATI, A. S.; ROSA, E. M.; GUERRA, V. M. Representações sociais da violência sexual na produção científica nacional. **Revista Psicologia Argumento**, v. 32, n. 77, p. 9-18, 2014. DOI: 10.7213/psicol.argument.32.077. DS01. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19611>. Acesso em: 3 out. 2021.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>.
- SILVA, J. K. O. *et al.* Identidade de gênero e orientação sexual: a sexualidade no contexto escolar. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 8, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i8.1182>.

- SOUSA, K. N.; SOUZA, P. C. Representação social: uma revisão teórica da abordagem. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 6, 2021. DOI: <http://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15881>. Acesso em: 19 set. 2021.
- SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>. Acesso em: 3 set. 2021.
- TREVISAN, M. B. Das representações às experiências femininas vividas: as irmãs Maria e Leonor Teles na corte e na cronística portuguesas da Baixa Idade Média. **De Medio Aevo**, v. 9, p. 69-82, 2020. DOI: <http://doi.org/10.5209/dmae.69916>. Acesso em: 3 out. 2021.
- TRINDADE, Z. A.; ENUMO, S. R. F. Representações sociais de infertilidade feminina entre mulheres casadas e solteiras. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 2, p. 5-26, 2001.
- VERGES, P.; SCANO, S.; JUNIQUE, C. **Ensembles de programmes permettant l'analyse des évocations**. Aix en Provence: Université de Provence, 2002.
- VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço**, São Paulo, v. 38, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 19 set. 2021.
- WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 521-526, 2011.

# Percepção de jovens sobre as fantasias sexuais nos relacionamentos amorosos

Cynthia Perovano Camargo

Carolina Monteiro Biasutti

Ana Maria Justo

No Brasil, de acordo com a Política Nacional de Juventude (2006), são considerados jovens pessoas entre os 15 e 29 anos, faixa etária que pode ser organizada em três agrupamentos: “adolescentes-jovens” (entre os 15 e 17 anos de idade); “jovens-jovens” (entre os 18 e 24 anos); e “jovens adultos” (que compreende a faixa etária entre 25 e 29 anos). Entretanto, apesar do parâmetro etário associado à juventude, essa é uma condição social que deve ser considerada através da articulação com questões de gênero, identidade étnico-raciais, orientação sexual, deficiências, uso das tecnologias, contexto de moradia, nível socioeconômico, bem como processos de formação e experimentação de mundo, como formação escolar, a escolha profissional e entrada no mundo do trabalho, vivência social e da sexualidade, definição de identidades, assim, podendo falar em juventudes (CONJUVE, 2006).

Nos países ocidentais, de uma maneira geral, a juventude é compreendida como um período de transição entre a infância e a idade adulta. É também um momento de descobertas no qual sua história pessoal vai sendo construída por meio de relações interpessoais e interações com o ambiente (BRÊTAS; MORAES; ZANATTA, 2018).

Dentre essas interlocuções, a sexualidade na juventude se mostrou um elemento produtor de identidade marcado por questões de gênero (CAVALER; SALVARO, 2021).

A Organização Mundial de Saúde (2006) considera a sexualidade como um dos indicadores de qualidade de vida, e a define como um aspecto central do ser humano em todas as etapas da vida, incluindo diversas nuances como sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. “A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos” (WHO, 2006, p. 5). Ela é essa energia que nos impulsiona à conexão e influencia a forma como pensamos e (inter)agimos, permeando todos os nossos relacionamentos.

A sexualidade envolve muito mais que as características dos sistemas genitais masculino e feminino, os mecanismos de reprodução e a atividade sexual. O conceito de sexualidade é multidimensional e inclui, além da formação biológica e psicológica, a produção no contexto cultural, social e histórico, no qual o indivíduo está inserido (CIASCA; HERCOWITZ; LOPES JUNIOR, 2021). A sexualidade humana vem sofrendo transformações na contemporaneidade, especialmente em decorrência das mudanças socio-históricas sobre as maneiras de se relacionar com o outro e ampliação do acesso à internet e das novas tecnologias de comunicação. Uma das formas de se expandir o conhecimento a respeito da própria sexualidade é através do acesso à internet, bem como com a popularização das redes sociais. Esses processos têm posto em xeque normas rígidas de comportamento, ampliando as possibilidades de expressões sexuais (JUSTI *et al.*, 2020).

Nas pesquisas sobre sexualidade conduzidas por Masters e Johnson (1984), foram identificadas quatro fases no ciclo de resposta sexual humana: excitação, platô, orgasmo e resolução. Seus achados permitiram compreender que nem todos os aspectos dessa resposta podem ser explicados apenas a partir das reações fisiológicas. Explorando o surgimento da excitação sexual, esses pesquisadores apontam que estímulos físicos sozinhos nem sempre são suficientes, muitas vezes eles precisam ser acompanhados por estímulos cognitivos apontando, assim, o lugar das fantasias sexuais no ciclo de resposta sexual humana.

Segundo Kaplan (1974, p. 84), “sexo [como ato sexual] é composto de fricção e fantasia”, sendo as fantasias uma das experiências sexuais mais comuns. De acordo com uma revisão de várias décadas de pesquisa sobre fantasia feita por Leitenberg e Henning (1995), aproximadamente 95 % dos homens e mulheres relataram ter usado fantasias

sexuais em diferentes contextos. Essa mesma revisão aponta que os homens têm em média 7,2 fantasias sexuais por dia, em comparação com 4,5 para mulheres, contabilizando apenas as fantasias ou pensamentos sexuais gerados internamente ou provocados por algum estímulo externo (por exemplo, algo que viram ou leram). Esses números excluem fantasias durante a masturbação ou atividade sexual com um parceiro.

Compreender as fantasias sexuais, portanto, parece central para compreensão de um aspecto importante da sexualidade humana. Elas são parte integrante da vida sexual das pessoas e incluem diversas impressões mentais que são percebidas por elas como sexuais e excitantes (HENNING; LEITENBERG, 1995). Kelly (2015) argumenta que as fantasias sexuais são um produto de nossa consciência e resultado de nossas experiências de vida, tanto as anteriores quanto as adquiridas posteriormente, ao longo dos anos, e também podem ser inspiradas por histórias, imagens ou textos, por exemplo.

Em uma pesquisa realizada por Lehmilller (2018) com mais de 4 mil adultos dos Estados Unidos com idades entre 18 e 87 anos, 98 % dos respondentes relataram ter fantasias sexuais em algum momento de suas vidas. Os objetivos variam: para sentir excitação sexual (79,5 %); curiosidade sobre experiências/sensações sexuais (69,8 %); necessidades sexuais não satisfeitas (59,7 %); para expressar ou cumprir um desejo sexual considerado tabu socialmente (58,4 %); para fugir temporariamente da realidade (59,4 %); para planejar um encontro futuro (55,7 %); para relaxar ou reduzir a ansiedade (43,6 %); por estar com tédio (40 %); para se sentir mais confiante sexualmente (32,5 %); por necessidades emocionais não satisfeitas (29,8 %); para bloquear distrações durante o ato sexual (19,8 %); para compensar um parceiro indesejável (11,8 %); e outros motivos (por exemplo, para expressar criatividade, para ajudar a adormecer) (6,8 %). Esses dados demonstram a diversidade de usos para as fantasias sexuais.

O que se pensa, então, pode melhorar ou inibir a responsividade sexual a qualquer forma de estimulação sensorial, e, na ausência de qualquer estimulação física, as fantasias sexuais por si só podem ser bastante excitantes (HENNING; LEITENBERG, 1995). Em muitos casos, as fantasias sexuais são empregadas para eliciar ou fortalecer a excitação sexual (BUSCH, 2020; PALII, 2019), agindo como um afrodisíaco que aumenta o desejo sexual (BIRNBAUM *et al.*, 2019). Fantasias sexuais são frequentemente necessárias como um primeiro impulso que induz à excitação e, para alguns indivíduos, elas são essenciais para prosseguir de um baixo a um alto nível de excitação sexual (PALII, 2019).

As fantasias sexuais também servem como uma forma de prever e se preparar para eventos futuros. Essa função da fantasia é extremamente significativa, especialmente para jovens e pessoas com pouca experiência sexual. Ao imaginar várias vezes o que esperar e como agir em um encontro amoroso, uma pessoa pode criar estratégias para minimizar desafios e desconfortos que podem vir a surgir, reduzindo parcialmente o constrangimento e a vergonha, contribuindo com uma maior sensação de calma e confiança (PALII, 2019).

Nos relacionamentos amorosos, o desejo tende a diminuir gradualmente com o tempo, quando a novidade e o mistério que o alimenta desaparecem, num processo que, tipicamente, há uma diminuição na frequência de fantasias sexuais sobre parceiros existentes e um aumento da frequência de fantasias sobre outras pessoas (FISHER; MCNULTY; WENNER, 2016). A pesquisa de Birnbaum e colaboradores (2019) indica uma ligação bidirecional entre a fantasia sexual e a dinâmica do relacionamento, de modo que as fantasias podem afetar a atmosfera relacional tanto quanto podem refleti-la. Por um lado, fantasiar sexualmente com o parceiro atual contribui não apenas para o desejo de uma atividade sexual com esse parceiro, mas também para se envolver em comportamentos de maior aproximação e intimidade que podem promover novos encontros amorosos, alimentando a relação. Por outro lado, fantasiar com outras pessoas possibilita a busca de diferentes fontes de novidade e variedade, pelo menos no reino da fantasia, de modo que essas necessidades sejam satisfeitas sem ameaçar o relacionamento (BIRNBAUM *et al.*, 2019). Essa pesquisa mostra, então, a importância dos processos de imaginação para sustentar o desejo sexual e o bem-estar dos relacionamentos amorosos.

Frequentemente as fantasias existem apenas como resultado da imaginação e não requerem realização (PALII, 2019). E essas não foram percebidas como inaceitáveis ou violadoras, tanto por homens quanto por mulheres (BUSCH, 2020). Binter e colaboradores (2012) sugerem que as fantasias representam um desejo por atividades sexuais que não podem ser realizadas devido à existência de pressão social, regras culturais e/ou à indisponibilidade de parceiro sexual para realizar o ato fantasiado de forma consensual. Fantasiar sobre algo, então, não significa necessariamente que alguém o queira fazer. Embora haja uma sobreposição entre fantasia e desejo, esses termos não são sinônimos (LEHMILLER, 2018).

Entretanto, é importante considerar o viés da desejabilidade social nas pesquisas sobre fantasia sexual. Os participantes dos estudos podem relatar fantasias que são

consistentes com as expectativas gerais da sociedade quanto ao seu conteúdo, em oposição aos temas caracterizados por suas fantasias reais (HANDY; SEEHUUS; STANTON, 2019). Leitenberg e Henning (1995) observaram que, uma vez que a fantasia é um ato secreto, é difícil identificar o conteúdo real das fantasias sexuais, contando apenas com os relatos. As pesquisas realizadas até o momento sobre fantasias sexuais não conseguiram determinar de maneira bem estabelecida se essas são indicadoras de comportamento perigoso ou problemático (HANDY; SEEHUUS; STANTON, 2019).

Apesar de a fantasia sexual ser uma expressão significativa da sexualidade humana, poucos estudos no Brasil vêm se debruçando sobre essa temática. Em uma busca realizada em agosto de 2021 na plataforma Scielo com o termo “fantasia sexual”, foram encontrados apenas seis artigos escritos em língua portuguesa. Ao realizar uma leitura do resumo dos artigos em questão, foi observado que cinco desses traziam a temática da fantasia de forma tangencial sob a perspectiva freudiana/laciana e um a utilizava como variável do comportamento sexual. Um deles buscou avaliar o comportamento sexual em mulheres com síndrome dos ovários policísticos e a relação desse comportamento com parâmetros clínicos relacionados a essa síndrome. Fantasias sexuais foram relatadas por dezesseis pacientes (33,3 %), mas essa variável não se relacionou significativamente com nenhum dos parâmetros clínicos investigados (SILVA *et al.*, 2010).

Dessa forma, verificou-se a baixa produção científica sobre a temática das fantasias sexuais, com predominância da perspectiva freudiana e laciana a esse respeito. O presente estudo, de caráter qualitativo, buscou identificar e compreender as percepções que homens e mulheres jovens nascidos no Brasil têm em relação à fantasia sexual no relacionamento amoroso, bem como verificar as vantagens e desvantagens percebidas da utilização desse tipo de material nesses relacionamentos.

## Método

Foram entrevistados dez homens e dez mulheres nascidos no Brasil. A média de idade dos participantes foi de 25,7 (DP = 2,06), variando entre 23 e 30 anos. Quanto à escolaridade, 17 possuíam ensino superior completo, 2 com mestrado e 1 com especialização. Entre os homens, as áreas de formação foram bastante diversificadas; entre as mulheres (n = 7), a maior parte era graduada em Psicologia. A maioria dos sujeitos

residia na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV): 12 no município de Vitória, 4 em Serra, 2 em Vila Velha e 1 em Guarapari. Apenas um dos respondentes residia em outro estado (Ouro Preto/MG). Todos afirmaram morar em zona urbana.

Quando perguntados sobre a crença religiosa ou espiritual, 6 participantes responderam “não tenho religião, mas acredito em Deus ou alguma força superior”, sendo desses 2 homens e 4 mulheres. Apenas entre os homens houve os que se identificaram como ateus ( $n = 3$ ) e agnóstico ( $n = 1$ ). Entre as mulheres, 8 afirmaram que sua crença religiosa ou espiritual é considerada muito importante ou extremamente importante. Entre os homens, 3 afirmaram que sua crença é pouco importante. Nenhum dos entrevistados considerou sua crença religiosa ou espiritual sem importância.

Em relação à renda mensal familiar média, nenhuma das mulheres afirmou estar na faixa de 1-3 salários mínimos e 5 relataram ter renda superior a 8 salários mínimos. Entre os homens esses valores estavam mais distribuídos. Entre os entrevistados, 15 não tinham filhos e 5 os possuíam; todos os que tinham filhos afirmaram que moram com seus filhos. Quando perguntados se estavam em um relacionamento amoroso no momento, 14 afirmaram estar em um relacionamento com uma pessoa do sexo oposto; entre os homens, 2 estavam em um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e 4 não estavam em um relacionamento. Entre os que estavam em um relacionamento, apenas entre os heterossexuais há os que moravam juntos ( $n = 9$ ). O tempo de relacionamento médio era de 3,9 anos ( $DP = 2,7$ ), variando entre 1 mês e 8 anos.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (CAAE: 80663417.0.0000.5542). O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado (BAUER; GASKELL, 2008) que continha questões referentes à definição de fantasia sexual com exemplos e à percepção dos efeitos negativos e positivos da fantasia no relacionamento amoroso, além das informações sociodemográficas.

A divulgação da pesquisa foi feita por meio eletrônico (Facebook, WhatsApp e *e-mail*), através das listas de contatos dos pesquisadores e de *mailing* disparado aos programas de pós-graduação da Ufes. Cada participante que compareceu foi incentivado a indicar outro da sua rede de amigos e conhecidos, utilizando a técnica de amostragem bola de neve (BAUER; GASKELL, 2008).

As entrevistas foram realizadas individualmente, em uma sala isolada, com duração média de 30 minutos. Os métodos, objetivos e procedimentos da pesquisa

foram previamente esclarecidos, com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias. O sigilo e anonimato foram garantidos em todas as etapas da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, e os sujeitos identificados com um novo nome iniciado pela letra J, de jovens.

As informações sobre os dados sociodemográficos foram sistematizadas com o auxílio do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 23, para realização das análises estatísticas de descrição dos participantes. As respostas referentes à fantasia sexual foram sistematizadas em um *corpus* monotemático denominado “fantsex”, seguindo as orientações do Tutorial para uso do *software* IRaMuTeQ – *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (CAMARGO; JUSTO, 2016).

Para análise do *corpus* foi utilizado o *software* IRaMuTeQ, por se tratar de uma ferramenta que viabiliza diferentes tipos de análise estatística dos dados textuais, o que promove a superação da dicotomia entre pesquisa qualitativa e quantitativa. Assim, os dados textuais são analisados por seu conteúdo semântico, utilizando-se de cálculos estatísticos que organizam e quantificam o vocabulário presente no texto. Essa proposta promove rigor metodológico à pesquisa qualitativa (CAMARGO; JUSTO, 2014). Além disso, permite a sistematização dos dados da pesquisa antes de uma interpretação dos resultados, potencializando a organização do material em uma fase exploratória do conteúdo das entrevistas.

No presente capítulo utilizaremos os seguintes procedimentos de análise possibilitados pelo *software* IRaMuTeQ:

*Análises lexicográficas clássicas:* possibilitam a descrição quantitativa do *corpus*, ao fazer uma análise centrada nas palavras. Considera cada palavra lematizada como unidade de análise para cálculo de frequências. Sua apresentação será associada à nuvem de palavras, que é uma representação gráfica das palavras mais frequentes do *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2016).

*Classificação Hierárquica Descendente:* permite a análise das palavras e seus respectivos segmentos de textos, indicando contextos lexicais que apresentam simultaneamente vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos segmentos das outras classes, correlacionando-os a variáveis descritivas identificadas no *corpus*. Possibilita a compreensão da organização/agrupamentos do conteúdo do *corpus* em contextos semelhantes/diferentes a partir das classes apresentadas, bem como a análise das falas dos sujeitos no contexto em que foram citadas (CAMARGO; JUSTO, 2016).

## Resultados e discussão

O *corpus* fantsex foi submetido à análise lexicográfica. Após a lematização, foram identificadas 906 formas distintas, que ocorreram 7.913 vezes, o que resulta numa frequência média de 8,73. As palavras mais frequentes são fantasia (n = 89), pessoa (n = 79), fantasia\_sexual (n = 75), coisa (n = 73) e mulher (n = 37).

A nuvem de palavras é uma representação gráfica simplificada da frequência das palavras do *corpus* textual (CAMARGO; JUSTO, 2014). Para apresentação da nuvem de palavras (Figura 1) foram retiradas as palavras “fantasia” e “fantasia\_sexual” por se tratarem do tema analisado e, por esse motivo, aparecerem com maior frequência. Foram incluídos apenas substantivos com frequência maior ou igual a cinco.

A partir da composição gráfica da nuvem de palavras e suas palavras em maior destaque é possível inferir que a imagem sobre a temática fantasia sexual para o grupo entrevistado tem relação com coisas (acessórios, vestimentas etc.) que podem contribuir para a concretização da fantasia enquanto prática sexual, e também está associada às pessoas que dela se beneficiam, fazem uso ou sofrem prejuízos, além de poderem personificar a experiência da fantasia. Ainda é observada na imagem a relação com o campo da imaginação, das ideias, algo diferente da realidade, ou seja, a fantasia sexual ocorrendo no campo mental, envolvendo desejos, vontades e a sensação de prazer, o que se aproxima da definição científica já apresentada de fantasia sexual.

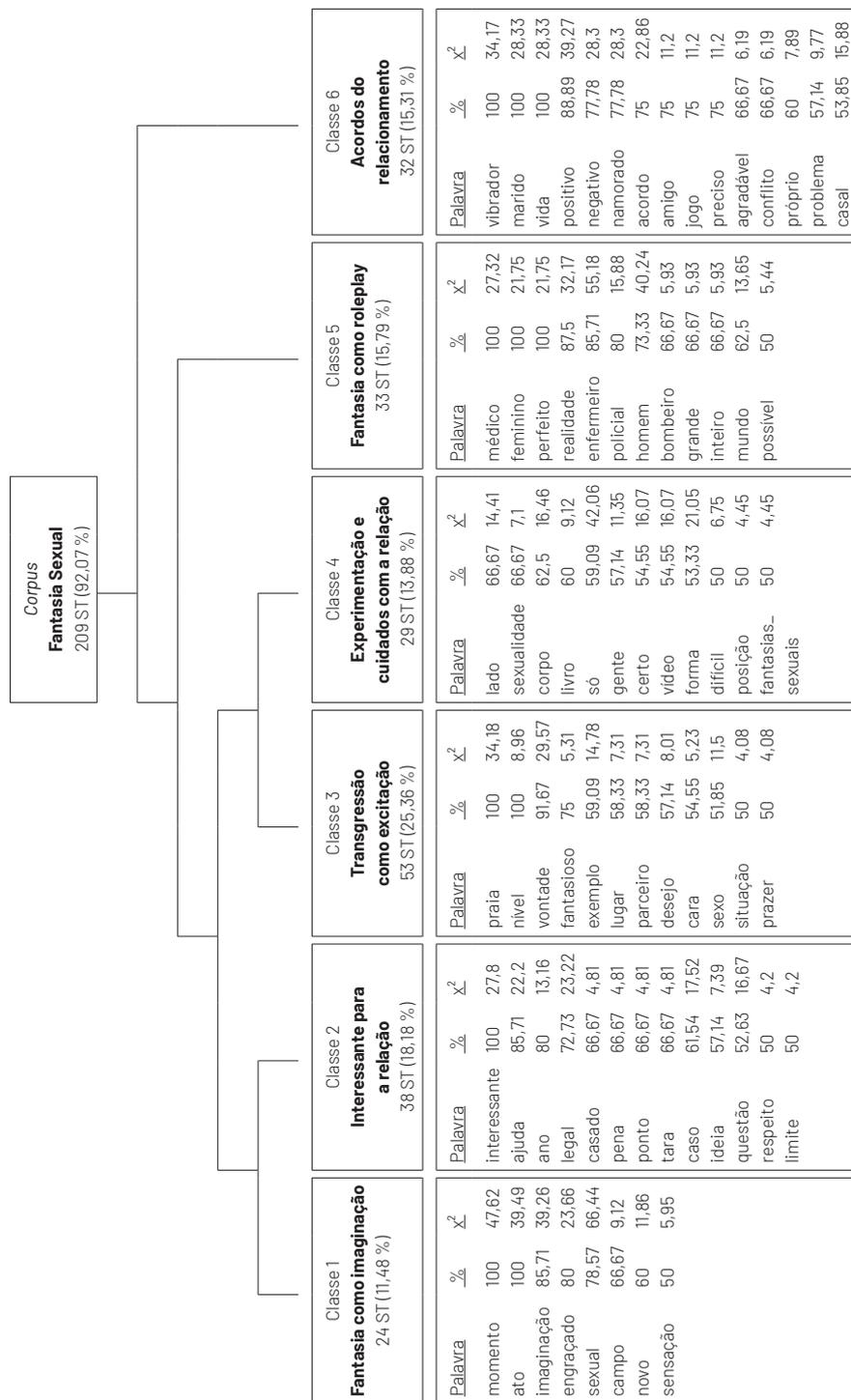
Figura 1 – Nuvem de palavras



Fonte: autoria própria

Os 20 textos iniciais desdobraram-se em 227 segmentos de texto (ST). Desses, 209 (92,07 % do total) foram retidos na CHD. A CHD dividiu o *corpus* em seis classes, as quais se encontram ilustradas no dendrograma da Figura 2. O dendrograma foi organizado pela percentagem de ocorrência dos segmentos de texto que contêm a palavra nessa classe, em relação à sua ocorrência no *corpus* ( $\geq 50\%$ ), e sua associação significativa com ela (por teste de qui-quadrado –  $\chi^2$ ). Essa estratégia foi adotada uma vez que esse percentual evidencia a ocorrência das palavras significativas para a classe, em relação ao total do *corpus*.

Figura 2 – Dendrograma



Fonte: Elaboração própria.

Como observado na Figura 2, a primeira partição, o *corpus*, dividiu-se em dois *subcorpora*, em que a classe 6 se diferenciou de todas as demais. A segunda partição destacou a classe 5 das demais classes. A terceira partição subdividiu o banco restante em 2 agrupamentos e, por fim, a quarta partição diferenciou as classes 4 e 3 entre si e as classes 2 e 1 entre si. O dendrograma será descrito de acordo com a partição das classes.

A classe 6, denominada “Acordos do relacionamento”, representa 15,31 % dos segmentos de texto classificados e esteve associada à religião evangélica/protestante ( $\chi^2 = 14,33$ ) e ao sexo feminino ( $\chi^2 = 6,96$ ). As palavras de maior percentual na classe são *vibrador*, *marido* e *vida*, seguidas por *positivo* e *negativo*. Nessa classe encontram-se elementos que falam da inserção da fantasia sexual na relação, respeitando os contratos e acordos delimitados pelo casal. São segmentos que representam essa classe:

[...] um jogo dos dois, um acordo, você agora realiza a minha, eu realizo a tua, e é aquele jogo agradável, é bacana, eu acho que faz parte da cumplicidade, do diálogo do casal, acho que é positivo nesse sentido (sujeito 4, sexo feminino, religião espírita, renda familiar de cinco a oito salários-mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 95.40).

[...] é muito íntimo e só funciona se tiver muitos acordos bem-feitos, mesmo que não sejam acordos escritos assim, é preciso haver esse acordo mútuo para dar certo senão acaba sendo negativo para um dos dois ou até para os dois (sujeito 6, sexo feminino, religião evangélica/protestante, renda familiar de três a cinco salários-mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 62.36).

Nessa classe foi possível observar que os participantes perceberam o uso e realização das fantasias sexuais como algo de caráter positivo ou negativo na relação, podendo se configurar como uma prática agradável ou fomentadora de conflitos entre o casal, o que pode levar a problemas na relação. Birnbaum e colaboradores (2019) apontam que fantasiar sobre/com o parceiro colabora na manutenção da intimidade e satisfação do casal a longo prazo, e auxilia na inibição de comportamentos que podem prejudicar o relacionamento. A fantasia sexual foi percebida pelos participantes como algo que estimula a relação, entretanto, evidenciou-se a necessidade de essa ser dialogada, e fazer parte de um acordo entre o casal. Dessa forma, a partir daquilo que é combinado entre a díade, pode funcionar como algo positivo no relacionamento.

A classe 5, denominada “Fantasia como roleplay”, representa 15,79 % dos segmentos de texto classificados, esteve associada a não estar em um relacionamento amoroso ( $x^2 = 5,40$ ) e à faixa de renda familiar entre cinco e oito salários mínimos ( $x^2 = 3,87$ ). Com maior percentual estão as palavras *médico*, *feminino* e *perfeito*, seguidas de *realidade* e *enfermeiro*. Aqui aparecem representadas as fantasias como vestimentas e também encenações de papéis, retratadas pelos participantes com conotação sexual. São segmentos que representam essa classe:

E claro, tem a questão das fantasias sexuais, desse imaginário, que você tem, por exemplo, uma fantasia, as pessoas sempre brincam que mulher tem fantasia com bombeiro, com policial, com essas figuras, assim, mais viris, mais másculas e os homens têm aquelas coisas da enfermeira [...] (sujeito 2, sexo masculino, agnóstico, renda familiar de três a cinco salários mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 138.58).

Depende muito, mas tem muita coisa engraçada. Vestir de enfermeira, brincar de médico, essas coisas, acho que fantasia (sujeito 3, sexo feminino, religião católica, renda familiar maior que oito salários mínimos, não está em relacionamento amoroso – score: 82.50).

Essa classe, associada aos participantes não estarem em um relacionamento amoroso, aponta o que se espera da fantasia sexual num contexto diádico. É possível observar que, por vezes, a encenação dos papéis envolve conteúdo relativo às expectativas sociais sobre os papéis de gênero, em que a mulher aparece como submissa, frágil e com o papel de cuidar, enquanto o homem ocupa o papel de dominador, ativo e responsável pela ação do prazer – como destacado pelo sujeito 2 (LINDLEY *et al.*, 2020). Em outros momentos, a fantasia é como uma encenação, um jogo que aguça a relação e a expressão da sexualidade. Paasonen (2018) destaca como esse jogo de papéis tem sido trabalhado fora da academia por terapeutas sexuais e colunistas de aconselhamento, não apenas no âmbito da encenação, como também na sugestão de uso de brinquedos sexuais, apontando o jogar sexual como instrumento para melhorar a relação e desenvolver novas habilidades. Nesse aspecto, os participantes destacaram a importância de não confundir o jogo com a realidade, entendendo como uma brincadeira e uma forma de expressar o que foi combinado pelo casal.

A classe 4, denominada “Experimentação e cuidados com a relação”, representa 13,88 % dos segmentos de texto classificados, esteve associada à religião cristã ( $x^2 = 5,48$ ). *Lado* e *sexualidade* são as palavras que aparecem com maior percentual, seguidas por *corpo*, *livro* e *só*. Apresenta a fantasia como uma proposta nova para o relacionamento, embora haja também uma preocupação com como isso pode afetar a relação entre o casal. São segmentos que representam essa classe:

Quando você pensa assim não só a fantasia que você coloca no corpo, mas às vezes, de repente, alguma posição que você gosta mais, alguma forma de fazer diferente [...] (sujeito 20, sexo feminino, não tem religião, mas acredita em Deus ou alguma força superior, renda familiar superior a oito salários mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 95.12).

[...] mas se um não estiver a fim, eu acho que prejudica, o prazer apenas de um, quando não tem o consento. Se os dois estiverem a fim, se um sádico encontrar um masoquista, acredito que sim, pode ajudar. Sair da rotina também [...] (sujeito 1, sexo masculino, religião cristã, renda familiar de um a três salários mínimos, não está em relacionamento amoroso – score: 46.51).

Ahrold e colaboradores (2011), em um estudo sobre as relações entre atitudes e fantasias sexuais e religiosidade, relataram que o fundamentalismo foi um preditor significativo com maior força e frequência para homens e mulheres: níveis mais altos nesse domínio da religiosidade previram consistentemente níveis mais baixos de fantasia sexual, com mulheres agnósticas e ateias relatando mais fantasias sexuais do que mulheres cristãs, seguidas por judias e muçulmanas. Os autores inferiram que, por a fantasia sexual se tratar de pensamentos e desejos sexuais, em certa medida também são reguladas pelos ensinamentos religiosos, uma vez que pensamentos e comportamentos devem ser moldados e trabalhados na fé que possuem (AHROLD *et al.*, 2011), o que pareceu diferir do resultado do presente estudo. Nessa classe a fantasia esteve presente como um recurso a ser utilizado para exploração da sexualidade do casal, atentando para o cuidado com os membros da díade. A fantasia pode contribuir com a relação desde que faça parte de um consento dialogado entre as partes.

A classe 3, denominada “Transgressão como excitação”, representa 25,36 % dos segmentos de texto classificados, não esteve associada a nenhuma das variáveis

descritivas levantadas. As palavras de maior ocorrência na classe são *praia* e *nível*, seguidas de *vontade*, *fantasioso* e *exemplo*. Aqui a fantasia aparece como busca de sensações diferentes, de uma excitação que ultrapasse os limites socialmente considerados adequados. São segmentos que representam essa classe:

Seria uma forma diferente do comum de sentir prazer. Por exemplo, transar na praia, usar uma peça de roupa diferente, ou fazer xixi no parceiro, ou se submeter a tapas. Uma coisa diferente do que o casal faz normalmente, do que a pessoa costuma fazer é fantasia sexual (sujeito 1, sexo masculino, religião cristã, renda familiar de um a três salários mínimos, não está em relacionamento amoroso - score: 81.28). Fantasia sexual é uma forma de incrementar o relacionamento. Apimentar mais. Fugir do papai e mamãe. É uma forma de colocar fogo no relacionamento (sujeito 10, sexo masculino, ateu, renda familiar de cinco a oito salários mínimos, não está em relacionamento amoroso - score: 61.46).

As fantasias sexuais surgem nessa classe como uma forma de expandir os horizontes sexuais do casal. Paasonen (2018) fala sobre a fantasia como uma atividade lúdica, um jogo entre as partes que explora diferentes habilidades, capacidades e sensações, na busca por mais excitação, diversificando as experiências. O brincar dentro da sexualidade diádica envolve experimentações com os corpos, com o que eles podem sentir e fazer. Nessa busca pelo prazer algumas brincadeiras podem ser consideradas tensas ou dolorosas, a partir de diferentes intensidades sensoriais estimuladas (PAASONEN, 2018) – e, ainda assim, serem excitantes. As fantasias contribuem para a criação de novas conexões e com a intensificação do desejo sexual. Transgredir os padrões sexuais do casal, fazendo algo diferente do habitual, pode contribuir com mais satisfação sexual no relacionamento amoroso.

A classe 2, denominada “Interessante para relação”, representa 18,18 % dos segmentos de texto classificados, esteve associada a não estar em um relacionamento amoroso ( $\chi^2 = 11,21$ ) e ao sexo masculino ( $\chi^2 = 9,05$ ). As palavras de maior percentual na classe são *interessante*, *ajuda*, *ano*, *legal* e *casado*. Nessa classe, a fantasia é apresentada como um elemento interessante de exploração da sexualidade do casal, que pode ajudar e ser legal na relação, porém os participantes apontam a importância de que os atos e experimentações sejam consensuais, apontando como

uma questão de ter respeito pelo parceiro e limites sobre as práticas. São segmentos que representam essa classe:

Principalmente porque o convívio, as pessoas já têm 30 anos de casados, eu acho que você tentar surpreender e tentar entender o que a pessoa tem como fantasia, como tava, ajuda bastante para dar continuidade na relação (sujeito 15, sexo masculino, ateu, renda familiar de três a cinco salários mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 65.57).

[...] aquela fantasia sexual de que ele é um pouco mais agressivo do que ele é, ou um pouco mais sensível do que ele realmente é, então acho que nesses casos pode ser interessante pra sair um pouco daquela realidade que é todo dia, de repente feijão com arroz, e depois de 30 anos isso começa a ficar chato (sujeito 5, sexo feminino, religião espírita, renda familiar superior a oito salários mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 58.48).

A literatura científica destaca que é verificada uma tendência à redução do desejo sexual na relação com o parceiro amoroso ao longo do tempo (BIRNBAUM *et al.*, 2019; BIRNBAUM; KANAT-MAYMON; MIZRAHI, 2018). As fantasias sexuais, nessa perspectiva, podem ser interessantes para estimular a sexualidade do casal. Embora aconteçam no contexto da imaginação, elas possuem impacto na realidade e podem colaborar no aumento do desejo, dos estímulos sexuais e, conseqüentemente, atuar na manutenção, na satisfação sexual e no bem-estar do relacionamento, atuando também na diminuição de comportamentos que possam prejudicar a relação (BIRNBAUM *et al.*, 2019).

A classe 1, denominada “Fantasia como imaginação”, representa 11,48 % dos segmentos de texto classificados, esteve associada ao ateísmo ( $\chi^2 = 4,84$ ). As palavras que prevaleceram em percentual na classe são *momento* e *ato*, seguidas por *imaginação*, *engraçado* e *sexual*. A fantasia aqui é representada como um momento de construção mental de novas possibilidades para a sexualidade do casal, de forma leve, lúdica. São segmentos que representam essa classe:

[...] então eu acho que a imaginação é uma coisa legal por causa disso, que você pode usar e acessar ela em qualquer momento, então você pode usar no ato, pode

não usar, a partir do momento que você quer visualizar ou ter sensação daquilo ali já usou (sujeito 5, sexo feminino, religião espírita, renda familiar superior a oito salários mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual - score: 132.32). Então fantasia é tudo aquilo que a gente pode planejar fazer para apimentar, vamos dizer, aguçar nossas sensações sexuais. E pode ficar presa no campo da imaginação, não precisa ser realmente feita [...] (sujeito 14, sexo masculino, ateu, renda familiar de cinco a oito salários mínimos, em um relacionamento amoroso heterossexual – score: 128.51).

A fantasia, dessa forma, é descrita como um exercício de construção mental pra aguçar a sexualidade, como um elemento que pode ampliar o desejo sexual e movimentar a relação, mas que não deve necessariamente ser colocada em ação. A esse respeito, Paasonen (2018) aponta que as fantasias contribuem com a imaginação de possíveis cenários lúdicos que podem – ou não – ser encenados, mas funcionam como um jogo do pensamento que envolve e intensifica as experiências sexuais. Paasonen (2018) afirma, ainda, que memórias, fantasias de encontros, movimentos e sensações corporais podem contribuir para os arquivos sensoriais que se alimentam da brincadeira sexual. Por sua vez, os atos de brincar se retroalimentam nas memórias, como também nas fantasias sexuais (PAASONEN, 2018).

A partir dos resultados encontrados, pode-se perceber que a temática fantasia sexual apresenta relevância para a compreensão da sexualidade no relacionamento amoroso. Um mesmo disparador trouxe três elementos distintos, porém complementares entre si: 1) fantasia como imaginação, como atividade mental de criação, simulação e exploração de possibilidades sexuais; 2) fantasia como a realização de desejos específicos, de formas diferentes de realizar o ato sexual, como locais públicos, transgredindo a norma social; e 3) fantasia como um jogo de interpretação de papéis, utilizando roupas e acessórios a fim de performar cenas que agucem o desejo. Essas seriam três dimensões envoltas em um processo que envolve o uso da criatividade para aumentar o desejo sexual.

Um elemento comum a todas as classes, e destacado na classe 6, é a importância do acordo entre o casal para a implementação de fantasias sexuais. Quando faz parte do acordo e ambos os envolvidos topam, traz benefícios para a sexualidade do casal, como apimentar a relação, explorar, diversificar, estimular o prazer de ambos. Quando esse processo não ocorre e a fantasia aparece como algo que não está previsto, ou quando o combinado não é respeitado, ou algo é forçado, a fantasia sexual

pode ser prejudicial para a relação, podendo ser vista, inclusive, como uma traição (APELLÁNIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018).

Importante destacar que a fantasia como imaginação não necessariamente precisa ser efetivada na realidade, pode ficar apenas no campo da construção mental (LEHMILLER, 2018; PALII, 2019). Como apontado nas classes 1 e 2, a imaginação é interessante para incitar o desejo e a excitação sexual, e estimular a relação. Possibilita, inclusive, pensar em outra pessoa que não o(a) parceiro(a) sem efetivamente o(a) trair (BIRNBAUM *et al.*, 2019). Esses dados reforçam a importância dos processos de imaginação para sustentar o desejo sexual e o bem-estar dos relacionamentos amorosos.

A fantasia como a realização de desejos específicos assinala como a transgressão pode ser um caminho para ampliar possibilidades de experimentações da sexualidade dentro de um relacionamento amoroso, como apontado nas classes 3 e 4. Essas brincadeiras podem contribuir com aumento do desejo e excitação sexual, bem como para saciar curiosidades sobre atividades sexuais consideradas tabu, sempre levando em consideração o consenso entre os envolvidos (BIRNBAUM *et al.*, 2019; BUSCH, 2020; PAASONEN, 2018; PALII, 2019). Outra forma de realizar esses desejos é através de jogos de interpretação de papéis, com uso de roupas e acessórios. Essa maneira apresentada na classe 5 convida à encenação de papéis diferentes dos habituais, explorando formas diferentes de brincadeiras e jogos sexuais. É necessário destacar a importância de saber a diferença entre o fantasioso e a realidade, não tentando reproduzir esses comportamentos lúdicos em outras esferas.

Assim, foi possível verificar que os efeitos da fantasia para o relacionamento amoroso aparecem como dependentes de uma negociação entre os membros do casal. A fantasia pode ser então benéfica, aumentando a cumplicidade e intimidade na díade, melhorando o diálogo e a vida sexual, ou prejudicial, submetendo um dos parceiros a investimentos sexuais que possam lhe causar desconforto, ou ainda a cobranças e comparações, podendo ocasionar distanciamento entre seus membros.

Verificou-se ainda neste estudo que a fantasia sexual pareceu estar direcionada a um relacionamento heterossexual e estável, o que pode estar associado à amostra, predominantemente de homens e mulheres heterossexuais. Entretanto, o papel das normas sociais hegemônicas sobre o comportamento sexual, com ênfase em estereótipos de gênero, é observado nos relatos dos participantes, pelo menos ao se pensar na relação a dois. A questão da socialização de gênero também é reportada em

outros estudos na literatura sobre como homens e mulheres lidam com sua sexualidade e suas fantasias sexuais, citados a seguir.

Em investigação quantitativa sobre as reações dos participantes quanto às fantasias sexuais em diferentes cenários (romance, submissão/masochismo, dominação/sadismo e violência sexual), Canivet, Bolduc e Godbout (2021) reportaram que quando comparadas aos homens, as mulheres apresentaram diferenças significativas em duas classes de resultados, com participantes com padrões de maior excitação no cenário de romance e desconforto nos demais cenários, enquanto outras participantes repetiam esse padrão, somado à alta excitação e desconforto nos demais cenários. Inferiu-se que a socialização de gênero das mulheres, que tradicionalmente são ensinadas a viver a sexualidade dentro de uma relação, pode ter impacto nesse resultado. Quanto ao alto nível de excitação e desconforto nos cenários de submissão/masochismo, dominação/sadismo e violência sexual, o efeito da socialização de gênero também teria participação, com a possibilidade de a mulher se envergonhar pela sua excitação na fantasia, fora do ideal do amor romântico e, conseqüentemente, pela sua sexualidade (BOLDUC; CANIVET; GODBOUT, 2021).

Entretanto, no estudo qualitativo desenvolvido na Itália por Lindley e colaboradores (2020) com 44 adultos, 22 participantes que se identificaram como pessoas não binárias, treze mulheres e nove homens cis, foi identificada pouca diferença entre as fantasias de homens e mulheres, destacando que ambos os sexos estavam igualmente propensos a fantasiar sobre papéis de submissão e dominação, como também homens demonstraram fantasias associadas aos aspectos românticos e emocionais. Ainda, as fantasias sexuais dos indivíduos não binários que participaram do estudo não corresponderam às expressões binárias de gênero, apontando para uma nova forma de expressão da sexualidade que foge aos padrões cis-heteronormativos culturalmente assimilados. Os autores propõem uma reflexão sobre uma mudança na compreensão dos papéis de gênero e de suas atualizações na sociedade moderna.

As fantasias sexuais são, portanto, um aspecto importante da sexualidade humana e precisam ser mais profundamente investigadas, buscando compreender as associações entre a frequência e o conteúdo das fantasias com as características psicosssexuais dos indivíduos. Uma maior diversificação das populações investigadas pode contribuir com pesquisas sexuais mais coerentes com a variedade de roteiros de gênero presentes em nossa sociedade.

## Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo identificar as percepções que jovens homens e mulheres brasileiros têm em relação à fantasia sexual no relacionamento amoroso, verificando as vantagens e desvantagens percebidas da utilização desse tipo de material nesses relacionamentos. Algumas limitações devem ser consideradas, como o baixo número de entrevistados, que não possibilitou um volume de dados significativos para a análise de grupos e especificidades, que permitiria melhores comparações entre as variáveis pesquisadas, como, por exemplo, o sexo.

Outra limitação é o tamanho do *corpus* que, por ser parte de uma entrevista multitemática, não aprofundou a discussão sobre fantasia sexual. Apesar de pequeno, o *corpus* apresentou um excelente aproveitamento dos segmentos de texto (92,07 % do total), o que aponta para uma coesão entre as respostas dos participantes. A condensação das classes 1, 2, 3 e 4 nos eixos fatoriais da AFC na CHD evidencia a semelhança dos conteúdos enunciados. Entretanto, mesmo com essa proximidade, seis classes distintas foram identificadas pelo *software*, abarcando diferentes nuances da fantasia sexual.

Concluiu-se que o estudo produziu um conteúdo significativo sobre fantasias sexuais na juventude, que pode contribuir com a atuação de profissionais da área da saúde no atendimento de jovens, com particular relevância no bem-estar sexual dos(as) jovens brasileiros(as), solteiros(as) ou em relacionamentos amorosos, bem como contribuiu com as discussões presentes sobre o tema. Novas investigações na área podem se aprofundar nesses elementos distintos identificados, para melhor compreender suas especificidades e correlações, e auxiliar o avanço do conhecimento científico sobre a sexualidade da juventude brasileira.

## Referências

AHROLD, T. K.; FARMER, M.; TRAPNELL, P. D.; MESTON, C. M. The relationship among sexual attitudes, sexual fantasy, and religiosity. **Archives of Sexual Behavior**, v. 40, n. 3, p. 619-630, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-010-9621-4>.

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BINTER, J. *et al.* Sex differences in the incidence of sexual fantasies focused on evolutionary relevant objects. **Anthropologie**, v. 50, n. 1, p. 83-83, 2012. Disponível em: [http://puvodni.mzm.cz/Anthropologie/downloads/articles/2012/Binter\\_2012\\_p83-93.pdf](http://puvodni.mzm.cz/Anthropologie/downloads/articles/2012/Binter_2012_p83-93.pdf).
- BIRNBAUM, G. E. *et al.* What fantasies can do to your relationship: the effects of sexual fantasies on couple interactions. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 45, n. 3, p. 461-476, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0146167218789611>
- BRÊTAS, J. R. S.; MORAES, S. P.; ZANATTA, L. F. Sexualidade e juventude: experiências e repercussões. **Alteridad**, v. 13, n. 2, p. 192-203, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17163/alt.v13n2.2018.03>.
- BUSCH, T. M. Perceived acceptability of sexual and romantic fantasizing. **Sexuality & Culture**, v. 24, n. 3, p. 848-862, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-019-09668-6>.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. **LACCOS: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. Disponível em: [http://IRaMuTeQ.org/documentation/fichiers/Tutorial %20IRaMuTeQ %20em %20portugues\\_17.03.2016.pdf](http://IRaMuTeQ.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf).
- CANIVET, C.; BOLDUC, R.; GODBOUT, N. Exploring variations in individuals' relationships to sexual fantasies: a latent class analysis. **Archives of Sexual Behavior**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10508-021-02136-z>.
- CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JR, A. Definições da sexualidade humana. *In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. LGBTQI+: Práticas de Cuidado Transdisciplinar*. São Paulo: Manole, 2021. p. 12-17.
- CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *In: NOVAES, R. C. R. et al. (org.). Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- JUSTI, J. *et al.* Sexualidade na contemporaneidade: novas configurações das relações humanas. **Brazilian Applied Science Review**, v. 4, n. 5, p. 2864-2881, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.34115/basrv4n5-009>.
- JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais. *In: NOVIKOFF, C.; SANTOS, S. M.; MITHIDIERI, O. B. (org.)*.

- Caderno de Artigos: X SIAT & II Serpro**, Duque de Caxias, p. 37-54, 2014. Disponível de: <https://lageres.wordpress.com/>.
- KAPLAN, H. S. Fiction and fantasy: no-nonsense therapy for six sexual malfunctions. **Psychology Today**, p. 77-86, Oct. 1974.
- KELLY, G. F. **Sexuality today**. New York: McGraw-Hill Publishing Company, 2015.
- LEHMILLER, J. J. **Tell me what you want**: the science of sexual desire and how it can help you improve your sex life. Massachusetts: Da Capo Lifelong Books, 2018.
- LEITENBERG, H.; HENNING, K. Sexual fantasy. **Psychological Bulletin**, v. 117, n. 3, p. 469-496, 1995. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.469>.
- LINDLEY, L. M. *et al.* Sexual fantasy across gender identity: a qualitative investigation of differences between cisgender and non-binary people's imagery. **Sexual and Relationship Therapy**, p. 1-22, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14681994.2020.1716966>.
- MASTERS, W.; JOHNSON, V. **A resposta sexual humana**. São Paulo: Roca, 1984.
- MCNULTY, J. K.; WENNER, C. A.; FISHER, T. D. Longitudinal associations among relationship satisfaction, sexual satisfaction, and frequency of sex in early marriage. **Archives of Sexual Behavior**, v. 45, n. 1, p. 85-97, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-014-0444-6>.
- MIZRAHI, M.; KANAT-MAYMON, Y.; BIRNBAUM, G. E. You haven't been on my mind lately. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 35, n. 4, p. 440-459, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0265407517743083>.
- PAASONEN, S. Many splendored things: sexuality, playfulness, and play. **Sexualities**, v. 21, n. 4, p. 537-551, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1363460717731928>.
- PALII, V. S. Sexual fantasies: review of major scientific studies. **Psychological Counseling and Psychotherapy**, v. 0, n. 10, p. 69-76, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.26565/2410-1249-2018-10-10>.
- SCHEEREN, P. A.; APELLÁNIZ, I. A. M.; WAGNER, A. Infidelidade conjugal: a experiência de homens e mulheres. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 355-369, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.1-14pt>.
- SEEHUUS, M.; STANTON, A. M.; HANDY, A. B. On the content of "real-world" sexual fantasy: results from an analysis of 250,000+ anonymous text-based erotic fantasies. **Archives of Sexual Behavior**, v. 48, n. 3, p. 725-737, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-018-1334-0>.

SILVA, J. S. P. *et al.* Sexuality in women with polycystic ovary syndrome: a pilot study.

**Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 397-403, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010ao1836>.

WHO. World Health Organization. **Defining sexual health**: report of a technical consultation on sexual health, 2006. Disponível em: [http://who.int/reproductivehealth/publications/sexual\\_health/defining\\_sexual\\_health.pdf](http://who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf).

# Sexo e traição: percepções e crenças sobre a infidelidade

Valeschka Martins Guerra

Raíza Mota Santos

Luciana Noia

Relacionamentos monogâmicos baseados no amor são elementos de grande importância, sendo um comportamento selecionado ao longo do desenvolvimento da espécie, servindo assim para sua manutenção. Entretanto, por diversas vezes, ele enfrentou ameaças por conta da possibilidade de um dos parceiros ser atraído por uma terceira pessoa (ALMEIDA, 2012).

A fidelidade é algo esperado e desejado na relação entre parceiros fixos. No entanto, a expectativa de exclusividade no relacionamento amoroso se desfaz no momento em que uma terceira pessoa se envolve na relação. Por essa razão, o medo de perder o parceiro faz com que a infidelidade adquira destaque em meio aos relacionamentos afetivo-sexuais. Nesse sentido, a infidelidade é considerada uma das causas mais frequentes de desavenças, divórcios e procura por terapia entre os casais (ALMEIDA, 2012).

Socialmente, é possível encontrar diferentes formatos de relacionamentos amorosos, sendo um deles o poligâmico, palavra grega que significa “muitos matrimônios”. Essa modalidade é aceita em algumas religiões e pela legislação de alguns países no mundo, mas não no Brasil. Nesse último, quando uma pessoa é legalmente casada e constitui novo casamento “no cartório” sem ter se desvinculado do anterior (divórcio),

é inclusive considerado crime de bigamia pela atual legislação. No Brasil, tanto as religiões mais tradicionais como a legislação “rejeitam” formatos de relacionamentos que não sejam “monogâmicos”, ou seja, uma pessoa deve se relacionar amorosamente apenas com uma outra pessoa (LUDOVICO *et al.*, 2014).

Quando falamos de práticas sociais e de relacionamentos “não formalizados”, há ainda os chamados “relacionamentos abertos”, que apesar de algumas divergências teóricas, de forma geral são os praticantes do “poliamor”, “*swing*” ou outras formas de “não monogamia” (GOLDENBERG; PILÃO, 2012). Tais práticas permitem que as pessoas envolvidas se relacionem com mais de um parceiro, afetivamente e/ou sexualmente, concomitantemente e de comum acordo (PILÃO, 2019).

Dentro dos conceitos estudados no campo do relacionamento amoroso, é possível encontrar diferentes definições para o termo “infidelidade”. Para Gouveia e colaboradores (2018), infidelidade é considerada a prática de relações sexuais fora do relacionamento primário, ou ainda estabelecer vínculo emocional com alguém diferente daquela pessoa com quem se assumiu um compromisso anterior. Já segundo Luo, Cartun e Snider (2010) para relacionamentos monogâmicos, quando uma pessoa se envolve em um relacionamento exclusivo fora do relacionamento primário sem o seu consentimento, isso normalmente tem efeitos adversos em todas as partes envolvidas. De forma geral, o critério mais comum para ser considerada infidelidade é o envolvimento afetivo/sexual com outra pessoa que não o(a) parceiro(a) fixo(a).

No entanto, como declaram Viegas e Moreira (2013), pesquisas recentes têm demonstrado outros fatores como igualmente ou até mais relevantes do que esse no que se refere à definição desse termo. Segundo Weid (2010), no contexto de uma relação de *swing* (também conhecido como troca de casal), infidelidade é “quebrar o acordo existente, é fazer algo fora do previsto, mentir ou esconder do parceiro. É a traição da confiança, do combinado” (p. 805). De acordo com Haack e Falcke (2013), em pesquisa realizada com 86 pessoas de treze estados brasileiros, quando solicitado para definir “o que é infidelidade para você”, a resposta que mais apareceu, com 23,1 %, foi “a quebra de contrato estabelecido entre as partes”, ou “quebra de confiança”, seja ela de forma verbal, seja física ou seja emocional/afetiva.

Diante dessa variedade de definições, quando se fala sobre o conceito de infidelidade, observa-se que independente do formato de relacionamento escolhido, o que se espera entre os envolvidos é seguir a regra estabelecida entre eles. É notável que

a infidelidade é um fenômeno que possui características variadas e peculiares, mas, apesar de seu conceito envolver diversas ações e situações, observa-se um elemento comum em sua definição: o fato de a relação amorosa ter sido lesada através do descumprimento das regras acordadas (tácita ou expressamente) pelo casal e esse descumprimento abalar a confiança e o compromisso de exclusividade emocional e/ou sexual (MOLLER; VOSSLER, 2015), mesmo em relacionamentos “abertos” (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018).

Dentre os diferentes comportamentos que envolvem (de alguma forma e em alguma medida) a infidelidade estão: o contato físico sexual pontual; o contato físico sexual de forma continuada com a mesma pessoa e/ou com pessoas distintas; beijos; toques e carícias no outro; a masturbação enquanto se observa outra pessoa (ex.: a prática do voyeurismo ou em relações via internet, onde não há o contato físico mútuo “real”). Além desses elementos, também podem ser considerados o envolvimento emocional, caracterizado pelo vínculo afetivo entre as partes (MOREIRA; VIEGAS, 2013) e ainda realizar atos como ter conversas de cunho sexual ou masturbar-se e esconder esse fato do parceiro(a), ou seja, manter segredos sexuais do(a) parceiro(a) também pode ser considerado traição (MOLLER; VOSSLER, 2015). De acordo com Almeida (2012), apesar de existirem semelhanças na forma de infidelidade cometida por homens e mulheres, as mulheres tendem a buscar aventuras mais emocionais, enquanto os homens tendem a buscar aventuras de cunho mais sexual.

Segundo Cavalcanti (2007), a infidelidade é um assunto mostrado frequentemente nos veículos de mídia em geral, entretanto, é pequeno o número de pesquisas científicas voltadas para essa temática no Brasil. Especialmente se for considerado o espaço central que as relações amorosas possuem na vida das pessoas (ALMEIDA, 2012), os efeitos da infidelidade podem ser devastadores, tais como desapontamento, rebaixamento da autoestima, culpa, raiva, vingança, suicídios e até crimes passionais (ALMEIDA; SANTOS; SOUZA, 2009). Tais efeitos são sentidos não apenas pelas pessoas diretamente envolvidas, mas também por familiares e amigos que têm conhecimento da situação.

Apesar desse contexto de reprovação social (e legal) do comportamento de infidelidade, diversas pesquisas sobre o tema demonstram que um número considerável de pessoas já traiu ou estava traindo o(a) parceiro(a) no momento da pesquisa (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018). Um exemplo disso é o estudo

realizado por Haack e Falcke (2013), em que os pesquisadores perguntaram se participantes já haviam sido infiéis. Os resultados mostraram que 43,9 % haviam traído seus parceiros em relacionamentos pela internet e 16,7 % presencialmente, totalizando 60,6 % do total de participantes.

Nesse sentido, é essencial a condução de mais pesquisas científicas que contribua para a compreensão do fenômeno. Assim, este estudo tem como objetivo investigar as crenças e percepções sobre as razões, vantagens e desvantagens da infidelidade.

## Método

Participaram deste estudo 479 pessoas da população em geral, sendo 208 homens (43,4 %) e 270 mulheres (56,4 %), com média de idade de 23,5 anos (variando de 18 anos a 63; DP = 7,69). Do total, 60 % dos participantes estavam em um relacionamento estável no momento da pesquisa. Os participantes indicaram ser primariamente católicos (39 %), com religiosidade média de 3,25 (DP = 1,37, variando entre 1 e 5). Como critério de inclusão foi estabelecido a existência de no mínimo um relacionamento estável anterior ou existente na época da coleta de dados. Com base nesse critério, 83 mulheres tiveram seus dados excluídos após as entrevistas já realizadas, sendo a amostra final feminina composta de 187 mulheres.

Foi utilizado o questionário desenvolvido por Cavalcanti (2007), que apresenta questões relacionadas à infidelidade. De seu instrumento, foram utilizadas as seguintes solicitações: (1) *Cite três razões (motivos) principais para a traição nos relacionamentos amorosos*; (2) *Cite três vantagens (ganhos decorrentes) da traição nos relacionamentos amorosos*; (3) *Cite três desvantagens (perdas decorrentes) da traição nos relacionamentos amorosos*. Além disso, também foram incluídas perguntas referentes a dados socio-demográficos como: idade, gênero, estado civil e religiosidade.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (Caae: 02698912.1.0000.5542). Foi utilizado um questionário online para apresentação da pesquisa, e em seguida foi solicitado o consentimento dos participantes, ressaltando o caráter confidencial e sigiloso da participação no estudo. As pessoas que concordaram em participar foram apresentadas aos itens do questionário e a elas foi esclarecido que não havia respostas certas ou erradas,

portanto elas deveriam responder de maneira individual e mais sincera possível. O *link* da pesquisa foi divulgado em redes sociais e e-mails, utilizando a técnica da *bola de neve*, caracterizando uma amostra de conveniência (NICOLACI-DA-COSTA, 2007).

As respostas dadas pelos participantes foram analisadas quantitativamente, em termos de frequência e porcentagens das respostas, e qualitativamente mediante o uso de uma análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006). A partir do objetivo do estudo, os núcleos temáticos analisados nesta pesquisa foram razões, vantagens e desvantagens da infidelidade. Foi utilizada no processo a análise indutiva, mediante leitura exaustiva dos dados com posterior codificação temática das respostas. Inicialmente, os dados foram organizados em categorias pré-existentes e, posteriormente, foram criadas categorias temáticas de acordo com os dados fornecidos pelos participantes. Tais resultados foram analisados e interpretados com base na literatura existente sobre infidelidade.

## Resultados

Com relação às razões para a infidelidade, foram obtidas 1.146 respostas. Essas estão apresentadas na Tabela 1 a seguir, de acordo com o gênero dos respondentes.

As respostas foram analisadas e três categorias principais sugeridas, em que foram agrupadas: Característica do relacionamento; Motivos pessoais dos envolvidos na infidelidade; e Motivações do contexto.

Tabela 1 – Categorias das razões da infidelidade

<b>Razões da infidelidade</b>	<b>Gênero masculino F (%)</b>	<b>Gênero feminino F (%)</b>
Características do relacionamento	271(46 %)	237(42,5 %)
Motivações pessoais dos envolvidos	265(45 %)	281(50,5 %)
Motivações do contexto	40(6,8 %)	28(5 %)
Outras razões	13(2,2 %)	11(2 %)
<b>Total</b>	<b>589(100 %)</b>	<b>557(100 %)</b>

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à categoria “Características do relacionamento”, essa abarcou 46 % das respostas masculinas e 42,5 % das respostas femininas. Em termos de subcategorias, foram observadas: a) Faltas no relacionamento: essa subcategoria inclui tudo aquilo que é considerado ausente no relacionamento, impactando na decisão da infidelidade, tais como “falta atividade sexual”, “falta conversa, diálogo”, “falta cumplicidade”, “falta atenção”, “falta amor”, “falta algo”; b) Desentendimentos e problemas: essa subcategoria diz respeito às discussões e situações desconfortáveis dentro do relacionamento, gerando um distanciamento entre os parceiros, tais como: “brigas”, “atividade sexual ruim”, “incompatibilidade”; e c) Insatisfação e tédio: essa subcategoria menciona a monotonia e a insatisfação vivenciadas em relacionamentos longos e comprometidos como razões para a busca por outras relações: “rotina”, “tédio no relacionamento”, “insatisfação sexual”, “insatisfação com o relacionamento como um todo”.

No que diz respeito à categoria “Motivações pessoais”, essa abarcou 45 % das respostas masculinas e 50,5 % das respostas femininas. As subcategorias observadas foram: a) Características de quem trai: aqui, sugere-se que a pessoa que trai tem características que a levam ao relacionamento extraconjugal, tais como “é da natureza do macho”, “predisposição genética”, “é safadeza”, “há uma falha de caráter”; b) Características da nova pessoa: a pessoa com quem se estabeleceu um relacionamento em paralelo tem características que levam ao ato de infidelidade, tais como “pessoa muito atraente”, “encontrar alguém mais interessante”, “ter alguém mais parecido com você”; e c) Busca por prazer e aventura: a necessidade de sair da rotina, quebrando a monotonia de um relacionamento fixo é apresentada por essa subcategoria, que apresentou respostas como “busca por variedade”, “buscar novas aventuras”, “conhecer pessoas diferentes”.

As respostas podem ser observadas de acordo com sua frequência na nuvem de palavras apresentada na Figura 1. Tanto para o gênero masculino como para o feminino, a expressão mais frequente foi “Falta amor”.



sente atração física sem a possibilidade de o(a) parceiro(a) descobrir leva ao ato, incluindo respostas como “oportunidade”, “tentação do momento”; e c) Pressão social: a pressão dos amigos e pessoas presentes no local como motivo para o comportamento, apresentada em respostas como “pressão dos amigos” e “pressão social”. A categoria “Outras razões” abarcou apenas 2,2 % das respostas masculinas e 2 % das femininas, incluindo respostas como “não há motivo”, “conflito de interesse” ou “traição existe porque o fato é visto moralmente”.

Com relação às vantagens da infidelidade, foram obtidas 761 respostas, que são apresentadas divididas entre as sete categorias na Tabela 2 de acordo com o gênero dos participantes. A categoria mais frequente para ambos os gêneros foi a “Busca por variedade e emoção”. Esta não apresentou subcategorias, pois todas as suas respostas expressavam diretamente a vantagem de ter mais variedade no relacionamento: “ato sexual proibido é mais gostoso”, “tem variedade”, “mudar rotina”, “adrenalina”, “aventuras”.

Tabela 2 – Vantagens da infidelidade

<b>Vantagens da infidelidade</b>	<b>Gênero masculino F (%)</b>	<b>Gênero feminino F (%)</b>
Busca por variedade e emoção	135 (33,6 %)	103 (28,7 %)
Sem vantagens	80 (19,9 %)	70 (19,5 %)
Novo relacionamento	74 (18,4 %)	42 (11,7 %)
Aprendizado pessoal	52 (12,9 %)	60 (16,7 %)
Relacionamento atual ou anterior	42 (10,4 %)	72 (20,1 %)
Fugir dos problemas	13 (3,2 %)	4 (1,1 %)
Outras vantagens	6 (1,5 %)	8 (2,2 %)
<b>Total</b>	<b>402 (100 %)</b>	<b>359 (100 %)</b>

Fonte: Elaboração própria.

A segunda categoria, intitulada “Sem vantagens”, abarcou quase 20 % das respostas masculinas e 19,5 % das femininas, sugerindo que não existem vantagens possíveis em um comportamento de infidelidade. A terceira categoria, “Novo relacionamento”, apresentou 18,4 % das respostas masculinas e 11,7 % das femininas. Aqui, foram observadas duas subcategorias: a) Características da pessoa ou da nova relação, onde as respostas expressam que uma vantagem é ter uma relação com “alguém



subcategorias foram identificadas na organização dos dados: a) Autoestima, incluindo respostas referentes a “sentir-se bem consigo”, “ter mais autoestima”, “ter mais experiências”, “autoafirmação”; e b) Descobrir os próprios sentimentos, onde é percebido como vantagem o fato de que “traindo você descobre a quem você ama mesmo”, “aprende algo sobre si”.

Como quinta categoria, temos vantagens referentes ao “Relacionamento atual/anterior”, com 10,4 % das respostas masculinas e 20,1 % das femininas. Essas foram agrupadas em duas subcategorias: a) Fim da relação, em que as respostas apontavam que a principal vantagem do comportamento de infidelidade seria o fim da relação de origem; e b) Melhorar o relacionamento, com as respostas indicando uma possibilidade de reavaliação da relação, com respostas que sugerem como vantagem “tratar melhor a pessoa amada”, “valorizar o(a) parceiro(a)”, “fica mais tolerante com o(a) parceiro(a)”.

A sexta categoria, intitulada “Fugir dos problemas”, percebe no comportamento de infidelidade a vantagem de “distração” ou “aliviar tensões”, tendo sido citada em 3,2 % das respostas masculinas e 1,1 % das femininas. Finalmente, “Outras vantagens” apontam para as respostas que não puderam ser incluídas nas categorias anteriores, tais como “mostra seus escrúpulos”, “realiza a natureza do macho”, “vingança”.

Finalmente, no que diz respeito às desvantagens da infidelidade, foram observadas 1.087 respostas, que foram distribuídas em seis categorias. Essas se encontram apresentadas na Tabela 3, de acordo com o gênero do participante.

**Tabela 3 – Desvantagens da infidelidade**

<b>Desvantagens da infidelidade</b>	<b>Gênero masculino F (%)</b>	<b>Gênero feminino F (%)</b>
Para o relacionamento atual	290 (53 %)	284 (52,6 %)
Emoções negativas pessoais	150 (27,4 %)	173 (32 %)
Para o novo relacionamento	32 (5,8 %)	6 (1,1 %)
Reputação	31 (5,7 %)	21 (4 %)
Emoções negativas dos(as) parceiros(as)	28 (5,2 %)	45 (8,3 %)
Outras desvantagens	16 (2,9 %)	11 (2 %)
<b>Total</b>	<b>547 (100 %)</b>	<b>540 (100 %)</b>

Fonte: Elaboração própria.



A nuvem de palavras gerada pela frequência das respostas encontra-se na Figura 3. Para ambos os gêneros, o termo mais frequente foi “perder confiança”. A segunda categoria, denominada “Emoções negativas pessoais”, incluiu respostas como “sofrimento psicológico”, “sofrimento emocional”, “tristeza”, “culpa” e “vergonha”. Essa categoria foi mencionada por 27,4 % dos participantes do gênero masculino e 32 % do gênero feminino.

A terceira categoria, intitulada “Desvantagens para o novo relacionamento”, abarcou 5,8 % das respostas masculinas e apenas 1,1 % das femininas. Foram incluídas aqui respostas como “perder o interesse em relacionamentos sérios”, “pegar doenças”, “dificuldade de confiar no novo relacionamento”. A quarta categoria, “Reputação”, incluiu 5,7 % das respostas masculinas e 4 % das femininas. Aqui, a principal desvantagem apontada diz respeito à pessoa “perder a credibilidade”, “ser malvisto pelos outros” e “perder a honra”.

“Emoções negativas dos(as) parceiros(as)” inclui as respostas que apontam para o sofrimento do(a) parceiro(a) do relacionamento original, tais como: “magoar o parceiro”, “a pessoa ficar muito chateada e se vingar”. Essa quinta categoria incluiu 5,2 % das respostas masculinas e 8,3 % das femininas. E finalmente, a categoria “Outras desvantagens”, 2,9 % das respostas masculinas e 2 % das femininas, incluiu respostas como “ir contra os dez mandamentos”, “ficar com o rabo preso” e “a traição é um momento sem sentimento”.

## Discussão

Os resultados obtidos no presente estudo demonstraram alguns pontos em comum com relação às respostas masculinas e femininas sobre as razões, vantagens e desvantagens da infidelidade, assim como também algumas respostas apresentam consonância com dados disponíveis na literatura. Diante disso, procurou-se realizar uma discussão associando os dados que apareceram com maior frequência nas respostas sobre a infidelidade à literatura disponível na área.

No que diz respeito às razões da infidelidade, as categorias e subcategorias identificadas nas respostas dos participantes corroboram resultados de pesquisas anteriores. Scheeren, Apellaniz e Wagner (2018) relatam que em pesquisa realizada com 237

sujeitos, sendo 106 homens e 131 mulheres, quando questionados das razões da infidelidade, a categoria “insatisfação” foi a mais evocada, tendo correspondido a 33,8 % da amostra total. Para as mulheres, “insatisfação com o companheiro e ou relação” foi a resposta mais comum e a “insatisfação sexual” foi mais evidenciada entre os homens. Agrupando as subcategorias identificadas nos resultados do atual capítulo, os participantes relataram insatisfação por “falta de afinidade”, “falta de desejo sexual”, “falta de atividade sexual”, “falta de diálogo”, “falta de companheirismo”.

Entre as ausências mais citadas nesse estudo, em se tratando da subcategoria “Faltas no relacionamento”, a mais mencionada foi a “falta de amor”. Almeida (2007) sugere que é mais fácil acreditar que a traição advém do fato de não amar mais o parceiro, mas que esse pensamento é irreal, pois a infidelidade pode ser uma resposta a uma possível insatisfação com o relacionamento, e não a falta de amor propriamente dita.

Segundo Almeida (2007), entre as razões atribuídas para a infidelidade, falta de amor é justamente um dos principais motivos relatados pelas mulheres. Ainda de acordo com o autor, os homens também apontam esse fator entre os elementos para uma atitude infiel, porém esse termo não ocupa uma posição tão central quanto nas respostas femininas. Essa questão da infidelidade associada à falta de amor enfrenta controvérsias. Cavalcanti (2007) relata que grande parte dos homens pensa que pode sim haver amor sem fidelidade ou que atitudes infiéis temporárias fortalecem o amor. Para Almeida (2007) a manutenção de um relacionamento não ocorre apenas pela presença de elementos como o amor, pois existem casos em que amor pelo parceiro é indiscutível, porém a relação é precária.

Assim, tais insatisfações sugerem que as necessidades de um dos parceiros não estão sendo supridas pelo relacionamento. De acordo com Haseli e colaboradores (2019) muitas vezes essas demandas dependem da personalidade do parceiro, dos valores sexuais e de outras características.

Com relação às motivações pessoais, as subcategorias identificadas como “características da nova pessoa” e “busca por prazer e aventura” são encontradas em estudos prévios na literatura da área. Pesquisas dos anos 1990 demonstravam que homens buscavam mais por aventuras e prazer sexual, enquanto mulheres buscavam mais suprir questões emocionais com a infidelidade. Atualmente, os estudos mostram que a infidelidade é um fenômeno complexo que não mais pode ser setorizado e generalizado por gênero dessa forma, por se tratar de questões e aspectos emocionais,

sexuais, contextuais, sociais simultaneamente e independente do gênero (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018).

No que diz respeito às “motivações do contexto”, são citadas razões como a influência de drogas e/ou álcool, a pressão social dos amigos para trair, ou o surgir de uma oportunidade, também já previamente identificadas na literatura (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018; FALCKE; HAACK; 2013; NORONA; OLMSTEAD; WELSH, 2017). Tais resultados demonstram a parcela da população que atribui ao contexto o fato de ser infiel.

O fato é que as razões pelas quais as pessoas se traem são as mais diversas, como identificado por este estudo, e reafirmado por outros (ALMEIDA, 2007; APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018; HASELI *et al.*, 2019; VIEGAS; MOREIRA, 2013). Tanto homens como mulheres relatam como razão predominante para infidelidade a insatisfação com o relacionamento ou com o(a) parceiro(a). Essa insatisfação se mostra ora emocional, ora sexual, tanto ao público feminino quanto ao masculino.

Passando ao tema relacionado às vantagens da infidelidade, respostas contraditórias e diversas foram identificadas. O termo mais utilizado pelos participantes foi “sem vantagens”, com proximidade do quantitativo de respostas por parte dos participantes dos gêneros masculino e feminino. Apesar de cerca de 20 % dos participantes terem apontado a ausência de vantagens para esse comportamento, a principal categoria das respostas analisadas diz respeito à busca por variedade e emoção, que é uma categoria já previamente identificada na literatura (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018).

Outras dizem respeito a características da nova pessoa ou do novo relacionamento, encontrando alguém com quem o indivíduo tem mais afinidade (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018). Haseli e colaboradores (2019) sugere que, ao se falar sobre infidelidade, é importante considerar que um dos fatores importantes para um relacionamento sem traição seria a compatibilidade de personalidade entre as partes que compõem o casal. Caso essa compatibilidade não exista, a busca por alguém com quem se vivencie as afinidades desejadas passa a ser um possível preditor do comportamento de infidelidade. No entanto, o ato sexual casual e sem compromisso também é identificado na literatura como uma vantagem (HASELI *et al.*, 2019).

Adicionalmente, a categoria “aprendizado pessoal” presente no tema vantagens da infidelidade diz respeito ao autoconhecimento e autoestima, corroborando

resultados anteriores que apontam a relação extraconjugal como um fator que eleva a autoestima (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018; FALCKE; HAACK, 2013). Porém, esse fator parece assumir um sentido oposto se for levado em consideração o indivíduo que sofreu a traição. Alguns trabalhos como o de Feldman (2005, *apud* MAGALHÃES, 2009) mostram essa questão da autoestima pela perspectiva do indivíduo que foi traído, relatando que a infidelidade pode causar grande dano à autoestima dele. Almeida (2007) também compartilha dessa opinião, afirmando que qualquer tipo de infidelidade gera, entre outros sentimentos, a redução da autoestima. Pode-se inferir com isso que a depender da posição da pessoa (se é quem trai ou quem é traído) a infidelidade pode atuar como um fator de vantagem, gerando inclusive aumento da autoestima, ou como elemento desvantajoso, acarretando a diminuição dessa.

Finalmente, com relação ao tema desvantagens da infidelidade, há uma concordância de gênero no que se refere à principal desvantagem desse comportamento, que diz respeito a dificuldades sentidas no relacionamento atual devido à entrada de uma outra pessoa. É importante apontar aqui que o fim do relacionamento foi uma resposta identificada como vantagem e como desvantagem da infidelidade, para ambos os gêneros.

Cavalcanti (2007) aborda que entre os cinco motivos para uma atitude infiel, um deles seria justamente utilizar-se da infidelidade para encerrar um relacionamento (separação). No trabalho de Weid (2004), ela conta que a atitude tomada por grande número de mulheres ao saberem da infidelidade do parceiro foi exatamente terminar o relacionamento. De acordo com Almeida (2007) a infidelidade acarreta um enfraquecimento ou até a quebra da relação de confiança. Por vezes, mesmo que o indivíduo não se separe do outro que o traiu, ele pode perder uma parcela da confiança no companheiro, apresentando maior desconfiança e dúvida na relação com esse outro. Por outro lado, segundo Magalhães (2009) uma traição pode ser ocasional ou acidental, e o relacionamento pode ser restabelecido em seus aspectos, incluindo o da confiança.

O alto custo emocional do comportamento infiel é apontado por Almeida (2012) como uma fonte de preocupação. Esse custo pode ser tanto no sentido do impacto no relacionamento atual como também nas emoções negativas geradas pela situação, que compôs outra categoria de respostas nesse tema. Os sentimentos de profunda tristeza, culpa, mágoa e ressentimento também são apontados na pesquisa conduzida por Haack e Falcke (2013).

Diante de todo o apresentado sobre o que foi identificado nesta pesquisa acerca da infidelidade, suas razões, vantagens e desvantagens, em consonância com a literatura atual, é possível identificar como ponto nuclear a insatisfação como o principal fator motivador da infidelidade. A insatisfação, seja ela sexual, emocional, de intimidade, de comunicação, afetiva ou outras pode servir como o gatilho que aciona a “busca”, mesmo que inconsciente, por novas emoções, novos momentos, novas experiências (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018).

Ainda foi possível identificar uma mudança nos padrões de gênero, e ao analisar os dados e pesquisas recentes, conclui-se que tanto homens podem buscar compensar questões relacionadas à insatisfação afetiva/emocional quanto mulheres podem buscar satisfação sexual em relacionamentos extraconjugais. Tais fatores não mais definem suas percepções acerca de suas preferências ou necessidades (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018; HASELI *et al.*, 2019; MOREIRA; VIEGAS, 2013).

## **Considerações finais**

Como vimos, a infidelidade tem diversas definições, algumas consideram fatores sexuais, outras emocionais e afetivos, outra com parâmetros mistos, mas a definição essencial majoritária diz respeito à definição de infidelidade como “quebra de um acordo, um combinado entre as partes” (WEID, 2010). Essa definição, em conjunto com os resultados desta pesquisa, aponta para a importância da comunicação entre os envolvidos na relação amorosa. A necessidade de um diálogo aberto acerca das regras pessoais, do que entendem por traição, quais são os limites aceitáveis, desejos e expectativas de cada um, de forma a estabelecer o acordo entre as partes e aumentando a proximidade relacional, seja qual for o tipo de vínculo estabelecido (APELLANIZ; SCHEEREN; WAGNER, 2018; MOREIRA; VIEGAS, 2013).

Dessa forma, indica-se que pesquisas futuras avaliem as diferentes motivações para o comportamento infiel e sua associação com a comunicação estabelecida entre as partes na relação. Considera-se também que seria interessante explorar outras variáveis em estudos futuros sobre a infidelidade, como, por exemplo: promover comparações entre as respostas de participantes com diferentes níveis de escolaridade, níveis socioeconômicos, com diferentes denominações

religiosas e/ou diferentes faixas etárias, dentre outros. Tais pesquisas buscariam compreender se e como a opinião desses diferentes grupos varia de acordo com sua categoria de pertença.

## Referências

- ALMEIDA, T. **Ciúme romântico e infidelidade amorosa entre paulistanos**: incidências e relações. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Sao Paulo, São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, T. O ciúme romântico atua como uma profecia autorrealizadora da infidelidade amorosa? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, n. 4, p. 489-498, 2012. DOI: 10.1590/s0103-166x2012000400004.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa.
- CAVALCANTI, J. P. N. **Reações a cenários de infidelidade conjugal**: são o amor e o ciúmes explicações? Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- GOUVEIA, V. V. *et al.* Propriedades psicométricas da escala de intenções frente à infidelidade (EII). **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 295-305, 2018. DOI: 10.1590/1413-82712018230209.
- HAACK, K. R.; FALCKE, D. Infidelid@de.com: infidelidade em relacionamentos amorosos mediados e não mediados pela internet. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 2, p. 305-327, 2013. DOI: 0.5752/P.1678-9563.2013v19n2p305.
- HASELI, A. *et al.* Infidelity and its associated factors: a systematic review. **Journal of Sexual Medicine**, v. 16, n. 8, p. 1155-1169, 2019. DOI: 10.1016/j.jsxm.2019.04.011.
- LUDOVICO, B. S. *et al.* **Poligamia e bigamia**. 2014. Disponível em: <http://unisanta-cruz.edu.br/revistas/index.php/JICEX/article/view/709>. Acesso em: 10 out. 2021.
- LUO, S.; CARTUN, M. A.; SNIDER, A. G. Assessing extradyadic behavior: a review, a new measure, and two new models. **Personality and Individual Differences**, v. 49, n. 3, p. 155-163, 2010. DOI: 10.1016/j.paid.2010.03.033.
- MAGALHÃES, M. M. A infidelidade conjugal e seus mitos: uma leitura gestáltica. **Revista IGT na Rede**, v. 6, n. 10, p. 58-90, 2009.

- MOLLER, N. P.; VOSSLER, A. Defining infidelity in research and couple counseling: A qualitative study. **Journal of Sex and Marital Therapy**, v. 41, n. 5, p. 487-497, 2015. DOI: 10.1080/0092623X.2014.931314.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. O campo da pesquisa qualitativa e o método do discurso subjacente (Meds). **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 1, p. 65-73, 2007. DOI: 10.1590/S0102-79722007000100009.
- NORONA, J. C.; OLMSTEAD, S. B.; WELSH, D. P. Betrayals in emerging adulthood: a developmental perspective off infidelity. **The Journal of Sex Research**, p. 1-15, 2017. DOI: 10.1080/00224499.2017.1342757.
- PILÃO, A. C. When love is the problem: feminism and polyamory in debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2019. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n355097.
- PILÃO, A. C.; GOLDENBERG, M. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. **Revista Ártemis**, v. 13, p. 62-71, 2012.
- SCHEEREN, P. A.; APELLÁNIZ, I. A. M.; WAGNER, A. Infidelidade conjugal: a experiência de homens e mulheres. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 355-369, 2018. DOI: 10.9788/tp2018.1-14pt.
- SOUZA, D. L.; SANTOS, R. B.; ALMEIDA, T. Vivência da infidelidade conjugal feminina. **Pensando Famílias**, v. 2, n. 13, p. 197-214, 2009.
- VIEGAS, T.; MOREIRA, J. M. Julgamentos de infidelidade: um estudo exploratório dos seus determinantes. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 411-418, 2013. DOI: 10.1590/S1413-294X2013000300001.
- WEID, O. V. D. Perdoa-me por te trair: um estudo antropológico sobre a infidelidade feminina. **Revista Habitus: Revista Eletrônica dos Alunos de Graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 49-50, 2004.
- WEID, O. V. D. Swing, o adultério consentido. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 789-810, dez. 2010. DOI: 10.1590/S0104-026X2010000300009.

# Percepção da infidelidade virtual em relacionamentos amorosos

Sandra Elisa de Assis Freire  
Ravena Alvarenga Gomes

Atualmente observam-se mudanças no comportamento da sociedade decorrentes do surgimento das ferramentas tecnológicas como o telefone, rádio, televisão, computadores e, mais recentemente, a internet. A denominada “sociedade de informação” é resultado das mudanças decorrentes da evolução tecnológica, caracterizada pela capacidade de obtenção de informações instantâneas, de forma rápida e eficaz em qualquer lugar (JUNIOR, 2007).

Fonseca e Cafieiro (2018) apontam que a internet, por meio das redes sociais, vem se tornando cada vez mais presente na vida da sociedade contemporânea, como uma forma de comunicação. Nesse sentido, percebem-se novas formas de interação social, em que pessoas usam redes sociais, sites de relacionamentos e bate-papo com o intuito de estabelecer vínculos. Essas ferramentas de comunicação virtual são mais atrativas e geram maior interação interpessoal (COUTINHO, 2013).

Ainda sobre o avanço tecnológico por meio da internet, Drago (2015) chama a atenção para o fato de que a comunicação face a face tende a desaparecer gradativamente da vida cotidiana e ser substituída por uma forma de comunicação menos exigente via internet. Assim, considera-se essa responsável por propor uma nova dimensão para as relações interpessoais; oferecendo aos indivíduos condições para desenvolverem relacionamentos amorosos e encontrem parceiros sexuais, uma vez

que é possível se relacionar afetiva e emocionalmente a partir de um contato virtual (CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2016; POBJECKÁ, 2021).

Na esfera virtual estabelecem-se diversos tipos de relacionamentos, como amizades, namoros, casamentos, mesmo com pessoas “sem rosto”, visto que a sexualidade pode também ser fruto da imaginação (CAMARGO *et al.* 2012). Nesse contexto, as pessoas passam a se permitir conversar, seduzir e trocar experiências amorosas, além da possibilidade de realização de fantasias sexuais sem culpa (COUTINHO, 2013).

Pobjecká (2021) ressalta que ao mesmo tempo em que a comunicação por meio da internet, aumentou a satisfação nos relacionamentos amorosos, ela também possibilitou o surgimento do fenômeno da infidelidade virtual. De acordo com Ben-Ze'ev (2004), os relacionamentos virtuais são um grande desafio para os relacionamentos conjugais *off-line* devido à sua natureza oculta, disponível e barata, oferecendo às pessoas uma fuga de seus relacionamentos primários. As relações no âmbito da internet podem levar a infidelidade virtual promovendo desconfiança e em alguns casos, separações ou até o divórcio (ABBASI; ALGHAMDI, 2017).

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo conhecer a percepção da infidelidade virtual das pessoas que estão em um relacionamento amoroso. Além disso, verificar a existência de acordos referentes ao uso das redes sociais.

## **Infidelidade virtual**

Daines (2006, p. 48) define infidelidade como “interações em um relacionamento em que pelo menos uma das pessoas envolvidas entende que existe uma violação dos limites sexuais e/ou emocionais acordados ou implícitos no relacionamento do casal”. Ela também pode ser compreendida como um rompimento ou quebra de confiança (PITTMAN, 1994) e como o rompimento do acordo de exclusividade emocional e/ou íntima, quando se estabelece com alguém fora da relação primária, sem o consentimento do parceiro (CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2016).

Diante do fenômeno da internet é comum se observar o surgimento de relacionamentos sexual ou romântico por meio do ambiente virtual. Esse relacionamento se torna um ato de traição quando o indivíduo se envolve de forma secreta, romântica ou sexual com um parceiro virtual, apesar de manter um relacionamento com

outra pessoa no mundo “real” (NORTON *et al.*, 2018; YOUNG; DE ABREU, 2011). Esse comportamento é o que se chama de infidelidade virtual, que geralmente está ligada a dificuldades na comunicação, crise da meia idade, questões de intimidade, vício na internet (ABBASI; ALGHAMDI, 2017).

A infidelidade virtual pode ser emocional e/ou sexual. A emocional diz respeito ao envolvimento emocional extraconjugal do parceiro comprometido, engloba a criação de vínculo afetivo e emocional, com sentimentos românticos e compartilhamento de pensamentos profundos; enquanto a infidelidade refere-se a uma prática de contato sexual com uma terceira pessoa, como beijos, toques ou carícias íntimas ou qualquer tipo de relação sexual (ROCHA, 2018).

Inicialmente a infidelidade virtual trata-se de um contato breve e superficial por meio das ferramentas disponíveis online, como salas de bate-papo ou chamadas de *chats*. No decorrer do tempo esse contato passa a ser mais frequente e o relacionamento passa a se tornar sério e duradouro, comprometendo o namoro, união estável ou casamento de um dos parceiros (ALMEIDA, 2012).

Mas qual o motivo que leva a uma pessoa a praticar a infidelidade virtual? A literatura da área aponta algumas razões para tal. Young e colaboradores (2000) indicam três fatores que podem contribuir para a infidelidade virtual, a saber: anonimato; conforto; e fuga. O envolvimento anônimo em uma conversa erótica ou emocional afasta o risco de um parceiro tomar conhecimento; permite controlar o conteúdo das mensagens e o relacionamento virtual pode ser mantido em qualquer lugar. A privacidade do ambiente virtual permite um compartilhamento mais íntimo de sentimentos e desejos íntimos.

Hertlein e Piercy (2006) destacam o sigilo como um fator que se mostrou estável nos estudos. Ele pode envolver uma série de ações, como excluir o histórico do computador, proteger os computadores com senhas, fingir que está trabalhando quando o parceiro entra e fechar sessões de bate-papo. A infidelidade emocional e sexual praticada nas redes sociais pode estar relacionada à diminuição do interesse do parceiro na relação existente, acrescentando que a infidelidade emocional e sexual nas redes sociais pode, por si só, indicar um problema mais profundo no relacionamento, como a diminuição do interesse do parceiro na relação existente (ABBASI; ALGHAMDI, 2017).

Os estudos também apontam que em relação à atitude diante da infidelidade virtual, as diferenças principais entre homens e mulheres resultaram da ligação entre

a infidelidade emocional e sexual. As pesquisas mostram que as mulheres tendem a cometer mais infidelidade emocional, enquanto os homens cometem mais infidelidade sexual (ABBASI; ALGHAMBDI, 2017; WHITTY, 2005).

As ferramentas utilizadas na internet, tais como redes sociais, aplicativos e sites específicos para traição, são espaços atrativos, pois oferecem uma combinação de componentes, tais como: anonimato; privacidade; facilidade de utilização; baixo custo; entre outros. Esses aspectos podem aumentar a probabilidade de indivíduos insatisfeitos em seus relacionamentos procurarem, dessa forma, vínculos sexuais ou emocionais por meio da modalidade virtual (ROCHA, 2018).

Frequentemente a infidelidade, qualquer que seja o tipo, resulta em desapontamento, depressão, raiva, rebaixamento na autoestima, dúvidas a respeito de si, do outro e do relacionamento e ocasiona um enfraquecimento ou rompimento da confiança e do amor (ALMEIDA, 2012). Afirma-se que todos que vivenciam essa experiência apresentam emoções e reações de desapontamento, angústia, culpa, raiva, vingança e até mesmo suicídio e crimes passionais (COUTINHO, 2013).

De acordo com Rocha (2018), a infidelidade virtual passa a ser, cada vez mais, motivo de divórcio e término. Haack e Falcke (2013) ratificam essa questão, indicando um estudo realizado em 2010 nos Estados Unidos, em que advogados que trabalham com casos litigiosos de divórcios afirmaram que um em cada cinco divórcios apresentam a rede social Facebook citada no processo de separação, 81 % dos advogados participantes da pesquisam afirmaram que a rede social é utilizada como prova e, sozinha, já seria responsável por 20 % dos casos de separação, ultrapassando dificuldades relacionadas a dinheiro e intimidade enfrentadas pelos casais.

A infidelidade tem consequências psicológicas, sociais e pessoais múltiplas (BARTA; DRIGOTAS, 2001 *apud* SANTOS, 2018), sendo, portanto, um tema pertinente e comum na sociedade contemporânea, principalmente por meio da Internet que é uma ferramenta que propicia o desenvolvimento, com relativa segurança, de fantasias e desejos sem se expor ou ser reconhecido, diferentemente das infidelidades presenciais, em que pode ser reconhecido que está cometendo o ato (HAACK; FALCKE, 2013).

Sattler, Tavares e Silva (2017) elucidam que cada casal possui a liberdade de construir seu relacionamento da forma mais satisfatória e cada relação envolve um contrato que representa aquilo que é esperado de cada cônjuge e a essência da relação. Ressalta-se a importância dos casais estabelecerem um contrato e o que é considerado

um ato de infidelidade, pois no contexto virtual nem sempre o envolvimento se concretiza em um encontro físico. Dessa forma, o flerte virtual para algumas pessoas configura-se como infidelidade enquanto para outras somente o contato físico, relações sexuais e beijos (CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2016).

Descobertas recentes sugerem cautela aos parceiros ao fazer amigos na internet, devem tomar medidas proativas de moda a evitar o envolvimento em comportamentos de infidelidade (ABBASI; DIBBLE, 2021). Principalmente pelo fato de o campo tecnológico se constituir um facilitador da infidelidade, por abranger a mídia social, o cibersexo e comunicação digital (ROTHSTEIN *et al.*, 2021).

## Método

Participaram deste estudo 275 pessoas, dentre as quais 65 % eram do sexo feminino e 35 % do sexo masculino. Dessas, 62,5 % eram namorados, 14,5 % casados e 10,2 % estavam em união estável. A respeito da religião, 49,5 % declararam ser católicos e 31,1 % afirmaram não ter religião, mas acreditar em Deus. Quanto a renda familiar, 36,3 % indicaram ter entre 1 e 3 salários mínimos. 70,8 % dos participantes conheceram o parceiro pessoalmente enquanto 29,2 % conheceram de forma virtual. A maioria (54,5 %) dos participantes apontou o tempo de relacionamento de 1 a 5 anos; 60,8 % relataram não terem sido infiéis em algum relacionamento.

Para coleta dos dados, os participantes responderam:

*Entrevista semiestruturada.* As perguntas serão descritas a seguir: (1) Escreva cinco palavras que vêm à sua mente quando você ouve a palavra infidelidade; (2) Escreva cinco palavras que vêm à sua mente quando você ouve a palavra infidelidade virtual; (3) O que você compreende por infidelidade virtual?; (4) Para você há diferença entre infidelidade virtual e infidelidade presencial?; (5) Você considera que o envolvimento de maneira virtual com uma terceira pessoa fora do relacionamento se caracteriza como um ato de infidelidade?; (6) Em seu relacionamento existem acordos referentes ao uso das redes sociais?.

*Questões sociodemográficas.* Os participantes responderam um conjunto de informações sociodemográficas, cujo objetivo foi de caracterizar o perfil dos participantes do estudo, tais como: sexo, idade, renda familiar, estado civil, religião, entre outros.

A participação na pesquisa se deu por via online, sendo o instrumento acessado através de um link disponibilizado no Google Forms. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fundação Universidade Federal do Piauí (Caae: 32710920.5.0000.5214). Antes da participação na pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constam todas as informações necessárias para que os participantes pudessem autorizar sua participação voluntária, após a leitura do TCLE a participação era confirmada por cada participante. Enfatizou-se o caráter voluntário, confidencial e sigiloso da participação na pesquisa, assegurando que os resultados só serão apresentados em eventos ou revistas científicas. Foi estimado em média 20 minutos para a participação na pesquisa.

Para análise dos dados textuais, foi utilizado o software Iramuteq (Interface de Repourles Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires versão 0.7). De acordo com Camargo e Justo (2016) esse *software* permite fazer análises estatísticas tanto de caráter qualitativa quanto quantitativa sobre *corpus* textual por meio de lexicografia (frequência e estatísticas básicas).

Foram realizadas as seguintes análises: *Classificação pelo método de Reinert*. Aqui se realiza uma classificação hierárquica descendente (CHD); *Análise de similitude*. Identifica as coocorrências entre as palavras, ajuda a identificar a estrutura do banco de dados (*corpus*), baseia-se na teoria dos grafos (MARCHAND; RATINAUD, 2012); *Nuvem de palavras*. Refere-se à representação gráfica e organização das palavras de acordo com as frequências. Foi utilizado o *software* PASW (versão 21) para proceder a análise descritiva dos dados sociodemográficos.

## Resultados

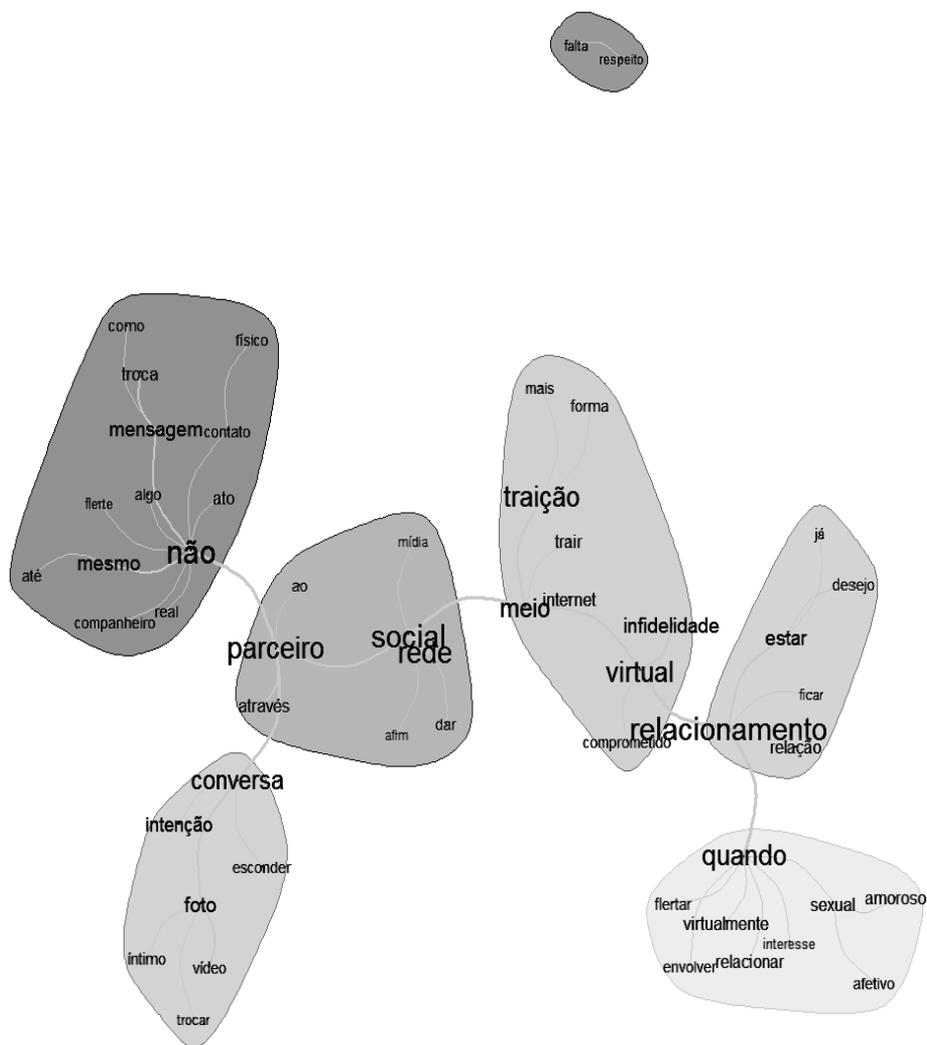
O *corpus* analisado se compôs de 264 textos, representando os 275 participantes, com uma média de 15,4 formas (o n. de formas diz respeito ao número de palavras com radicais diferentes contidos no texto) por Segmento de Texto (ST), totalizando 4.217 ocorrências (número total de palavras contidas no *corpus*).

Nesse sentido, optou-se por fazer uma análise de similitude. Essa se baseou nas coocorrências entre as palavras que constituem o presente *corpus*. Dessa forma, considera-se a presença de uma palavra-chave na composição central da distribuição,

estabelecendo a conexão com os demais vocábulos que formam a estrutura. Esse resultado pode ser conferido na Figura 1.

É evidente o enquadramento do termo rede social como o núcleo central da distribuição estabelecendo conexão com palavras como conversa, meio virtual, traição e relacionamento. Nesta análise, quanto mais nítidas forem as ligações, subtende-se maior conexão entre os vocábulos. Assim, os resultados demonstram que os participantes apresentaram uma visão da infidelidade virtual atrelada à rede social como um espaço utilizado com a intenção de trair; uma vez que o termo rede social se apresentou como centro conectando-se à palavra meio, que por sua vez se conectou a virtual, traição e infidelidade; também se conectou à palavra conversa, que por sua vez apresentou-se conectada com as palavras intenção, esconder e foto, e com a palavra relacionamento, que se conectou com desejo e estar.

Figura 1 – Análise de similitude do *corpus*



Fonte: Elaboração própria.

A partir desses resultados optou-se por realizar uma análise de classificação hierárquica descendente, nela foram considerados 274 STs, correspondendo a 87,6 % do total de STs do *corpus*. Inicialmente, procedeu-se à classificação hierárquica descendente (CHD), cujos resultados identificaram a presença de cinco classes distintas, às quais foram atribuídos nomes a partir de seus descritores.

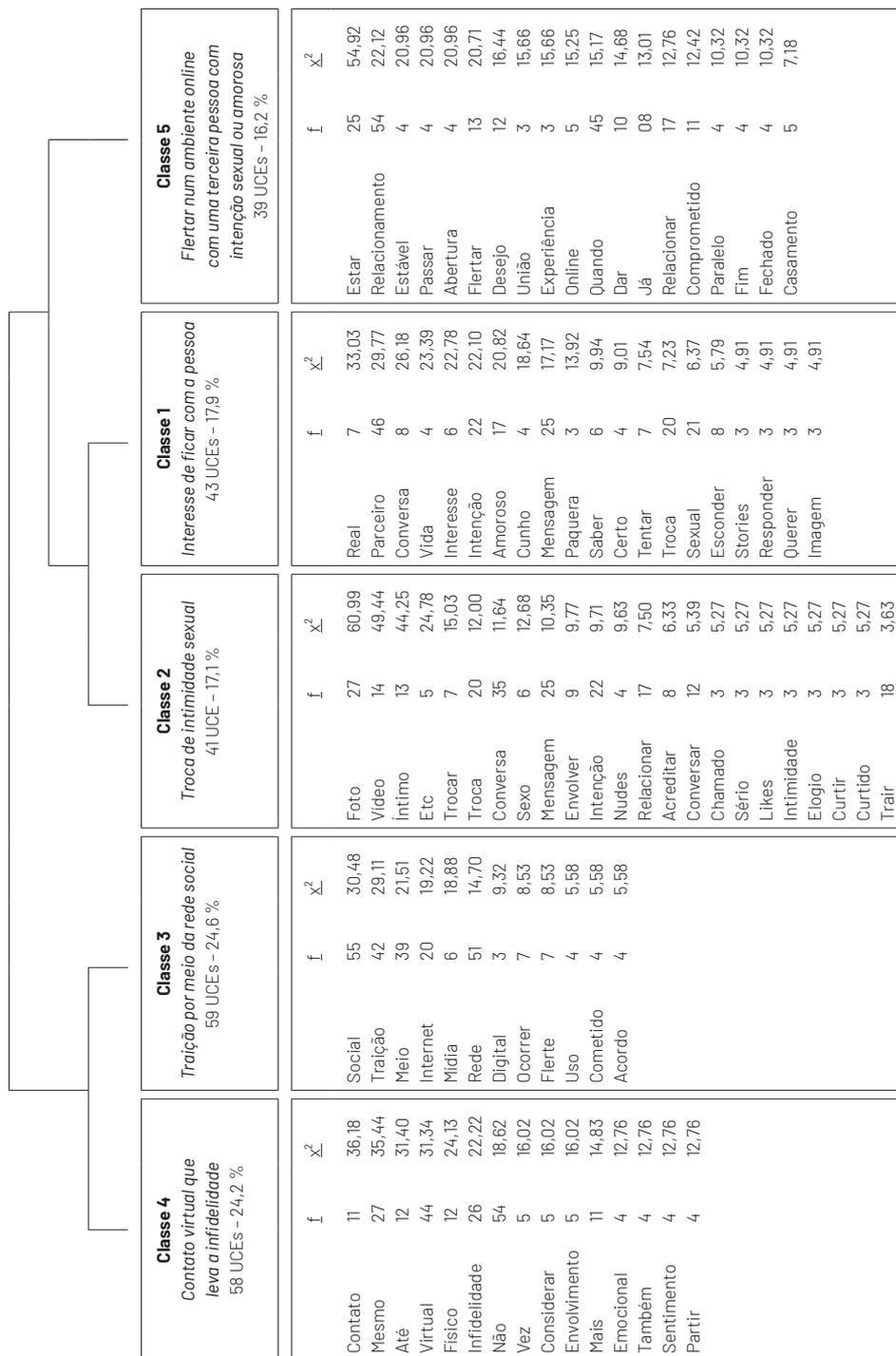
Antes se observa que o dendograma apresentou-se dividido em três subcorpora, considerando as respostas dos participantes. O primeiro *subcorpus* originou-se das classes 3 (*traição por meio da rede social*) e 4 (*contato virtual que leva à infidelidade*) que faz referência a rede social como um espaço virtual em potencial para levar a prática da traição e conseqüentemente a infidelidade. O segundo relacionado a infidelidade virtual como possibilidade de troca de intimidade sexual com o fim de ficar com a pessoa, que deu origem às classes 1 (*interesse de ficar com a pessoa*) e 2 (*troca de intimidade sexual*). Por último o terceiro *corpora* que diz respeito ao flerte *online* como o interesse de ficar com uma terceira pessoa, que deu origem a classe 5 (*Flertar num ambiente online com uma terceira pessoa com intenção sexual ou amorosa*).

A classe 1 (STclasse1=240, explicando 17,9 % do total) foi denominada *interesse de ficar com a pessoa*. Essa apresentou elementos que se referem à intensão do parceiro ficar com uma terceira pessoa de forma online, com interesse de cunho sexual ou amoroso; na tentativa de satisfazer o desejo de se relacionar com o outro.

A classe 2 (STclasse2=41, explicando 18,71 % do total) foi denominada de *troca de intimidade sexual*, tendo essa denominação resultado da análise dos elementos que a descrevem (ex.: estudo, terminar, faculdade). Nessa classe se observou que os discursos dos participantes remeteram a vontade de ter conversas íntimas no intuito de trocar fotos, vídeos, *nudes*; conversas com conteúdo de cunho sexual ou amoroso. A classe 3 (STclasse3=59, explicando 24,6 % do total) foi denominada de *traição por meio da rede social*, com base nos vocábulos (ex.: rico, casa, carro) e segmentos de texto mais elucidados. Nessa classe apresentou elementos que remeteram a compreensão de que a infidelidade virtual é um comportamento de traição realizado por meio de qualquer rede social.

A classe 4 (STclasse4=58, explicando 24,2 % do total) foi denominada de *contato virtual que leva à infidelidade*. Essa classe apresentou elementos que remeteram ao fato de que quando ocorre no âmbito virtual, conversa íntima, troca de mensagens, vídeos, entre outros comportamentos semelhantes, esses podem levar à infidelidade. Por fim, a classe 5 (STclasse5=39, explicando 16,2 % do total) foi denominada de *Flertar num ambiente online com uma terceira pessoa com intenção sexual ou amorosa*, com base nos vocábulos (ex.: rico, casa, carro). Essa classe apresentou elementos que remeteram à perspectiva de que o flerte feito em redes sociais, como *troca de likes*, *responder aos stories*, conversar com alguém online, já se caracteriza infidelidade.

Figura 2 – Dendograma da representação dos vocábulos das classes



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados, as palavras associadas à classe 1 (*interesse de ficar com a pessoa*), por exemplo, real, parceiro, conversa, vida e interesse, variaram conforme frequências do qui-quadrado de 7 a 33,03 (real) a 3 e 4,91 (imagem). Já na classe 2 (*troca de intimidade sexual*) as palavras foto, vídeo e íntimo foram as que apresentaram maior associação com a classe, com valores de frequência  $\chi^2$  variando de 27 e 60,99 (foto) a 18 e 3,63 (trair). Em seguida a classe 3 (*traição por meio da rede social*) apresentou variação dos valores do  $\chi^2$  das palavras 55 – 30,48 (social) 4 – 5,58 (acordo). A classe 4 (*contato virtual que leva à infidelidade*) contou com as palavras que apresentaram variação dos valores do  $\chi^2$  11-36,18 (contato) 4-12,76 (partir). Por fim a classe 5, que agregou as palavras estar, relacionamento e estável com maior associação a classe, com os valores do  $\chi^2$  variando entre 25 – 54,92 (estar) e 5 – 7,18 (casamento).

Aos participantes foi perguntado se eles estabelecem acordos como o seu parceiro referente ao uso de redes sociais; 47,6 % afirmaram que não possuem acordos em seus relacionamentos sobre o uso das redes, 26,9 % já conversaram sobre o assunto, mas não estabeleceram acordos claros e 19,3 % dos participantes já conversaram com seus companheiros e definiram acordos.

## Discussão

Os resultados deste estudo forneceram dados sobre as percepções da infidelidade virtual em relacionamentos amorosos que pessoas que se encontram em um relacionamento amoroso possuem. Esses dados podem ser conferidos a partir das cinco classes propostas que permitiram essa constatação. Nesse sentido, três aspectos se destacam nessa percepção: (1) A infidelidade virtual é percebida como um fenômeno que ocorre num espaço de rede social, com potencial para levar a traição e a prática da infidelidade; (2) ela favorece aos envolvidos a troca de intimidade sexual, por meio de fotos, vídeo, *nudes*, com o desejo fim de se relacionar com a pessoa; (3) O flerte online revela o desejo de uma pessoa ficar com alguém que não seja seu parceiro primário.

Tal resultado chama atenção para a esfera tecnológica (mídia social, cibersexo, salas de bate-papo etc.), que tem crescido de forma rápida, se mostrando como um ambiente facilitador para a ocorrência da infidelidade (ROTHSTEIN *et al.*, 2021). No estudo realizado por Abbasi e Dibble (2021) que teve por objetivo explorar a relação

entre o estado de saúde mental e a intrusão nas redes sociais e também testaram, por meio de um modelo de mediação, se os comportamentos de infidelidade relacionados aos sites de redes sociais mediam o vínculo entre a saúde mental e a intrusão na mídia social. A partir dos achados, eles chamam a atenção dos parceiros para que sejam cautelosos ao fazer amigos no ambiente online e que devem tomar medidas proativas para evitar a possibilidade de se envolver em comportamentos de infidelidade.

Os resultados apresentados nas análises feitas convergiram para um mesmo ponto, de que as pessoas percebem a infidelidade virtual como um relacionamento que ocorre em rede social e o envolvimento tanto podem acontecer na dimensão do afeto e do ato sexual. Ressaltando, que apesar de acontecer por meio da internet as pessoas tendem a não fazer diferença entre ela e a infidelidade *off-line*.

Considerando que a infidelidade tanto pode ocorrer de forma sexual como afetiva, Henline e colaboradores (2007) em seu estudo, a partir das respostas dos entrevistados, considerou três atos de infidelidade praticado bastante comum, como atividades sexuais online, afeição emocional por outra pessoa que conheceram online, namoro online, incluindo discussão sobre um encontro face a face. Para Pobjecká (2021), a internet tornou a infidelidade mais confortável porque permite que as pessoas obtenham o que falta em muitos indivíduos em um relacionamento.

A infidelidade virtual pode envolver componentes sexuais e emocionais, sendo que esse último pode ser considerado um aspecto significativo desse fenômeno visto que o componente emocional é o mais encontrado nos relacionamentos virtuais (HENLINE *et al.*, 2007). Nessa direção, os resultados evidenciaram que a percepção de pessoas em um relacionamento amoroso sobre a infidelidade virtual aponta para o envolvimento de forma amorosa, afetiva e sexual por meio de troca de mensagens, fotos e vídeo íntimos na internet e redes sociais. Dessa forma, se considera que vai ao encontro do que Rocha (2018) sinaliza que a infidelidade virtual engloba o envolvimento por meio de conversas sexuais e partilha de informação pessoal online.

Para Coutinho (2013) a infidelidade virtual é considerada uma afronta aos relacionamentos, pois coloca em risco a união e destrói a confiança entre o casal, além de ser considerado um acontecimento traumático na relação a dois. Para as pessoas que estão em um relacionamento amoroso, a infidelidade virtual é uma experiência de traição que envolve tristeza, decepção, raiva, desrespeito, entre outros aspectos.

## Considerações finais

O objetivo deste estudo foi conhecer a percepção da infidelidade virtual em relacionamentos amorosos e esse foi alcançado. Contudo, ponderam-se as limitações deste trabalho, uma vez que se contou com uma amostra não probabilística, por conveniência, contando com a participação das pessoas que se disponibilizaram a participar. Considera-se, ainda, a predominância do público feminino como parte da amostra, não possibilitando a comparação entre gênero, apesar de esta não ter sido nosso propósito.

Entretanto, esses resultados podem contribuir para ampliar a compreensão da maneira como as pessoas pensam a infidelidade virtual e o impacto que ela pode trazer para as relações amorosas ou não amorosas. Ainda poderá verificar se a infidelidade virtual afeta a saúde mental dos envolvidos e as consequências deixadas pela sua prática; como também propor a elaboração de intervenções para minimizar os efeitos da infidelidade virtual na vida das pessoas que se encontram em um relacionamento.

## Referências

- ABBASI, I. S.; ALGHAMDI, N. G. When flirting turns into infidelity: the Facebook dilemma. **The American Journal of Family Therapy**, v. 45, n. 1, p. 1-14, 2017.
- ABBASI, I. S.; DIBBLE, J. L. The role of online infidelity behaviors in the link between mental illness and social media intrusion. **Social Science Computer Review**, v. 39, n. 1, p. 70-83, 2021.
- ALMEIDA, T. O ciúme romântico atua como uma profecia autorrealizadora da infidelidade amorosa? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, p. 489-498, 2012.
- BEN-ZE'EV, A. **Love online: emotions on the internet**. Cambridge University Press, 2004.
- CAMARGO, B. V. *et al.* Normas sociais relacionadas à infidelidade no espaço virtual. **Brazilian Cultural Studies**, v. 1, n. 3, p. 289-304, 2012.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

- COUTINHO, M. L. **A infidelidade virtual no relacionamento amoroso: correlatos afetivos e sociais.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- DAINES, B. Violations of agreed and implicit sexual and emotional boundaries in couple relationships: some thoughts arising from Levine’s “A clinical perspective on couple infidelity”. **Sexual and Relationship Therapy**, v. 21, n. 1, p. 45-53, 2006.
- DRAGO, E. The effect of technology on face-to-face communication. **Elon Journal of Undergraduate Research in Communications**, v. 6, n. 1, p. 13-19, 2015.
- FONSECA, D. A. V.; CAFIEIRO, G. M. Redes sociais e suas influências nas inter-relações entre jovens adultos. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 6, n. 2, 2018.
- HAACK, K. R.; FALCKE, D. Infidelid@de.com: infidelidade em relacionamentos amorosos mediados e não mediados pela internet. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 2, p. 305-327, 2013.
- HENLINE, B. H.; LAMKE, L. K.; HOWARD, M. D. Exploring perceptions of online infidelity. **Personal Relationships**, v. 14, n. 1, p. 113-128, 2007.
- HERTLEIN, K. M.; PIERCY, F. P. Internet infidelity: a critical review of the literature. **The Family Journal**, v. 14, n. 4, p. 366-371, 2006.
- JUNIOR, C. C.; PARIS, A. S. **Informática, internet e aplicativos.** Editora Ibpe, 2007.
- NORTON, A. M.; BAPTIST, J.; HOGAN, B. Computer mediated communication in intimate relationships: associations of boundary crossing, intrusion, relationship satisfaction, and partner responsiveness. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 44, n. 1, p. 165-182, 2018.
- PITTMAN, F. **Mentiras Privadas: a infidelidade e a traição da intimidade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- POBJECKÁ, L. **Perception of online infidelity in romantic relationships from the gender perspective study among university students.** 2021. Tese de Doutorado. Empire State College.
- RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de la méthode Alceste à de “gros” *corpus* et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “Cable-Gate” avec IraMuTeQ. *In: Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique*

- des Données Textuelles**, Liège, Belgique, p. 835-844, 2012. April 13, 2013, from <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Ratinaud,%20Pierre%20et%20al.%20-%20Application%20de%20la%20methode%20Alceste>.
- ROCHA, K. **O papel das redes sociais na infidelidade sexual e emocional**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2018.
- ROTHSTEIN, N. J. *et al.* Perceptions of infidelity with sex robots. *In: Proceedings of the 2021 ACM/IEEE International Conference on Human-Robot Interaction*. 2021. p. 129-139.
- SANTOS, L. R. **Crenças e vivências da infidelidade na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2018.
- SANTOS, L. R.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Infidelidade: uma revisão integrativa de publicações nacionais. **Pensando famílias**, v. 20, n. 2, p. 85-98, 2016.
- SATTLER, M. K.; TAVARES, A. C. C. N.; SILVA, I. M. A infidelidade no relacionamento amoroso: possibilidades no trabalho clínico com casais. **Pensando famílias**, v. 21, n. 1, p. 162-175, 2017.
- WHITTY, M. T. A realidade da cybercheating: representações masculinas e femininas de relações infiéis na internet. **Revisão da computação em ciências sociais**, v. 23, n. 1, p. 57-67, 2005.
- YOUNG, K. S.; DE ABREU, C. N. **Dependência de internet: manual e guia de avaliação e tratamento**. São Paulo: Artmed Editora, 2011.
- YOUNG, K. S. *et al.* Online infidelity: a new dimension in couple relationships with implications for evaluation and treatment. **Sexual Addiction & Compulsivity: The Journal of Treatment and Prevention**, v. 7, n. 1-2, p. 59-74, 2000.



# Escala de culpa sexual: evidências de validade de uma versão brasileira

Sergio Werner Baumel

Cynthia Perovano Camargo

Valeschka Martins Guerra

A Organização Mundial de Saúde apresenta a sexualidade como um fenômeno presente em nossos pensamentos, sentimentos e ações, influenciando a maneira como interagimos uns com os outros, contribuindo para nossa saúde física e mental. O direito à saúde sexual seria, então, um direito fundamental para que todos possam desfrutar de seu comportamento sexual e reprodutivo livre de medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros fatores que inibem a resposta sexual e prejudicam as relações sexuais (WHO, 2006). Nessa perspectiva, a saúde sexual é fundamental para a saúde geral e bem-estar dos indivíduos.

Um dos elementos presentes para compreensão da sexualidade é a culpa sexual. Esse conceito é influenciado pela cultura, pois pensamentos, comportamentos e crenças que são considerados aceitáveis em um contexto podem ser completamente inaceitáveis em outro (MAAREFI *et al.*, 2020). No Brasil, apesar da imagem de liberalismo e sensualidade dos brasileiros difundida em todo o mundo, vive-se um misto de desinibição e permissividade, por um lado, e de restrições e pudor, por outro. A tradição religiosa cristã tem forte influência nessa ambiguidade, contribuindo com o desenvolvimento da culpa sexual (CARMO, 2011).

Mosher (1966) foi o primeiro cientista a quantificar a culpa, sugerindo que havia três disposições da personalidade relativas a ela: culpa hostil; consciência moral; e culpa sexual. A culpa sexual, construto utilizado neste capítulo, foi definida como uma expectativa generalizada de punição automediada pela violação ou pela antecipação da violação dos padrões adequados de conduta sexual (CROSS; MOSHER, 1971). A culpa sexual pode levar as pessoas a resistir às “tentações sexuais” e, assim, desencorajá-las de se envolver em comportamentos sexuais. Caso estejam engajadas em comportamentos sexuais que considerem errados – de acordo com seus padrões – poderão experimentar sentimentos de tensão, remorso, preocupação e vergonha (MOSHER, 1966; CROSS; MOSHER, 1971).

A culpa sexual é ampliada psicologicamente em cenas que envolvam a consciência da excitação sexual, os afetos de excitação e prazer, e o efeito da vergonha, que aparece na consciência como culpa devido às suas associações com as cognições morais sobre a conduta sexual apropriada (CROSS; MOSHER, 1971; BAZEMORE; JANDA, 2011). Pesquisas sobre essa variável correlacionaram-na de maneira positiva à importância da crença religiosa ou espiritual, com indivíduos mais religiosos apresentando maiores escores de culpa (ALI-FAISAL, 2018; BAUMEL, 2014). A culpa sexual também influencia negativamente a autoestima (FAFLICK; MADRIGAL; SCROGGS, 2019) e contribui com maiores níveis de culpa e vergonha em relação ao uso de pornografia (BYERS; SHAUGHNESSY, 2014). Esse construto surgiu nas falas das mulheres no trabalho de Baumel e colaboradores (2019), sugerindo sensações de timidez, vergonha, arrependimento e culpa por causa do uso de materiais pornográficos, indicando a percepção dessa utilização como uma questão moral (BEVERFJORD; SPITZNOGLE; TRÆEN, 2004). Atitudes sexuais conservadoras estão associadas com maior culpa sexual (BROTTO; GORZALKA; WOO, 2011).

Os papéis sexuais tradicionais se baseiam em um binômio de gênero e apresentam expectativas diferentes para homens e mulheres: enquanto os homens devem ser mais assertivos e dominadores, espera-se que as mulheres sejam mais passivas e emocionalmente envolvidas (SEABROOK *et al.*, 2016). Essas expectativas de condutas sexuais apropriadas interferem no comportamento sexual feminino, com mulheres apresentando maior culpa sexual, menor desejo sexual e atitudes mais conservadoras em relação à permissividade sexual dos homens (ALI-FAISAL, 2018). Guzzo, Lang e Hayford (2019) identificaram que meninas que temiam as reações de seus parceiros

ou pais, ou que anteciparam sentirem-se culpadas por atividades sexuais retardaram o início de sua vida sexual, mostrando o papel da culpa e da percepção social de desaprovção no comportamento sexual. Em seu estudo abordando a masturbação feminina, Baumel (2014) percebeu que a maioria das mulheres gostava da masturbação fisicamente, mas não psicologicamente, semelhante aos achados de Kinsey, Pomeroy, Martin e Gebhard (1953), de que eram as culpas e códigos morais que prejudicavam a masturbação feminina, e não o ato em si. Esses estudos apontam como o papel de gênero e sua implicação para a culpa sexual deve ser levado em consideração.

A culpa sexual influencia negativamente a satisfação sexual (HIGGINS *et al.*, 2010; BAUMEL, 2014). Indivíduos com atitudes sexuais mais liberais experimentam sua sexualidade sem culpa, que é associada a um aumento da satisfação (HIGGINS *et al.*, 2010), enquanto aqueles com altos índices de culpa teriam seu comportamento mais influenciado pelos padrões morais internalizados (BAZEMORE; JANDA, 2011). A literatura também aponta uma correlação significativa entre a culpa sexual e a satisfação no relacionamento (HIGGINS *et al.*, 2011), que também depende de outros fatores como autoestima, tipo de relacionamento e frequência sexual. A culpa sexual também está relacionada ao conhecimento sexual inadequado, com maiores índices de culpa positivamente correlacionados com a crença sexual em mitos, como sobre os perigos da masturbação e da atividade sexual durante a gravidez (CROSS; MOSHER, 1971).

Altos níveis de culpa sexual podem inibir ou prejudicar não apenas o comportamento sexual, mas também a busca de conhecimento sobre saúde sexual. A hipótese de Mosher, conforme Janda e Bazemore (2011) é de que indivíduos com baixos índices de culpa sexual se comportariam de modo mais sensível a sinais externos, enquanto aqueles com altos índices de culpa teriam seu comportamento mais influenciado pelos padrões internalizados de moral. Nesse sentido, considerando o impacto da culpa na vida sexual dos indivíduos apresentada na literatura e a ausência de um instrumento para avaliar o construto no contexto brasileiro, traduziu-se para o português brasileiro a versão reduzida da Escala Mosher Revisada de Culpa Sexual (BAZEMORE; JANDA, 2011). O presente capítulo apresenta evidências psicométricas iniciais dessa escala traduzida mediante o uso de Análises Fatoriais Exploratória (Estudo 1) e Confirmatória (Estudo 2) em uma amostra exclusivamente feminina. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (Cae: 19879813.4.0000.5542).

## Estudo 1

### Método

Participaram 1078 mulheres brasileiras com idade média de 29,38 (DP = 9,51; mín.: 18; máx.: 66). A maioria residia na região Sudeste (83,2 %), não estava em um relacionamento amoroso (82,0 %), 95,3 % com Ensino Superior incompleto e com moderado a alto nível de renda (62,7 % com renda familiar acima de cinco salários mínimos). Com relação à religião, a denominação Católica (31,5 %) e “uma espiritualidade independente de religiões” (27,6 %) foram as respostas mais frequentes, e 69,3 % consideraram sua crença religiosa/espiritual como importante ou muito importante (M = 3,81; DP = 1,30).

Essas mulheres foram convidadas a responder um questionário composto por:

*Dados sociodemográficos.* Questões para caracterização da amostra, incluindo idade, escolaridade, estado de residência, renda, estado civil, religião e nível de religiosidade, avaliado em um índice que varia de 1 (Nada religiosa) a 5 (Extremamente religiosa).

*Escala Mosher Abreviada de Culpa Sexual.* Desenvolvida por Mosher (1966), essa escala se propõe a mensurar o componente sexual da culpa, definida como uma expectativa generalizada de autopunição. A escala original possuía itens de escolha forçada e foi modificada por Mosher (1998) para oferecer itens com respostas do tipo Likert. Janda e Bazemore (2011) chegaram a uma escala abreviada com 10 itens, que se correlacionou bem com a escala modificada. Os dez itens foram traduzidos do idioma inglês para o português por um psicólogo e sexólogo bilíngue e revisados por um segundo profissional com a mesma *expertise*. Foram aplicados em uma escala Likert de cinco pontos variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente” (ex.: “relações sexuais antes do casamento são boas, em minha opinião”; “é de mau gosto contar ‘piadas sujas’ em grupos com homens e mulheres”).

O instrumento foi construído em uma plataforma virtual e disponibilizado para preenchimento via Internet, sendo as participantes convidadas através de divulgação por links em redes sociais e e-mails enviados pessoalmente por rede de colaboradores. Após a leitura e concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as participantes tiveram acesso à primeira página do questionário. Nas

instruções de preenchimento, sugeriu-se que esse deveria ser feito enquanto a participante estivesse sozinha, sem observadores que pudessem influenciar suas respostas, dada a natureza íntima das questões.

Com o *software* SPSS versão 23 foram feitas análises descritivas para caracterização da amostra, avaliação da normalidade e verificação do poder discriminativo dos itens. A mediana empírica foi utilizada para dividir a amostra de modo a realizar um teste t para amostras independentes, mantendo-se os itens com diferença significativa entre os grupos ( $p < 0,05$ ) (BROWN; FORSYTHE, 1974).

A adequação da amostra para fatoração foi analisada mediante o teste de esfericidade de Bartlett e o índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), respectivamente (DAMÁSIO, 2012). Uma Análise Paralela foi realizada para avaliar o número de fatores a ser retido (LORENZO-SEVA; TIMMERMAN, 2011) e pelo Método Hull, utilizando o índice de ajuste CAF (*Common part Accounted For*) (KIERS; LORENZO-SEVA; TIMMERMAN, 2011). As Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) foram realizadas através do programa Factor 10.8.03 (FERRANDO; LORENZO-SEVA, 2013) com método *Unweighted Least Squares* (ULS), implementadas em uma matriz de dados policórica. Decidiu-se pela eliminação de itens com carga fatorial abaixo de  $|0,50|$ , de forma a manter apenas os melhores itens, aumentando sua validade discriminante (SASS; SCHIMITT, 2010).

## Resultados e discussão parcial

Na verificação do poder discriminativo todos os itens foram mantidos, pois apresentaram diferença significativa entre os grupos. A amostra apresentou bons indicadores de fatorabilidade ( $KMO = 0,865$ ;  $\chi^2$  Bartlett = 3571,2;  $gl = 45$ ;  $p < 0,001$ ). Quanto à normalidade, os dados foram submetidos ao teste Kolmogorov-Smirnov ( $p = 0,000$ ) e a distribuição foi considerada não normal.

Tanto o método Hull quanto a Análise Paralela indicaram a extração de 1 fator como o número adequado para os dados. Na AFE nenhum item foi eliminado, pois todos apresentaram carga fatorial superior a 0,50. A estrutura fatorial resultante reteve todos os 10 itens iniciais, apresentados na Tabela 1 com suas respectivas cargas fatoriais e comunalidades. A AFE obteve indicadores de consistência interna adequados ( $\alpha = 0,88$ ;  $\omega = 0,88$ ) e variância explicada de 48,7 %.

**Tabela 1 – Descrição dos itens da AFE**

<b>Item</b>	<b>Carga</b>	<b>h<sup>2</sup></b>
02. Relações sexuais antes do casamento são boas, em minha opinião.	0,86	0,73
09. Relações sexuais antes do casamento não deveriam ser recomendadas.	0,84	0,71
10. Tudo bem ter práticas sexuais incomuns, se ambos os parceiros concordam.	0,72	0,51
08. Relações sexuais antes do casamento ajudam as pessoas a se ajustarem.	0,68	0,47
04. Quando tenho sonhos eróticos eu tento esquecê-los.	0,63	0,40
07. Práticas sexuais incomuns são perigosas para a saúde e a condição mental das pessoas.	0,63	0,39
01. A masturbação ajuda a pessoa a se sentir tranquila e relaxada.	0,58	0,34
05. É de mau gosto contar “piadas sujas” em grupos com homens e mulheres.	0,54	0,29
06. Quando tenho desejos sexuais eu gosto deles como todo ser humano saudável.	0,52	0,27
03. Práticas sexuais incomuns não me interessam.	0,51	0,26
Fidedignidade composta	0,88	
Alfa de Cronbach / Ômega	$\alpha = 0,88;$ $\omega = 0,88$	

Nota: Itens invertidos: 01, 02, 06, 08 e 10.

Fonte: Elaboração própria.

A estrutura unifatorial é consonante com a proposta de Janda e Bazemore (2011). Com a inversão dos itens e somatório das respostas dos participantes tem-se um escore de culpa sexual – quanto maior o valor obtido, maior a avaliação de culpa. Sugere-se que o instrumento seja aplicado em uma nova amostra, para que sua estrutura possa ser testada em uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), objetivo do Estudo 2 apresentado a seguir.

## Estudo 2

### Método

Participaram 718 mulheres brasileiras com idade média de 29,29 (DP = 9,68; mín.: 18; máx.: 63). A maioria residia na Região Sudeste (82,6 %), não estava em um relacionamento amoroso (80,5 %), 96,1 % com Ensino Superior incompleto e de moderado a alto nível de renda (61,8 % com renda familiar acima de cinco salários mínimos). Com relação à religião, a denominação Católica (34,8 %) e “uma espiritualidade independente de religiões” (29,1 %) foram as respostas mais frequentes, e 71,6 % consideraram sua crença religiosa/espiritual como importante ou muito importante (M = 3,90; DP = 1,26).

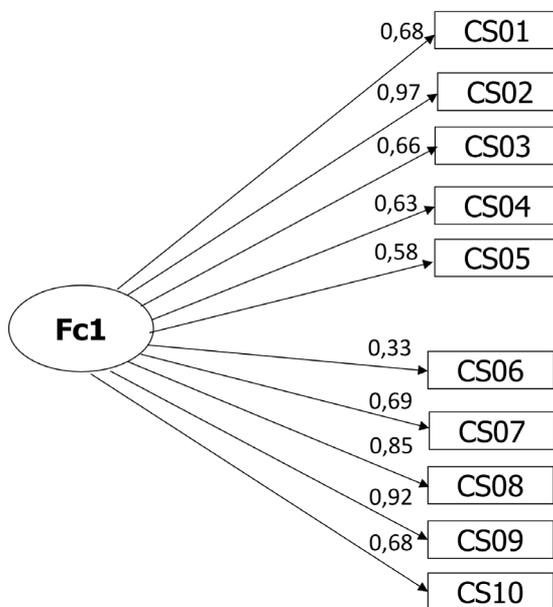
As participantes foram convidadas a responder os mesmos instrumentos apresentados no Estudo 1. Foram utilizados os mesmos procedimentos de coleta de dados. Com relação à análise dos dados, com o *software* SPSS versão 23 foram feitas as análises descritivas para caracterização da amostra. O programa Factor 10.8.03 foi utilizado para calcular o Alpha de Cronbach e o Omega de McDonald da escala.

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) foi realizada com o auxílio do *software* JASP 0.14, utilizando o método de estimação *Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS). Os seguintes indicadores de qualidade de ajuste dos modelos foram utilizados (BYRNE, 2010; FIDELL; TABACHNICK, 2007): a) qui-quadrado ( $\chi^2$ ), indicando a magnitude da discrepância entre os dados e o modelo teórico testado; b) A razão  $\chi^2$ /gl, que pondera o valor do qui-quadrado utilizando os graus de liberdade para ajuste do índice. Valores inferiores a 5 podem ser interpretados como indicadores de adequação do modelo teórico; c) CFI (*Comparative Fit Index*) e o TLI (*Tucker Lewis Index*) são índices que calculam o ajuste relativo do modelo observado ao compará-lo com um modelo denominado nulo. Valores mais próximos de 1 indicam melhor ajuste, com 0,90 sendo a referência para aceitar o modelo; d) RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) refere-se à raiz quadrada média do erro de aproximação. Valores menores que 0,08 são considerados aceitáveis e sugerem um bom ajuste entre o modelo proposto e a matriz observada.

## Resultados e discussão parcial

A AFC foi feita seguindo a estrutura unifatorial encontrada na AFE. O modelo unifatorial apresentou bons índices de qualidade:  $\chi^2 (35) = 105,71$ ,  $p < 0,001$ ;  $\chi^2/gf = 3,02$ ; CFI = 0,97; TLI = 0,97; RMSEA (90 % CI) = 0,05 (0,04 – 0,06). Dessa forma, a estrutura unifatorial apresentada pode ser considerada adequada para avaliação da culpa sexual, e é demonstrada na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura fatorial da Escala Mosher Abreviada de Culpa Sexual



Fonte: Elaboração própria.

A Escala Mosher Abreviada de Culpa Sexual apresenta bons índices de confiabilidade em estrutura unifatorial, como sugerido por Mosher (1966, 1988) e Janda e Bazemore (2011), e os itens apresentaram cargas fatoriais entre 0,33 e 0,97. A escala final mensura diferentes temáticas componentes da culpa sexual: masturbação (item 01), atividade sexual antes do casamento (itens 02, 08 e 09), práticas sexuais incomuns (itens 03, 07 e 10), sonhos eróticos (item 04), piadas “suja” (item 05) e desejos sexuais (item 06).

## Considerações finais

O presente estudo teve como finalidade levantar evidências psicométricas iniciais para a versão brasileira da Escala Mosher Revisada de Culpa Sexual. Esse instrumento apresentou estrutura unifatorial adequada na AFE, semelhante ao modelo original, que foi testada com uma AFC, apresentando bons indicadores de qualidade.

No que diz respeito às evidências de validade do instrumento, pesquisas futuras poderiam utilizar a escala aqui adaptada em associação com outros instrumentos, que ajudem na construção de uma rede nomológica desse construto no país. A compreensão dessa associação da culpa sexual com outros construtos pode contribuir para entendermos de que forma ela atua psicologicamente nos indivíduos.

Uma pesquisa conduzida por Hackathorn, Ashdown e Rife (2016) mostrou, por exemplo, que a culpa sexual atua como mediador da relação entre a religiosidade e a satisfação sexual para pessoas não casadas. Esse efeito de mediação não foi observado em pessoas casadas, sugerindo o impacto psicológico da culpa nas relações sexuais fora do casamento. Em um país com altos índices de religiosidade e adesão às denominações religiosas diversas, como o Brasil, sugere-se que novas pesquisas investiguem a associação entre a religiosidade e a espiritualidade em diferentes denominações com a culpa sexual, e o impacto dessa associação nos relacionamentos amorosos.

O fato desta pesquisa ter sido feita apenas com mulheres sugere cautela na aplicação da escala para populações mistas. É importante que se utilize essa escala com outras populações para verificarmos sua adequação e validade. Outra relação importante a ser estudada é a relação da culpa sexual com a satisfação e expressão sexual, tanto em comportamentos autoeróticos quanto no contexto de relacionamentos amorosos, dentro da população brasileira.

Os dados apresentados tornaram possível concluir que a Escala Mosher Revisada de Culpa Sexual apresenta características psicométricas de validade e precisão satisfatórias. Sugere-se a utilização desse instrumento enquanto medida adequada ao contexto brasileiro em contextos clínicos e de pesquisa.

## Referências

- ALI-FAISAL, S. Crossing sexual barriers: predictors of sexual guilt and sexual anxiety among young Canadian and American Muslim adults. **The Canadian Journal of Human Sexuality**, v. 27, n. 3, p. 181-194, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.3138/cjhs.2017-0039>.
- BAUMEL, C. P. C. *et al.* Atitudes de jovens frente à pornografia e suas consequências. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 131-144, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712019240111>.
- BAUMEL, S. W. **Investigando o papel da masturbação na sexualidade da mulher**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado de Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_6375\\_Investigando%20o%20papel%20da%20masturba%E7%E3o%20na%20sexualidade%20da%20mulher.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6375_Investigando%20o%20papel%20da%20masturba%E7%E3o%20na%20sexualidade%20da%20mulher.pdf).
- BROWN, M. B.; FORSYTHE, A. B. Robust tests for the equality of variances. **Journal of the American Statistical Association**, v. 69, n. 346, p. 364-367, 1974. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01621459.1974.10482955>.
- BYERS, E. S.; SHAUGHNESSY, K. Attitudes toward online sexual activities. **Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace**, v. 8, n. 1, p. 327-345, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5817/cp2014-1-10>.
- BYRNE, B. M. **Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and programming** (2nd ed.). New York: Routledge, Taylor & Francis, 2010.
- CARMO, P. S. **Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil**. São Paulo: Octavo, 2011.
- DAMÁSIO, B. F. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 213-228, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf>.
- GUZZO, K. B.; LANG, V. W.; HAYFORD, S. R. Teen girls' reproductive attitudes and the timing and sequencing of sexual behaviors. **Journal of Adolescent Health**, v. 65, n. 4, p. 507-513, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2019.05.018>.
- HACKATHORN, J. M.; ASHDOWN, B. K.; RIFE, S. C. The sacred sex: sex guilt mediates religiosity and satisfaction for unmarried people. **Sexuality & Culture**, v. 20, p. 153-172, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-015-9315-0>.

- HIGGINS, J. A. *et al.* Sexual satisfaction and sexual health among university students in the United States. **American Journal of Public Health**, v. 101, n. 9, p. 1643-1654, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2011.300154>.
- HIGGINS, J. A. *et al.* Virginity lost, satisfaction gained? Physiological and psychological sexual satisfaction at heterosexual debut. **The Journal of Sex Research**, v. 47, n. 4, p. 384-394, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00224491003774792>.
- JANDA, L.; BAZEMORE, S. The revised Mosher sex-guilt scale: its psychometric properties and a proposed ten-item version. **Journal of Sex Research**, v. 48, n. 4, p. 392-396, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00224499.2010.482216>.
- KINSEY, A. C. *et al.* **Sexual behavior in the human female**. Philadelphia: W. B. Saunders, 1953.
- LORENZO-SEVA, U.; FERRANDO, P. J. FACTOR 9.2. **Applied Psychological Measurement**, v. 37, n. 6, p. 497-498, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0146621613487794>.
- LORENZO-SEVA, U.; TIMMERMAN, M. E.; KIERS, H. A. L. The Hull method for selecting the number of common factors. **Multivariate Behavioral Research**, v. 46, n. 2, p. 340-364, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00273171.2011.564527>.
- MAAREFI, G. *et al.* A Critique on the usage of Mosher's Sexual Guilt Scale in psychology and psychiatry researches in Islamic societies: cultural differences in the meaning of sexual guilt. **International Journal of Multicultural and Multireligious Understanding**, v. 7, n. 1, p. 47-55, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18415/ijmmu.v7i1.1258>.
- MOSHER, D. L. Revised Mosher Guilt Inventory. *In*: DAVIS, C. M.; *et al.* (eds.). **Handbook of sexuality-related measures**. London: SAGE Publications, 1998. p. 290-293.
- MOSHER, D. L. The development and multitrait-multimethod matrix analysis of three measures of three aspects of guilt. **Journal of Consulting Psychology**, v. 30, n. 1, p. 25-29, 1966. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/h0022905>.
- MOSHER, D. L.; CROSS, H. J. Sex guilt and premarital sexual experiences of college students. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 36, n. 1, p. 27-32, 1971. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/h0030454>.
- SASS, D. A.; SCHMITT, T. A. A comparative investigation of rotation criteria within exploratory factor analysis. **Multivariate Behavioral Research**, v. 45, n. 1, p. 73-103, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00273170903504810>.

- SCROGGS, B.; MADRIGAL, R.; FAFLICK, N. Adolescent sexual guilt and the development of self-esteem during the transition to adulthood: the moderating effect of race. **Sexuality & Culture**, v. 23, n. 2, p. 641-656, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-018-09582-3>.
- SEABROOK, R. C. *et al.* Our scripted sexuality. **Emerging Adulthood**, v. 4, n. 5, p. 338-355, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/2167696815623686>.
- TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. Using multivariate statistics (5th ed.). Boston: Allyn & Bacon/Pearson Education, 2007.
- TIMMERMAN, M. E.; LORENZO-SEVA, U. Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. **Psychological Methods**, v. 16, n. 2, p. 209-220, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/a0023353>.
- TRÆEN, B.; SPITZNOGLE, K.; BEVERFJORD, A. Attitudes and use of pornography in the Norwegian population 2002. **The Journal of Sex Research**, v. 41, n. 2, p. 193-200, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00224490409552227>.
- WHO. World Health Organization. **Defining sexual health**: report of a technical consultation on sexual health, p. 28-31, 2006. Disponível em: [http://who.int/reproductivehealth/publications/sexual\\_health/defining\\_sexual\\_health.pdf](http://who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf).
- WOO, J. S. T.; BROTTTO, L. A.; GORZALKA, B. B. The role of sex guilt in the relationship between culture and women's sexual desire. **Archives of Sexual Behavior**, v. 40, n. 2, p. 385-394, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-010-9609-0>.

## Apêndice

### Escala Mosher revisada de culpa sexual

Leia atentamente as afirmativas a seguir e indique o quanto você concorda com cada uma delas:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

01. \_\_\_\_ A masturbação ajuda a pessoa a se sentir tranquila e relaxada.
02. \_\_\_\_ Relações sexuais antes do casamento são boas, em minha opinião.
03. \_\_\_\_ Práticas sexuais incomuns não me interessam.
04. \_\_\_\_ Quando tenho sonhos eróticos eu tento esquecê-los.
05. \_\_\_\_ É de mau gosto contar “piadas sujas” em grupos com homens e mulheres.
06. \_\_\_\_ Quando tenho desejos sexuais eu gosto deles como todo ser humano saudável.
07. \_\_\_\_ Práticas sexuais incomuns são perigosas para a saúde e a condição mental das pessoas.
08. \_\_\_\_ Relações sexuais antes do casamento ajudam as pessoas a se ajustarem.
09. \_\_\_\_ Relações sexuais antes do casamento não deveriam ser recomendadas.
10. \_\_\_\_ Tudo bem ter práticas sexuais incomuns, se ambos os parceiros concordam.



# Índice de satisfação sexual: adaptação e evidências psicométricas de uma versão brasileira

Cynthia Perovano Camargo

Valeschka Martins Guerra

Gabriella Sampaio Santos Almeida

A sexualidade é considerada um indicador de qualidade de vida (WHO, 2006), e a satisfação sexual um fator-chave na saúde sexual e no bem-estar geral dos indivíduos (SANTOS-IGLESIAS; SÁNCHEZ-FUENTES; SIERRA, 2014). Esse construto é um importante componente na avaliação de satisfação com o relacionamento amoroso (ANDRADE; CANO; GARCIA, 2009; SCHMIEDEBERG; SCHRÖDER, 2016). Estudos anteriores sugerem que a satisfação sexual se associa negativamente com a culpa sexual (BAUMEL, 2014; HIGGINS *et al.*, 2011) e positivamente com a autoestima (HIGGINS *et al.*, 2011). A insatisfação sexual aparece como queixa comum na população com problemas sexuais (GARCÍA-GÓMEZ *et al.*, 2017), especialmente para mulheres (ABDOLMANAFI *et al.*, 2016).

Apesar de sua centralidade na compreensão da saúde sexual, não há consenso na definição do que seria satisfação sexual, resultando em uma diversidade de variáveis para análise e de instrumentos e metodologias de avaliação. Sánchez-Fuentes,

Santos-Iglesias e Sierra (2014) realizaram uma revisão sistemática de publicações nas quais satisfação sexual foi a variável dependente. Essa revisão revelou a complexidade e importância desse construto e, apesar das várias definições encontradas, a mais aceita foi a proposta por Lawrence e Byers (1995), na qual a satisfação sexual seria uma resposta afetiva decorrente de uma avaliação subjetiva das dimensões positivas e negativas associadas ao relacionamento sexual.

Ao longo do curso da vida, diversos fatores podem afetar o nível de satisfação sexual. Pesquisas foram feitas avaliando uma multiplicidade de fatores, tais como: diagnósticos de câncer de mama podem causar variações no desejo e na satisfação sexual após o diagnóstico e durante o tratamento (ABEDINI *et al.*, 2020); a obesidade e os efeitos da recuperação da cirurgia bariátrica apresentam associação com disfunções sexuais e com o nível de satisfação sexual (FERRER-MÁRQUEZ *et al.*, 2017); tipo de parto e os aspectos psicológicos associados a esses podem influenciar a satisfação sexual de mulheres no puerpério (HANDELZALTS *et al.*, 2018).

De forma geral, tanto fatores sexuais como não sexuais podem impactar a avaliação da vida sexual: nível educacional e socioeconômico; frequência da atividade sexual no relacionamento; frequência de orgasmo nas relações sexuais; comportamentos sexuais específicos; religiosidade; entre outros (ASHDOWN; HACKATHORN; RIFE, 2016). Hackathorn, Ashdown e Rife (2016) apontam que o gênero do participante também tem impacto na satisfação sexual. No entanto, não necessariamente essa diferença é no nível de satisfação sexual, mas nos diversos preditores associados ao construto para cada gênero.

Com relação à religiosidade, por exemplo, existem associações diversas e contraditórias encontradas na literatura. Tais divergências sugerem que a associação da religiosidade com a satisfação sexual pode ser afetada por variáveis mediadoras (ASHDOWN; HACKATHORN; RIFE, 2016).

Os instrumentos utilizados para medir a satisfação sexual geralmente estão associados à avaliação da resposta sexual, e apresentam quesitos diferentes para homens e mulheres. Sánchez-Fuentes, Santos-Iglesias e Sierra (2014) encontraram mais de 40 instrumentos diferentes para avaliar a satisfação sexual, e dentre eles o mais utilizado foi o Índice de Satisfação Sexual (CROSSCUP; HARRISON; HUDSON, 1981). O ISS é um questionário que avalia a satisfação sexual dentro do relacionamento amoroso atual e é idêntico para ambos os componentes da díade.

No Brasil, há uma versão do ISS traduzida por Andrade, Garcia e Cano (2009), validada com uma amostra de 344 participantes de dois estados brasileiros. Enquanto a escala original apresenta estrutura unifatorial, objetivando medir a insatisfação sexual com inversão de itens, a escala brasileira possui estrutura bifatorial, no qual as afirmações sobre insatisfação são agrupadas em um fator e as afirmações sobre satisfação são reunidas em outro fator.

Considerando que esse continua sendo o instrumento mais utilizado para avaliar o construto, essa diferença no número de fatores da escala traz dúvidas com relação ao modo de computar o resultado. Sendo um instrumento que pode ser utilizado não apenas em contexto de pesquisa, mas também no contexto clínico, em casos em que seja necessária a avaliação da satisfação/insatisfação sexual do paciente, é importante realizar novas análises para verificar qual a melhor forma de apresentar e interpretar os resultados. Assim, este capítulo teve como objetivo apresentar evidências de validade da escala e identificar a estrutura fatorial mais adequada para compreensão do fenômeno no contexto brasileiro, mediante Análises Fatoriais Exploratória (Estudo 1) e Confirmatória (Estudo 2). Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (CAAE: 80663417.0.0000.5542).

## Estudo 1

### Método

A amostra foi constituída de 624 brasileiros moradores de todas as regiões do país, sendo 491 mulheres (78,7 %), com média de idade de 30,48 (DP = 9,91; mín.: 18; máx.: 74). Todos estavam em algum relacionamento amoroso, sendo a maioria em uma relação heteroafetiva (n = 539; 86,4 %), com mais de 5 anos de duração (n = 244; 39,1 %) e sem filhos (n = 434; 69,6 %).

Os participantes foram convidados a responder um instrumento formado por questões sociodemográficas, para caracterização da amostra e o *Índice de Satisfação Sexual* (ISS). Desenvolvido por Hudson, Harrison e Crosscup (1981), objetiva mensurar a percepção da magnitude de um problema no componente sexual de uma

relação diádica. É composta por 25 afirmações sobre a vida sexual no relacionamento atual, sendo 13 itens de insatisfação e 12 de satisfação. A escala original é unifatorial e sugere a inversão dos itens de satisfação, de modo que, quanto maior o escore obtido, maior a insatisfação sexual.

Para este estudo, utilizou-se uma versão retraduzida da escala original. Esta foi comparada com a versão de Andrade, Garcia e Cano (2009). Pequenos ajustes de tradução baseados na versão original foram realizados por um psicólogo e sexólogo bilíngue, e revisados por um segundo profissional com a mesma *expertise*. Os itens foram respondidos em uma escala do tipo Likert de cinco pontos, variando de 1 (“em nenhum momento”) a 5 (“todo o tempo”).

O questionário foi criado em uma plataforma virtual, com um *website* desenvolvido para esse fim. Convites para participação foram divulgação por redes sociais e e-mails enviados pessoalmente por rede de colaboradores. Os participantes que leram e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram encaminhados para a primeira página do questionário.

Após a coleta dos dados, com o *software* SPSS versão 23 foram feitas análises descritivas para caracterização da amostra, avaliação da normalidade e verificação do poder discriminativo dos itens. A amostra foi dividida em dois grupos a partir da mediana, e um teste t para amostras independentes foi executado, mantendo-se os itens com diferença significativa entre os grupos ( $p < 0.05$ ) (BROWN; FORSYTHE, 1974).

Para verificar a adequação da amostra para fatoração utilizou-se o teste de esfericidade de Bartlett e o índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), respectivamente (DAMÁSIO, 2012). O número de fatores a ser retido foi avaliado por meio da Análise Paralela, com permutação aleatória dos dados observados (LORENZO-SEVA; TIMMERMAN, 2011) e pelo Método Hull, utilizando o índice de ajuste CAF (*Common part Accounted For*) (KIERS; LORENZO-SEVA; TIMMERMAN, 2011). As Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) foram realizadas através do programa Factor 10.8.03 (FERRANDO; LORENZO-SEVA, 2013) com método *Unweighted Least Squares* (ULS), implementadas em uma matriz de dados policórica. Foram eliminados na AFE itens com carga fatorial abaixo de  $|0.50|$ , de forma a permitir uma maior pureza dos fatores, aumentando sua validade discriminante (SASS; SCHIMITT, 2010).

## Resultados e discussão parcial

Na verificação do poder discriminativo, os itens 11 [“Sinto que meu(minha) companheiro(a) quer muito sexo de minha parte”] e 13 [“Meu(minha) companheiro(a) se preocupa muito com sexo”] foram eliminados. A amostra apresentou bons indicadores de fatorabilidade ( $KMO = 0,960$ ;  $\chi^2$  Bartlett = 9650,7;  $gl = 253$ ;  $p < 0,001$ ). Tanto o método Hull quanto a Análise Paralela indicaram a extração de uma única dimensão. Na AFE, foram eliminados os itens 15 e 18 por apresentarem carga fatorial inferior a 0,50. A estrutura fatorial resultante reteve 21 dos 25 itens iniciais, apresentados na Tabela 1. A AFE obteve indicadores de confiabilidade considerados adequados ( $\alpha = 0,96$ ;  $\omega = 0,96$ ) e variância explicada de 55,5 %.

Tabela 1 – Descrição dos itens do ISS

Item	Carga	$h^2$
<b>12.</b> Creio que nosso sexo é maravilhoso.	0,90	0,81
<b>02.</b> Nossa vida sexual é muito excitante.	0,89	0,79
<b>16.</b> Meu(minha) companheiro(a) é um companheiro sexual maravilhoso.	0,89	0,79
25. Sinto que minha vida sexual é entediante.	0,89	0,79
<b>03.</b> Sexo é divertido para meu(minha) companheiro(a) e para mim.	0,87	0,76
08. Sinto que minha vida sexual carece de qualidade.	0,84	0,70
06. Nossa vida sexual é monótona.	0,83	0,69
<b>09.</b> Meu(minha) companheiro(a) é muito excitante sexualmente.	0,81	0,66
<b>10.</b> Gosto das técnicas sexuais que meu(minha) companheiro(a) usa ou gosta.	0,79	0,62
24. Meu(minha) companheiro(a) não me satisfaz sexualmente.	0,76	0,57
<b>22.</b> Sinto que meu(minha) companheiro(a) está sexualmente satisfeito comigo.	0,75	0,57
<b>01.</b> Sinto que meu(minha) companheiro(a) desfruta de nossa vida sexual.	0,74	0,55
<b>17.</b> Sinto que o sexo é uma parte normal de nossa relação.	0,73	0,54
<b>21.</b> É fácil para mim excitar-me sexualmente com meu(minha) companheiro(a).	0,73	0,53
05. Sinto que nossa vida sexual é suja e desagradável.	0,69	0,48
<b>19.</b> Sinto que nossa vida sexual contribui para o êxito de nossa relação.	0,67	0,44
14. Tento evitar todo contato sexual com meu(minha) companheiro(a).	0,66	0,44

23. Meu(minha) companheiro(a) é muito sensível a minhas necessidades e desejos sexuais.	0,65	0,43
07. Quando fazemos sexo é muito apressado e logo termina.	0,63	0,40
20. Meu(minha) companheiro(a) parece evitar todo contato sexual comigo.	0,62	0,38
04. Sexo com meu(minha) companheiro(a) se tornou uma tarefa para mim.	0,50	0,25

Nota: Itens invertidos em negrito.

Fonte: Elaboração própria.

A exclusão dos itens 11 e 13, sugerida pela análise, também é observada no estudo de Andrade, Garcia e Cano (2009), o que pode sugerir que esses itens não são adequados para a população brasileira. O item 15, “Meu(minha) companheiro(a) é muito rude ou bruto(a) quando fazemos sexo”, também excluído, apresentou carga fatorial 0,165. A saída desse item pode estar relacionada a mudanças nos padrões do comportamento sexual considerado tradicional que, anteriormente, não incluía brutalidade em seu repertório. O uso de pornografia poderia ter influência na percepção diferenciada acerca da intensidade ou brutalidade do ato sexual (BAUMEL, 2019). Isso pode indicar mudanças no repertório sexual tradicional, uma vez que pessoas que possuem atitudes e valores tradicionais apresentariam uma tendência reduzida a procurar por novidades e diversidade em várias áreas da vida, incluindo a sexual (KWIECIŃSKA; STOLARSKI; WOJTKOWSKA, 2016).

Já o item 18, “Meu(minha) companheiro(a) não quer manter relações sexuais quando eu quero”, também foi excluído apenas devido ao valor mínimo estabelecido para as cargas fatoriais, que foi de |0,50|. Esse item apresentou carga fatorial de 0,408.

A estrutura unifatorial encontrada é consonante com Hudson, Harrison e Cross-cup (1981). Nesse sentido, a segunda coleta de dados realizada no Estudo 2 buscava confirmar tais resultados mediante o uso de uma Análise Fatorial Confirmatória.

## Estudo 2

### Método

A amostra foi constituída de 414 brasileiros moradores de todas as regiões do país, sendo 327 mulheres (79 %), com média de idade de 30,79 (DP = 9,57; mín.: 18; máx.:

79). Todos estavam em algum relacionamento amoroso, sendo a maioria em uma relação heteroafetiva ( $n = 357$ ; 86,2 %), com mais de 5 anos de duração ( $n = 174$ ; 42 %) e sem filhos ( $n = 289$ ; 69,8 %).

Para esse grupo de participantes, foi utilizado o mesmo instrumento do Estudo 1. Foram retirados apenas os quatro itens sugeridos nas análises realizadas durante a etapa exploratória. Os procedimentos para coleta de dados foram os mesmos do Estudo 1.

Com relação à análise dos dados, as análises descritivas para caracterização da amostra foram feitas com o *software* SPSS versão 23. Foram calculados através do programa Factor 10.8.03 o Alpha de Cronbach e o Omega de McDonald de cada um dos fatores das escalas.

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) foi realizada com o auxílio do *software* JASP, versão 0.14.1.0, utilizando o método de estimação *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS), indicado para dados categóricos. Foram avaliados os seguintes indicadores de qualidade de ajuste na análise dos modelos (BYRNE, 2010; FIDELL; TABACHNICK, 2007): a) qui-quadrado ( $\chi^2$ ), que indica a magnitude da discrepância entre os dados e o modelo teórico que está sendo testado. Um valor de  $\chi^2$  estatisticamente não significativo ( $p > 0.05$ ) identifica esse ajuste, que é afetado pelo tamanho da amostra; b) A razão  $\chi^2/\text{gl}$ , que pondera o valor do qui-quadrado utilizando os graus de liberdade para ajuste do índice. Um valor de  $\chi^2/\text{gl}$  inferior a 5 pode ser interpretado como indicador de adequação do modelo teórico para descrever os dados em amostras grandes; c) *Comparative Fit Index* (CFI) e o *Tucker Lewis Index* (TLI) são índices que calculam o ajuste relativo do modelo observado ao compará-lo com um modelo denominado nulo, em que há correlação 0 entre as variáveis. Valores mais próximos de 1 indicam melhor ajuste, com 0.90 sendo a referência para aceitar o modelo; d) *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) refere-se à raiz quadrada média do erro de aproximação. Valores menores que 0.08 são indicativos de um bom ajuste entre o modelo proposto e a matriz observada.

Dois índices foram utilizados para a comparação entre diferentes modelos de uma mesma escala: o *Expected Cross-Validation Index* (ECVI) é um indicador empregado para avaliar a adequação de um modelo em relação a outro. Menores valores de ECVI sugerem um modelo com melhor ajuste. Também foi analisada para esse fim a diferença entre os CFIs ( $\Delta\text{CFI}$ ) dos modelos, procedimento que serve para decidir qual deles é o mais parcimonioso e, portanto, mais adequado (BYRNE, 2010).

## Resultados e discussão parcial

A AFC foi feita seguindo a estrutura unifatorial encontrada na AFE, contendo os 21 itens que permaneceram após a realização das análises exploratórias. Como pode ser observado na Tabela 2, o modelo unifatorial (Modelo 1) apresentou índices adequados de RMSEA, CFI e TLI, assim como da razão  $\chi^2$ /gl. No entanto, o valor do  $\chi^2$  foi considerado significativo, sendo esse o único índice de qualidade de ajuste do modelo que não foi considerado satisfatório.

Tabela 2 - Comparação dos modelos da AFC e do ISS

Modelo	$\chi^2$ (gl)	$\chi^2$ /gl	RMSEA (IC 90 %)	CFI	TLI	ECVI	$\Delta$ CFI
1	394,08 (209)**	1,88	0,050 (0,041-0,050)	0,988	0,986	1,17	-
2	208,36 (188)	1,11	0,016 (0,000-0,028)	0,998	0,998	0,713	+0,010

Nota. \*\*  $p < 0,001$ . Para o Modelo 2,  $p = 0,147$ .

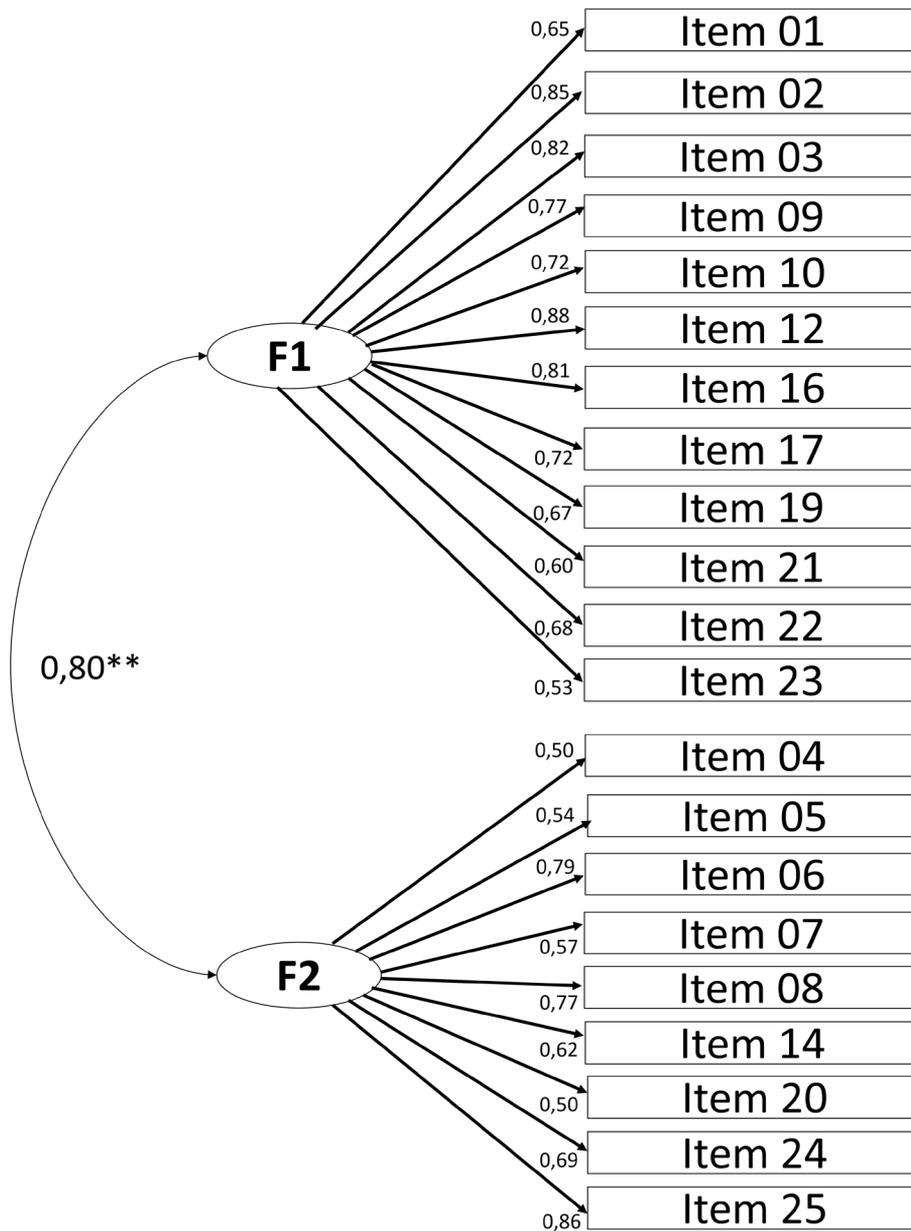
Fonte: Elaboração própria.

De forma a verificar se a solução bifatorial indicada na literatura (ANDRADE; CANO; GARCIA, 2009) poderia ser considerada mais apropriada, uma nova AFC foi realizada, utilizando os mesmos parâmetros da análise anterior. O modelo bifatorial (Modelo 2) incluiu todos os 21 itens em duas dimensões, todos com carga fatorial igual ou superior a 0,50.

Como pode ser observado na Tabela 2, o Modelo 2 apresenta um valor de qui-quadrado não significativo, além de uma redução no valor da razão  $\chi^2$ /gl, redução nos resíduos indicados pelo RMSEA, assim como um aumento nos valores de CFI e TLI. Apesar de a maioria dos índices de qualidade de ajuste do Modelo 1 serem considerados adequados, o modelo bifatorial apresentou índices melhores, sendo considerado o modelo apropriado para análise e interpretação dos dados (ver Figura 1).

Na estrutura bifatorial, o Fator 1 se refere à satisfação sexual e reúne os itens 01, 02, 03, 09, 10, 12, 16, 17, 19, 21, 22 e 23, com cargas fatoriais entre 0,53 e 0,88. Essa dimensão apresentou índices de confiabilidade adequados ( $\alpha = 0,93$ ;  $\omega = 0,93$ ). O Fator 2 se refere à insatisfação sexual e reúne os itens 04, 05, 06, 07, 08, 14, 20, 24 e 25, com cargas fatoriais entre 0,50 e 0,86. Essa dimensão também apresentou índices adequados de confiabilidade ( $\alpha = 0,87$ ;  $\omega = 0,88$ ).

Figura 1 – Estrutura bifatorial do ISS



Fonte: Elaboração própria.

## Considerações finais

O presente capítulo teve como finalidade levantar evidências psicométricas para a versão brasileira do ISS. Esse instrumento apresentou estrutura unifatorial adequada na AFE, semelhante ao modelo original (CROSSCUP; HARRISON; HUDSON, 1981). Esse modelo foi comparado com o bifatorial em uma AFC. Em termos estatísticos, a versão adaptada do ISS apresentou bons índices tanto na estrutura de um fator quanto na de dois fatores.

Uma análise qualitativa, entretanto, aponta a estrutura bifatorial como um modelo mais robusto para a compreensão do fenômeno, por possibilitar identificar distintamente componentes que contribuam para a satisfação – aspectos positivos do relacionamento sexual, como grau de interesse, excitação e comportamento desejado do par – e para a insatisfação sexual – aspectos negativos do envolvimento sexual, como evitação e monotonia no envolvimento físico e sexual.

Estudos apontam que há variação de níveis de satisfação e insatisfação sexual entre mulheres e homens quando relacionados a aspectos positivos e negativos do relacionamento sexual, principalmente no que diz respeito a apego, orgasmo, evitação e ansiedade (GEWIRTZ-MEYDAN; FINZI-DOTTAN, 2018).

A satisfação sexual é um fator importante que está associado à satisfação com o relacionamento de forma geral e saúde mental (ASHDOWN; HACKATHORN; RIFE, 2016). A avaliação e compreensão daquela é de fundamental importância para a qualidade do casamento e com o bem-estar individual (GEWIRTZ-MEYDAN; FINZI-DOTTAN, 2018). A conexão entre os envolvidos em uma relação pode ser estabelecida ou fortalecida por interações sexuais satisfatórias.

A insatisfação sexual, por outro lado, está associada com um aumento na instabilidade do casamento e a probabilidade de divórcio (ASHDOWN; HACKATHORN; RIFE, 2016). Na estrutura unifatorial prevaleceram os itens de satisfação, o que pode prejudicar a avaliação desses resultados. Shaw e Rogge (2016) apontam a importância de avaliar separadamente a satisfação sexual e a insatisfação sexual. Considerar que indivíduos podem ser ambivalentes com relação à sua vida sexual só é possível quando ambas as dimensões são avaliadas e não apenas centrando em um dos polos de um *continuum*. Eles apontam que estudos têm mostrado que a mesma ambivalência pode ser percebida com relação à satisfação/insatisfação com relacionamentos românticos, sendo o construto tratado como bidimensional (FINCHAM; ROGGE,

2010 *apud* ROGGE; SHAW, 2016). Assim sendo, sugere-se que pesquisas futuras utilizem a estrutura bifatorial para melhor compreensão do construto.

Os dados apresentados tornaram possível concluir que o ISS apresenta características psicométricas de validade e precisão suficientemente satisfatórias, garantindo-lhe legitimidade enquanto instrumento psicométrico de medida adequado ao contexto brasileiro. Ferrer-Márquez e colaboradores (2017) apontam a satisfação sexual como um fator importante para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida. Nesse sentido, o uso desse instrumento em pesquisas e na clínica pode contribuir para o registro de variações nos níveis de satisfação e insatisfação sexual, contribuindo para a compreensão de possíveis disfunções ou melhoras.

## Referências

- ABDOLMANAFI, A. *et al.* Determinants of women's sexual dissatisfaction: assessing a cognitive-emotional model. **The Journal of Sexual Medicine**, v. 13, n. 11, p. 1708-1717, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jsxm.2016.08.013>.
- ABEDINI, M. *et al.* Examining the effect of a brief psychoeducation intervention based on self-regulation model on sexual satisfaction for women with breast cancer: A randomized controlled trial. **European Journal of Oncology Nursing**, v. 47, p. 101-673, 2020.
- ANDRADE, A. L., GARCIA, A.; CANO, D. S. Preditores da satisfação global em relacionamentos românticos. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 11, n. 3, p. 143-156, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v11n3/v11n3a12.pdf>.
- BAUMEL, C. P. C. **Uso de pornografia e sua influência na satisfação com os relacionamentos amorosos**. 2019. 229 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_10196\\_CynthiaPCBaumel-TeseDoutorado-v.Final.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10196_CynthiaPCBaumel-TeseDoutorado-v.Final.pdf).
- BAUMEL, S. W. **Investigando o papel da masturbação na sexualidade da mulher**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_6375\\_Investigando %20o %20papel %20da %20masturba %E7 %E3o %20na %20sexualidade %20da %20mulher.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6375_Investigando%20o%20papel%20da%20masturba%E7%E3o%20na%20sexualidade%20da%20mulher.pdf).

- BROWN, M. B.; FORSYTHE, A. B. Robust tests for the equality of variances. **Journal of the American Statistical Association**, v. 69, n. 346, p. 364-367, 1974. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01621459.1974.10482955>.
- BYRNE, B. M. **Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and programming** (2nd ed.). New York: Routledge, Taylor; Francis, 2010.
- DAMÁSIO, B. F. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 213-228, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf>.
- FERRER-MÁRQUEZ, M. *et al.* Satisfacción sexual tras cirugía bariátrica: estudio observacional prospectivo. **Cirugía Española**, v. 95, n. 9, p. 521-528, 2017.
- GARCÍA-GÓMEZ, B. *et al.* Sexual Satisfaction: an opportunity to explore overall health in men. **Urology**, v. 107, p. 149-154, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.urology.2017.06.031>.
- GEWIRTZ-MEYDAN, A.; FINZI-DOTTAN, R. Sexual satisfaction among couples: the role of attachment orientation and sexual motives. **The Journal of Sex Research**, v. 55, n. 2, p. 178-190, 2018.
- HACKATHORN, J. M.; ASHDOWN, B. K.; RIFE, S. C. The sacred sex: sex guilt mediates religiosity and satisfaction for unmarried people. **Sexuality & Culture**, v. 20, p. 153-172, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-015-9315-0>.
- HANDELZALTS, J. E. *et al.* Model of delivery, childbirth experience and postpartum sexuality. **Archives of Gynecology and Obstetrics**, v. 297, p. 927-932, 2018. <https://doi.org/10.1007/s00404-018-4693-9>.
- HIGGINS, J. A. *et al.* Sexual satisfaction and sexual health among university students in the United States. **American Journal of Public Health**, v. 101, n. 9, p. 1643-1654, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2011.300154>
- HUDSON, W. W.; HARRISON, D. F.; CROSSCUP, P. C. A short form scale to measure sexual discord in dyadic relationships. **The Journal of Sex Research**, v. 17, n. 2, p. 157-174, 1981. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00224498109551110>.
- LAWRANCE, K.; BYERS, E. S. Sexual satisfaction in long-term heterosexual relationships: the interpersonal exchange model of sexual satisfaction. **Personal Relationships**, v. 2, n. 4, p. 267-285, 1995. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6811.1995.tb00092.x>.

- LORENZO-SEVA, U.; FERRANDO, P. J. Factor 9.2. **Applied Psychological Measurement**, v. 37, n. 6, p. 497-498, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0146621613487794>.
- LORENZO-SEVA, U.; TIMMERMAN, M. E.; KIERS, H. A. L. The Hull method for selecting the number of common factors. **Multivariate Behavioral Research**, v. 46, n. 2, p. 340-364, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00273171.2011.564527>.
- SÁNCHEZ-FUENTES, M. del M.; SANTOS-IGLESIAS, P.; SIERRA, J. C. A systematic review of sexual satisfaction. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 14, n. 1, p. 67-75, 2014. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/s1697-2600\(14\)70038-9](http://dx.doi.org/10.1016/s1697-2600(14)70038-9).
- SASS, D. A.; SCHMITT, T. A. A comparative investigation of rotation criteria within exploratory factor analysis. **Multivariate Behavioral Research**, v. 45, n. 1, p. 73-103, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00273170903504810>.
- SCHMIEDEBERG, C.; SCHRÖDER, J. Does sexual satisfaction change with relationship duration? **Archives of Sexual Behavior**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 99-107, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-015-0587-0>.
- SHAW, A.; ROGGE, R. D. Evaluating and refining the construct of sexual quality with Item Response Theory: development of the Quality of Sex Inventory. **Archives of Sexual Behavior**, v. 45, p. 249-270, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-015-0650-x>.
- STOLARSKI, M.; WOJTKOWSKA, K.; KWIECIŃSKA, M. Time for love: partners' time perspectives predict relationship satisfaction in romantic heterosexual couples. **Time and Society**, v. 25, n. 3, p. 552-574, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0961463X15596703>.
- TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics** (5th ed.). Boston: Allyn; Bacon/Pearson Education, 2007.
- TIMMERMAN, M. E.; LORENZO-SEVA, U. Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. **Psychological Methods**, v. 16, n. 2, p. 209-220, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/a0023353>.
- WHO. World Health Organization. **Defining sexual health**: report of a technical consultation on sexual health, p. 28-31, 2006. Disponível em: [http://who.int/reproductivehealth/publications/sexual\\_health/defining\\_sexual\\_health.pdf](http://who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf).

## Apêndice

### Índice de satisfação sexual

Leia atentamente as afirmativas a seguir e indique o quanto você se sente dessa maneira em seu relacionamento atual:

1	2	3	4	5
Em nenhum momento	Raramente	Algumas vezes	A maior parte do tempo	Todo o tempo

- 01.\_\_\_\_ Sinto que meu(minha) companheiro(a) desfruta de nossa vida sexual.
- 02.\_\_\_\_ Nossa vida sexual é muito excitante.
- 03.\_\_\_\_ Sexo é divertido para meu(minha) companheiro(a) e para mim.
- 04.\_\_\_\_ Sexo com meu(minha) companheiro(a) se tornou uma tarefa para mim.
- 05.\_\_\_\_ Sinto que nossa vida sexual é suja e desagradável.
- 06.\_\_\_\_ Nossa vida sexual é monótona.
- 07.\_\_\_\_ Quando fazemos sexo é muito apressado e logo termina.
- 08.\_\_\_\_ Sinto que minha vida sexual carece de qualidade.
- 09.\_\_\_\_ Meu(minha) companheiro(a) é muito excitante sexualmente.
- 10.\_\_\_\_ Gosto das técnicas sexuais que meu(minha) companheiro(a) usa ou gosta.
- 11.\_\_\_\_ Creio que nosso sexo é maravilhoso.
- 12.\_\_\_\_ Tento evitar todo contato sexual com meu(minha) companheiro(a).
- 13.\_\_\_\_ Meu(minha) companheiro(a) é um companheiro sexual maravilhoso.
- 14.\_\_\_\_ Sinto que o sexo é uma parte normal de nossa relação.
- 15.\_\_\_\_ Sinto que nossa vida sexual contribui para o êxito de nossa relação.
- 16.\_\_\_\_ Meu(minha) companheiro(a) parece evitar todo contato sexual comigo.
- 17.\_\_\_\_ É fácil para mim excitar-me sexualmente com meu(minha) companheiro(a).
- 18.\_\_\_\_ Sinto que meu(minha) companheiro(a) está sexualmente satisfeito comigo.
- 19.\_\_\_\_ Meu(minha) companheiro(a) é muito sensível a minhas necessidades e desejos sexuais.
- 20.\_\_\_\_ Meu(minha) companheiro(a) não me satisfaz sexualmente.
- 21.\_\_\_\_ Sinto que minha vida sexual é entediante.

Fator Satisfação: itens 01, 02, 03, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19.

Fator Insatisfação: itens 04, 05, 06, 07, 08, 12, 16, 20, 21.

## Sobre os autores

**Ana Luiza Magalhães Gonçalves** – Discente do Curso de Psicologia (Ufes).

**Ana Maria Justo** – Psicóloga e Doutora em Psicologia. Atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, onde coordena o Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (Laccos). Desenvolve estudos sob o enfoque teórico das representações sociais, com ênfase em temáticas relacionadas a corpo e envelhecimento humano.

**Andrea dos Santos Nascimento** – Professora adjunta do Departamento de Psicologia (CCHN, Ufes), responsável pela disciplina de Gestalt-terapia desde 2017. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997). Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Ciências Jurídicas e Econômicas da Ufes (2008). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Ufes (2013). Coordenadora do Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA, CCHN, Ufes) (2020-2022).

**Arielle Sagrillo Scarpati** – Psicóloga (UVV), Mestre em Psicologia Social (Ufes) e Doutora em Psicologia Forense (University of Kent). Atualmente coordena a frente de conteúdo teórico da iniciativa Coalizão Empresarial para o Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e paralelamente, atua como: a) consultora técnica de entidades públicas e privadas em suas áreas de expertise, b) supervisora clínica (para profissionais da Psicologia) e c) psicóloga clínica; atendendo especialmente mulheres vítimas de trauma e/ou violações.

**Camila Nogueira Bonfim Duarte** – Psicóloga, mestra e atualmente doutoranda em psicologia pela Ufes, pesquisando bem-estar e enfrentamento em mulheres no puerpério. Atuou na PNAS municipal e estadual e com psicologia clínica. Integrou o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do ES por três anos. Seu interesse acadêmico centra-se na Psicologia Social e da Saúde, com ênfase em Violência contra a Mulher, Gênero e Psicologia Perinatal.

**Carolina Monteiro Biasutti** – Psicóloga pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufes/Brasil, e doutoramento sandwich na Universidade do Porto. Em seus interesses de investigação, tem foco no desenvolvimento humano, principalmente nos seguintes temas: Família, Adoção, Parentalidade, Homoparentalidade.

**Cynthia Perovano Camargo** – Possui graduação, mestrado e doutorado em Psicologia. Atua como psicóloga na Universidade Federal do Espírito Santo, onde desenvolve ações de prevenção e promoção à saúde junto a servidores e estudantes. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Práticas em Psicologia Positiva (GEPPsi+).

**Gabriella Sampaio Santos Almeida** – Psicóloga formada pela Faculdade de Tecnologias e Ciências de Itabuna. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisa sobre Carreira, Desenvolvimento de Carreira, Orientação Profissional e temas em Psicologia Positiva.

**Gustavo Tassis Baptista** – Psicólogo, graduado em 2014 pela Faculdade Multivix, Vitória e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Pós-graduado em Docência do Ensino Superior. Atualmente atua na psicologia clínica e como docente em cursos de graduação em psicologia.

**Jorge Júlio de Carvalho Valadas Gato** – Licenciado em Psicologia e Mestre em Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental e Sistêmica pela Universidade de Coimbra. Doutorou-se em Psicologia na Universidade do Porto. É Terapeuta Sistêmico e

Familiar pela Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar. É investigador no Centro de Psicologia da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação reparam-se pela Psicologia LGBTQ+, Família e Gênero.

**Júlia Duarte Firmino Salviano** – Graduanda de Psicologia pela Universidade Vila Velha (UVV), estagiária no Núcleo de Atendimento à Mulher (NAM), na mesma instituição. Estuda o bem-estar de mulheres no puerpério durante o covid-19 e violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes. Tem afinidade pela Psicologia Social e pela Psicologia Positiva e pretende contribuir cada vez mais com materiais e pesquisas nessa área.

**Lais Sudré Campos** – Psicóloga (Faesa), mestre em psicologia (Ufes) e graduanda em estatística. Atualmente, é professora do curso de psicologia da Faesa, psicóloga clínica e presidente da comissão de gênero e diversidade sexual do CRP-16.

**Leogildo Alves Freires** – Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), onde lidera o Laboratório Alagoano de Psicometria e Avaliação Psicológica (Lapap), que por sua vez, busca realizar coleta de dados, estudo e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos resultantes das relações de bases socioemocionais, políticas, de gênero e sexualidade.

**Luciana Noia** – Mãe de Bianca, advogada, técnica em administração, especialista em Neuroeducação, graduanda em Psicologia pela Universidade Vila Velha, mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Apaixonada pela Psicologia Positiva e seus efeitos multiplicadores, estuda Educação Positiva e Relações de Parentalidade na Adolescência e seus impactos no bem-estar de pais e filhos.

**Marcela Fernandes Fulgêncio** – Discente do Curso de Psicologia (Ufes).

**Mylena Leite Bortolozzo** – Psicóloga, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Seus interesses de pesquisas são as vivências e experiências de pessoas LGBTQI+, e como a Psicologia pode contribuir para atuar sobre a saúde mental e bem-estar dessa população.

**Raíza Mota Santos** – Psicóloga CRP 16/5205. Graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em 2016. Pós-graduanda em terapia cognitivo comportamental pela Capacitar. Possui experiência enquanto psicóloga na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS). Atuante no momento como psicóloga no sistema prisional e no Centro de Referência da Assistência Social (Cras).

**Ravena Alvarenga Gomes** – Psicóloga pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Gestalt-terapeuta em formação. Pós-Graduação em Terapia Familiar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Possui interesse nos temas: relacionamentos amorosos e familiares, novas formas de conjugalidade e família.

**Sâmella Maria Pereira Germano** – Graduanda de Psicologia pela Universidade Vila Velha (UVV). Ligante da Liga Acadêmica de Análise do Comportamento do Espírito Santo (Laaces), tem grande afinidade pelas contribuições da Psicologia Comportamental e apreço pelas produções da Psicologia Positiva. Seu principal interesse é a compreensão das vivências da população LGBTQI+ e seus desdobramentos.

**Sandra Elisa de Assis Freire** – Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Coordena o Núcleo de Pesquisa em Relacionamento Interpessoal (Nuprin), membro do GT Família, Processos de Desenvolvimento e Promoção da Saúde da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp).

**Sergio Werner Baumel** – Médico neurologista, formado pela Universidade de São Paulo (USP) e psicólogo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Além da Residência Médica em Neurologia (USP), tem mestrado em Psicologia (Ufes), especialização em Terapia Intensiva e Pós-Graduação em Sexologia Clínica, além de formação completa em Psicanálise Clínica, Hipnose Ericksoniana, Psicologia Analítica e Terapia Regressiva.

**Valeschka Martins Guerra** – Graduada em Psicologia (UFPB), Especialista em Sexualidade Humana (UFPB), Mestre em Psicologia (UFPB) e Doutora em Psicologia

Social (University of Kent, Inglaterra). Atualmente é docente na Universidade Federal do Espírito Santo, onde coordena o Grupo de Estudos e Práticas em Psicologia Positiva (GEPPsi+).



# Índice remissivo

## A

adoção 69, 70, 72, 73, 75, 77, 82, 83  
ambiente virtual 49  
apoio social 14, 17, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30,  
31, 32, 33, 35, 47, 91, 92, 93, 94, 98, 99  
atendimento online 17, 49, 60

## B

bem-estar 6, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 26,  
27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 47, 51,  
91, 92, 93, 97, 99, 100, 104, 130, 141, 143,  
145, 183, 197, 206, 207

## C

comportamento sexual 16, 131, 143, 183, 184,  
185, 201, 202  
covid-19 17, 47  
culpa sexual 14, 18, 183, 184, 185, 188, 190,  
191, 195  
cura-gay 46

## D

diversidade sexual 20, 34, 46

## E

estresse de minoria 67, 99  
estupro 17, 108, 110, 118, 119, 120, 121

## F

fantasias sexuais 14, 17, 128, 129, 130, 131, 137,  
138, 139, 140, 141, 142, 144, 145

## G

gênero 5, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23,  
24, 25, 28, 34, 35, 44, 45, 46, 50, 54, 55,  
57, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 78,  
82, 83, 94, 105, 106, 107, 108, 119, 120,  
127, 128, 143, 144, 152, 153, 154, 156, 158,  
179, 184, 198  
grupos minorizados sexualmente 70, 82, 84,  
85, 91, 92, 93, 99

## H

homofobia 17, 71, 72, 74, 75, 77, 84  
homoparentalidade 14, 17, 68, 71, 72, 75, 76,  
77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85  
honra 5, 17, 106, 107, 108, 110, 114, 115, 116,  
117, 119, 120, 121

## **I**

identidade de gênero 14, 25, 28, 30, 33, 34, 35, 46, 48, 49, 50, 54, 56, 58  
infidelidade 14, 15, 18, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 177, 178, 179  
internet 13, 48, 49, 60, 61, 128, 151, 152, 178

## **L**

LGBTI+ 16, 17, 29, 34, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 68, 69, 70, 82, 93, 99

## **M**

masculinidade 57, 106  
masturbação 14, 129, 151, 185, 188, 190, 195

## **P**

pandemia 17, 47, 48, 49, 51  
papéis de gênero 15, 128, 138, 144  
passabilidade 55, 56  
população trans 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 34, 35, 46, 51, 62  
preconceito 6, 7, 17, 27, 35, 46, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 99, 115  
psicólogo(a) 51

## **R**

rede de apoio 28, 47, 55, 99  
redes sociais 13, 29, 73, 95, 128, 153, 177, 178, 186, 199  
relacionamentos amorosos 16, 17, 18, 97, 103, 130, 143, 145, 149, 152, 177, 179, 191

religiosidade 72, 73, 74, 75, 76, 80, 94, 111, 139, 152, 186, 191, 198

resiliência 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 35, 91, 93, 99, 100

## **S**

satisfação sexual 18, 140, 141, 185, 191, 195, 197, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 210

saúde mental 14, 16, 25, 27, 28, 45, 47, 48, 61, 67, 92, 93, 99, 178, 179

sexualidade 5, 6, 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 83, 107, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 127, 128, 129, 131, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 183, 185, 197

suporte familiar 28, 54, 95, 99

## **T**

terapeuta 42, 52, 57, 60  
terapias de conversão 46

## **V**

valores humanos 17, 71, 72, 77, 80, 82  
violência sexual 14, 17, 106, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 144

A presente obra surgiu do encontro de diferentes olhares e abordagens acerca de aspectos diversos do gênero e da sexualidade humana. A centralidade da formação e vivência da nossa identidade, e sua expressão em nossos pensamentos, emoções e comportamentos é de grande impacto sobre o bem-estar e a saúde mental de cada indivíduo.

Neste sentido, esta obra é uma coletânea de estudos que utilizam diferentes abordagens teórico-metodológicas para contribuir na construção do conhecimento sobre a sexualidade humana e sua multiplicidade de dimensões. Para tanto, seus coautores irão apresentar e dialogar com temas como a identidade de gênero, a homoparentalidade, o bem-estar, fantasias sexuais, satisfação e culpa sexual, infidelidade, violência sexual e apoio social.

Convidamos o leitor para percorrer essa jornada conosco, na qual serão apresentadas pesquisas com métodos e temáticas diferentes partilhando um mesmo objetivo: ampliar nossos horizontes sobre sexualidade e gênero.



### **Valeschka Martins Guerra**

Doutora em Psicologia Social pela University of Kent (Inglaterra), é professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, coordena o Grupo de Estudos e Práticas em Psicologia Positiva (GEPPsi+).



### **Cynthia Perovano Camargo**

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, instituição na qual atua como Psicóloga e desenvolve ações de prevenção e promoção à saúde junto a servidores e estudantes.



Compreender gênero e sexualidade é uma parte importante para o entendimento do que afeta diretamente o bem-estar e a saúde mental humana. Esses aspectos falam sobre quem somos, como nos definimos, como nos relacionamos com outras pessoas. Falam não apenas sobre corpo, mas também sobre nossos pensamentos, nossos sentimentos e nossos comportamentos, sobre a nossa forma de estar no mundo. Esta obra apresenta pesquisas com propostas teórico-metodológicas diversas, na busca da construção do conhecimento sobre a área em suas múltiplas dimensões.

 **EDUFES**